



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
DOUTORADO EM ECONOMIA**

**JOSÉ CAETANO DE JESUS FILHO**

**“DECIFRA-ME OU TE DEVORO”:  
ESTADO E EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA NO CONTEXTO DO  
MODELO LIBERAL PERIFÉRICO**

Salvador

2022

**JOSÉ CAETANO DE JESUS FILHO**

**“DECIFRA-ME OU TE DEVORO”:  
ESTADO E EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA NO CONTEXTO DO  
MODELO LIBERAL PERIFÉRICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Gilca Garcia de Oliveira

Salvador

2022

J58

Jesus Filho, José Caetano de.

“Decifra-me ou te devoro”: estado e exploração mineral na Bahia no contexto do modelo liberal periférico/ José Caetano de Jesus Filho. - - Salvador, 2022.

207 f.; Il.; tab.; graf.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Bahia - mineração. 2. Setor mineral. 3. Sociedade civil – organizações. 4. Exploração mineral - mercado. I. Universidade Federal da Bahia. II. Oliveira, Gilca Garcia de. III. Título.

CDD: 338.298 142



## TERMO DE APROVAÇÃO

Jose Caetano de Jesus Filho

“"Decifra-me ou te devoro": Estado e exploração mineral na Bahia no contexto do Modelo Liberal Periférico.”

Tese de Doutorado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Salvador, 04 de outubro de 2022.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GILCA GARCIA DE OLIVEIRA  
Data: 22/05/2023 17:38:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira  
(Orientadora - PPGE/ECO/UFBA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GILIAD DE SOUZA SILVA  
Data: 23/05/2023 11:57:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gilad de Souza Silva  
(Unifesspa)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NUNO JORGE RODRIGUES TELES SAMPAIC  
Data: 24/05/2023 14:51:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles  
Sampaio  
(UFBA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TADZIO PETERS COELHO  
Data: 24/05/2023 10:08:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tádzio Peters Coelho  
(UFV)

LUCAS ZENHA  
ANTONINO:07182235609  
Assinado de forma digital por LUCAS  
ZENHA ANTONINO:07182235609  
Dados: 2023.05.25 12:16:20 -03'00'

Prof. Dr. Lucas Zenha Antonino  
(Unifesspa)

Aos povos e comunidades  
que lutam e resistem  
ao avanço da  
“máquina de moer gente”.

## AGRADECIMENTOS

A caminhada de pesquisa e escrita desta tese ocorreu em um momento muito atípico. Isolamento social, negacionismo, genocídio, violência, estão entre as palavras mais mencionadas nesse contexto e caracterizam parte significativa da experiência social vivenciada no período recente, o que eleva a importância de agradecer a toda rede de apoio que se constituiu para que fosse possível atravessar tal cenário e concluir essa trajetória.

Gostaria de iniciar mencionando quem mais de perto acompanhou os momentos de angústia e aflição, diante das dificuldades e inseguranças típicas de um desafio como este, mas que também compartilhou da euforia e fascínio das novas “descobertas” ao longo da pesquisa. A elas que “seguraram a barra” na ausência doméstica e, depois, resistiram comigo ao confinamento. Marcela, Maria Cecília, amo muito vocês e sou grato por tudo! Agradeço também a Mazé, minha mãe, que sempre me deu força em suas orações, reafirmando o que diz Gilberto Gil: “Mesmo quem não tem fé, a fé costuma acompanhar, pelo sim, pelo não”. Agradeço a todo restante da família que, perto ou distante, está sempre na torcida e mandando boas energias.

Nesse processo foram muitas etapas e em cada uma delas tiveram pessoas que foram fundamentais para que “desse tudo certo”. Já na seleção para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) foi muito importante o apoio de Andreia, que ajudou a entender o perfil e o funcionamento do Programa. Agradeço também ao companheiro Jhonatas, pela leitura crítica do projeto inicial e sugestões de ajustes que foram indispensáveis.

Ao ingressar foi essencial o acolhimento que recebi diante de inúmeras adversidades enfrentadas naquele momento, por isso sou extremamente grato ao Sr. Eudes pelo tratamento paternal, disponibilização de abrigo, alimentação, companhia e por respirar “Esperança”. Do mesmo modo, agradeço a Pedro Dórea, Mariana e Felipe, o “Pimenta e Limão” significou muito pra mim, não só por terem me presenteado com os melhores pratos, mas por todo carinho, afeto e cuidado com Maria Cecília.

O “vai e vem” entre Aracaju, Feira de Santana e Salvador não seria possível sem o apoio tão afetuoso de Dona Sônia, Alexis e Hortência, e de toda a rede de relações que se tece a partir deles. Agradeço também ao Davi Galego por ter contribuído tanto no suporte a esse ir e vir.

À professora Gilca, primeiramente por ter aceitado o desafio dessa orientação, pela confiança, acolhimento e todo suporte ao longo dessa jornada. Pelas considerações muito precisas e relevantes para o trabalho, pela compreensão em todos os momentos em que foi necessária e, principalmente, por ter em sua prática docente um elemento de inspiração revolucionária, que nos faz acreditar ainda mais na força da Universidade pública.

Agradeço imensamente toda a atenção e cuidado de Rafa de Bio, pelas sugestões, correções e ajustes às normas. Agradeço a atenção, sempre que demandada, de Dedé, assim como eu, eternamente Caloura, e à escuta atenciosa de Artur, nas madrugadas de conversa.

Durante essa trajetória foi possível interagir de outra forma com a capital baiana, conhecer seu dia a dia através de outro olhar, seus encantos e contradições. Sou grato à UFBA e ao PPGE, à vivência no campus fincado no coração pulsante do centro de Salvador, que sangra. Aos professores e professoras que, de diferentes maneiras, pavimentaram o caminho para que fosse possível a execução deste trabalho, seja nas discussões de sala de aula ao longo das disciplinas, ou em momentos menos formais, de ideias e sugestões. Agradeço muito ao Max, Jaqueline, Murilo e Maria, que acabam sendo a “primeira impressão” do Programa, sempre muito atenciosos e prestativos com as diferentes necessidades do conjunto do PPGE. Saúdo os encontros e reencontros possibilitados por essa experiência: Matteus, Alan, Firmino, Fernanda, Kécia, Silvana, Henrique, Paulo, Rafael, Enver, Maurício, Rayane, Verônica, Clóvis e tantos outros – a galera do Cacau. Todos e todas vocês constroem a Universidade pública.

Um agradecimento especial aos membros da banca de qualificação – Luis Filgueiras, Giliad Silva e Tádzio Coelho – as diversas contribuições de vocês foram fundamentais para o resultado final, para os ajustes no percurso e o fôlego que faltava para a conclusão. Agradeço também ao professor Nuno Teles e a Lucas Zenha, por aceitarem o convite e se somarem à composição da banca de defesa.

Aos companheiros e companheiras da Ação Popular Socialista (APS), com os quais tenho muito orgulho de caminhar ombro a ombro, que me deram “régua e compasso” para proceder uma avaliação crítica da sociedade em que vivemos e para construir os instrumentos necessários para a luta contra hegemônica.

Às companheiras e companheiros de trabalho, em especial Raíssa e Selma, por terem segurado toda a sobrecarga de minha ausência neste último período. Agradeço também a uma “rumba de guri” que faz ter sentido toda e qualquer coisa que nos dispomos a construir: Maria, Henrique (eternamente um “pivete do tio”), Hipátia, Luisa, Jorge Luís, Luíz, Alice, Abayomi, Akin, Rudá, Bernardo, Heitor, Linda, Fidel, Alexia, Tupã, Marielle, Ágata, Otto...vocês são luz.

Por fim, agradeço imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo suporte material que foi fundamental para o andamento da pesquisa e escrita da tese. Que mais e mais filhos e filhas da classe trabalhadora possam acessar o ensino superior e pós-graduações contando com esse suporte tão importante. Que a Ciência tenha o devido reconhecimento e que a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada sobreviva aos ataques de hoje construindo um amanhã melhor.

Ousar Lutar, Ousar Vencer!



Blá, Blá, Blá

Que mundo é esse? Eu me pergunto  
(Chega) quero sorrir, mudar de assunto  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto  
que mundo é esse? Eu me pergunto  
(Chega) quero sorrir, mudar de assunto  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto  
A partir de agora a terra é plana  
Dois mais dois são sete, quilo vale setecentas gramas  
Terrorista será aquele que não bota veneno na sua mesa ou na plantação  
Heróis laureados serão os que contaminam, adoecem, matam mais rápido a população  
Sem saúde e educação se faz um povo mais feliz e avançado  
Esse é o novo mundo, esse é o meu recado  
que mundo é esse? Eu me pergunto  
(Chega) quero sorrir, mudar de assunto  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto  
que mundo é esse? Eu me pergunto  
(Chega) quero sorrir, mudar de assunto  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto, então  
Me dê motivo pra ir embora  
Estou vendo a hora de te perder  
Me dê motivo, vai ser agora  
Estou indo embora, o que fazer?  
Me dê motivo  
Para ir morar em outro lugar  
Me dê motivo, pra deixar meu país pra lá  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto, então  
Me dê motivo  
Para ir morar em outro lugar  
Me dê motivo, pra deixar meu país pra lá  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto  
O negócio é o seguinte: negociata total!  
O patriota agora nem vende ou aluga o país  
O novo patriota cede gentilmente as terras  
E as armas, do seu povo pra América do norte  
Eu quis dizer outra coisa  
Mas é isso mermo que eu não pretendia dizer  
Não, calma, pera aí  
Esse arquivo era pra ser secreto  
Se tem um decreto, pra que debates?  
Trinta por cento de cem dá três chocolates  
Aposto o meu doutorado na faculdade americana  
Me engana que eu gosto, me manda que eu posto

Se a reforma não passar, não vamos ter dinheiro pra contratar  
Se a reforma não passar, o Brasil vai quebrar!  
É muito blá, blá, blá, blá, blá  
É tanto blá, blá, blá, blá, blá  
É muito blá, blá, blá, blá, blá  
Então  
Me dê motivo  
Pra ir embora  
Estou vendo a hora de te perder  
Me dê motivo, vai ser agora  
Estou indo embora, o que fazer?  
Me dê motivo  
Para ir morar em outro lugar  
Me dê motivo, pra deixar meu país pra lá  
Falar de coisa boa mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto  
Me dê motivo

Elza Soares

## RESUMO

Esta tese aborda como tema central a relação entre o Estado e a expansão da atividade de exploração mineral na Bahia, adotando como recorte cronológico, no âmbito mais geral, o período que se abre no início dos anos 2000 e, mais especificamente na Bahia, a partir de 2007. A abordagem a partir do Estado Ampliado, referenciada em Gramsci, busca lançar luz sobre a relação entre as instâncias ligadas ao Estado restrito e as entidades e organizações da sociedade civil ligadas aos interesses do setor mineral na Bahia, identificando e analisando os principais agentes e agências que atuam nesse processo. Desse modo, primeiramente são apresentados alguns elementos que destacam a expansão da exploração mineral na Bahia, associando isso às transformações nas esferas nacional e do mercado mundial. Em seguida, são caracterizadas e analisadas as onze maiores empresas mineradoras em atuação na Bahia, destacando elementos relacionados ao tipo de mineral explorado, origem do capital, participação na produção mineral da Bahia, entre outros elementos que estruturam parte desse setor no estado. Dando continuidade, são caracterizadas as principais entidades e organizações que atuam na Bahia e são vinculadas aos interesses do setor de exploração mineral, tanto no âmbito do Estado restrito quanto da sociedade civil, destacando os principais dirigentes nessas estruturas organizativas. São apresentadas e discutidas, também, as iniciativas conjuntas entre instâncias do Estado restrito e da sociedade civil no sentido de construção do discurso positivo em torno da mineração e viabilização dos interesses dos grupos ligados a esse segmento a partir das políticas de Estado. Por fim, são abordadas algumas questões referentes aos conflitos gerados por empreendimentos ligados à exploração mineral na Bahia, contrapondo a construção desse discurso que apresenta a exploração mineral como um importante vetor de desenvolvimento para o estado.

**Palavras-chave:** exploração mineral; Estado; Modelo Liberal Periférico; Bahia.

## ABSTRACT

This thesis addresses as a central theme the relationship between the State and the expansion of mineral exploration activity in Bahia, adopting as a chronological cut, in a more general scope, the period that opens in the early 2000s and, more specifically in Bahia, from 2007. The approach from the Expanded State, referenced in Gramsci, seeks to shed light on the relationship between instances linked to the Restricted State and civil society entities and organizations linked to the interests of the mineral sector in Bahia, identifying and analyzing the main agents and agencies that act in this process. In this way, firstly some elements are presented that highlight the expansion of mineral exploration in Bahia, associating this to the transformations in the national spheres and in the world market. Then, the eleven largest mining companies operating in Bahia are characterized and analyzed, highlighting elements related to the type of mineral explored, origin of capital, participation in mineral production in Bahia, among other elements that structure part of this sector in the state. Continuing, the main entities and organizations that operate in Bahia and are linked to the interests of the mineral exploration sector are characterized, both within the restricted State and civil society, highlighting the main leaders in these organizational structures. Joint initiatives of restricted State's instances and civil society are also presented and discussed, in the sense of building a positive discourse around mining and enabling the interests of groups linked to this segment based on State policies. Finally, some issues related to conflicts generated by enterprises linked to mineral exploration in Bahia are approached, opposing the construction of the discourse that presents mineral exploration as an important vector of development for the state.

**Keywords:** mineral exploration; State; Peripheral Liberal Model; Bahia

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	VAB a preços constantes da indústria extrativa no Brasil entre os anos 2000 e 2019.....	66
Gráfico 2	Exportações brasileiras por fator agregado, 2000 a 2021 .....	67
Gráfico 3	Investimentos no setor mineral no Brasil entre 2010 e 2020.....	70
Gráfico 4	Exportações dos estados da região Nordeste do Brasil entre os anos de 1997 e 2019 em R\$.....	73
Gráfico 5	Total de requerimentos protocolados junto à Agência Nacional de Mineração pelos estados da Bahia e Minas Gerais, 2000 a 2019 .....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese das fases de implementação do Modelo Liberal Periférico no Brasil ..62
Quadro 2	Dados socioeconômicos dos municípios em que atuam as empresas analisadas . ..... 82
Quadro 3	Perfil das maiores empresas mineradoras da Bahia em 2019 ..... 109
Quadro 4	Presidentes do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) entre 1976 e 2022... ..... 129
Quadro 5	Membros do Conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) na gestão 2019-2022, representantes das empresas analisadas ..... 134
Quadro 6	Empresas analisadas que são associadas ao Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)..... 135
Quadro 7	Diretoria do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA) na gestão 2020 - 2024 ..... 137
Quadro 8	Composição do governo da Bahia e de direção na Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) desde a sua criação, em 1972 ..... 148
Quadro 9	Parcerias estratégicas nacionais e internacionais da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) em 2021 ..... 150
Quadro 10	Conflitos – associados à mina Pedra de Ferro 2010 - 2021 ..... 181
Quadro 11	Conflitos associados à FIOL 2010 - 2021 ..... 186
Quadro 12	Conflitos associados à mina Braúnas 2016 - 2021 ..... 192

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição das autorizações de pesquisa mineral no estado da Bahia no ano de 2021.....	75
Figura 2	Localização das mineradoras estudadas no estado da Bahia .....	84
Figura 3	Distribuição territorial dos requerimentos e concessões de lavra emitidos na Bahia e os municípios do estado que registram conflitos envolvendo atividades de mineração no ano de 2021.....	176
Figura 4	Traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste .....	184

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abemin	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração
ANM	Agência Nacional de Mineração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNMM	Companhia Nacional de Minas e Metalurgia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IUM	Imposto Único sobre Minerais
PT	Partido dos Trabalhadores
PMBC	Produção Mineral Baiana Comercializada
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SICT	Secretaria de Indústria Comércio e Tecnologia
SICM	Secretaria de Indústria Comércio e Mineração
SINDIMIBA	Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia



SME	Secretaria de Minas e Energia
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MME	Ministério de Minas e Energias
MPF	Ministério Público Federal
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>DEPENDÊNCIA E EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA: A EXPANSÃO A PARTIR DOS ANOS 2000 .....</b>	<b>36</b>
2.1	A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E “SEU LUGAR NA HISTÓRIA” .....	39
2.1.1	Teoria da Modernização .....	43
2.1.2	O pensamento da CEPAL .....	45
2.1.3	A Teoria da Dependência .....	48
2.2	MINERAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO .....	55
2.2.1	Modelo Liberal Periférico e os diferentes Regimes de Política Macroeconômica no Brasil.....	56
2.2.2	A expansão da atividade mineral no Brasil no contexto do Modelo Liberal Periférico .....	62
2.3	A EXPANSÃO DA ATIVIDADE MINERAL NA BAHIA .....	71
<b>3</b>	<b>PERFIL DAS MAIORES EMPRESAS MINERADORAS NA BAHIA: CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE, CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO ESTRANGEIRO E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO .....</b>	<b>78</b>
3.1	AS ONZE MAIORES MINERADORAS DA BAHIA.....	79
3.1.1	Jacobina Mineração e Comércio Ltda - Yamana Gold .....	85
3.1.2	Mineração Fazenda Brasileiro - Equinox Gold/Leagold .....	87
3.1.3	Mineração Caraíba S/A .....	88
3.1.4	Companhia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA.....	91
3.1.5	Atlantic Nickel/Appian Capital Advisory.....	93
3.1.6	RHI Magnesita.....	95
3.1.7	Imi Fabi Talco .....	98
3.1.8	Lipari Mineração.....	99
3.1.9	Vanádio de Maracás .....	102
3.1.10	Bamin.....	104
3.1.11	Pedra Cinza Mineração .....	107
3.2	NOTAS SOBRE O PERFIL DAS MAIORES EMPRESAS MINERADORAS DA BAHIA E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO MUNDIAL .....	107
<b>4</b>	<b>ESTADO, AGÊNCIAS E AGENTES NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA .....</b>	<b>117</b>
4.1	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS À ABORDAGEM SOBRE O ESTADO.....	119

4.2	INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – UM PARTIDO DAS MINERADORAS?.....	127
4.3	ORGANIZAÇÃO DOS INTERESSES CORPORATIVOS E INSERÇÃO NO MEIO EMPRESARIAL BAIANO - O SINDIMIBA E A FIEB .....	135
4.4	O MAPA DA MINA – A CBPM E A SDE .....	139
<b>5</b>	<b>PORTOS ABERTOS, OLHOS FECHADOS: AÇÃO DO ESTADO E GERAÇÃO DE CONFLITOS DIANTE DA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA .....</b>	<b>152</b>
5.1	A BAHIA DE VOLTA AOS “TRILHOS” DA POLÍTICA ECONÔMICA FEDERAL .....	154
5.2	DISCURSO E AÇÃO DO ESTADO NA “BAHIA DE TODOS OS MINÉRIOS” .	160
5.3	“ME DÊ MOTIVO, PRA IR MORAR EM OUTRO LUGAR”: EXPLORAÇÃO MINERAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E GERAÇÃO DE CONFLITOS NA BAHIA .....	172
<b>5.3.1</b>	<b>A mina Pedra de Ferro, Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul .....</b>	<b>178</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Lipari Mineração - Diamantes - Nordestina .....</b>	<b>191</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>194</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Fico impressionado em ver como o nosso patrimônio estava adormecido, com uma companhia deficitária, que hoje mostra seu potencial e transforma a Bahia em um dos sítios minerais mais reconhecidos e respeitados”, disse Wagner, que destacou o mapeamento aerogeofísico desenvolvido pela CBPM. A Companhia investirá este ano R\$ 12 milhões em pesquisa e desenvolvimento. “O Estado tem que fazer sua parte e também ser, por outro lado, um facilitador daqueles que fazem a economia funcionar”, completou o Governador.<sup>1</sup>

O trecho acima, extraído do site oficial do governo da Bahia, foi publicado em junho de 2008, aproximadamente um ano e meio após Jaques Wagner assumir como governador. Essas poucas palavras expressam bem o que motivou a escolha do tema e o sentido da análise presente nessa tese, pois anunciam, em parte, o destaque que a atividade de exploração mineral ganharia nos anos seguintes, bem como a importância da ação do Estado para a expansão desse setor, assumindo o papel de estimular e “facilitar” o seu avanço. Esta análise concentra o esforço interpretativo no período mais recente de expansão desse segmento, que tem como marco cronológico mais geral o início dos anos 2000 e, mais especificamente na Bahia, o ano de 2007.

Antes de descrever de maneira mais sistemática o conteúdo da pesquisa, será feita uma breve contextualização, recuperando alguns aspectos históricos sobre a exploração mineral no Brasil e na Bahia, a fim de demonstrar os elementos que dão relevância ao tema e contornam a problemática apresentada.

Os recursos minerais se configuram como elemento fundamental para o processo de produção e reprodução da dinâmica capitalista. Isso se expressa desde sua etapa inicial, quando a extração de metais como ouro e prata, das terras recém colonizadas na América Latina, constituiu a base para a expansão dos meios de pagamento, para o desenvolvimento do capital comercial e bancário e, conseqüentemente, deram condição para que se dinamizasse o fluxo

---

<sup>1</sup>SETOR mineral deve obter investimentos de R\$ 150 mi. **Portal Oficial do Estado da Bahia**. 17 jun. 2008. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/06/noticias/mineracao/setor-mineral-deve-obter-investimentos-de-r-150-mi/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

de mercadorias no ainda incipiente mercado mundial, estimulando a expansão das atividades produtivas manufatureiras na Europa (MARINI, 2005).

No período mais recente, essa relevância do processo de exploração mineral ainda pode ser observada, considerando que cada vez mais a produção de mercadorias exige a diversificação dos tipos de bens minerais utilizados, nas suas mais variadas formas e em quantidades cada vez maiores. Nesse sentido, se observa que à medida que a atividade econômica de caráter capitalista se expandiu, acabou por ampliar a necessidade dos produtos oriundos da exploração mineral, os quais têm limitado poder de renovação no curto espaço de tempo, constituindo-se como recursos finitos. Esse fato acaba intensificando a disputa pelo controle de suas reservas, associando essa atividade à geração de conflitos em diferentes dimensões, seja nos territórios em que ocorre o processo de exploração, devido aos impactos socioeconômicos e ambientais derivados do perfil dessa atividade, ou mesmo no âmbito das relações geopolíticas.

Na América Latina essa atividade se apresenta como um traço marcante, se manifestando de maneira particular nos diferentes países, variando a partir dos padrões de desenvolvimento que podem ser identificados ao longo da história. As regiões que hoje fazem parte dos territórios do México e Peru foram as primeiras a despontar na exploração dessa atividade, tendo em vista que as civilizações pré-colombianas que ocupavam esse território, em especial os Astecas e os Incas<sup>2</sup>, já utilizavam diferentes tipos de minerais metálicos, o que facilitou o acesso às suas reservas e sua exploração por parte dos colonizadores espanhóis.

No caso do Brasil, a exploração mineral só começou a ganhar relevância no início do século XVIII, quando o declínio da produção açucareira fez com que se intensificassem as buscas por novas fontes de recursos naturais nas terras mais distantes do então ocupado litoral. Foi na região do atual estado de Minas Gerais, no território hoje pertencente ao município de Ouro Preto, que se deu início às atividades mais extensivas de extração do ouro, abrindo-se o período que ficou conhecido como o “ciclo do ouro”, que durou aproximadamente até finais do século XVIII (PRADO JÚNIOR, 1987).

---

2 Os metais estavam associados à celebração religiosa nas civilizações Inca e Maia. Os Incas tinham um relativo desenvolvimento de atividade metalúrgica.

Ainda nesse mesmo século, outra atividade de exploração mineral ganhou relativa relevância no Brasil, que foi a extração do diamante, destacando-se como polo o então Distrito de Diamantina, em Minas Gerais. Nesse mesmo período foram registradas descobertas de reservas de diamantes em outras regiões do país, dentre as quais está o sudoeste da Bahia, que só veio a ser explorado de maneira mais sistemática posteriormente, já no século XIX (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 63).

Observa-se, então, que desde o período colonial, e passando pelo período do Império, a mineração se constituiu como uma atividade importante na estrutura econômica do Brasil, mesmo oscilando a sua participação no conjunto da produção. Com a transição para o regime político republicano, no final do século XIX, essa característica se manteve, e o aparato de Estado que começa a ser instituído, nos termos da estrutura moderna, incorpora mecanismos de estímulo a esse setor. Ainda na Primeira República, mais especificamente em 1907, foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que abarcava funções de estudo científico sobre a estrutura geológica do país, manutenção do laboratório e museu geológico, elaboração de mapas e publicação de informações estatísticas acerca das descobertas geológicas, a fim de subsidiar a ação do Governo e do setor privado<sup>3</sup>.

Esse processo se intensifica a partir da década de 1930, que é marcada por alterações substanciais nos rumos da economia brasileira e na organização do Estado. De um modo geral, essas mudanças se caracterizam, principalmente, pelo avanço das atividades urbano-industriais, em grande medida alavancadas pela ação do Estado a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas. Esse período delimita, também, o início da implementação do Modelo de Substituição de Importações (MSI), com a adoção de uma política de viés nacionalista, vigente até 1945.

A respeito da questão mineral, um dos aspectos que marca esse processo é a mudança no padrão de relacionamento com o capital estrangeiro no âmbito legal. No período que precede a Constituição Federal de 1934, por exemplo, a posse da terra dava o direito à exploração do subsolo dessa área, o que facilitava significativamente a ação do capital externo nesse setor.

---

3 BRASIL. Decreto nº 6.323, de 10 de janeiro de 1907. Cria o serviço geológico e mineralógico do Brasil. 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6323-10-janeiro-1907-517453-republicacao-105019-pe.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

A Constituição de 1934 incorporou o bem mineral ao patrimônio da Nação enquanto propriedade inalienável da mesma, e a Constituição de 1937, que Vargas mesmo promulgara em substituição à de 1934, avança ainda mais na questão da soberania nacional, vedando completamente a participação de estrangeiros no setor mineral (VILLAS-BÔAS, 1995a, p. 27).

Essas alterações, aliadas à estratégia de desenvolvimento do MSI, deram origem a um conjunto de medidas que potencializaram as atividades do setor mineral, impulsionando o crescimento econômico a partir da constituição de uma indústria de base. Entre 1930 e 1945 podem ser elencadas algumas dessas iniciativas no âmbito da formatação da estrutura de Estado, tais como: criação da Companhia Petróleos do Brasil em 1930; do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), em 1938; do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), em 1940; a criação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942.

Durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1950, foi adotada uma política de maior flexibilização para a exploração dos recursos minerais por parte de estrangeiros, em resposta a pressões e articulações organizadas, especialmente, por empresários e lobistas norte-americanos junto ao processo de elaboração da Constituição Federal que fora aprovada em 1946.

A pressão realizada sobre os parlamentares surtiu efeito e as restrições previstas no anteprojeto foram derrubadas. No caso dos recursos minerais, o novo texto constitucional determinava que as autorizações e concessões federais para a exploração seriam concedidas a brasileiros ou a “companhias organizadas no Brasil”, suprimindo qualquer exigência de nacionalidade brasileira a sócios ou acionistas que estava presente na Constituição de 1937 (MORAES, 2019, p.39).

O retorno de Getúlio Vargas, após o governo Dutra, foi marcado pelo conflito entre a perspectiva nacionalista e uma visão de maior abertura para o capital externo, destacando-se, no tocante à política mineral, a criação da Petrobras, em 1953.

Posteriormente, o processo de formação da indústria de mineração no Brasil tem continuidade, notadamente no governo de Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961. Como afirma Villas-Bôas (1995a), o setor de mineração foi incorporado no Plano de Metas a partir de duas diretrizes, uma primeira diz respeito ao fornecimento de insumos para o setor de transformação industrial que se formava. Já a segunda seria a partir da exportação de

minério de ferro. Nesse mesmo período, houve uma maior abertura no processo de exploração mineral no país para a presença do capital estrangeiro, uma característica geral do próprio financiamento das políticas contidas no Plano de Metas. Com isso, o resultado foi a ampliação do número de empresas estrangeiras explorando recursos minerais no país. Ainda durante o governo de JK, há de se mencionar a criação do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1960, como uma das iniciativas que cumpriram o papel de impulsionar essa atividade.

Esse processo ganhou ainda mais força a partir de 1964, como demonstra Moraes (2019), em sua tese que analisa a participação dos setores empresariais ligados à exploração mineral no processo de articulação e efetivação do golpe civil-militar. Além disso, ela demonstra também a importante inserção desse segmento, em especial dos setores ligados à exploração dos minerais metálicos de ferro, manganês, bauxita e cassiterita, no processo de condução da política mineral no país nesse período.

No setor mineral, o primeiro governo da ditadura, marcado pela institucionalização do novo regime, reformulou e adequou a política para a mineração aos parâmetros dos interesses das grandes multinacionais. Através do posicionamento estratégico na sociedade política de agentes que participaram direta ou indiretamente da articulação golpista, além da atuação do principal aparelho privado dos mineradores à época, o Sinferbase, foram realizadas as modificações jurídicas e institucionais para assegurar a livre participação de capitais estrangeiros, o fomento à exportação e à iniciativa privada, além de novos instrumentos para financiar um amplo programa governamental de pesquisa geológica (MORAES, 2019, 406).

Durante a ditadura civil-militar houve um significativo fortalecimento desse setor, podendo ser mencionada, como uma importante iniciativa no âmbito institucional do Estado, a criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em 1969. No que se refere à organização política desse segmento na esfera da sociedade civil, houve, também, um crescimento da representação. Como aponta Moraes (2019), entre 1964 e 1988, foram criadas oito novas entidades de representação política, dando ênfase para a criação do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), em 1976.

A década de 1980 demarca outro período de transformações importantes, tanto no cenário internacional do setor mineral quanto nas estruturas política e econômica do Brasil, que ocorreram, em parte, como desdobramentos dos processos de reestruturação da reprodução capitalista a nível internacional, iniciadas já na década de 1970. Soares (1987), após abordar um conjunto de aspectos, “endógenos e exógenos” à indústria mineral, que alteraram a



dinâmica desse setor no âmbito internacional ao longo da década de 1970, aponta alguns elementos que caracterizam a crise nesse segmento na década de 1980, denominada por ela de “crise de supercapacidade estrutural”, em grande medida decorrente dos vultosos investimentos realizados na década anterior.

Na esfera nacional, o “distensionamento” e posterior dissolução da ditadura civil-militar, associado à crise econômica que se abateu nesta década no país, caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico aliadas a elevados índices de inflação, marcam o encerramento desse ciclo pautado pelo MSI, dando origem, já na década de 1990, a um novo arranjo econômico e político, afinado com a perspectiva neoliberal.

A abertura comercial e a desregulamentação do sistema financeiro a nível global alavancaram o deslocamento de capitais em busca de maior rentabilidade ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, as privatizações de setores estratégicos no Brasil, nessa década, se constituíram como potencial destino para esses capitais através dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Conforme abordado por Silva (2017), o avanço desses investimentos estava associado, em grande medida, ao controle das fontes de recursos minerais na América Latina por parte de capitais oriundos de países como os Estados Unidos da América (EUA), Canadá e outras economias centrais europeias.

Esse processo de liberalização das economias latino-americanas teve como resultado, já nos anos 2000, uma significativa ampliação da participação dos produtos primários na pauta de exportação dos diferentes países. No caso específico do Brasil, essa característica também pode ser observada, mesmo que em proporção menor que nos demais.

Em linhas gerais, portanto, verifica-se um comportamento semelhante das exportações brasileiras e das mundiais, ambas com crescimento ao longo do período 2000-12, ambas mostrando os efeitos da crise de 2008 e ambas apresentando leve recuo no último ano da série. O que mais diferencia a performance brasileira é o peso dos grupos ligados à base primária e de recursos naturais e suas consequências sobre o desempenho geral. Isto porque não só o peso desses grupos já era maior na pauta exportadora brasileira em 2000 – 40,5% versus 23,9% no Mundo –, como ele cresceu mais ainda em 2012 – 64,1% versus 30,5% –, impulsionado pela expansão da demanda mundial (FLIGENSPAN, 2015, p. 47).

Dessa maneira, é possível inferir que o crescimento das exportações brasileiras está sintonizado com o processo de aceleração global de crescimento econômico observado a partir dos anos 2000, onde reside parte da explicação para o aumento da demanda e, por conseguinte, dos preços de *commodities* agrícolas e minerais. Destaca-se, nesse ponto, o crescimento da economia chinesa, que impulsionou esse processo, estimulando essa dinâmica de crescimento a nível mundial, chegando a ser o principal destino das exportações brasileiras ainda nessa mesma década. Por outro lado, é possível identificar, no arranjo macroeconômico adotado no Brasil desde o final da década de 1990, iniciativas que atuam como estímulo para as exportações de produtos primários, justificadas através do discurso de necessidade de garantir superávit na Balança Comercial, a fim de equilibrar o conjunto do Balanço de Pagamentos. Em síntese, o cenário que se configurou, no início dos anos 2000, foi o de relativo crescimento econômico global que, associado às políticas de estímulo às exportações de produtos primários no Brasil, alavancaram a expansão da atividade de exploração mineral.

Diante desse cenário, a Bahia passou a ocupar um lugar de destaque, considerando que, em especial a partir do final da década de 1980, se iniciou o processo de expansão da produção do agronegócio no Oeste do Estado, especialmente a partir da produção de soja, algodão, entre outros produtos, os quais têm nos dias atuais forte participação na produção e na pauta de exportações do estado. Desse mesmo modo é possível destacar, também, o avanço da exploração mineral, que se insere no mesmo ensejo de crescimento do setor primário, mas com característica e temporalidade própria do perfil dessa atividade.

A exploração mineral esteve presente na dinâmica econômica da Bahia desde o século XVIII, passando por diferentes ciclos de crescimento e declínio desde então. Até o início do século XX destacam-se as atividades na região de Jacobina, Rio de Contas e as descobertas no Oeste, no território do atual município de Correntina. Essas atividades entraram em declínio no final do século XVIII, retomando fôlego em meados do século seguinte, com a extração na região da Chapada Diamantina.

Ao longo do século XX, novos territórios foram mapeados e novas áreas tiveram a exploração iniciada, mas transformações mais significativas nesse setor só foram observadas na década de 1960, com a ampliação das pesquisas, do mapeamento geológico e descobertas de novos métodos de extração dos diferentes minerais. A criação da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) é um dos marcos desse processo. Datada de 18 de dezembro de 1972, a

CBPM surgiu com as finalidades específicas de: I - prestação de serviços técnicos ao Estado; II - assistência técnica e administrativa a mineradores particulares; III - execução de projetos próprios de pesquisa mineral; IV - outras finalidades que se enquadrem nos seus objetivos (BAHIA, 1972).

Apesar da presença da mineração como traço histórico na economia baiana desde o século XVIII, o destaque principal nesse processo é a inserção da Bahia na expansão recente dessa atividade, que tem como marco temporal principal o início dos anos 2000. Os traços gerais dos cenários internacional e nacional, apresentados anteriormente, impactaram significativamente na realidade da economia baiana, constituindo um quadro propício para a alavancagem da atividade de exploração mineral, que tem se propagado nos discursos de dirigentes do setor mineral e representantes do Estado como “novo vetor de desenvolvimento econômico”.

Segundo dados do relatório “Desempenho da mineração na Bahia 1989 a 2000”, a Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC)<sup>4</sup> apresentou um crescimento relativamente contínuo entre 1970 e 1990. A partir de então se identifica uma redução no ritmo de crescimento, partindo do valor da PMBC de U\$\$ 293 milhões, em 1990, para U\$\$ 391 milhões em 2000, sendo que em alguns anos desse intervalo é possível observar uma variação negativa no valor da produção, a exemplo do período entre 1994 e 1997, que apresenta, respectivamente, - 8,71%, -4,42% e -3,58% (BAHIA, 2002). Esse resultado se deve a um conjunto de fatores que estão associados ao cenário internacional, nacional e local.

O período posterior, abarcado pelo relatório “Avaliação da produção mineral da Bahia 2002-2006”, apresenta um resultado que expressa a ampliação do setor na Bahia, correspondente a uma PMBC, em 2002, de R\$ 847 milhões, que se eleva para mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais em 2006 (BAHIA, 2008). A expressividade do crescimento desse período é sintetizada no referido relatório da seguinte forma:

O período 2002-2006 pode ser caracterizado como de significativa expansão econômica global com taxas anuais de crescimento bastante superiores à média observada no período 1973-2001. Grande parte dessa prosperidade foi

---

4 O valor da Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC) por substância corresponde ao valor de venda, na boca da mina, da totalidade das mercadorias geradas pela indústria extrativa (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2002).

conduzida pelo maior dinamismo relativo dos países emergentes com destaque para a China, Índia e Rússia (BAHIA, 2008, p. 89).

Com exceção dos impactos decorrentes da crise econômica de 2008, esse setor continuou sua expansão até o ano de 2013. A partir de então se inicia um processo de redução da produção, apresentando, entre janeiro e novembro de 2014, um recuo de 6,76% em relação ao mesmo período do ano anterior. Após três anos de queda na produção mineral no estado, em 2017 o setor voltou a apresentar crescimento, sendo esse incremento de 20,71% em relação ao ano anterior. Isso se deve à retomada da produção de cobre, além da produção de vanádio, diamante, cromo e ouro, somado à expressiva valorização dos preços das commodities minerais no mercado internacional.

Ao longo de 2017 foram produzidos 46 bens minerais, extraídos em 175 municípios por 367 produtores. As 10 principais mineradoras do estado foram responsáveis por 76% da PMBC com atividades mineiras nos municípios de Jacobina (ouro, prata, areia, argila, brita e arenito), Jaguarari (cobre, argila, rochas ornamentais), Andorinha (cromita), Brumado (argila, areia, brita, magnesita, rocha ornamental e talco), Dias d'Ávila (água mineral, areia, argila e caulim), Maracás (vanádio e granito), Nordestina (diamante) e Salvador (brita) (INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA, 2017, p. 10).

Seguindo essa trajetória, a atividade de exploração mineral em 2019 expressou uma expansão significativa quando considerados os últimos 20 anos. O avanço das pesquisas geológicas, desde o início dos anos 2000, elevaram a Bahia ao status de estado com maior reconhecimento da estrutura geológica no país, o que se constitui como estímulo para a atração de investimentos nesse setor.

Considerando os dados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), em 2021 a Bahia ocupou a 3ª posição em arrecadação entre as unidades da federação, avançando uma posição no ranking entre os estados, com arrecadação menor apenas que os estados do Pará e Minas Gerais. O crescimento da CFEM, quando comparado com o ano anterior, foi de 86%. Nesse mesmo ano o estado ocupou a 1ª posição na arrecadação relacionada a 19 bens minerais, sendo estes: níquel, cromita, vanádio, quartzito, granulito, magnesita, diamante, salgema, talco, urânio, barita, quartzito dumortierito, gabro, granodiorito, sodalita, diatomito, charnoquito, piroxenito. Teve também a 2ª maior arrecadação de mármore, quartzo, cromo,

esmeralda e grafita. A 3ª maior em cobre, pegmatito, calcário industrial, argila vermelha e columbita. E a 4ª maior em ouro, ferro fosfato, feldspato e xisto<sup>5</sup>.

Esse é o cenário da atividade de exploração mineral na Bahia, marcado por uma significativa expansão nas duas últimas décadas. Dessa forma, para compreender de que maneira se processou essa expansão na Bahia, parte-se do pressuposto que as condições históricas de crescente demanda por bens minerais no cenário internacional e as políticas de estímulo à exportações primárias no Brasil foram condições necessárias, mas não suficientes, para explicar esse processo. Portanto, é importante dedicar um olhar mais aprofundado sobre os diferentes condicionantes que potencializaram essa expansão, com destaque para a atuação do Estado no sentido Ampliado.

Ou seja, a partir da análise da relação orgânica estabelecida entre os setores da sociedade civil, especialmente os que representam os interesses do segmento de exploração mineral, e o Estado restrito, se coloca a questão: de que maneira a ação do Estado Ampliado favoreceu essa dinâmica de crescimento observada na atividade de exploração mineral na Bahia?

A escolha do recorte temporal deriva da confluência entre as mudanças no cenário internacional, que alia a aceleração do crescimento da economia chinesa e o aprofundamento do processo de financeirização, aspectos que conduzem ao *boom das commodities*, e às mudanças no âmbito nacional, expressas num regime de política macroeconômica favorável às exportações primárias, o que acaba impulsionado a expansão do setor mineral. Aliado a isso, do ponto de vista local, alguns elementos contribuem para a escolha do recorte temporal. Além da própria expansão desse setor observada nesse período, é possível identificar alterações na forma de condução da política mineral que sincronizam a perspectiva de desenvolvimento local às ações na esfera nacional, especialmente a partir de 2007, quando ocorreu a mudança no grupo político na condução do governo do Estado da Bahia.

A hipótese levantada, diante da questão de pesquisa, é que a ação do Estado Ampliado, dedicada a viabilizar a expansão das atividades de mineração na Bahia, no período analisado, não ocorre como uma “força natural”, mas sim condicionada à ação dos agentes políticos que

---

5 BAHIA, terra de minérios. **Companhia Baiana de Desenvolvimento Mineral**. Disponível em: <https://datastudio.google.com/u/0/reporting/74e59fdc-fc1e-4dd5-ad61-134bcae96ea0/page/1fD0B>. Acesso em: 13 jan. 2022.

enxergam nesse cenário da economia internacional e nacional uma “janela de oportunidade” favorável ao crescimento econômico pautado na expansão do setor mineral. O resultado é que esse processo acaba por aprofundar as características históricas de inserção subordinada da economia baiana na divisão regional do Brasil e de sua inserção no cenário internacional. Ao mesmo tempo, acentua a geração de conflitos sociais derivados das contradições próprias dessa expansão.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é: analisar a ação do Estado Ampliado no processo de expansão da atividade de exploração mineral na Bahia a partir de 2007. Derivam daí quatro objetivos específicos, que se articulam na tentativa de subsidiar a análise proposta para a pesquisa, seriam esses:

- i) contextualizar a expansão da atividade mineral na Bahia, observada a partir de 2007, à luz das transformações ocorridas no mercado mundial e na dinâmica de reprodução capitalista no Brasil;
- ii) caracterizar e analisar as maiores empresas de exploração mineral em atuação na Bahia no período em análise;
- iii) identificar os agentes e agências representantes dos interesses do setor de exploração mineral e analisar sua relação com o Estado restrito no processo de expansão da atividade de exploração mineral na Bahia a partir de 2007;
- iv) contrastar o discurso construído sobre a importância da expansão da atividade de exploração mineral na Bahia com os impactos socioambientais de algumas dessas iniciativas.

Para abordar essa questão foram acionados dois recortes conceituais centrais, ambos pertencentes ao campo do materialismo histórico e dialético, os quais forneceram o instrumental teórico-metodológico para o desenvolvimento da análise que se apresenta aqui.

O primeiro se dedica a compreender a peculiaridade do desenvolvimento capitalista em economias periféricas e dependentes, traçando um perfil dessas experiências e se aprofundando, de maneira mais detida, sobre esses aspectos na realidade do Brasil, auxiliando na interpretação e definição do recorte cronológico proposto no trabalho. O processo histórico que condicionou o avanço das relações capitalistas na Europa está intimamente associado à inserção da América Latina na dinâmica internacional de produção e comercialização. Na verdade, o processo de colonização da América, que se deu a partir do massacre dos povos

que viviam nesse território e da expropriação de suas riquezas naturais, logrou aos europeus o domínio econômico, político e ideológico desse território. Tal processo possibilitou o desenvolvimento das relações capitalistas em países centrais, devido a ampliação dos mercados e fornecimento de matéria prima em abundância.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2005, p. 140).

Esses aspectos relacionados à inserção da América Latina no mercado mundial têm como consequência, tanto a especialização dos países centrais do capitalismo na produção industrial e bens com elevado grau tecnológico, fornecendo produtos com elevado valor agregado, como dos países da América Latina enquanto produtores e fornecedores de bens primários, com baixo valor agregado. Com isso, a partir de meados do século XIX, intensifica-se a divisão internacional do trabalho, principalmente por se concretizar o surgimento da grande indústria, fenômeno intimamente associado ao papel cumprido pelos países dependentes, como afirma Marini (2005). A oferta de produtos de subsistências foi, em grande medida, o que possibilitou o avanço das relações capitalistas, viabilizando a extração de mais-valia relativa nas economias centrais, a partir de dois aspectos principais: i) o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho; e ii) a oferta de matéria-prima em quantidade suficiente para garantir maior produtividade.

Reconhecer as peculiaridades do desenvolvimento capitalista dos países dependentes consiste num primeiro passo, que exige uma maior aproximação para que se identifique características específicas de cada país e região, considerando também os diferentes momentos históricos. Para Filgueiras (2013), a década de 1990 marca o início de um novo “padrão de desenvolvimento capitalista” no país, denominado por ele como Modelo Liberal Periférico. Essa formulação, que reduz o grau de abstração da análise, fornece respostas específicas para o estudo da realidade do Brasil, permitindo a identificação dos elementos que o diferenciam dos demais países da América Latina. Sendo assim, para Filgueiras (2013), o conceito de padrão de desenvolvimento capitalista:

[...] é definido como um conjunto de atributos – econômicos, sociais e políticos - que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico (FILGUEIRAS, 2013, p.8).

Adicionalmente, destaca-se a interpretação apresentada por ele sobre o período que se inicia em 1990, que pode ser compreendido a partir das alterações na composição do bloco no poder<sup>6</sup>, que se desdobra na implementação de diferentes Regimes de Política Macroeconômica (RPM).

Em suma, dentro do mesmo padrão de desenvolvimento, podem-se ter distintos regimes de política macroeconômica: no primeiro Governo FHC o regime caracterizou-se pelo uso da ‘âncora cambial’, pela abertura comercial-financeira da economia e a valorização do Real; no segundo Governo FHC, em virtude de uma crise cambial, instituiu-se o tripé (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante); na virada do primeiro para o segundo Governo Lula, tendo como pano de fundo uma conjuntura econômica internacional favorável, flexibilizou-se esse tripé e adotaram-se políticas complementares; no primeiro Governo Dilma foi mantida essa mesma política e, no segundo, começou uma volta ao tripé rígido; e, por fim, no Governo Temer adotou-se de vez, de forma ainda mais radicalizada, o tripé rígido (FILGUEIRAS, 2017. p. 160).

No período subsequente, marcado pela vitória eleitoral de um governo federal marcadamente alinhado com a perspectiva da extrema direita, liderado pelo ex-deputado federal e então presidente Jair Bolsonaro, aprofundam-se as políticas que visam favorecer os setores primários destinados à exportação, o que reforça a tendência observada por Filgueiras (2017), que evidencia e aprofunda cada vez mais o caráter de dependência do país no contexto da divisão internacional do trabalho.

Posto isto, cabe apresentar o segundo recorte conceitual, que trata de delimitar a concepção de Estado utilizada como referência na pesquisa. A partir desse instrumental foi possível analisar de que maneira os interesses de uma classe, ou fração de classe, se inscrevem na concretude das políticas de Estado. Com base nessas definições fora elaborada, também, a perspectiva metodológica adotada na análise sobre a ação das agências e agentes ligados aos interesses do

---

<sup>6</sup> Filgueiras utiliza a noção de bloco no poder formulada por Nicos Poulantzas, afirmando que “Caracterizar o bloco no poder implica em identificar o conjunto de classes e/ou frações de classe dominantes, articuladas e sob a hegemonia e direção de uma delas, que dominam e dirigem o Estado. Essa hegemonia, para ter certa estabilidade, expressa a dominância e liderança de determinada fração do capital no processo de acumulação em curso, que inclui a sua capacidade de contemplar os interesses de outras frações do capital” (FILGUEIRAS, 2013. p. 9).



setor mineral na Bahia, além de como atuam para viabilizar o processo de expansão observado no período analisado.

Preliminarmente, é importante esboçar a compreensão sobre alguns conceitos chave que compõem o arcabouço teórico abordado. Nesse sentido, é possível partir da distinção entre a ideia de Estado Ampliado, Estado restrito (sociedade política) e sociedade civil. A noção de Estado Ampliado parte do pressuposto da indissociabilidade entre sociedade política e sociedade civil, tendo em vista que estes interagem numa totalidade complexa e que podem se separar apenas como forma didática de exposição.

A partir dessas questões, começam a se delinear os contornos do conceito gramsciano de Estado, o qual, diferentemente de Lenin, por exemplo, é entendido em sua acepção mais ampla e orgânica, como o conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil, resultando no que Gramsci denomina de “Estado Integral”, ou Estado Ampliado, como o querem alguns estudiosos de sua obra, como por exemplo, Cristine Buci-Gluksmann (1980) (MENDONÇA, 2014, 34).

Ao defender essa noção da formulação de Gramsci sobre o Estado, Mendonça (2014) afirma ainda que:

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política) (MENDONÇA, 2014, p. 34).

Dando continuidade, Mendonça (2014) destaca um aspecto importante da formulação de Gramsci acerca do Estado o qual, segundo ela, transborda o escopo meramente conceitual, constituindo-se como uma poderosa ferramenta metodológica, contendo em si um roteiro rico para a análise da questão do Estado e do exercício da hegemonia.

Por tudo até agora apresentado, considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras,

ormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade (MENDONÇA, 2014, p. 38).

Ao se orientar por essa perspectiva metodológica de abordagem sobre o Estado, Mendonça (2014) propõe, de maneira extremamente elucidativa, um roteiro que fora utilizado como referência para a presente análise. Como forma de exemplificar a aplicação desses conceitos numa análise concreta, ela apresenta a abordagem contida nos livros “O Ruralismo Brasileiro”, que se trata da versão condensada de sua tese de doutorado, e “Um Ministério dos Industriais”, de autoria de Álvaro Bianchi, também uma versão reduzida do trabalho de doutoramento.

Uma primeira orientação metodológica decorrente dessas experiências diz respeito ao ponto de partida da investigação, que se dá com a análise detalhada das publicações das entidades selecionadas “de modo a inferir seus quadros dirigentes, bases sociais, cotidiano de funcionamento institucional, além de projetos e demandas homogêneas ou conflitivas” (MENDONÇA, 2014, p. 39).

Posto esse como primeiro “desafio” metodológico é possível avançar para a análise da forma como esses grupos estabelecem sua relação com o Estado no seu sentido restrito, a esse respeito, Mendonça (2014) afirma que:

É da correlação de forças estabelecidas entre esses atores coletivos e os respectivos aparelhos privados de hegemonia por eles representados que se pode partir para o estudo minucioso não apenas de suas ações coletivas, mas também de suas campanhas, propagandas ideológicas e *modalidades de correlação com o Estado restrito*, uma vez que a emergência dessas associações pode influir tanto sobre o contexto econômico, quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas (MENDONÇA, 2014, p. 40).

Para analisar as agências específicas do Estado no seu sentido restrito, Mendonça (2014) orienta a observação de três aspectos fundamentais: i) base social representada nesses órgãos; ii) correlação de forças vigentes nessa instituição; e iii) as políticas efetivamente implementadas e sua relação com a agenda propostas pelos aparelhos privados de hegemonia (MENDONÇA, 2014). É com base nessa proposição que se procedeu a análise sobre a ação do Estado durante o processo de expansão recente da atividade de exploração mineral na Bahia.

O roteiro dos procedimentos metodológicos utilizados para atender aos objetivos específicos será apresentado na introdução de cada um dos capítulos, tendo em vista que esta tese se estrutura de uma forma em que cada um dos quatro capítulos tenta expor as reflexões elaboradas a partir de cada um dos objetivos específicos.

Desse modo, o capítulo 2, “Dependência e exploração mineral na Bahia: a expansão a partir dos anos 2000”, busca apresentar os aspectos mais gerais do crescimento da atividade mineral na Bahia, contextualizando esse processo junto às transformações no âmbito nacional e internacional. Este capítulo está dividido em três seções, que discutem o surgimento e as características da Teoria da Dependência, destacando aspectos que contribuem para uma leitura da realidade dos países da América Latina e sua inserção na dinâmica de produção da economia mundial. Além disso, é apresentado o conceito de Padrão de Desenvolvimento, especificando as características do Modelo Liberal Periférico e a expansão da atividade extrativista mineral no Brasil. Por fim, são apresentados e discutidos os dados que demonstram a expansão da atividade mineral na Bahia no período de análise.

O capítulo 3, “Perfil das maiores empresas mineradoras em atuação na Bahia: concentração da atividade e controle do capital estrangeiro”, apresenta, inicialmente, uma caracterização das maiores e mais influentes empresas de mineração em atuação na Bahia, sendo estas: Jacobina Mineração - Yamana Gold; Mineração Caraíba S/A; Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA); Bahia Mineração (BAMIN); Atlantic Nickel/Appian Capital Advisory; Imi Fabi Talco; Leagold, Lipari Mineração; Mineração Caraíba; Pedra Cinza Mineração; RHI Magnesita; e Vanádio de Maracás. Nessa caracterização são abordados os aspectos históricos, o tipo de mineral produzido, participação na produção nacional e estadual, origem do capital, destino da produção, entre outros elementos que contribuem para uma análise consistente desse setor na Bahia.

O capítulo 4, “Estado, agências e agentes no processo de expansão da atividade mineral na Bahia”, apresenta, primeiramente, uma breve aproximação da concepção de Estado que se utiliza na análise. Em seguida, são identificadas e caracterizadas as principais entidades e órgãos que atuam no processo de estímulo ao setor de exploração mineral, tanto no âmbito do Estado restrito quanto no da sociedade civil. A ideia de agências e agentes permite perceber de que maneira os interesses particulares, individuais ou coletivos, se inscrevem nas ações das agências do Estado no seu sentido restrito, articulados pela ação de agentes que permutam

entre esses espaços representando esses interesses. No caso específico da Bahia são analisadas agências que atuam no processo de elaboração e concretização do discurso e de políticas voltadas ao crescimento do setor de exploração mineral. Nessa análise foram abordadas, centralmente, IBRAM, SINDIMIBA, FIEB, SDE e CBPM.

A partir dessa caracterização se procede uma abordagem, no quinto e último capítulo, “Portos abertos, olhos fechados: ação do Estado e geração de conflitos diante da expansão da exploração mineral na Bahia”, que busca apresentar, numa perspectiva cronológica, a articulação entre essas agências no sentido de viabilizar os interesses de expansão da atividade mineral, demonstrando também como, ao longo do período estudado, há uma maior presença de segmentos da sociedade civil em atuação nesse processo. Neste capítulo é discutida, também, a construção do discurso sobre a exploração mineral que visa associar a identidade da economia baiana à exploração mineral. Por fim, com base nesse discurso que apresenta a mineração como promotora do desenvolvimento, são abordados alguns dos impactos socioeconômicos e ambientais derivados dessa atividade em algumas experiências da Bahia. Dessa forma, a realidade dessas experiências, a partir de dados sobre conflitos associados à mineração, são contrastados com o referido discurso, demonstrando parte das contradições dessa perspectiva de desenvolvimento em curso na Bahia.

## 2 DEPENDÊNCIA E EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA: A EXPANSÃO A PARTIR DOS ANOS 2000

Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço).

Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência.

Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas.

Eduardo Galeano

No prefácio à edição em português de “As Veias Abertas da América Latina”, publicada em 2010, Eduardo Galeano lamentou a atualidade das questões apresentadas por ele quarenta anos antes, problemas que permanecem e incitam sua interpretação e superação. A persistência dessa condição que estrutura o conjunto das relações sociais na América Latina é parte do que motiva esta pesquisa, que busca observar como esses elementos apontados por Galeano se manifestam numa porção territorial específica da América Latina, o estado da Bahia, com um olhar específico sobre a questão da mineração, tentando abarcar os aspectos econômicos e políticos que envolvem o avanço da exploração desses recursos no estado.

A análise sobre as questões ligadas ao desenvolvimento econômico, especialmente quando relacionadas a fenômenos locais ou regionais, coloca como desafio para uma melhor observação o estabelecimento de conexões que relacionam essa realidade com a de outras esferas, sejam estas a dinâmica nacional ou mesmo do mercado mundial, considerando também aspectos da trajetória histórica. Isso se deve ao elevado grau de integração que a economia capitalista assume, exigindo cada vez mais o exercício de compreensão das conexões entre o “todo e as partes”, a fim de observar os elementos específicos dessa

realidade associados aos que compõem o escopo mais geral, presentes nas diferentes esferas e experiências.

Desse modo, é importante considerar que as transformações ocorridas no processo de desenvolvimento capitalista, destacando-se as que se deram a partir da década de 1970, acabaram por redefinir o perfil da acumulação do capital, caracterizando um momento específico na forma de reprodução da economia capitalista.

Afinadas com a doutrina neoliberal, as políticas adotadas nesse período têm como característica marcante a aversão à regulação do mercado. Em linhas gerais, a implementação dessas políticas se desdobra numa maior abertura comercial, desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização das relações de trabalho, mudança no perfil de ação do Estado e da estrutura corporativa, entre outras transformações que acabam intensificando o deslocamento de capitais ao redor do globo, seja ele na sua forma financeira, em busca de maiores taxas de rendimento, ou do capital produtivo, atraído por custos de produção mais baixos em regiões periféricas do capitalismo mundial, intensificando a precarização das condições de trabalho e de vida em grande parte desses países.

As características dessa fase da acumulação se manifestam de maneira particular nas economias historicamente inseridas de forma subordinada na divisão internacional do trabalho e apresentam diferenciações na sua forma, seguindo um roteiro próprio em cada uma delas. A trajetória histórica de cada economia e a ação dos diferentes agentes políticos que atuam nesse processo acabam por delinear de maneira mais definida os contornos que esse projeto assume, expressando a correlação de forças políticas existente em cada país em um dado momento. Desse modo, os referidos ajustes, que começaram a ser implementados de maneira mais sistemática no Brasil a partir de 1990, não emergiram de maneira espontânea e linear, nem foram simplesmente transpostos da realidade de outros países. Ou seja, se trata de um projeto que teve que moldar sua conformação concreta a partir da dinâmica de alteração na correlação de forças entre as diferentes classes e frações de classe que compõem o bloco no poder.

Diante desse cenário, a economia brasileira expressa um aprofundamento dos traços históricos de dependência e apresenta mudanças qualitativas nessa condição. Notadamente, a partir do início dos anos 2000 constata-se uma alteração na pauta exportadora, caracterizada pelo crescimento na participação de produtos primários, a exemplo dos oriundos da produção

agrícola e exploração mineral, como será demonstrado em números um pouco mais adiante. Por outro lado, nesse mesmo período se observa uma redução relativa da participação de produtos manufaturados na pauta de exportações, configurando assim o cenário de manutenção e aprofundamento da condição de dependência, tendo em vista que essa maior especialização da pauta exportadora deixa a dinâmica econômica interna mais vulnerável às oscilações no mercado mundial.

É nesse contexto mais amplo de transformações da dinâmica capitalista que se insere a expansão da atividade mineral na Bahia. Como resposta à crescente demanda no mercado mundial a dinâmica de produção se alterou no estado, que acabou se inserindo de maneira mais orgânica nos processos internacionais de produção, ocupando o papel de fornecedor desses produtos primários, dentre os quais se destacam os oriundos do agronegócio e da mineração. Nessa perspectiva, a trajetória trilhada até esse resultado é o elemento a ser tratado neste capítulo, buscando apresentar a relação entre as mudanças no cenário internacional, as medidas econômicas mais gerais adotadas no país e as alterações específicas do setor de mineração na Bahia, que concomitantemente conduzem a esse aprofundamento da condição de dependência.

Dessa forma, o objetivo do capítulo consiste em contextualizar o processo de expansão da atividade do setor mineral na Bahia, observada a partir dos anos 2000, à luz das transformações ocorridas no mercado mundial e na estrutura e dinâmica da reprodução capitalista no Brasil.

Para tanto, foram utilizados dois procedimentos metodológicos, sendo o primeiro de cunho teórico, a partir de uma revisão dos aspectos que caracterizam o desenvolvimento dependente no Brasil, onde foram acionados alguns dos conceitos formulados no campo da Teoria da Dependência e seus desdobramentos, como a ideia do Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, na tentativa de caracterizar o cenário em que se inscreve essa pesquisa e de aproximar a interpretação desse período à realidade brasileira.

O segundo procedimento consistiu na sistematização de dados que demonstram a expansão do setor mineral no Brasil e na Bahia durante esse período. Os dados utilizados no âmbito nacional têm como fonte a base de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e relatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Na esfera estadual foram utilizados

dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), disponibilizados nos relatórios “Desempenho da mineração na Bahia 1989 – 2000” e “Avaliação da produção mineral da Bahia 2002 – 2006”, além dos dados divulgados no “Sumário Mineral da Bahia” e “Desempenho da Mineração Baiana”, nos quais constam os dados mais recentes. Além destes, foram utilizados dados e outras informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

O capítulo se divide em três seções. A primeira, “A Teoria da Dependência e seu lugar na história”, trata de contextualizar o surgimento da Teoria da Dependência e caracterizá-la, tentando situar essas formulações no conjunto das teorias do desenvolvimento e apresentar algumas das diferenças dentro das próprias análises que usam a Dependência como viés interpretativo.

A segunda seção, denominada “Mineração no Brasil no contexto do Modelo Liberal Periférico”, apresenta os aspectos mais conjunturais dessas transformações, buscando caracterizar o padrão de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil e de que maneira isso está associado ao cenário internacional de transformações, destacando-se aí o processo de financeirização da economia e o que ficou conhecido como *boom* das *commodities*, fenômeno impulsionado pelo acelerado crescimento da economia chinesa. Diante disso, é discutido de que maneira esse processo se relaciona com a expansão da atividade mineral no país, principalmente destinada à exportação.

A terceira e última seção “A expansão do setor mineral na Bahia”, busca apresentar os desdobramentos dessa expansão no caso específico da Bahia, expresso em alguns dados referentes a essa atividade, revelando aspectos do funcionamento interno desse setor e analisando de que maneira isso está associado ao cenário conjuntural traçado anteriormente. Nesse sentido, busca-se compreender a importância da expansão da atividade mineral e de que maneira ela está inserida nesse processo de ajustes e, principalmente, no aprofundamento do caráter dependente da economia brasileira.

## 2.1 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E “SEU LUGAR NA HISTÓRIA”

O historiador britânico Eric Hobsbawm (1995), em “A Era dos Extremos”, apresenta importantes contribuições para a interpretação da história contemporânea, destacando os



principais acontecimentos e transformações que marcam o que nomeou de “Breve Século XX”. Entre os eventos históricos relevantes apresentados por ele se destacam, para fins da contextualização aqui proposta, os que delimitam e caracterizam os dois primeiros recortes temporais apresentados pelo autor. O primeiro tem início em 1914 e se encerra em 1945, denominado como a “A Era da Catástrofe”. O segundo período se inicia em 1945 e se encerra na década de 1970, chamado de “A Era de Ouro”.

Esses acontecimentos merecem atenção por estarem diretamente relacionados com o debate que se quer levantar aqui inicialmente, que trata do surgimento das Teorias do Desenvolvimento Econômico e, mais especificamente, da Teoria da Dependência. Apesar dos principais marcos utilizados como referência para a delimitação desses períodos estarem ligados aos conflitos das duas Guerras Mundiais, as transformações econômicas que ocorreram durante e após esse período se apresentaram como substrato concreto para que emergissem diferentes formulações teóricas sobre os condicionantes do desenvolvimento econômico nesse século, os quais se vinculam a variadas matrizes teóricas.

Como aponta o próprio Hobsbawm (1995), o período "entre guerras" foi marcado não apenas pelas turbulências diretamente relacionadas aos conflitos militares, mas também pelo novo cenário econômico que se produziu nesse intermédio, caracterizado pela grande depressão econômica e corrosão das instituições políticas de representação da democracia liberal, possibilitando o surgimento de diferentes formas de governo com viés autoritário.

Ao descrever a crise econômica que se expressou mais fortemente a partir de 1929, Hobsbawm utiliza as seguintes palavras:

Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos — a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la (HOBSBAWM, 1995, p. 74).

Observa-se, portanto, a dimensão global dessa crise e seu efeito devastador, não apenas no que se refere aos indicadores econômicos, que apresentavam um cenário de aguda depressão,

mas também do ponto de vista da fragilização das instituições políticas representativas da democracia liberal na época. Ao se referir a esse aspecto, Hobsbawm (1995) afirma que:

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara (HOBSBAWM, 1995, p. 93).

Somada a essa corrosão das instituições políticas, que em parte foi influenciada pela expansão do ideário autoritário fascista, observa-se também a fragilização do pensamento liberal no que tange à condução das políticas econômicas, a qual exercia hegemonia até o início do período descrito. Medidas adotadas já no início da década de 1930 demonstram uma nova tendência de ação no campo das políticas econômicas, calcadas numa participação mais efetiva do Estado, a partir do estímulo ao investimento e consumo. Essas medidas tiveram amparo teórico nas formulações de John Maynard Keynes, perspectiva que no pós-guerra se constituiria como o novo perfil de condução das políticas econômicas em grande parte do mundo capitalista desenvolvido até o início da década de 1970.

Ainda no período entre guerras é possível observar, por exemplo, uma mudança significativa no padrão monetário internacional, que reflete o novo arranjo de poder que se delineava na economia global. O padrão-ouro clássico, estabelecido entre 1870 e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que era liderado pela economia britânica, foi substituído por um arranjo monetário de caráter mais nacionalizado, tendo as autoridades de cada país mais autonomia na regulação do valor das moedas, desencadeando um regime de grande flutuação cambial a nível internacional. Com isso, se evidencia a fragilização da hegemonia britânica e o início de uma nova conformação de poder no sistema econômico internacional, rompendo com a ideia do equilíbrio automático característico do padrão-ouro do início do século (GILPIN, 2002).

Para fins ilustrativos, a respeito desse novo cenário que se estabeleceu a partir de 1930, podem ser citadas algumas medidas adotadas nos Estados Unidos que constituíam a política do *New Deal*. Essa nova orientação consistia na reformulação de um conjunto de aspectos ligados à condução da política econômica, passando por uma maior regulação do sistema

bancário, como foi possível observar na implementação da Lei bancária de 1933, que criou instrumentos como o seguro federal de depósito e o *Glass-Steagall*, que acabou por separar as funções dos bancos comerciais e de investimento, a fim de tornar o sistema financeiro mais seguro (RUSSEL, 2007).

Além dessas medidas podem ser apontadas outras, que foram direcionadas especificamente para os setores industrial e agrícola, como a Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA) e a Lei de Ajuste Agrícola. Aprovadas também em 1933 tinham como objetivo estimular a atividade e lucratividade desses setores, bem como regular as relações de produção e trabalho, além de garantir preços suficientemente elevados para produtos agrícolas (SKOCPOL; FINEGOLD, 1982).

Com o término da Segunda Guerra Mundial dá-se início a um novo ciclo de crescimento econômico a nível internacional. A posição hegemônica conquistada pelos EUA, ratificada no acordo de Bretton Woods<sup>7</sup>, trouxe à tona os debates sobre um novo modelo de governança global, que passou pela criação dos organismos multilaterais, os quais cumpririam o papel de promover o crescimento econômico a partir da intensificação do comércio internacional, da reconstrução dos países devastados pelos conflitos da guerra e, por outro lado, buscavam garantir a coesão do bloco capitalista em meio às disputas da Guerra Fria.

O efeito econômico positivo dos “Anos Dourados” se concentrou principalmente nos Estados Unidos, que manteve um ritmo de crescimento acelerado já observado no período anterior, e nos países da Europa, destacando-se aí os que já apresentavam um grau de desenvolvimento relativamente elevado no período precedente à Segunda Guerra. Por outro lado, os países situados na América Latina, África e em parte da Ásia apresentavam sérias limitações no processo de desenvolvimento econômico, compondo um bloco de economias a ser analisado de maneira particular, a fim de se compreender os aspectos limitantes do desenvolvimento.

Esse contexto se constituiu em um terreno extremamente fértil para a reflexão teórica sobre a realidade econômica desses países e acabou desencadeando na erupção do campo de análise ligado ao desenvolvimento econômico.

---

7 “O Acordo de Bretton Woods refletia a hegemonia dos Estado Unidos no pós-guerra. Oficialmente, no papel de reserva internacional, o dólar foi vinculado à mercadoria que historicamente tem representado o dinheiro universal – o ouro” (KILSZTAJN, 1989, p. 88).

Antes de 1945 praticamente não encontramos qualquer menção à “economia do desenvolvimento”. A ideia comum era que a teoria econômica se aplicava a todos os tempos e lugares. Em menos de dez anos, a economia do desenvolvimento no que os teóricos da época denominavam de países “atrasados” se tornara a área mais pesquisada e publicada da economia acadêmica (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012, p. 437).

A problemática principal que orientava a discussão da economia do desenvolvimento residia justamente na disparidade dos resultados desse processo de crescimento no pós-guerra, buscando compreender os condicionantes do desenvolvimento desigual e construir proposições a serem adotadas no sentido de superar a condição de “subdesenvolvimento”.

Isto posto, serão apresentadas algumas dessas elaborações, dando ênfase à interpretação pautada na perspectiva da dependência que, mesmo se tratando de um arcabouço conceitual amplo e diverso, fornece subsídios importantes para a interpretação acerca da expansão da atividade de exploração mineral no Brasil e na Bahia.

### **2.1.1 Teoria da Modernização**

Um primeiro conjunto de autores que podem ser mencionados compõem o campo da “teoria da modernização”. Mesmo havendo especificidades na formulação de cada um deles, é possível identificar aspectos que dão coesão à análise por eles proposta, afinadas com a perspectiva ortodoxa da economia. A interpretação do subdesenvolvimento apontada por essa vertente se pauta na polarização entre dois “tipos” de sociedade, a tradicional e a moderna. A primeira seria caracterizada por conter atividades econômicas com menor grau de tecnologia incorporada e com menor integração dessa produção com o mercado, sendo direcionada, em certa medida, para a própria subsistência ou num circuito de comércio mais restrito ao âmbito local. Em contrapartida, as sociedades com elevado grau de produtividade, com uma maior complexificação na divisão do trabalho e integradas mais organicamente à dinâmica de mercado caracterizavam o segundo tipo, as sociedades modernas.

Considerando essa tipologia, a teoria da modernização aponta os aspectos que condicionam o “atraso” dessas sociedades subdesenvolvidas, tendo como justificativa para essas questões os problemas internos dessas economias, desconsiderando as relações mais gerais do mercado mundial e os condicionantes históricos influenciados por ele. Um ponto relativamente comum entre as formulações desses autores é a ideia da insuficiência da poupança, fato que não

permitia investimentos mais elevados proporcionalmente à renda nacional e isso, por sua vez, não dava margem para a “modernização” dessas economias a partir da própria dinâmica interna. Segundo Moreira e Crespo (2011):

Entre as principais teorias da modernização, destacam-se as seguintes: (i) o “grande impulso” de Rosenstein-Rodan (1943); (ii) o “crescimento equilibrado” de Nurkse (1952, 1953) - em sequência do mecanismo que ficou conhecido como “círculo vicioso da pobreza”; (iii) a estratégia de “crescimento desequilibrado” de Hirschman (1958); (iv) a tese da “causalidade circular e cumulativa” de Myrdal (1957); (v) os “polos de crescimento” de Perroux (1955); (vi) o “modelo dos dois setores com oferta ilimitada de força de trabalho” de Lewis (1954, 1955); (vii) a “descolagem” da teoria das etapas de crescimento de Rostow (1956, 1960) (MOREIRA; CRESPO, 2011, p. 28).

A vinculação dessa concepção teórica ao campo da ortodoxia liberal se expressa, por exemplo, na explicação apresentada para duas questões importantes: a do comércio exterior e a da inflação. Para a teoria da modernização, que se afinava com a ideia da “lei das vantagens comparativas”<sup>8</sup>, o comércio externo seria benéfico a todos os países envolvidos, independentemente do tipo de produto que exporta ou importa. Essa relação, segundo eles, seria ainda mais vantajosa para os países “atrasados”, tendo em vista que a intensificação do comércio com os países desenvolvidos poderia gerar o impulso necessário para se “modernizar”.

A respeito da inflação, o diagnóstico e a proposição apresentados por eles também compunham o receituário da economia ortodoxa, sendo esta compreendida apenas como desajuste na relação entre oferta e demanda de moeda, estando restrito ao âmbito monetário. Por sua vez, esse problema poderia ser resolvido com políticas específicas de controle da quantidade de moeda em circulação e outras medidas restritivas nesse sentido, a exemplo da elevação da taxa de juros.

Em suma, a literatura do desenvolvimento anglo-saxônico do segundo período pós-guerra considera que o crescimento econômico é um processo condicionado pelas possibilidades de superação de estrangulamentos internos que se relacionam com a acumulação de capital na indústria ou no setor moderno da economia. A ênfase destes autores está na especificação do potencial caminho a seguir para o progresso econômico das regiões

---

<sup>8</sup> A Lei das Vantagens Comparativas é uma das formulações de David Ricardo, formulada no século XIX e afirmava que o comércio estabelecido entre duas nações sempre seria vantajoso mutuamente, sem distinção dos produtos que cada um desses países comercializa.

largamente pré-industriais e sua possível aproximação aos níveis de rendimento per capita das regiões industrializadas. Na eventualidade de um país não conseguir criar as condições necessárias para entrar num círculo virtuoso do desenvolvimento, o país mantém-se subdesenvolvido - “*stuck in a low-level trap*” - e em estado de divergência real (MOREIRA; CRESPO, 2011, p. 31).

Um último elemento a ser pontuado sobre essa perspectiva teórica é que suas formulações pretendiam ter caráter universal, ou seja, as interpretações sobre o desenvolvimento apresentadas por eles, a partir da experiência de países desenvolvidos, seriam passíveis de aplicação em qualquer realidade econômica, sem considerar os elementos históricos e concretos de cada país ou região. Dessa forma, o subjetivismo dessa corrente deixa transparecer o conteúdo ideológico presente nas entrelinhas de suas formulações pois, mesmo reivindicando um lugar de “neutralidade axiológica”, objetivavam conter o avanço da perspectiva crítica à lógica de acumulação capitalista, que ganhava espaço no contexto do pós guerra, sejam as que propunham reformas para a superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo, ou as que defendiam transformações mais profundas, tendo como horizonte a construção de uma sociedade socialista.

### **2.1.2 O pensamento da CEPAL**

Em contraponto à interpretação apresentada pela teoria da modernização, surgiram outras correntes teóricas em torno do debate do desenvolvimento econômico, mais enraizadas na realidade dos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina. Uma delas é a visão estruturalista, elaborada no seio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Criada em 1948, vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), a CEPAL tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos da América Latina e do Caribe. Composta por uma gama relativamente grande de intelectuais, dentre os quais podem ser destacados Raul Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Osvaldo Sunkel, Anibal Pinto, entre outros.

Para que os trabalhos propostos pela CEPAL pudessem avançar foi necessário se debruçar de maneira mais efetiva sobre a realidade desses países, sistematizar informações até então muito escassas e aprofundar a leitura para identificar as causas dessa diferença relativa no perfil das

economias latino-americanas. Isso fez com que a CEPAL se destacasse pela originalidade das formulações e essa preocupação com a especificidade desses países já diferenciava, em primeira instância, sua abordagem quando comparada à teoria da modernização, justamente por considerar as características históricas que condicionaram essa posição de subdesenvolvimento no contexto do capitalismo internacional.

No prefácio da edição organizada em comemoração aos cinquenta anos da CEPAL, Bielschowsky (2000) aponta alguns dos elementos que deram unidade ao pensamento da CEPAL durante todo esse período:

É possível identificar quatro traços analíticos comuns aos cinco decênios. O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do *enfoque histórico-estruturalista*, baseado na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: *Análise da inserção internacional* e *Análise dos condicionantes estruturais internos* (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da análise das necessidades e possibilidades de ação estatal (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17).

As teses defendidas pela CEPAL elevaram o debate sobre a questão do subdesenvolvimento na América Latina a um novo patamar. Isso se deve, em grande medida, ao roteiro metodológico construído e às escolhas temáticas que são relativamente originais nesse campo de debate. O instrumental analítico acabou permitindo perceber as transformações dessas economias num contexto mais amplo, tomando os condicionantes internos como um dos fatores, mas dentro de um quadro mais complexo da relação existente entre “centro e periferia” no capitalismo.

Duas dessas teses defendidas pela CEPAL podem ser apontadas, as quais expressam a divergência com a interpretação construída pela perspectiva ortodoxa. A primeira diz respeito à análise do papel do comércio internacional que, na formulação da CEPAL, é compreendido como desvantajoso aos países da periferia nos termos em que se davam à época, devido ao processo que denominaram “deterioração dos termos de troca”. No longo prazo, as mercadorias exportadas pelos países periféricos, que em grande parte se constituem de produtos primários, tendem a se desvalorizar quando comparadas às mercadorias importadas dos países centrais, normalmente compostas por produtos manufaturados. Dessa forma, os países periféricos precisam exportar cada vez mais mercadorias para garantir que haja equivalência entre exportação e importação (KAY, 2018).

A lição tirada dessa descoberta por parte de Prebisch e sua equipe, na CEPAL, foi a de que a periferia deveria mudar a sua estratégia de desenvolvimento, do “para fora” em direção ao “para dentro”. Isso teria de ser feito a partir dos estados da periferia, ao promoverem a industrialização através de vários meios, como o protecionismo, os subsídios e os investimentos em infraestrutura para as nascentes indústrias, um processo que se tornou conhecido como “substituição de importações” (KAY, 2018, p. 453).

A segunda tese mencionada reflete a visão estruturalista sobre as causas do processo inflacionário, tomando como referência o processo enfrentado pelos países da América Latina. Nessa interpretação também fica demarcada a diferença com a perspectiva da teoria da modernização, como apontado por Kay.

Ao invés de enfatizar os fatores monetários, os estruturalistas cepalinos se debruçaram no que eles chamaram de fatores estruturais subjacentes ao fenômeno inflacionário, como a ineficiência do setor agrícola em aumentar a oferta de comida para satisfazer à demanda crescente, desse modo aumentando o preço dos alimentos, causando uma demanda por aumento dos salários dos trabalhadores, e assim por diante, criando uma espiral inflacionária (KAY, 2018, p. 453).

Em síntese, o estruturalismo da CEPAL forneceu contribuições importantes para uma leitura mais próxima da realidade latino-americana, rompendo em parte com a análise da teoria da modernização e elaborando um novo instrumental analítico. A partir dessas interpretações, os autores da CEPAL defendiam que o processo de desenvolvimento só seria possível a partir da adoção de uma política de industrialização substitutiva de importações e que nesse processo o Estado teria papel fundamental, direcionando investimentos e viabilizando a construção da infraestrutura necessária para o avanço dos setores considerados estratégicos dentro dessa perspectiva.

Essas proposições, elaboradas no âmbito da CEPAL, mesmo que não implementadas em sua totalidade chegaram a ser postas em prática em alguns países da América Latina, a exemplo do México, Argentina e Brasil. Ao apresentarem seus limites, tais medidas tornaram-se alvo de críticas, tanto por parte dos adeptos do pensamento liberal quanto pelas vertentes posicionadas à esquerda, destacando-se os defensores da Teoria Dependência, que além de discordarem das políticas “desenvolvimentistas”, também construíram outro arcabouço conceitual para identificar as causas da condição de “dependência” em que se encontravam as economias latino-americanas, mesmo que não fugindo, completamente, do que fora formulado no âmbito da CEPAL.



### 2.1.3 A Teoria da Dependência

A partir de meados da década de 1960, a Teoria da Dependência desponta como uma das leituras da época sobre a temática do subdesenvolvimento nos países periféricos, num cenário marcado por grande turbulência na América Latina. Em meio ao processo de crise do Modelo de Substituição de Importações (MSI) e diante dos sucessivos golpes militares – Brasil (1964); Argentina (1966); Uruguai (1968); e, posteriormente, Chile (1973) – essa vertente se constituiu, inicialmente, a partir da crítica a duas visões que hegemonizavam o pensamento social sobre a América Latina, em especial no campo progressista e da esquerda.

Uma primeira crítica apresentada pelos autores da Teoria da Dependência, em especial os de inspiração marxista, se direcionava à interpretação apresentada pela CEPAL, principalmente pelo contexto de desgaste das políticas desenvolvimentistas concretizadas a partir do MSI. Como aponta Bamberger (1978), tais proposições “correspondiam ao pensamento da burguesia industrial nacional da América Latina”, complementando resumidamente essas críticas da seguinte forma:

[...] el supuesto de un "modelo" de desarrollo calcado de los países desarrollados hacia el cual América Latina debería encaminarse; para eso era necesario - y se creía posible - eliminar los obstáculos sociopolíticos y culturales al desarrollo que estaban incrustados en las llamadas "sociedades tradicionales" a través de la utilización racional de los recursos nacionales por medio de un planeamiento racional; como condición de ello era necesaria la movilización y organización de la voluntad nacional para la política de desarrollo. El supuesto básico de que el desarrollo interesa a todos (sin preguntar por cierto qué tipo de desarrollo interesa a cada clase) daba la premisa clave para una ideología del desarrollo. Esa ideología ya venía siendo promovida en América Latina a través de las mejores expresiones del nacionalismo populista<sup>9</sup> (BAMBERGER, 1978, p. 4).

Ao analisar as proposições oriundas da interpretação da CEPAL, Bamberger (1978) aponta um dos principais elementos que fragilizam a perspectiva desenvolvimentista, pois o processo de

---

9 “[...] a assunção de um "modelo" de desenvolvimento calcado nos países desenvolvidos ao qual a América Latina deveria seguir; Para isso, era necessário - e se mostrou possível - eliminar os obstáculos sociopolíticos e culturais ao desenvolvimento que estavam embutidos nas chamadas "sociedades tradicionais" por meio do uso racional de dois recursos nacionais a partir de um planejamento racional; Como condição para isso, era necessário mobilizar e organizar o apoio nacional à política de desenvolvimento. A suposição básica de que o desenvolvimento é do interesse de todos (perguntar ao certo que tipo de desenvolvimento é do interesse de cada classe) fornece uma premissa fundamental para uma ideologia do desenvolvimento. Essa ideologia já havia sido promovida na América Latina através das melhores expressões do nacionalismo populista.”

desenvolvimento não pode ser pensado sem reconhecer os interesses específicos das diferentes classes e frações de classe existentes nessa sociedade, aspecto que fora debatido com maior fôlego nas formulações da Teoria da Dependência.

A segunda crítica formulada entre os autores e autoras da Teoria da Dependência se dirigia à posição que era difundida pela Terceira Internacional<sup>10</sup> e reverberava nas proposições dos Partidos Comunistas da América Latina. Tal perspectiva defendia uma interpretação sobre o processo de desenvolvimento que tentava transpor de forma “mecânica e doutrinária” a leitura pautada no “marxismo revisionista”, difundida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (TRASPADINI, 2005).

Na concepção por eles defendida, um processo de transição para o socialismo só seria possível numa sociedade que já tivesse desenvolvido suficientemente suas forças produtivas. Partindo dessa premissa, para alcançar tal “estágio” no Brasil, eles defendiam a construção de uma aliança política entre os trabalhadores e a “burguesia nacional”, objetivando superar a condição de subordinação ao imperialismo estadunidense e avançar do estágio “pré-capitalista”, ou “feudal”, em direção a uma sociedade mais integrada à dinâmica de produção capitalista. Com isso, seriam fragilizados os segmentos políticos ligados às antigas oligarquias, abrindo-se um processo que tenderia a acentuar as contradições da relação capital-trabalho e assim se constituir as condições materiais para o processo revolucionário.

A crítica à essa visão foi apresentada por Bambirra (1978) da seguinte forma:

Esa crisis generalizada - económica, política, social y cultural - echa por tierra la concepción estratégico-táctica de los partidos comunistas que fundada en una interpretación dogmática y esquemática de la realidad latinoamericana preconizaba una alianza de las clases explotadas con la burguesía nacional progresista - dentro de la cual el proletariado debería luchar por su hegemonía - para alcanzar la instalación de gobiernos nacionalistas y democráticos, vale decir, "antioligárquicos", "antifeudales" y "antimperialistas"<sup>11</sup> (BAMBIRRA, 1978, p. 4).

---

10 A III Internacional, ou Internacional Comunista, foi uma organização criada em 1919, após o processo da Revolução Russa, manteve sua existência até 1943. Seu objetivo principal era construir a interlocução entre comunistas de todo o mundo e difundir a experiência soviética, tendo Lenin como principal liderança de sua fundação.

11 Essa crise generalizada - econômica, política, social e cultural - derruba a concepção estratégico-tática dos partidos comunistas que, a partir de uma interpretação dogmática e esquemática da realidade latino-americana, defendiam uma aliança das classes exploradas com a burguesia nacional progressista - dentro do qual o proletariado deve lutar por sua hegemonia - para conseguir a

Ao elaborar as críticas a essa visão, os teóricos da Teoria da Dependência apontavam para um equívoco metodológico, salientando que essa leitura não era condizente com as elaborações no âmbito do materialismo histórico e dialético, e defendiam uma análise que seguisse, nos termos elaborados por eles, uma postura mais “rigorosa” do ponto de vista metodológico. Com isso, buscavam apresentar uma interpretação mais orgânica sobre o processo histórico de desenvolvimento capitalista nos países da América Latina, leia-se, uma visão pautada nos processos históricos concretos desses países e na dinâmica das contradições próprias desse “capitalismo dependente”. Com isso, subsidiariam as proposições no campo da esquerda revolucionária com vistas à elaboração de uma estratégia mais enraizada nas necessidades históricas da população desses países.

Nesse contexto, os diferentes autores vinculados à perspectiva da dependência estruturaram suas teses, constituindo assim novos paradigmas para a interpretação das sociedades subdesenvolvidas da América Latina. Isto posto, cabe apresentar algumas categorias elaboradas nesse contexto, aproveitando seu potencial interpretativo para a construção, mesmo que no campo mais abstrato, do cenário de análise aqui proposta. Os aspectos selecionados para a apresentação dos elementos essenciais dessa teoria buscam expressar o corpo geral das formulações, tomando como base suas formulações iniciais, tendo em vista que outros aspectos, ligados à “atualização” dessa teoria serão abordados na seção posterior, os quais fornecem “categorias intermediárias” para análise mais específica das manifestações da dependência no Brasil no contexto de implementação das políticas neoliberais.

Um primeiro aspecto a ser abordado diz respeito ao próprio significado da dependência, tendo em vista que essa deve ser entendida de maneira dialética, considerando que o “subdesenvolvimento” de determinados países é fruto do próprio processo de “desenvolvimento” de outros. Ou seja, essa análise deve se dar de forma integrada, considerando o modo de produção capitalista como um sistema integrado globalmente, que irradia suas contradições de maneira específica a depender da forma de inserção de cada país ou região na dinâmica de divisão internacional do trabalho e na relação com o mercado mundial.

---

instalação de governos nacionalistas e democráticos, ou seja, "anti-oligárquicos", "antifeudais" e "anti-imperialistas".

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a superação das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141).

Do ponto de vista histórico, o processo que condicionou o avanço das relações capitalistas na Europa está intimamente associado à forma de inserção da América Latina na dinâmica internacional de produção e comercialização. Na verdade, o processo de ocupação das terras que passariam a se chamar de América logrou a alguns países europeus o domínio econômico, político e ideológico desses territórios, conquistados a partir do massacre dos povos que viviam nesse local e da expropriação de suas riquezas naturais. Portanto, a configuração da dependência tem origem no passado colonial, mas se aperfeiçoa e se reinventa à medida que o capitalismo, em nível internacional, também se transforma.

Com isso, a partir de meados do século XIX intensifica-se a divisão internacional do trabalho, principalmente por se efetivar, nesse período, o crescimento da produção industrial. O fenômeno da grande indústria foi possível, nas condições históricas sob as quais ocorreu, devido ao papel exercido pelos países dependentes, afirma Marini (2005), pois a oferta de produtos de subsistência foi o que possibilitou o avanço das relações capitalistas, viabilizando a extração de mais-valia relativa nas economias centrais a partir de dois mecanismos principais: i) o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho; e ii) a oferta de matéria-prima em quantidade suficiente para garantir maior produtividade.

Em síntese, a expansão da produção industrial dos países centrais tem como consequência uma maior demanda por matéria-prima, da mesma forma que se amplia a necessidade de bens de consumo que garantam a subsistência do contingente populacional envolvido no processo de produção. Dessa forma, se destaca a importância da produção específica oriunda dos países da América Latina, a qual esteve historicamente ligada a essas necessidades, viabilizando o processo de expansão observado na Europa.

Além dessas questões, Marini (2005) evidencia também o processo que denominou “segredo das trocas desiguais” na comercialização entre nações. Esse fenômeno está associado à relativa volatilidade dos preços de produtos primários no mercado internacional e, por outro

lado, à maior estabilidade de preços que é característica dos produtos manufaturados, apresentando queda de preço mais lenta. Esse processo não se deve apenas aos movimentos de preço no mercado influenciados pela oferta e demanda, mas pela quantidade de trabalho incorporado nesses produtos e pela produtividade do mesmo em cada país, o que acaba condicionando a “deterioração dos termos de troca”, depreciando assim os produtos primários no mercado internacional.

Esses aspectos inerentes à inserção da América Latina no mercado mundial têm como consequência a especialização dos países centrais do capitalismo na produção industrial, fornecendo produtos manufaturados no mercado internacional. Por outro lado, os países da América Latina também se especializaram, mas se inserindo na dinâmica internacional como produtores e fornecedores de bens primários, com baixo valor agregado.

Deriva daí, portanto, a ideia de que nos países dependentes existe um tipo de capitalismo “*sui generis*”, que mantém a essência das relações de exploração de classe do modo de produção capitalista, mas que concretamente expressam esse elemento de maneira particular, via de regra deixando transparecer mais explicitamente as contradições inerentes a esse processo.

Um dos aspectos que caracterizam essa realidade é a existência da superexploração da força de trabalho. Face às “desvantagens” dos capitalistas desses países dependentes na comercialização internacional, são criados mecanismos que lhes permitem a obtenção de taxas de mais-valia e lucro maiores, ao ponto de compensar essa desvalorização das trocas internacionais. A esse respeito, Marini (2005) destaca:

[...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI, 2005, p. 156).

Ao apresentar essa formulação, Marini (2005) aponta a existência do caráter específico nessas economias, o qual tem desdobramentos por toda organização social dependente, condicionando os trabalhadores desses países a formas mais precárias de subsistência quando comparadas aos países centrais. Isso não se expressa apenas no padrão de consumo de bens

suntuários, mas também no essencial para a reprodução da força de trabalho, que está submetida a condições de maior vulnerabilidade desde o ponto de vista alimentar, de moradia, condições de trabalho, e tudo mais que circunda a vida nas sociedades dependentes. Esses elementos configurariam uma expressão que acentua o caráter contraditório do modo de produção capitalista, diferenciando-se de como se dá nas economias centrais.

Esses elementos expressam um quadro geral que caracteriza a condição de dependência das economias da América Latina, em que as categorias estão situadas num nível de abstração elevado, sem distinção dos processos históricos específicos de formatação dessa dependência em cada país. Nesse sentido, destaca-se a contribuição apresentada por Bambirra (2012) que, ao explicitar e justificar a situação de dependência apresenta a necessidade de se manter o rigor na sua utilização, diferenciando duas dimensões que se situam em níveis de abstração diferente:

Embora a situação condicionante básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino-americanas tenha sido uma mesma *situação de dependência* frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, através de aproximações sucessivas à realidade concreta – isto é, empreendendo o trajeto desde um nível mais alto de abstração para níveis mais concretos –, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente (BAMBIRRA, 2012, p. 39).

Partindo dessa reflexão, Bambirra (2012) apresenta uma proposição de tipologia que permite diferenciar a estrutura dependente dos países da América Latina no período pós-guerra. A partir de uma categorização situada num “nível intermediário” de abstração, ela analisa a realidade latino-americana no período de expansão econômica dos EUA, marcado pela intensificação do caráter monopólico do capitalismo, o que reconfigura a estrutura dependente dessas economias.

Com base nas características da industrialização na América Latina, Bambirra (2012) propõe uma análise que parte da divisão dos tipos de estrutura dependente. Os “países de início antigo da industrialização”, a exemplo do Brasil, México, Argentina, Colômbia, Chile e Uruguai se enquadrariam no tipo A. São estes os países que começaram o processo de industrialização antes do período pós-guerra. Vale destacar que isso não iguala os processos de industrialização ocorridos nesses países, mas permite agrupá-los na mesma categoria

tipológica, exigindo uma análise mais detida para a compreensão da realidade de cada um desses países.

Aqueles “países cuja industrialização foi produto da integração monopólica”, são agrupados como do tipo B, composto por “Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba” (BAMBIRRA, 2012, p. 60). Nesse caso são os países em que o processo de industrialização se deu no momento de expansão após 1945.

Bambirra (2012) aponta ainda um grupo que comporia o tipo C, que seriam “países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial, que incluiria o Paraguai, o Haiti e, talvez, o Panamá” (BAMBIRRA, 2012, p. 60). Seriam estes os países que não haviam iniciado o processo de diversificação industrial até o início da década de 1970, período em que Bambirra (2012) escreve. A partir dessa formulação é possível perceber que mesmo na condição de dependência o processo histórico de cada país resguarda particularidades, que se expressam na dinâmica concreta da reprodução capitalista desses países e na sua condição de dependência.

Seguindo essa perspectiva, vale destacar que o encerramento do ciclo de expansão monopólica apontado por Bambirra (2012) se configura, por outro lado, no início de um novo ciclo, marcado pelo avanço das políticas neoliberais, que se inicia na década de 1970 e avança por várias economias do mundo, implementada de maneira mais sistemática no Brasil a partir do início da década de 1990, no caso brasileiro.

Esse quadro expressa os contornos gerais das formulações sobre a dependência. No entanto, as economias da América Latina podem ser melhor analisadas quando abordadas as particularidades de cada país, permitindo reduzir o grau de abstração para perceber, na dinâmica concreta, como esse perfil dependente se manifesta em cada realidade específica e também nos diferentes períodos históricos. Seguindo esse raciocínio, vale destacar as peculiaridades da dependência no contexto da reestruturação produtiva e do avanço das políticas neoliberais, que marcam a história do Brasil principalmente a partir da década de 1990. Para tanto, cabe também a apresentação de categorias que tentam fornecer uma perspectiva analítica, que permite tal aproximação.

## 2.2 MINERAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO

A década de 1970 marca o encerramento do ciclo de crescimento econômico da “Era de Ouro” e dá início a um novo momento na dinâmica de reprodução capitalista internacional. A crise enfrentada nessa década, que combinava “baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p. 2) acabou por fragilizar o pensamento hegemônico que até então orientava as políticas econômicas do pós-guerra, que constituíram o Estado de bem-estar social europeu. Dessa forma, se abriu espaço para o ressurgimento das críticas apresentadas pelos autores “neoliberais” que, já na década de 1940, se opunham ao modelo de crescimento econômico pautado numa intervenção do Estado voltada para a garantia de direitos sociais e estímulo direto à atividade econômica.

Frederick August Von Hayek, autor do livro “O Caminho da Servidão”, era um dos principais líderes da Sociedade de *Mont Pèlerin*, cujo “propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 1). Essa organização foi criada por um conjunto de intelectuais adeptos da perspectiva apontada por Hayek, dentre os quais se destacam “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros” (ANDERSON, 1999, p. 1).

De maneira sintética, o programa defendido por essa doutrina conjugava políticas econômicas que tinham como objetivo central a estabilidade monetária, se desdobrando em política fiscal restritiva, especialmente com cortes em políticas sociais e redução de impostos para os estratos de renda mais elevados. Eles apontavam também que a origem da referida crise residia no elevado poder relativo dos sindicatos, que a partir de sua atuação não permitiam o livre funcionamento da economia de mercado. Dessa forma, ao seguir esse receituário se estabelecería uma “taxa natural de desemprego”, fragilizando a ação sindical e possibilitando, assim, a retomada do crescimento econômico (ANDERSON, 1995, p. 3).

O processo de efetivação desse programa ocorreu de maneira paulatina a partir da década de 1970, sendo que sua concretização se deu de maneira particular em cada país. Apesar de seguir, em linhas gerais, o mesmo conjunto de medidas, a forma de implementação do programa baseado nessa doutrina trilhou roteiros diferenciados, resguardando as características históricas desses países e as diferentes correlações de força política no



momento de sua implementação. Esse elemento acabou por influenciar a forma de inserção das diferentes nações na dinâmica de divisão internacional do trabalho e condicionou os aspectos internos de cada economia em específico.

Considerando isso, é importante recuperar alguns aspectos sobre dependência, acionando conceitos dentro desse escopo analítico e outros que o extrapolam, a fim de reduzir os níveis de abstração das formulações iniciais. Pode-se, assim, observar as manifestações específicas desse novo momento da dinâmica de reprodução capitalista na realidade dependente e mais detidamente sobre o caso brasileiro, articulando esse processo com o fenômeno de crescimento do setor mineral no Brasil e na Bahia.

### **2.2.1 Modelo Liberal Periférico e os diferentes Regimes de Política Macroeconômica no Brasil**

Seguindo o esforço para uma melhor compreensão das particularidades da reprodução capitalista nos países dependentes, especificamente no período neoliberal, se destaca o desenvolvimento dado por Osório (2012) à ideia de Padrão de Reprodução do Capital, que teve sua formulação inicial com Marini. Essa categoria, conforme aponta Osório (2012), cumpre o papel de estabelecer “mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”. De maneira mais precisa ele argumenta que:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de uma metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua *encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra) assim como as *contradições* que esses processos geram (OSÓRIO, 2012).

A partir da análise do “ciclo de reprodução do capital” nas economias dependentes é possível identificar diferentes aspectos que tornam sua dinâmica peculiar, caracterizando assim a forma específica de manifestação da dependência nos diferentes contextos históricos de reprodução capitalista a nível internacional. Em outras palavras, permite compreender como

se expressa a inserção dependente dessas economias em diferentes momentos da divisão internacional do trabalho.

Partindo dessa abordagem, torna-se possível compreender tais características seguindo as fases da “metamorfose” do capital desde a sua etapa inicial do ciclo de reprodução, quando da transformação do dinheiro em mercadoria (D – M), considerando a análise do tipo e origem dos financiamentos que viabilizam os investimentos e dos meios de produção empregados no processo, se produzidos nacionalmente ou importados. Passando pelo processo de produção (P), que evidencia a tecnologia empregada no processo e as formas de relação de trabalho. Por fim, no resultado desse processo, que expressa as características dos bens produzidos tomando como referência os valores de uso, se de consumo interno ou para exportação, além de indicar o destino do lucro obtido nesse processo ( $M' - D'$ ) (OSÓRIO, 2012).

Com base nesse roteiro metodológico, Osório (2012) constata três padrões distintos no processo histórico de inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho, seriam estes: o padrão agromineiro exportador, que se expressa de maneira predominante no século XIX até a segunda década do século XX; o padrão industrial, entre a segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970; e por fim, o padrão exportador de especialização produtiva, predominante a partir de meados dos anos 1980.

A respeito do padrão em vigência no período mais recente na América Latina, o exportador de especialização produtiva, o autor afirma que:

[...]se caracteriza pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de localização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como “toyotismo”, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (OSÓRIO, 2012).

Nesse sentido, a categoria apresentada se constitui como um instrumento importante para a compreensão do quadro mais geral da inserção dependente da América Latina no contexto neoliberal, oferecendo muitos potenciais analíticos decorrentes dessa formulação. Por outro lado, devido ao grau de abstração em que está situada, tal categoria não abarca aspectos da dinâmica concreta de cada um dos países, o que no caso do Brasil dificulta uma análise mais precisa. Mesmo considerando que parte das características do padrão exportador de

especialização produtiva (PEEP) se manifesta na experiência brasileira, como o aumento das exportações e o caráter regressivo que a pauta exportadora assume no período. No sentido inverso, não se observa elementos que são mais marcantes em outras economias dessa região, a exemplo do caráter reduzido e segmentado do mercado interno. Essa limitação é apontada pelo próprio Osório (2012), quando afirma que:

Há de se considerar que tratar de um padrão que adquire formas em diversas economias (por exemplo, o padrão agromineiro exportador) revela traços gerais e comuns. Entretanto é necessário diferenciar as especificidades com que tal padrão se desenvolve nas diversas formações econômico-sociais (OSÓRIO, 2012).

No período mais recente, um conjunto de autores e autoras tem buscado lançar luz sobre vários dos problemas relacionados à condição de dependência dos países da América Latina, tomando com ponto de partida uma outra chave conceitual, denominada neoextrativismo. Como aponta Svampa (2019), as formulações em torno do neoextrativismo ganharam contornos relativamente amplos e diversos. À medida que as interpretações e leituras sobre as realidades específicas dos países da América Latina foram ganhando forma, a gama de elementos abarcados pela ideia do neoextrativismo também se alargou, sendo desenvolvidos, em cada uma dessas formulações, elementos que expressavam aspectos de centralidade em cada um desses países.

Esse fato, segundo Svampa (2019), acaba impossibilitando uma caracterização mais precisa do que vem a ser, conceitualmente, o neoextrativismo. Porém, considerando um conjunto de elementos, ela destaca que é possível observar aspectos que dão unidade a essas diferentes interpretações, em especial pelo reconhecimento de que as raízes históricas de existência desses problemas é, justamente, o passado extrativista. Nesses termos, ela aponta autores como Alberto Acosta – equatoriano; Horacio Machado Aráoz – argentino; Emiliano Terán Mantovani – venezuelano; e Eduardo Gudynas – uruguaio. Destacando os diferentes enfoques dados por eles, mas, observando este elemento que dá unidade à utilização desta categoria.

De maneira sintética, é possível destacar alguns dos elementos que são abordados por Svampa (2019) num espectro mais amplo, os quais delimitam, de certo modo, a categoria do neoextrativismo e apresentam sintonia com os aspectos que condicionaram a expansão da atividade de exploração mineral no Brasil e na Bahia. Um deles diz respeito ao crescimento

da importância das commodities no mercado mundial e à ampliação das exportações desses produtos por parte dos países da América Latina, o que ela denomina de “Consenso das Commodities”. Associado a isso, ela aponta como decorrência para as economias dessa região o processo de desindustrialização, que se deve ao crescimento relativo da produção primária na grande maioria desses países.

Uma outra questão abordada por Svampa (2019), que tem forte relevância no âmbito do debate sobre o neoextrativismo é o que se refere ao aumento dos conflitos sociais. Essa elevação está associada à expansão das atividades econômicas típicas dessa perspectiva de desenvolvimento, centralmente ligadas ao agronegócio e à mineração. A esse respeito, Svampa (2019) aponta a importância da categoria território como uma chave para a compreensão dos impactos dessas atividades de maneira mais concreta, seja na vida das pessoas ou no processo de degradação da natureza, destacando também diferentes perspectivas na construção da resistência à expansão neoextrativista.

Mesmo reconhecendo esse conjunto de elementos e contribuições, para que se avance no objetivo de compreender mais profundamente as determinações histórico-concretas da experiência brasileira nesse período, lançaremos mão da formulação apresentada por Filgueiras (2018). Há de se considerar que mesmo não abordando de maneira específica a questão da exploração mineral, como é feito no escopo das formulações a respeito do neoextrativismo, Filgueiras (2018) aponta caminhos extremamente importantes para a análise concreta no âmbito do Brasil. Apesar de não compor o escopo mais orgânico vinculado à Teoria da Dependência, ele toma como pressuposto a existência do caráter dependente das economias da América Latina e propõe a utilização de outra categoria, em menor nível de abstração.

Com o objetivo de sanar essa dificuldade, apresento o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), devidamente redefinido como um conceito de caráter transdisciplinar, isto é, que sintetiza e expressa, ao mesmo tempo, as dimensões econômica, social e política de uma determinada formação econômico-social (FILGUEIRAS, 2018, p. 524).

Em tempo, é importante apresentar os principais elementos que compõem o escopo analítico do conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), a começar pelo roteiro metodológico. O primeiro aspecto, que é determinante para a identificação do PDC, diz respeito à composição do bloco no poder, tendo em vista que a identificação das frações da

burguesia e do capital que exercem papel hegemônico em determinado período histórico permite avançar na caracterização do PDC vigente em determinado país. Com isso, se reafirma a perspectiva de promover uma análise integrada entre os aspectos políticos e econômicos que caracterizam um determinado momento do capitalismo nos países dependentes.

Além desse passo, Filgueiras (2012) apresenta um roteiro com os outros elementos que constituem e caracterizam determinado PDC, que articulam as diferentes dimensões dessa realidade, são estes:

1 - A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho; 2 - A natureza das relações intercapitalistas. 3 - O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação. 4 - O processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica. 5 - O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo. 6 - A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais 7 - A natureza da inserção internacional do país. 8 - As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes (FILGUEIRAS, 2012, p. 9).

A partir desse roteiro é possível estabelecer uma análise sobre a realidade específica do Brasil, abarcando elementos histórico-concretos que diferenciam essa experiência de outras na América Latina, caracterizando o período sob o qual se manifesta um determinado PDC. Ao fazer esse exercício analítico, Filgueiras (2018) identifica o atual PDC brasileiro, denominado Modelo Liberal Periférico (MLP), vigente desde 1990.

Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro – frente às demais frações do capital. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, as quais o tornam mais regressivo ainda quando comparado à sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais (FILGUEIRAS, 2018, p. 530).

A hegemonia exercida pela fração da burguesia representante do capital financeiro no seio do bloco no poder se estende por todo o período de efetivação do MLP, atravessando os diferentes governos, mesmo que em alguns momentos tenha sofrido inflexões conjunturais. Essas são demarcadas por alterações na política macroeconômica, que se deram de forma

sintonizada com as mudanças na composição desse bloco, mesmo sendo mantido o papel hegemônico do setor financeiro.

A fim de constatar esses ajustes no decorrer do MLP, Filgueiras (2018) trabalha com o conceito de Regime de Política Macroeconômica (RPM), que “se define pelos seus objetivos, metas operacionais e instrumentos utilizados; de acordo com o tipo de regime de crescimento a ser perseguido e consolidado: ‘puxado’ pelo salário, pelo investimento ou pelas exportações” (FILGUEIRAS, 2018, p. 530). As fases de vigência do MLP, expressas no quadro 1, não coincidem diretamente com os diferentes RPM adotados, mas a partir dessa divisão é possível identificar as referidas inflexões, principalmente a partir da identificação da entrada de novos setores na composição do bloco no poder.

Cabe ressaltar, para fins dos aspectos centrais a serem observados aqui, a mudança na composição do bloco no poder ocorrida entre o 2º Governo de FHC e o 1º Governo Lula, período em que se amplia a participação e influência dos setores ligados à produção primária para exportação, destacando-se aí a fração ligada ao agronegócio e mineração, em associação com o capital financeiro.

As relações intercapitalistas, em razão da abertura comercial-financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial; o capital estatal perdeu relevância em favor do capital estrangeiro; e fortaleceram-se grandes grupos econômicos nacionais produtores e exportadores de *commodities* e o agronegócio (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

Apesar desse novo arranjo estar relacionado a transformações no âmbito interno do país, a exemplo da crise cambial que pôs fim à âncora implementada com o Plano Real, estabelecendo assim um novo equilíbrio macroeconômico, a questão não pode ser explicada apenas por isso. Há que salientar outro aspecto relevante para essas alterações, que está associado às transformações a nível internacional, derivadas da abertura comercial e desregulamentação dos mercados, que aprofundaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira, que passou a oscilar mais profundamente com as alterações conjunturais do mercado mundial.

Quadro 1 - Síntese das fases de implementação do Modelo Liberal Periférico no Brasil

Modelo Liberal Periférico	1. (Governo Collor).	- Fase inicial de transição; - Ruptura com o Modelo de Substituição de Importações; - Implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal com o começo da hegemonia do capital financeiro.
	2. (1° Governo FHC).	- Ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal; - Implementação do Plano Real e das reformas neoliberais; - Ampliação e consolidação da hegemonia absoluta do capital financeiro no interior do bloco no poder.
	3. (2° Governo FHC e 1° Governo Lula).	- Fim da âncora cambial e a adoção do tripé macroeconômico; - Fortalecimento do capital produtor - exportador de commodities – que amplia seu espaço no bloco no poder.
	4. (2° governo Lula e governo Dilma).	- Ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder; - Estado volta a ter um papel ativo e mais direto no processo econômico e na arbitragem (autonomia relativa) dos interesses das distintas frações do capital.
	5. (Governo Temer)	- Recomposição da hegemonia absoluta do capital financeiro e da burguesia cosmopolita; - Nova onda de reformas neoliberais; - Volta do tripé macroeconômico em sua versão rígida.

Fonte: Elaboração própria baseado em Filgueiras (2018).

Diante disso, cabe aprofundar o olhar sobre as mudanças no cenário internacional, em especial no período em que se observa a referida inflexão e a nova composição do bloco no poder, para estabelecer as devidas relações com o fenômeno de expansão da atividade de exploração mineral no Brasil.

### 2.2.2 A expansão da atividade mineral no Brasil no contexto do Modelo Liberal Periférico

A hegemonia exercida pelos grupos ligados ao capital financeiro no seio do bloco no poder não é um elemento específico da realidade brasileira, ela se inscreve no contexto mais amplo das políticas neoliberais, em que o cenário econômico internacional foi marcado pelo crescimento significativo da fração financeira do capital. Segundo Chesnais (2016), esse processo, denominado de financeirização, concerne tanto ao setor financeiro como ao setor produtivo, pois se trata da indissociabilidade desses segmentos observada na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

No bojo dessas transformações, Chesnais (2018) aponta um conjunto de elementos que, em diferentes momentos desde a década de 1970, modificaram a dinâmica do capitalismo

mundial, expandindo cada vez mais a importância do setor financeiro. Tais transformações vão desde a abertura e desregulamentação; mudanças no sistema monetário internacional; fortalecimento de fundos de investimentos, de pensões e seguradoras; mudanças na ação do Estado, especificamente nas políticas de juros, cambial e fiscal; além das transformações na forma de governança e estruturação das empresas, dentre outras.

Destaca-se, no início dos anos 2000, o processo que, segundo Chesnais (2018), acaba com a distinção entre instituições que operam no mercado financeiro e na produção física de mercadorias comercializadas nesse mercado. Por um lado, isso se deve às autorizações concedidas a grandes instituições financeiras para operações complementares no mercado de *commodities*, permitindo que estas controlassem, além dos produtos financeiros, a produção física dessas mercadorias a partir de *holdings* pertencentes a essas instituições. Por outra via, as grandes empresas do setor produtivo também ampliaram suas atividades a partir da diversificação de investimentos financeiros e, em alguns casos, pela criação de suas próprias instituições financeiras. Chesnais (2018) apresenta alguns exemplos a esse respeito:

Citigroup was the first financial conglomerate to receive, in 2003, the Fed's approval of its physical commodities trading as a 'complementary' activity. Citigroup was permitted 'to purchase and sell oil, natural gas, agricultural products, and other non-financial commodities in the spot market and to take and make physical delivery of commodities and to settle permissible commodity derivative transactions'. In subsequent years, the Fed granted similar orders authorising physical commodity trading to large non-US banks (UBS, Barclays, Deutsche Bank and Société Générale) allowing them to expand their worldwide physical commodities businesses by adding US operations. In 2005, JP Morgan Chase asked and was permitted in turn to engage in physical commodity trading activities as complementary to its financial derivatives business. In 2008, the Royal Bank of Scotland (RBS), still the UK's largest financial conglomerate, was authorised to do the same after acquiring a 51% stake in a joint venture with US utility corporation Sempra Energy. The joint venture, RBS Sempra Commodities, conducts physical trading in oil, natural gas, coal, and non-precious metals. The testimony notes that 'In the RBS Order, the Board [the Fed] significantly relaxed the standard limitations'. It 'authorized RBS to hire third parties to refine, blend, or otherwise alter the commodities...explicitly allowing RBS to sell crude oil to an oil refinery and then buy back the refined oil product'. It also permitted RBS to enter into long-term electricity supply contracts with large industrial and commercial customers<sup>12</sup> (CHESNAIS, 2016, p. 110).

---

12 O Citigroup foi o primeiro conglomerado financeiro a receber, em 2003, a aprovação do FED para comercialização de *commodities* físicas como uma atividade "complementar". O Citigroup foi autorizado a "comprar e vender petróleo, gás natural, produtos agrícolas e outras *commodities* não financeiras no mercado à vista, receber e fazer entrega física dessas *commodities* e liquidar transações de derivativos de *commodities*" Nos anos subsequentes o FED concedeu ordens semelhantes autorizando o comércio de *commodities* físicas a grandes bancos não americanos (UBS,



O fato é que essas transformações tornam o mercado de *commodities* ainda mais oligopolizado, considerando que no caminho inverso esse processo também pode ser observado: o da financeirização das empresas transnacionais, ou seja, empresas do setor produtivo que passam a auferir rentabilidade a partir de investimentos financeiros. Ao mesmo tempo que esse cenário tornou o mercado financeiro extremamente atrativo aos investidores, devido à expansão e diversificação dos produtos financeiros, se mostrou também um segmento muito vulnerável a oscilações econômicas de diferentes ordens, seja por impactos específicos no setor produtivo ou até mesmo por ataques especulativos junto ao próprio sistema financeiro.

O início dos anos 2000 também é marcado por outro elemento que altera significativamente as dinâmicas política e econômica no mercado mundial. As transformações iniciadas na economia chinesa no final da década de 1970 apresentam seus resultados mais significativos a partir desse período. Isso se expressa, por exemplo, na elevação da proporção do Produto Interno Bruto (PIB) chinês quando comparado ao da maior economia do mundo, os EUA, que passou de 43,1% em 2005, para 86,9% em 2011 (ALMEIDA, 2017). As elevadas taxas de crescimento da China fizeram com que a demanda por matéria-prima no mercado mundial aumentasse, em especial a procura por *commodities* agrícolas e minerais, gerando uma substancial elevação dos preços desses produtos entre o início dos anos 2000 e 2011, desencadeando o que se denominou “*boom das commodities*”.

Nesse contexto, os países da América Latina, juntamente com parte da África e da Ásia se destacam por serem os principais fornecedores dessas mercadorias no mercado mundial, o que eleva significativamente o fluxo de entrada de investimentos destinados à produção do setor primário para exportação nesses países, bem como para a ampliação de setores que de algum

---

Barclays, Deutsche Bank, e Société Générale), permitindo-lhes expandir seus negócios mundiais de *commodities* físicas, adicionando operações nos EUA. Em 2005, o JP Morgan Chase solicitou e foi autorizado, por sua vez, a se envolver em atividades físicas de comercialização de *Commodities* como um complemento aos seus negócios de derivativos financeiros. Em 2008, o Royal Bank of Scotland (RBS), ainda maior conglomerado financeiro do Reino Unido, foi autorizado a fazer o mesmo após adquirir uma participação de 51% em uma *joint venture* com a empresa de serviços públicos dos Estados Unidos Sempra Energy. A *joint venture*, RBS Sempra Commodities, conduz o comércio físico de petróleo, gás natural, carvão e metais não preciosos. O depoimento observa que “Na Ordem RBS, o Conselho [o FED] relaxou significativamente as limitações padrão”. Ele “autorizou o RBS vender petróleo bruto para uma refinaria e, em seguida, comprar de volta o produto refinado”. Também permitiu ao RBS celebrar contratos de fornecimento de eletricidade de longo prazo com grandes clientes industriais e comerciais (CHESNAIS, 2018, p. 110, tradução nossa).

modo estão ligados ao fluxo dessas mercadorias. Como consequência, é possível observar uma ampliação significativa da presença desses produtos na pauta de exportações desses países.

Constata-se, portanto, um estreitamento das relações comerciais entre os países da América Latina e a China, como afirma Almeida (2017):

Em apenas 25 anos, entre 1990 e 2015, a China se transformou no principal parceiro no comércio bilateral com o Brasil e primeiro ou segundo de outros países da América Latina e Caribe. É o maior destino de exportações brasileiras (principalmente bens primários) seguido da UE (União Europeia), e a segunda origem de importações (seguida da UE). Os EUA ficam em terceiro lugar em ambos os fluxos. A China é também a segunda origem de importações da Argentina (também seguida da UE) (ALMEIDA, 2017, p. 4).

No caso específico da economia brasileira é possível perceber alguns desdobramentos desse processo, considerando como um marco a mudança no Regime de Política Macroeconômica já mencionado, que se dá a partir de 1999. Essa mudança tem como um dos principais motivos a crise cambial enfrentada pelo Brasil, que forçou ajustes na política macroeconômica, gerando uma reacomodação de forças no bloco no poder, permitindo assim uma maior participação do setor primário-exportador nas políticas de Estado.

Segundo Filgueiras (2012), alguns dos elementos que impulsionaram essa crise foram:

A abertura econômica e a valorização do real, o pilar da política anti-inflacionária, fragilizou o balanço de pagamentos do país e conduziu-o à crise cambial de janeiro de 1999. Com essa política, a balança comercial apresentou sucessivos e elevados déficits que, juntamente com deterioração da conta de serviços e renda, levou a crescentes déficits na conta de transações correntes (FILGUEIRAS, 2012, p. 36).

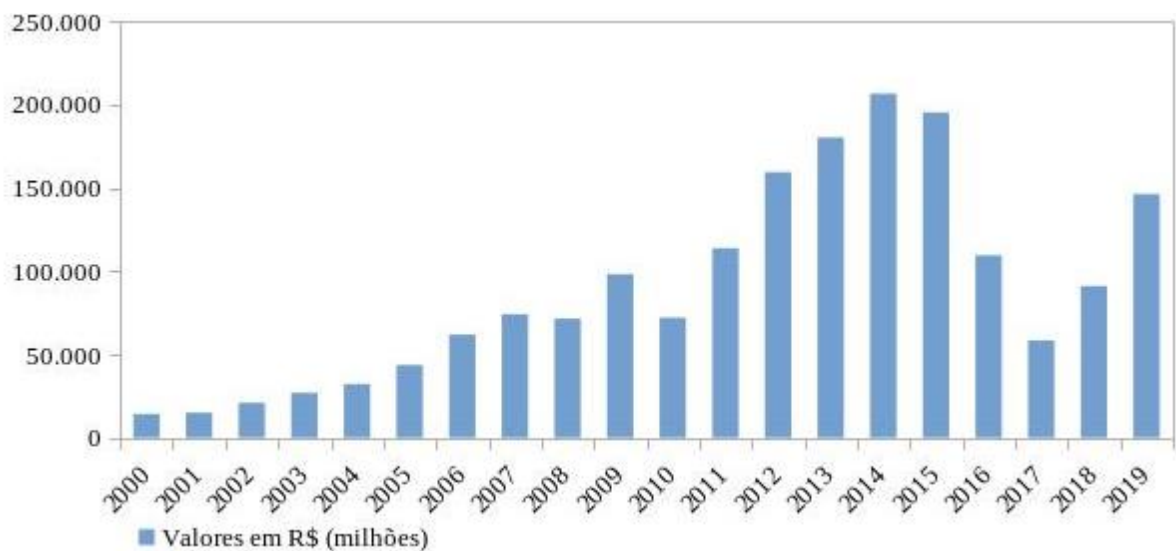
A reacomodação de forças no seio do bloco no poder se articula com a necessidade de equilíbrio das contas externas, que apresentavam os mencionados déficits. Desse modo, durante o “superciclo” das *commodities*, o Brasil apresentou taxas de crescimento econômico relativamente elevadas. É evidente que esse resultado não se deve exclusivamente ao aumento da produção do setor primário destinado à exportação, tendo em vista que outros aspectos da política econômica, sobretudo vinculados ao consumo interno também influenciaram, mas esse processo contribuiu significativamente para essa elevação do PIB.

No sentido de demonstrar um pouco dessa dinâmica de crescimento, associada à expansão da produção extrativa, vale observar alguns dados, os quais fornecem um panorama sumário desse cenário e aproximam o olhar sobre a atividade específica da mineração no Brasil.

A evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços constantes da indústria extrativa (gráfico 1), entre os anos de 2000 e 2019, demonstra uma elevação significativa, com algumas interrupções dessa trajetória ascendente ao longo desse período. Entre 2000 e 2009 há um crescimento do VAB da indústria extrativa em quase todos os anos, exceto em 2008. Nesse ano, quando se observa um recuo da tendência de crescimento, foi quando ocorreu uma das maiores crises econômicas da história.

Já no ano seguinte, em 2009, é retomado o processo de crescimento, novamente interrompido no ano de 2010. Entre 2011 e 2014 a trajetória de crescimento foi retomada, voltando a apresentar um novo recuo a partir de 2015. Após três anos de recuo, o VAB da indústria extrativa volta a crescer, mantendo essa tendência até 2019.

Gráfico 1 - VAB a preços constantes da indústria extrativa no Brasil entre os anos 2000 e 2019



Fonte: Elaboração própria baseado no IPEADATA

O crescimento da produção da indústria extrativa não se expressa apenas em números absolutos, considerando que nesse período houve alteração na participação proporcional desta no conjunto da produção do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000 a produção da indústria extrativa representava 1,38% do PIB brasileiro, chegando em 2008 com uma participação de 3,82% e em 2012, ano de maior

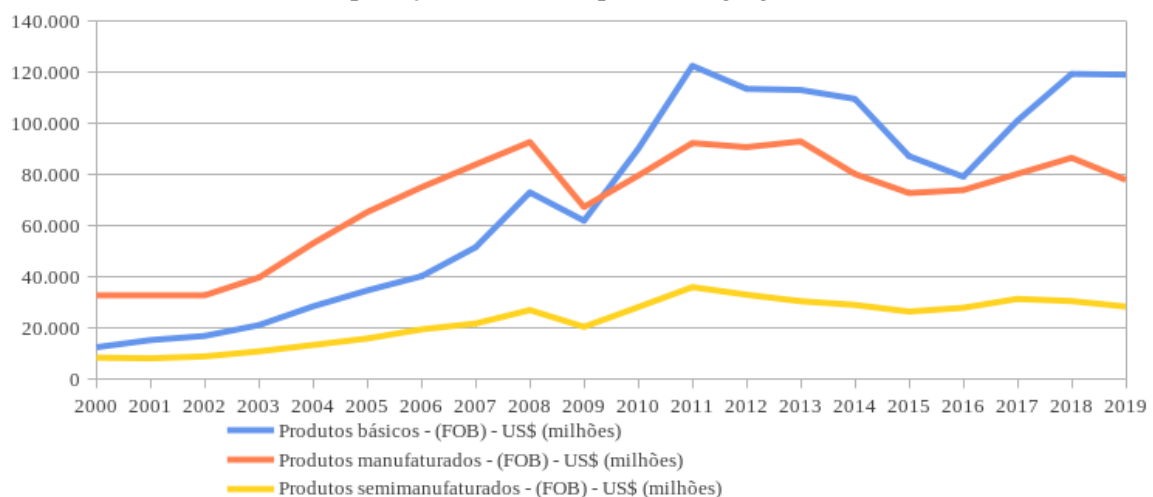
participação, representava 4,55%. Entre 2014 e 2016 houve uma redução nessa proporção, que chegou a 1,03%. A partir de então ela volta a apresentar uma tendência de alta, chegando a 2019, último ano da série, com o valor correspondente a 3,01% da produção total.

Mesmo considerando que no cálculo do VAB da Indústria Extrativa estão inclusos minerais não metálicos energéticos, a exemplo de petróleo e gás, que não compõem o escopo central deste estudo, é possível observar a partir desses dados uma relativa sincronia no crescimento da indústria extrativa e o comportamento das exportações.

O comportamento observado a partir dos dados relacionados à exportação também apresenta outro elemento importante a ser considerado, por sinalizar o caráter regressivo que a pauta exportadora assume nesse período. A participação dos produtos primários nas exportações brasileiras, por exemplo, aumentou de 41,6% em 2000 para 62,9% em 2010, isso no mesmo período de elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional.

O conjunto das exportações brasileiras apresenta elevação a partir dos anos 2000, chamando atenção a alteração na composição das exportações por fator agregado (gráfico 2), que se expressa de uma forma a reafirmar a tendência de crescimento do setor primário na pauta exportadora.

Gráfico 2 - Exportações brasileiras por fator agregado, 2000 a 2021



Fonte: Elaboração própria baseado no IPEADATA

A exportação dos produtos manufaturados<sup>13</sup> e básicos<sup>14</sup>, por exemplo, seguiu uma tendência de crescimento parecida até 2008, período em que se observa uma participação maior dos produtos manufaturados no conjunto das exportações, quando comparado aos básicos. A partir dessa retração, decorrente da crise de 2008, se distinguem as rotas de crescimento de cada um dos fatores agregados. A proporção dos produtos básicos nas exportações passa a ser maior que a dos produtos manufaturados, mantendo-se assim até 2019. A exportação de produtos semimanufaturados<sup>15</sup> apresenta um leve crescimento até o ano de 2010, quando inicia um processo de reversão dessa tendência, recuando até 2015, quando passa a apresentar uma relativa estabilidade até o final da série histórica.

Quando analisada de maneira mais específica, a atividade exploração mineral no Brasil apresentou um comportamento sintonizado com o ciclo de elevação dos preços das *commodities*, como apontam Trocate e Coelho (2020):

Nesse tempo, a mineração no Brasil seguiu a tendência global de expansão, as exportações minerais brasileiras passaram de 6,8% da pauta exportadora, em 2000, para 17,6%, em 2011. A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mais conhecida como royalties da mineração, uma forma de compensação pela exploração dos recursos minerais que pertencem à União, subiu de 160 milhões de reais para 2,38 bilhões de reais, entre 2001 e 2013 (TROCATE; COELHO, 2020, p. 59).

Conforme consta na Constituição Federal de 1988, no Art. 20, inciso IX, os recursos minerais existentes no território nacional, inclusive os que estão situados no subsolo, pertencem à União. Desse modo, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) se trata da compensação financeira cobrada pelo Estado, às mineradoras, pela exploração dos recursos

---

13 “A classificação segundo classes de produtos ou fator agregado leva em conta o grau de elaboração ou de agregação de valor que a mercadoria sofreu durante seu processo produtivo, até a venda final. São produtos manufaturados os que possuem maior grau de elaboração e incluem os mais variados itens, como têxteis, químicos, automóveis, máquinas industriais etc.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS).

14 “Os produtos básicos são os que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos: minérios, produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne in natura, milho em grão, trigo em grão, etc.) e óleos brutos de petróleo” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS).

15 “São produtos semi-manufaturados aqueles que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, quer final quer intermediário, pois deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produtos manufaturados. São exemplos: açúcar de cana em bruto, óleo de soja em bruto, peleterias, celulose, alumínio e ferro fundido” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS).

minerais. A CFEM apresenta alíquotas diferentes para diferentes tipos de minerais, variando de 1% a 3,5%. Os recursos oriundos dessa arrecadação são distribuídos entre a União, estados e municípios, numa razão de 10%, 15% e 60%, respectivamente, sendo os 15% restantes destinados a municípios que sofrem impactos decorrentes da produção mineral, mas que não tem a exploração feita diretamente em seu território.

Desse modo, a arrecadação da CFEM também consiste em um dado importante para observação do crescimento dessa atividade no país e em cada unidade da federação. Ao observar a tabela 1 percebe-se que, apesar de apresentar recuo em alguns anos nesse intervalo de tempo, compreendido entre 2002 e 2020, a arrecadação da CFEM expressa crescimento significativo. Deixando o valor aproximado de 2,3 bilhões em 2013 para alcançar a marca dos 6 bilhões em 2020, demonstrando um comportamento parecido com o de crescimento e recuo do VAB da indústria extrativa, apresentado anteriormente.

Tabela 1 - Dados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral do Brasil, 2002 a 2020

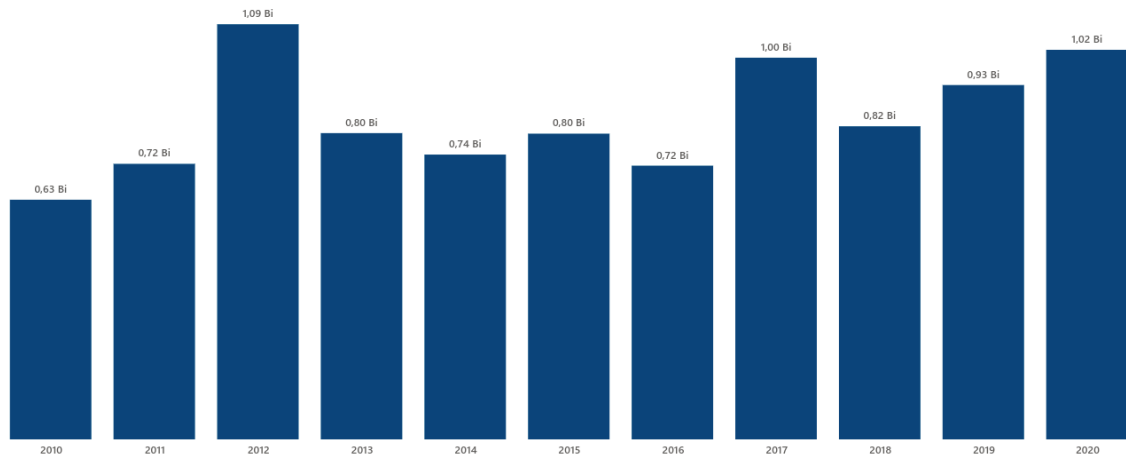
ANO	VALOR DA CFEM EM R\$
2002	186.268.131,89
2003	291.024.124,67
2004	295.269.553,39
2005	405.537.810,63
2006	465.128.232,79
2007	547.208.200,65
2008	857.818.811,45
2009	742.183.126,31
2010	1.083.142.391,67
2011	1.544.749.140,35
2012	1.832.380.844,17
2013	2.373.792.580,57
2014	1.703.460.824,60
2015	1.494.761.555,89
2016	1.794.667.863,16
2017	1.836.965.920,86
2018	3.035.643.629,74
2019	4.503.355.835,68
2020	6.079.306.329,79

Fonte: Elaboração própria baseada na ANM

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), referentes aos investimentos no setor mineral entre os anos de 2010 e 2020, é possível identificar que as oscilações internacionais de demanda e preço das *commodities* influenciaram também os

investimentos desse setor, como é possível verificar no gráfico 3. Após o ano de 2012, que apresenta maior volume de investimentos, há uma redução nos anos seguintes, voltando a um patamar mais elevado em 2017 e, chegando a 2020 com o segundo ano de maior investimento, quando comparado com os demais desse período. Ainda tomando como base os dados da ANM desse mesmo período, quando somado o que foi investido na etapa de aprovação de pesquisa mineral R\$ 5.517.173.479,55 (59,63%), ao valor investido da etapa de lavra – R\$ 3.735.132.647,33 (40,37%), chega-se ao montante aproximado de 9,25 bilhões de reais.

Gráfico 3 - Investimentos no setor mineral no Brasil entre 2010 e 2020



Fonte: ANM

Ao observar os investimentos do período é possível visualizar o encerramento do ciclo de elevação dos preços das *commodities*, entre 2011 e 2012, bem como os sinais de estabilização e recuperação a partir de 2017. Com isso, é possível ter um panorama do processo de crescimento e declínio desses investimentos, bem como a perspectiva de investimentos para o período vindouro, que tende a manter o viés ascendente, como sinalizado nos últimos anos da série.

A Produção Mineral Brasileira (PMB) também demonstra a relação entre o ciclo interno de produção mineral e a oscilação internacional dos preços das *commodities*. Segundo dados do IBRAM, a produção apresentou um crescimento significativo entre os anos de 2000 e 2011, quando chegou ao patamar de U\$\$ 53 bilhões, seguida por uma retração até 2016, atingindo U\$\$ 24 bilhões. A partir de então retoma uma trajetória de crescimento até 2019.

Em síntese, ao longo do período de predominância do modelo liberal periférico, em especial a partir da inflexão ocorrida no regime de política macroeconômica observada a partir de 1999, constata-se uma crescente relevância do setor primário-exportador, dentre os quais se enquadra o setor mineral. Nesse sentido, é possível considerar que há um processo de regressão na produção destinada à exportação, com um crescimento relativo dos bens primários em relação à produção industrial com maior valor agregado. Isso se expressa na pauta de exportação e tem como decorrência uma maior vulnerabilidade da economia nacional às oscilações do mercado mundial, tendo em vista que a produção do país respondeu de maneira negativa ao declínio da demanda por *commodities*.

### 2.3 A EXPANSÃO DA ATIVIDADE MINERAL NA BAHIA

Os desdobramentos das políticas implementadas no período do modelo liberal periférico se manifestam de maneira particular nas várias regiões do Brasil, aprofundando características históricas de estados que em diferentes momentos tiveram seu território, recursos naturais e população subordinados ao discurso de modernização e desenvolvimento, que acaba por precarizar cada vez mais as condições de vida e de trabalho nessas regiões.

O declínio da ditadura civil-militar no Brasil marcou, dentre outras coisas, a mudança na orientação da estrutura de planejamento para o desenvolvimento regional no país. A centralização das decisões do planejamento, que era característica marcante no período da ditadura, abriu espaço para outra forma de condução dessas políticas, orientada centralmente pelos princípios do liberalismo que avançava em grande parte do mundo e ganhava aderência nas políticas de Estado no Brasil.

Nesse contexto, a adoção de políticas de desenvolvimento deixou de compor um escopo geral de planejamento no país e ganhou um caráter mais localista e fragmentado. Como consequência, a estratégia adotada pelos diferentes entes federados passou a ser baseada na política de atração de capitais privado, em sua maioria estrangeiros, a partir da oferta de isenções fiscais e garantia de outros estímulos que reduziam os custos de implementação dessas indústrias. Desse modo, se estabelece uma forte competição entre as instâncias subnacionais, a fim de garantir a atração desses capitais e, conseqüentemente, ampliar a oferta de postos de trabalho diretos e indiretos, dinamizando assim a atividade econômica.

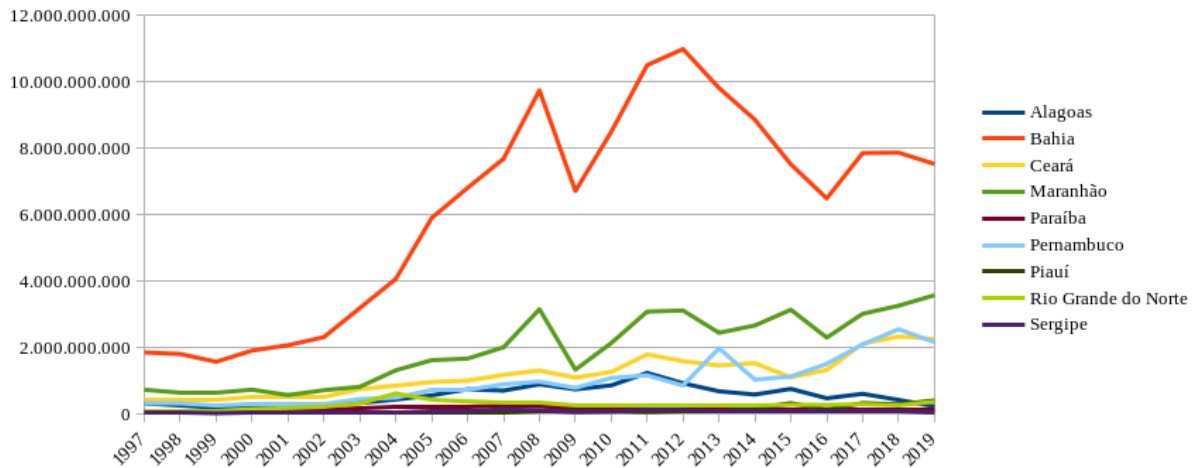


A ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional e as mudanças na Constituição de 1988 — que fortaleceu as jurisdições subnacionais — são, por sua vez, as principais explicações para a competição fiscal que se estabeleceu entre os estados brasileiros ao longo da década de 1990. Com efeito, em um contexto de crise fiscal (ou, após a edição do Plano Real, de políticas macroeconômicas restritivas), os estados (principalmente das regiões menos desenvolvidas) já não dispunham dos tradicionais instrumentos empregados para a atração de capitais (captação de recursos junto ao governo federal, investimentos diretos do governo, crédito subsidiado e repassado por bancos de desenvolvimento). Com a elevação do fluxo de investimentos estrangeiros diretos dirigidos ao país que se observou após a edição do Plano Real, em 1994, a competição fiscal entre as unidades da federação por investimentos produtivos intensificou-se ainda mais (CAVALCANTI, 2007, p. 122).

Recuperar esse elemento da descentralização do planejamento não significa defender a formatação adotada no período anterior, mas sim resgatar um aspecto que foi relevante para delinear a dinâmica econômica nas instâncias subnacionais no período estudado. Nesse sentido, cabe salientar que, no afã da atração de investimentos, os governos estaduais tornaram-se competidores entre si, na maioria dos casos adotando políticas pouco criteriosas de seleção dos setores prioritários a serem desenvolvidos e sem uma articulação mais global entre a política industrial local e nacional. A decorrência dessa perspectiva, pautada pelas isenções fiscais e oferta de estrutura industrial a baixo custo, foi o desmonte da política nacional de desenvolvimento regional, intensificando problemas de desigualdade nas diferentes esferas da vida social.

Tomando como referência a região nordeste, que historicamente cumpre um papel subordinado à dinâmica econômica do centro-sul do país, podemos observar alguns aspectos relevantes e situar a dinâmica da economia baiana ante os outros oito estados que compõem a mesma região. Desde meados da década de 1970, a Bahia apresenta o maior Produto Interno Bruto entre os estados do Nordeste, variando entre o 9º e 6º maior PIB do país. Esses resultados se expressam também na relação comercial da Bahia com outros países, tendo o maior volume de exportações entre os estados do Nordeste em termos absolutos e apresentando um crescimento relativo superior aos demais estados da região a partir dos anos 2000 (gráfico 4).

Gráfico 4 - Exportações dos estados da região Nordeste do Brasil entre os anos de 1997 e 2019 em R\$



Fonte: Elaboração própria baseado no IPEADATA

O crescimento das exportações baianas a partir dos anos 2000 se insere no quadro mais geral apresentado anteriormente, que associa uma política de abertura comercial e desvalorização cambial com o cenário de crescente demanda internacional por *commodities* agrícolas e minerais. Ou seja, essa elevação das exportações baianas está associada ao crescimento relativo dos produtos primários na pauta exportadora do Brasil, considerando que a Bahia ampliou a produção de bens agrícolas desde o início da década de 1990, com a expansão na região oeste do estado, e apresentou também crescimento na produção mineral, especialmente a partir dos anos 2000, o que será melhor apresentada a partir de agora.

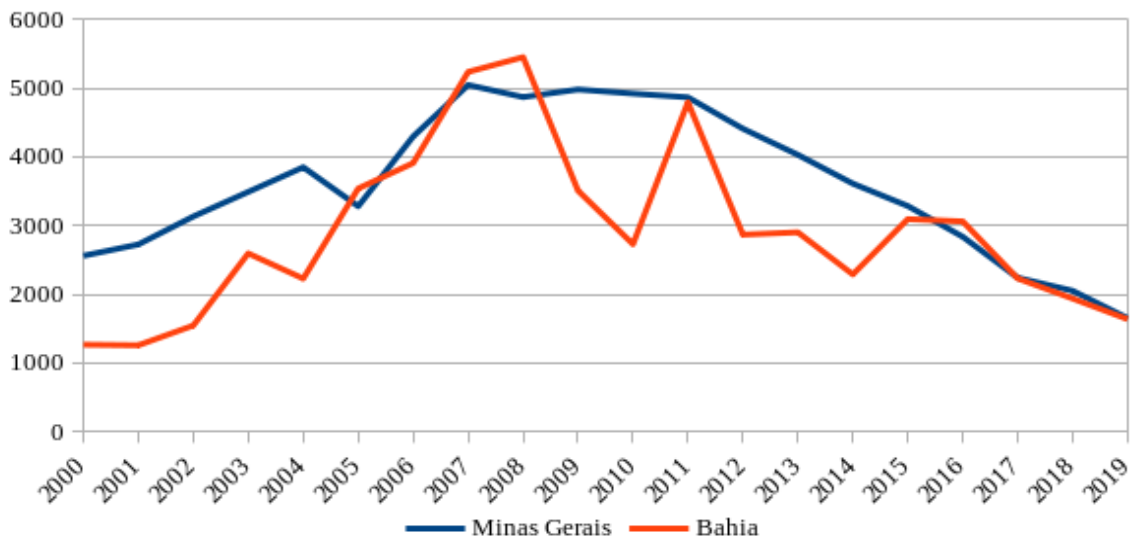
Entre os estados da região nordeste a Bahia é o maior produtor mineral, destacando-se pela diversidade de minerais que se encontram no subsolo do seu território e pela exclusividade na produção de alguns deles no país. Esse potencial “natural” associado a uma política agressiva de intensificação da atividade mineral no estado produziram um cenário de crescimento da importância desse setor, atraindo investimentos de empresas transnacionais ligadas à extração dos mais variados bens minerais e articuladas com os grandes grupos do setor financeiro internacional.

A Bahia hoje é o lugar mais procurado no Brasil por grandes mineradoras. Além do trio elétrico e do acarajé, da Ivete Sangalo e de suas belas praias, o Estado tem ferro, níquel, ouro, bauxita e cerca de 40 outros minerais. É o maior produtor nacional de urânio, cromo, salgema, magnesita, talco e barita; ocupa o segundo lugar na produção de cobre, grafita e prata; e é o terceiro em ouro, rochas ornamentais e gás natural (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2011).

Esse trecho, extraído de matéria publicada no site do IBRAM, expressa bem a constituição desse polo de atração do setor mineral na Bahia. Desconsiderando a visão reducionista sobre a diversidade cultural e paisagística do território baiano, nota-se como os olhares dos setores empresariais ligados à mineração se voltaram para a Bahia no período em discussão, destacando justamente o potencial associado à diversidade dos bens minerais.

É possível identificar esse crescimento a partir da análise de alguns dados referentes à atividade mineral, sendo um deles o aumento no número de requerimentos de pesquisa, licença, lavra e registro de extração mineral, como é possível observar no gráfico 5. A Bahia esteve, a partir dos anos 2000, entre os maiores requerentes junto à Agência Nacional de Mineração, assumindo durante alguns anos a liderança nesse aspecto, ultrapassando o estado de Minas Gerais, maior produtor mineral do país ao longo de todo esse período. Os requerimentos expressam o potencial de crescimento da atividade mineral no médio e longo prazo, tendo em vista que essa é uma atividade que requer um tempo relativamente longo entre o início das pesquisas e o momento da efetiva extração para comercialização.

Gráfico 5 - Total de requerimentos protocolados junto à Agência Nacional de Mineração pelos estados da Bahia e Minas Gerais, 2000 a 2019

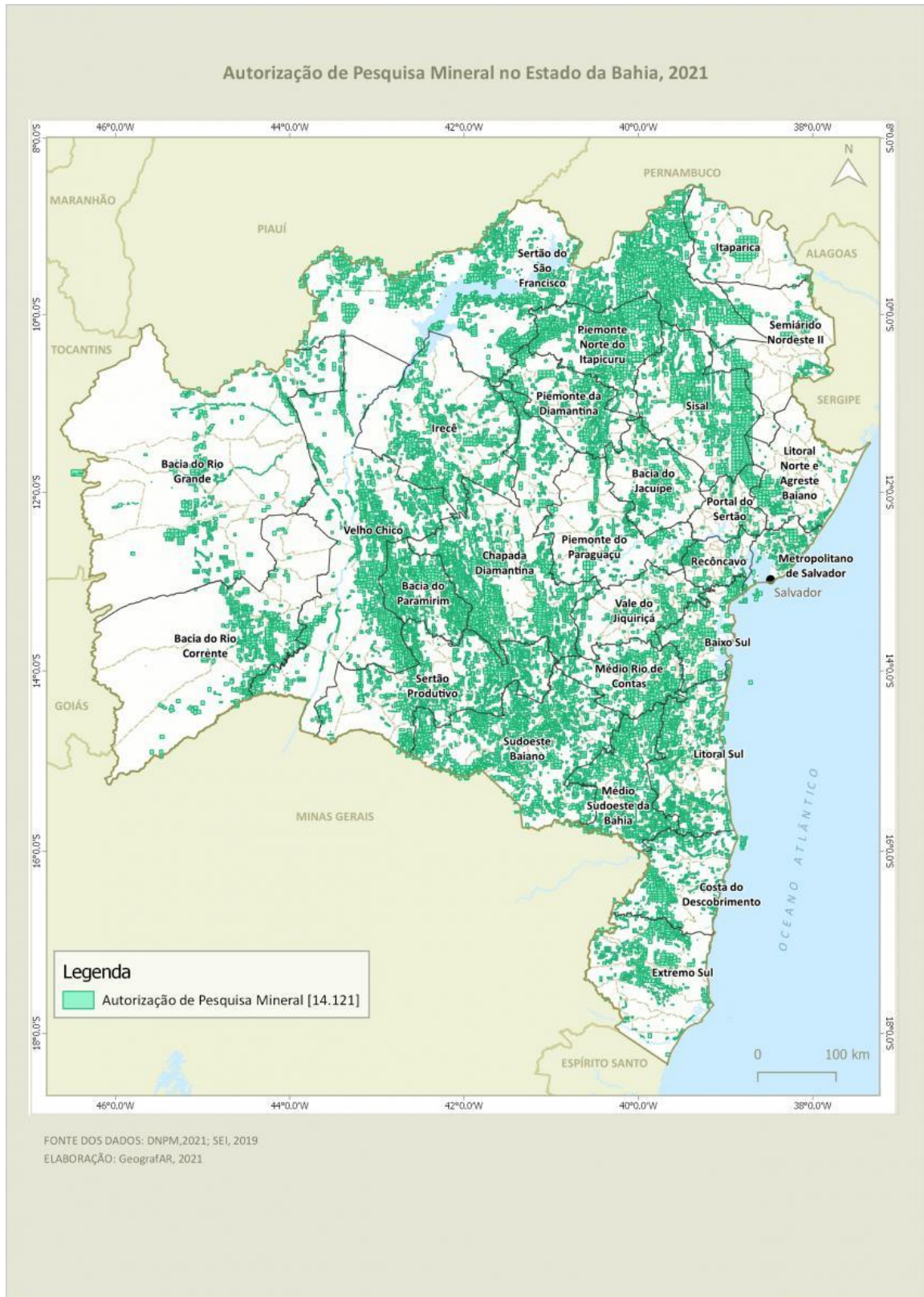


Fonte: Elaboração própria, baseada na ANM

O olhar sobre o potencial de exploração mineral na Bahia se manteve nos últimos anos, como é possível observar na figura 1, que registra a distribuição espacial das 14.121 autorizações de pesquisa mineral emitidas no ano de 2021. Nota-se, nessa figura, o enorme espriamento dessas autorizações no território do estado, o que indica tanto o potencial de expansão dessa

atividade na Bahia, assim como o possível aumento da exploração, mas também uma intensificação das contradições intrínsecas à essa atividade.

Figura 1 - Distribuição das autorizações de pesquisa mineral no estado da Bahia no ano de 2021



Os dados referentes à Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC), divulgados pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia, apresentam divergência quando comparados aos números disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração. Mesmo considerando que esse fato não compromete a demonstração de tendência de crescimento do período, optou-se pela exposição apenas dos dados referentes à arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral, que demonstram as tendências de cada período e permitem comparação com outros estados da federação que estão no topo do ranking da produção mineral.

Os dados dispostos na tabela 2 demonstram o crescimento ininterrupto do valor da CFEM entre os anos de 2002 e 2014. No período posterior a 2014, o valor da CFEM apresentou dois anos de retração, voltando a crescer em 2017, encerrando a série em 2020 com o maior valor absoluto arrecadado, no patamar dos 94 milhões de reais. Nesse período, a participação relativa da Bahia na arrecadação dessa contribuição, quando comparada aos outros estados, teve uma elevação, pois o estado ocupava a 9ª posição em 2002 e chegou a 2020 na 4ª posição.

Tabela 2 - Dados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral da Bahia, 2002 a 2020

ANO	VALOR DA CFEM EM R\$	% ENTRE AS UF	POSIÇÃO ENTRE AS UF
2002	3.773.072,12	2,03	9º
2003	5.344.281,73	1,84	8º
2004	8.985.488,08	3,00	4º
2005	9.779.463,32	2,41	4º
2006	13.240.972,93	2,85	4º
2007	13.265.844,22	2,42	5º
2008	17.030.183,81	1,99	5º
2009	18.120.704,94	2,44	6º
2010	26.980.785,37	2,49	5º
2011	34.092.283,41	2,21	5º
2012	37.249.639,02	2,03	5º
2013	47.492.489,67	2,00	5º
2014	43.413.569,43	2,55	5º
2015	39.688.896,93	2,66	5º
2016	32.946.861,53	1,84	6º
2017	39.745.212,70	2,16	5º
2018	53.140.884,26	1,75	4º
2019	57.946.200,47	1,29	4º
2020	94.040.244,56	1,55	4º

Fonte: Elaboração própria baseada na ANM

Diante dos elementos apresentados, vale destacar as questões que norteiam a argumentação da presente tese, em especial na contextualização da realidade da atividade mineral na Bahia diante das políticas adotadas no período do modelo liberal periférico. Essas medidas expressam, além do crescimento real desse setor, um esforço conjunto entre os grupos empresariais vinculados a essa atividade e o próprio estado, no sentido de garantir políticas que viabilizassem investimentos e dinamismo na mineração localmente.

Nesse sentido, o que se demonstra é uma elevação no nível de atividade mineral frente à dinâmica imposta pelo cenário nacional e pelo mercado mundial. No entanto, para uma compreensão mais profunda e detalhada desse cenário será sistematizado, no próximo capítulo, o funcionamento dessa atividade no estado, buscando apresentar quais são as principais empresas que atuam nesse setor, suas principais atividades e como isso se localiza territorialmente na Bahia, buscando fertilizar o terreno sobre o qual se coloca o principal desafio aqui proposto, que é compreender os elementos políticos e a articulação entre os diferentes agentes para que essa expansão se concretizasse durante o período estudado.

### **3 PERFIL DAS MAIORES EMPRESAS MINERADORAS NA BAHIA: CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE, CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO ESTRANGEIRO E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO**

A proposta central desta tese trata de analisar a relação entre Estado e Mineração na Bahia no contexto de vigência do Modelo Liberal Periférico. Assim, para empreender essa análise de maneira mais consistente se faz necessário aprofundar o olhar sobre alguns dos elementos que já foram apresentados na discussão do primeiro capítulo. Na oportunidade, se limitaram a contextualizar o crescimento da atividade minerária na Bahia diante do cenário internacional e situar a participação da exploração mineral baiana entre os demais estados da Federação, associando esse movimento de expansão da atividade minerária à perspectiva de condução das políticas macroeconômicas implementadas no Brasil, notadamente a partir dos anos 2000.

À vista disso, o passo que se pretende com esse capítulo é o de sistematizar informações que auxiliem na compreensão de como está organizada a atividade de exploração mineral na Bahia e como ela se articula com a esfera do mercado mundial, seja na captação de recursos para investimento ou na destinação da produção. Desse modo, o que se objetiva é caracterizar e analisar a estrutura desse setor a partir de um olhar mais aprofundado sobre as principais empresas mineradoras em atuação no estado. Nessa caracterização serão destacados: i) aspectos históricos de cada uma das minas exploradas por essas empresas e das próprias empresas; ii) período de início das operações de extração e comercialização; iii) origem da fração majoritária do capital dessas mineradoras; iv) principal mineral extraído e sua utilização na dinâmica do processo produtivo; v) destino dessa produção, se para o mercado nacional ou para exportação; vi) participação proporcional dessa empresa na produção mineral da Bahia. Além disso, outras informações que sejam relevantes para um diagnóstico consistente sobre o conjunto dessas empresas, visando subsidiar as análises posteriores sobre o papel do Estado no crescimento desse setor no período abordado.

As informações necessárias para a efetivação desse objetivo foram coletadas em diferentes fontes, dentre as quais se destacam: sites oficiais das empresas e documentos públicos das mesmas; matérias veiculadas na imprensa digital e impressa; documentos oficiais de órgãos como Agência Nacional de Mineração e Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE). Além dessas, foram consultadas teses, dissertações, e outros materiais de acesso pontual com informações relevantes para essa caracterização e análise.

Segundo dados do Cadastro do Produtor Mineral da Bahia, em 2018 existiam 535 empresas que exploram os recursos minerais registradas no estado<sup>16</sup>, atuando na exploração de 52 bens minerários, distribuídos em 221 municípios, o que corresponde a 53% do total de municípios do estado. Apesar de existir um número relativamente grande de empresas atuando na atividade mineral, a maior parte da produção registrada se concentra em poucas delas, que destinam parcela significativa da sua exploração para exportação e são, quase em sua totalidade, controladas pelo capital estrangeiro.

Considerando esse elemento, e tendo em vista a impossibilidade de caracterização do total de empresas em atividade, foram selecionadas algumas entre as maiores mineradoras em atuação no estado para serem estudadas. A escolha dessas empresas se deu a partir da utilização de dois critérios principais. O primeiro diz respeito ao porte dessas mineradoras, estando elas entre as maiores produtoras do estado, atuando na extração de diferentes bens minerais e com um volume de investimentos elevado, o que lhes confere uma posição privilegiada do ponto de vista analítico, permitindo a compreensão da estrutura dessa atividade.

O segundo critério adotado para essa escolha foi o fato dessas empresas serem associadas à mesma entidade representativa de classe – Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA). Isso estabelece, entre elas, uma relação estratégica mais orgânica, um sentido corporativo na atuação política, principalmente para pautar seus interesses junto às estruturas de Estado, fato de considerável relevância tendo em vista os objetivos desta tese.

### 3.1 AS ONZE MAIORES MINERADORAS DA BAHIA

A agregação dos bens minerais, os quais compõem a indústria extrativa, pode ser organizada, segundo IBRAM (2018), da seguinte forma: Minerais Metálicos – Ferrosos (elementos com uso intensivo na siderurgia e que formam ligas), a exemplo do ferro, manganês, cromo, cobalto, molibdênio, nióbio, vanádio etc.; Metálicos não ferrosos – cobre, zinco, chumbo, estanho, alumínio, magnésio, titânio, berilo, níquel; Metais preciosos – ouro, prata, platina

---

16 “Constam desta publicação empresas detentoras de direitos minerários e declarantes de produção mineral geradora de recolhimento da CFEM - Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerários, entre 01/01/2015 e 30/06/2018” (BAHIA, 2018, p. 3).



etc.; Não Metálicos – rochas e minerais industriais (RMIs); Materiais para a construção civil; Rochas ornamentais; Agrominerais. Além desses, são agregados ainda os Energéticos – combustíveis fósseis e materiais radioativos; Gemas e Diamantes; e Água Mineral.

As empresas analisadas atuam, especialmente, com minerais metálicos ferrosos e não ferrosos; metais preciosos; gemas e diamantes. Dessa forma, mesmo havendo outras atividades ligadas à mineração que expressam relevância na economia baiana, a exemplo da extração de petróleo, urânio e outras, como água mineral, estas não compõem o escopo da análise aqui proposta, o que não tira a relevância de um estudo aprofundado sobre essas outras atividades de exploração no estado.

Nesse sentido, as mineradoras que serão analisadas são: Jacobina Mineração - Yamana Gold; Mineração Fazenda Brasileiro - Equinox Gold/Leagold; Mineração Caraíba S/A; Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA); Bahia Mineração (BAMIN); Atlantic Nickel/Appian Capital Advisory; Imi Fabi Talco; Lipari Mineração; Pedra Cinza Mineração; RHI Magnesita; e Vanádio de Maracás. Cada uma dessas empresas ocupa uma seção na estrutura do capítulo e, ao final, é apresentada uma síntese de suas características, observando regularidades e diferenças no perfil traçado para cada uma delas, o que permite elaborar um diagnóstico da atividade de mineração no estado compatível com as necessidades exploratórias da pesquisa.

Antes de iniciar a caracterização de cada uma delas, é importante apresentar um breve panorama sobre os municípios em que atuam essas mineradoras. Não se pretende, com isso, proceder uma avaliação profunda sobre os aspectos socioeconômicos destes, o que exigiria a utilização e análise de um conjunto mais amplo de dados. Desse modo, como é possível observar no quadro 2, foram selecionados alguns dados que permitem essa avaliação mais geral, como uma primeira aproximação, tratando de aspectos populacionais, de educação e economia dos mesmos.

Do ponto de vista populacional, se observa uma relativa variação no porte dos municípios, sendo que entre os treze abordados, cinco apresentam população superior a 50 mil habitantes, destacando-se entre estes Juazeiro, que ultrapassa a marca de 200 mil habitantes, sendo o 6º maior em termos populacionais no estado – que tem um total de 417 municípios. Outros quatro municípios apresentam população entre 20 e 50 mil habitantes, e os quatro restantes,

população inferior a 20 mil habitantes, sendo Nordestina o menor entre eles, com população de 12.371 habitantes.

Partindo para a avaliação dos dados referentes à educação, considerando o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais, em 2019, há também uma variação grande entre os municípios. No âmbito nacional, a média do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental é de 5,7 e para os anos finais de 4,6. Com isso, é possível observar que, entre os municípios analisados, apenas dois superam a média nacional, sendo estes Brumado, com 6,1, e Irecê, com 5,9, além do município de Juazeiro, que se iguala à média nacional. Os demais apresentam IDEB inferior à média nacional, sendo o menor entre eles o município de Jaguarari, com 4,3. Quando observados os dados do IDEB para os anos finais, apenas dois municípios apresentam resultado superior ao da média nacional, que são Irecê, com 4,9, e Itagibá, com 4,7. Os demais apresentam resultado inferior, sendo o município de Andorinha o que apresenta menor índice, com 2,6.

Quanto ao resultado desses indicadores na Bahia, o IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental é de 4,9 e para os anos finais 3,8. Desse modo, entre os municípios analisados, seis apresentam IDEB para os anos iniciais superior à média estadual, um deles se iguala à essa média, já os demais têm resultado inferior. Nos anos finais, sete destes municípios tem IDEB superior ao do estado, os demais apresentam resultado inferior.

O PIB per capita diz respeito ao resultado do Produto Interno Bruto dividido pela população do território em análise. Desse modo, para que se obtenham parâmetros comparativos é importante observar o PIB per capita desses municípios em relação ao resultado desse indicador nos âmbitos estadual e nacional. O PIB per capita da Bahia, em 2019, foi de R\$ 19.324,04, equivalente à 57,52 do PIB per capita do Brasil, que foi, nesse mesmo ano, de R\$ 33.593,82. Observando os dados dos municípios, percebe-se que todos eles apresentam resultados inferiores à média nacional, sendo Brumado o município que mais se aproxima desse valor, com um PIB per capita equivalente à 76,52% do nacional. Quando comparados ao PIB per capita da Bahia, dentre os treze municípios apenas quatro apresentam resultado superior ao estadual, sendo estes Brumado, Jaguarari, Maracás e Juazeiro. Dentre os demais, o município de Teofilândia é o que apresenta menor valor desse indicador, com o valor de R\$ 6.755,57, o que equivale a 34,78% do valor do PIB per capita baiano.

Quadro 2 - Dados socioeconômicos dos municípios em que atuam as empresas analisadas

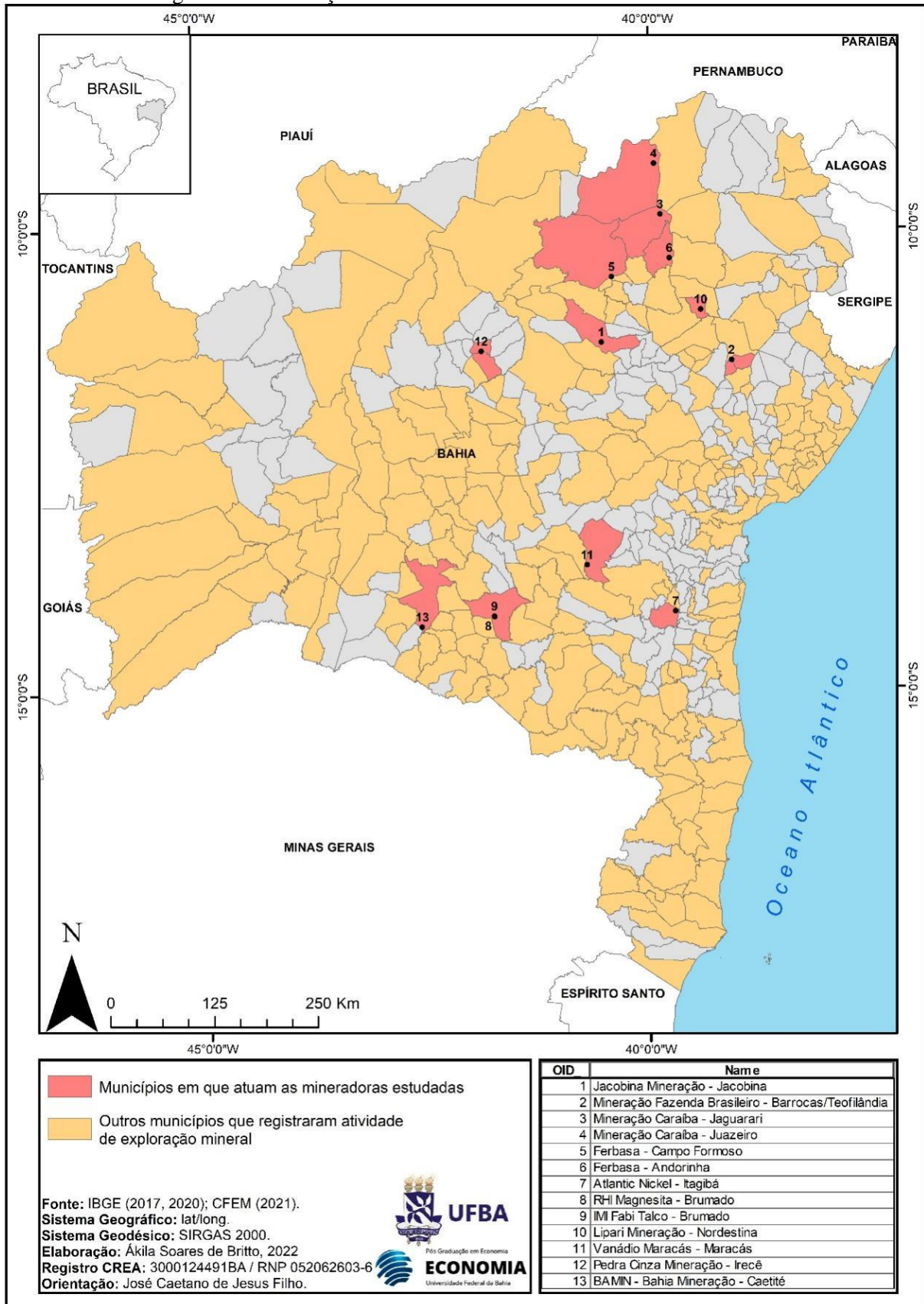
Município	População - Censo 2010	Ranking população Bahia	Ranking população Brasil	IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública - 2019)	IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (Rede pública - 2019)	PIB per capita em R\$ - 2019	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2010
Jacobina	79.247	20°	360°	4,8	3,7	16.196,03	0,649
Teofilândia	21.482	152°	1.527°	4,5	3,6	6.755,57	0,566
Barrocas	14.191	252°	2.277°	5,2	4,0	14.416,97	0,610
Jaguarari	30.343	89°	1.061°	4,3	3,7	22.220,95	0,659
Juazeiro	219.544	6°	134°	5,7	4,2	20.071,32	0,677
Campo Formoso	66.616	25°	440°	4,7	3,2	13.586,60	0,586
Andorinha	14.414	247°	2.236°	4,4	2,6	13.417,30	0,588
Itagibá	15.193	234°	2.144°	4,9	4,7	14.126,85	0,589
Brumado	64.602	29°	427°	6,1	5,1	25.705,48	0,656
Nordestina	12.371	295°	2.544°	4,7	3,6	12.151,70	0,560
Maracás	24.613	120°	1.312°	5,0	4,1	21.363,92	0,607
Caetité	47.515	47°	635°	5,3	4,3	17.758,11	0,625
Irecê	66.181	27°	444°	5,9	4,9	18.285,81	0,691

Fonte: Elaboração própria baseado no IBGE

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por variáveis de três ordens, sendo estas: renda; educação; e saúde (longevidade). Segundo os dados de 2010, o IDHM do Brasil era de 0,727, tendo a Bahia expressado um índice de 0,660, ocupando o 22º lugar no ranking entre as Unidades Federativas. A respeito dos municípios em análise, todos têm um IDHM inferior ao índice nacional e apenas dois superam o valor do IDHM estadual, sendo estes Irecê (0,691) e Juazeiro (0,677). Entre os demais, o município de Nordestina é o que apresenta menor patamar desse indicador, sendo de 0,560.

Um último aspecto a ser abordado é a distribuição espacial das empresas analisadas no território do estado da Bahia. Como se observa na figura 2, a atividade de exploração mineral ocorre em diferentes regiões do estado, o que é verificável a partir dos dados de arrecadação da CFEM em 2021, ano em que houve arrecadação em 233 municípios da Bahia. No caso da atuação das empresas estudadas, é possível perceber que esta também ocorre em municípios de variadas regiões, apesar de ser perceptível uma área principal de concentração, situada na região norte da Bahia e uma área que apresenta expansão mais próxima ao estado de Minas Gerais, no centro-oeste da Bahia.

Figura 2 - Localização das mineradoras estudadas no estado da Bahia



Fonte: Elaboração própria

### **3.1.1 Jacobina Mineração e Comércio Ltda - Yamana Gold**

O ponto de partida para a caracterização da Jacobina Mineração – Yamana Gold, assim como das demais empresas aqui analisadas, será a apresentação de um breve histórico, no qual são destacados alguns marcos temporais que auxiliam nessa caracterização e que se relacionam com aspectos mais gerais do recorte cronológico utilizado na tese. A extração de ouro no território que hoje pertence ao município de Jacobina (BA) se iniciou ainda no primeiro quarto do século XVIII. Mais precisamente, a permissão para a operação foi concedida pela metrópole portuguesa em 1720. Depois de um breve período de atividade, a extração foi interrompida e só teve continuidade já no final do século XIX, quando em 1880 a Companhia Minas de Jacobina obteve autorização para a extração, atuando até 1897.

Segundo Farias (2008), as atividades de mineração na região de Jacobina foram retomadas na década de 1930, sob um clima de “otimismo e euforia”, se referindo aos discursos veiculados em jornais da época. Conforme aponta esse mesmo autor, “Na década de 1940, particularmente em 1947, a Companhia das Minas é sucedida pela Mineração de Ouro de Jacobina Ltda que, em 1950, é vendida à empresa canadense Mineração Northfield Ltda que permaneceu em Jacobina até a década de 1960”.

O período posterior à operação dessa empresa canadense foi marcado pelo avanço nas pesquisas sobre a geologia local, exploração que foi realizada pela Unigeo Geologia e Mineração Ltda. Em 1982 as atividades de extração recomeçaram, controladas por essa mesma empresa e, em 1988, diante da necessidade de expansão das atividades, foi criada uma outra empresa, a Jacobina Mineração e Comércio S/A (JMC). As oscilações dos preços do ouro no mercado internacional desencadearam o fechamento de algumas minas operadas na região e, em 1996, a JMC foi vendida para uma empresa de capital canadense, a William Resources, que teve as atividades paralisadas entre 1998 e 2003, as quais foram retomadas já por outra empresa canadense, a Desert Sun Mining.

Em 2006 essa empresa foi adquirida pela Yamana Gold, que opera até os dias atuais em um complexo de cinco minas subterrâneas de ouro na região: Canavieiras, João Belo, Morro do Cuscuz, Morro do Vento e Serra do Córrego. Segundo informações disponibilizadas pela própria empresa:

A mina Jacobina é um depósito paleo-placer com grãos de ouro hospedados em leitos de conglomerados (recifes) na Formação Serra do Córrego no Cráton do São Francisco. Antes da abertura do Oceano Atlântico há milhões de anos, o Cráton do São Francisco era adjacente a ambientes geológicos semelhantes no oeste e na África do Sul que hospedam os depósitos de ouro Witwatersrand e Tarkwa. Juntos, esses três depósitos paleo-placer hospedam 40% dos recursos de ouro do mundo e do estoque de reserva. O ouro em Jacobina está hospedado no depósito da Formação Serra do Córrego dentro de uma bacia de rift continental Proterozóica. A bacia do rift é preservada em um cinturão norte-sul de 155 quilômetros de extensão. A Yamana controla todo o cinturão com 71.000 hectares de concessões de exploração e 5.000 hectares de licenças de exploração.<sup>17</sup>

A Yamana Gold foi criada em 1994, teve suas ações listadas na Bolsa de Valores de Toronto em 1995, local onde está sediada a empresa. Em 2007 foi listada na Bolsa de Valores de Nova York e, recentemente, em 2020, também na Bolsa de Valores de Londres. Além de atuar em Jacobina a empresa já obteve o controle de outras minas na Bahia, em Teofilândia e Santa Luz. Atualmente opera quatro complexos minerais além do de Jacobina, sendo estes: El Peñón, no deserto do Atacama, norte do Chile, adquirido em 2007, dedicado à extração de ouro e prata; Cerro Moro, na província de Santa Cruz, na Argentina, que foi adquirido em 2012 e começou a operar em 2018 na produção de ouro e prata; Canadense Malartic, que realiza extração de ouro em Quebec, Canadá (a Yamana Gold detém 50% da propriedade, adquirida em 2014); Minera Florida, na região central do Chile, adquirida em 2007, que realiza exploração de ouro.

As características físico-químicas do ouro lhe conferem um papel importante nas transformações históricas das diferentes formas de organização social, visto que se apresenta como elemento extremamente relevante no processo de desenvolvimento das relações capitalistas, destacando-se dois aspectos principais. O primeiro se refere à sua importância no desenvolvimento do sistema monetário, no qual atuou, e ainda atua mesmo que em menor escala, como reserva dos tesouros nacionais e bancos centrais das diferentes nações, servindo como lastro para transações financeiras internacionais. As transformações ocorridas na dinâmica de reprodução capitalista e as alterações do sistema monetário a nível internacional acabaram por deslocar o ouro dessa função, apesar de ser ainda muito procurado em períodos de instabilidade econômica, como se observa atualmente.

---

<sup>17</sup>BRAZIL Jacobina. Yamana Gold. Disponível em: <https://www.yamana.com/English/portfolio/producing-mines/jacobina/default.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Diante dessas transformações, se apresenta o segundo aspecto, tendo em vista que o metal aurífero passou a ser empregado de maneira mais generalizada nos processos industriais, seja ele na produção joalheira, principal destino do ouro atualmente, devido a suas características estéticas e de resistência à corrosão, ou em outras atividades industriais, pois:

Por ser metal denso, dúctil, não-corroível, bom condutor de calor e eletricidade, o ouro reduz a resistência nos contatos elétricos, o que o torna de grande utilidade na fabricação de peças susceptíveis a pequenas correntes e que necessitam de alta confiabilidade. Pelas suas propriedades lubrificantes, atuando como filme fixo deslizante, aderente aos substratos, propriedades fundamentais para operação em alto vácuo, como em engenhos espaciais. O ouro é largamente utilizado em componentes de computadores eletrônicos; eletrodos de ouro são utilizados em circuitos semicondutores, em caminhos de circuitos integrados e relés (BRASIL, 2009, p. 18).

A diversificação da utilização do ouro no processo produtivo e a significativa elevação da procura por parte do setor joalheiro expressam o papel estratégico que esse mineral ocupa, o que configurou um processo de desmonetização desse metal, que passou a ter grande relevância no mercado de *commodities*.

Segundo dados da ANM, em 2019 a Jacobina Mineração ocupou a 3ª posição entre as empresas produtoras de ouro no Brasil, sendo responsável por 6,29% do total produzido desse metal. Na Bahia, no mesmo ano ela foi responsável por 22% da Produção Mineral Baiana Comercializada, com a maior participação entre as mineradoras em atuação no estado. Um aspecto importante a ser destacado é que, apesar de apresentar essa participação na PMBC, isso não se converte também na participação do ICMS, pois a produção de ouro é toda destinada à exportação, que é isenta da contribuição do referido imposto.

### **3.1.2 Mineração Fazenda Brasileiro - Equinox Gold/Leagold**

A descoberta das reservas de ouro da Fazenda Brasileiro, localizada na divisa entre os municípios de Teofilândia e Barrocas, se deu em meados da década de 1970, resultado de pesquisas que tinham como objetivo inicial a busca por reservas de cobre. Em 1984 foram iniciadas as operações de extração a céu aberto, controladas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e em 1988 iniciaram-se as operações na mina subterrânea. Após a privatização da CVRD, que ocorreu em 1997, e com o esgotamento gradativo das reservas de ouro operadas pela empresa em diferentes regiões do Brasil, houve um redirecionamento



estratégico de seus investimentos, que passou a priorizar as atividades de extração de ferro, manganês, níquel e cobre.

Como parte desse processo, em agosto de 2003, a CVRD vendeu a mina Fazenda Brasileiro para o grupo canadense Yamana Gold que, em finais de 2014, criou numa empresa subsidiária – Brio Gold – para assumir o controle da Fazenda Brasileiro e de outra mina pertencente ao grupo em Goiás, a mina de Pilar. Esse processo se deu em meio à queda do preço do ouro no mercado internacional e no mesmo ano em que o grupo adquiriu a Canadense Malartic.

A Brio Gold manteve o controle da mina Fazenda Brasileiro até o ano de 2018, quando entrou em acordo com a Leagold Mining Corporation, também pertencente ao capital canadense, que passou a deter os direitos minerários da Fazenda, juntamente com o projeto em desenvolvimento para a retomada das atividades no município de Santa Luz, na Bahia, e das minas de Pilar, em Goiás e RDM em Minas Gerais.

A Leagold Mining Corporation entrou em processo de fusão com a Equinox Gold, que foi concluído em 2020. Dessa forma, a mina Fazenda Brasileiro, bem como as minas de Pilar e RDM, passaram a pertencer à Equinox, grupo de capital canadense que se tornou um dos maiores produtores mundiais de ouro.

Além de controlar as minas que pertenciam à Leagold, esse grupo atua em mais quatro complexos de minas, todos situados nas Américas, sendo estes: Los Filos, no estado de Guerrero (México) – operação comercial iniciada em 2008; Aurizona, no estado do Maranhão (Brasil), operada por uma subsidiária da Equinox, que teve suas operações iniciadas em 2019; Mesquita, Califórnia (EUA), adquirida em 2018; Castle Mountain, Califórnia (EUA), – início das operações em 2020. A participação da Fazenda Brasileiro na produção de ouro nacional foi, em 2019, de aproximadamente 3,10%. No âmbito estadual, quando observada a PMBC nesse mesmo ano, a participação foi de 11%, o que corresponde à 3ª maior entre as empresas de mineração em atuação na Bahia.

### **3.1.3 Mineração Caraíba S/A**

Situada no norte da Bahia, onde hoje está localizado o Distrito de Pilar, no município de Jaguarari, a jazida de cobre que se tornou a Mina Caraíba foi identificada em 1874, sendo a

terceira registrada no país. As outras duas reservas de cobre descobertas anteriormente foram as de Pedra Verde, no Ceará, identificada em 1833, e a de Camaquã, no Rio Grande do Sul, em 1865.

Apesar de ter sido descoberta ainda no século XIX, as operações de extração só iniciaram mais de cem anos depois. Em 1944, o então Departamento Nacional de Produção Mineral confirmou o potencial de extração existente na mina, dando início à prospecção, e em 1969, por iniciativa do Grupo Pignatari, foram iniciados os estudos de viabilidade e os investimentos na criação da infraestrutura necessária para o começo das operações. Como forma de pagamento de dívidas junto à União, em 1974, o controle da mina foi transferido para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No ano de 1980 foram iniciadas as operações da mina a céu aberto. Em 1982, teve início a atividade de metalurgia e, em 1986, a mina foi ampliada para a extração subterrânea. As atividades de mineração e metalurgia se concentravam, à época, na mesma empresa, denominada Caraíba Metais.

No bojo do processo massivo de privatizações que se deu no Brasil entre o final da década de 1980 e na década de 1990, a Caraíba Metais foi inserida, tendo início em 1988, primeiramente pela privatização da atividade metalúrgica, e depois sua continuidade em 1994, quando a mineradora também foi incorporada no pacote de privatizações e acabou sendo adquirida pelo mesmo grupo que controlava a Caraíba Metais.

A partir dos anos 2000, período de elevação do preço do cobre e demais minerais metálicos no mercado internacional, alguns projetos que não se apresentavam com viabilidade econômica por conta dos elevados custos foram retomados, proporcionando ampliação das atividades da empresa. Um desses projetos, que havia se iniciado na década de 1990, foi o de reaproveitamento do minério oxidado, que a partir do método de lixiviação resultou, entre 2008 e 2012, na produção do cátodo de cobre – placas com concentração de aproximadamente 99,99% de cobre. Outra iniciativa no sentido da expansão das operações na Bahia foi a abertura de minas menores na extensão do Vale do Curaçá, a exemplo da mina de Surubim, que esteve em operação entre 2009 e 2015, e a mina Suçuarana.

Somam-se a isso dois outros projetos fora da Bahia, que expressam a expansão das atividades da Mineração Caraíba a partir dos anos 2000. Um deles é o do Complexo Mineral Nova

Xavantina, no Mato Grosso, que se encontra em operação desde 2013, de onde são extraídos ouro, prata e chumbo. Outro projeto em desenvolvimento, do qual a empresa adquiriu os direitos minerários em 2007, é o da mina Boa Esperança, na Província Mineral de Carajás, no estado do Pará.

Já no início de 2016, alegando prejuízos devido à queda do preço do cobre, a Mineração Caraíba entrou com pedido de recuperação judicial. Pouco tempo depois houve a inundação da mina de Pilar, o que fez com que fossem paralisadas as operações. As atividades só foram retomadas em 2017, depois que a Ero Copper Corporation adquiriu a empresa. A Ero Copper é uma *holding* que foi criada em 2016, com matriz sediada em Vancouver, Canadá, e que tem suas ações comercializadas na bolsa de Toronto. Após a aquisição, o processo de expansão da empresa continuou, ocorrendo em agosto de 2018 o início das operações da mina de Vermelhos, localizada no município de Juazeiro, na Bahia.

Considerando que a atividade da Mineração Caraíba na Bahia se dá a partir da extração de cobre, é importante apresentar as características básicas desse metal e sua utilização no processo de produção. O elemento metálico cobre é uma substância relativamente rara, considerando sua disponibilidade frente à diversificação de sua aplicação e a crescente demanda no mercado mundial. As características físico-químicas do cobre, elemento situado entre os metais básicos não ferrosos, são bem particulares, unindo aspectos como elevada maleabilidade e resistência, o que dificulta sua ruptura, além de suportar elevadas temperaturas e oferecer alta condução térmica e elétrica.

A indústria primária de cobre pode ser organizada a partir da divisão em quatro produtos, que são resultados de etapas distintas do processo produtivo, desde a extração até o refino:

- minério de cobre - corresponde ao mineral extraído da mina, cujo conteúdo oscila entre 0,7% e 2,5% de cobre;
- concentrado de cobre - corresponde ao minério de cobre que, através de um processo de moagem das rochas e mistura com água e reagentes, passa a apresentar entre 30% e 38% de cobre fino;
- cobre fundido - corresponde aos concentrados que, por meio de processos pirometalúrgicos, se transformam no chamado cobre blister (98,5%) e, posteriormente, no anodo de cobre, cujo teor é de 99,7% de cobre;
- e cobre refinado - corresponde aos anodos e as soluções (no caso da lixiviação) que são refinados por processo de fundição ou eletrólise, resultando nos cátodos, com pureza de 99,9% de cobre (BANCO

NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1997, p. 2).

A partir dessa produção primária, o cobre pode ser utilizado em uma gama significativa de produtos, especialmente nas indústrias de fios e cabos elétricos, além da produção de tubos, ligas especiais, dentre outros.

Entre os minerais explorados na Bahia o cobre teve, em 2019, uma participação de 19% na Produção Mineral Baiana Comercializada, o que corresponde exclusivamente à produção da Mineração Caraíba. Nesse mesmo ano a empresa ocupou a 4ª posição entre as mineradoras de cobre do país, sendo responsável por 10,72% do valor total da comercialização da produção mineral dessa substância.

O cobre, assim como em 2018, também apresentou expansão na produção, atingindo no Vale do Curaçá 42.3 mil toneladas, volume 39% maior que no ano anterior, excedendo significativamente a estimativa original de produção para 2019, que seria entre 36 a 38 mil toneladas. O valor de comercialização também foi maior, em razão do preço internacional, cerca de 3,5% maior em 2019 (INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA, 2019, p. 7)

Considerando a ótica da arrecadação da CFEM, o cobre foi responsável por 21% do total arrecadado pelos municípios mineradores da Bahia, ocupando a segunda posição entre os bens minerais produzidos no estado. Um elemento relevante é que quando observada a arrecadação de ICMS, a produção de cobre foi responsável, em 2019, por 49% do total arrecadado entre os produtos minerais na Bahia. Isso ocorre pelo fato de que o ICMS incide apenas sobre os bens destinados ao mercado interno estadual ou nacional, sendo isentos os bens destinados à exportação. Como a produção de cobre no Brasil é insuficiente para suprir sua própria demanda, parte significativa do cobre produzido pela Mineração Caraíba tem como destino o mercado interno, realidade que se diferencia do conjunto dos demais bens minerais produzidos no estado, a exemplo do ouro.

### **3.1.4 Companhia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA**

A Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA) foi criada em 1961, primeiramente dedicada à atividade de mineração, tendo iniciado suas operações no município de Campo Formoso, Bahia, a partir da recuperação de antigas minas de cromo existentes na região. Em 1965 entrou em atividade o primeiro forno voltado para a fabricação de ferro ligas, dando-se

início à produção metalúrgica da empresa no município de Pojuca, também na Bahia, onde hoje se concentra seu parque industrial. A segunda mina a iniciar as operações está situada no município de Andorina, Bahia, no Complexo Vale do Jucurici, onde a FERBASA opera aproximadamente 15 minas, distribuídas nos municípios de Queimadas, Cansanção, Monte Santo e Uauá.

Além da extração de cromo nos municípios mencionados, a empresa opera outras atividades em diferentes municípios da Bahia, todas elas vinculadas à cadeia produtiva da indústria metalúrgica, tais como a extração de quartzo em Rafael Jambeiro, Mata de São João e Tucano; a extração de cal virgem no município de Euclides da Cunha; e o plantio de eucalipto em Entre Rios, Esplanada, Planaltina e Maracá. Mais recentemente, em 2017, adquiriu o parque eólico BW GUIRAPÁ, localizado no município de Caetité, visando o fornecimento de energia elétrica para as atividades industriais próprias.

O fundador da empresa, José Corgosinho de Carvalho Filho, transferiu o controle das ações que lhe pertenciam para a entidade criada por ele em 1975, a Fundação José de Carvalho, que se tornou acionista majoritária, na época com 94% do controle acionário, e que hoje detém aproximadamente 98% das ações ordinárias. A pequena parcela restante das ações votantes, bem como as ações preferenciais, é comercializada na B3 – Bolsa de Valores do Brasil.

O cromo, principal mineral extraído pela FERBASA, é base para a produção de diferentes tipos de ferro liga, sendo a atividade metalúrgica da empresa voltada para a produção de: ferrocromo alto carbono (FeCr AC); ferrocromo baixo carbono (FeCr BC); ferrosilício cromo (FeSiCr); ferrosilício 75 (FeSi 75); ferrosilício alta pureza (FeSi HP); e a microsíllica. Esses produtos são utilizados no processo siderúrgico na produção dos diferentes tipos de aço, dentre eles o aço inoxidável, utilizado na indústria química, petroquímica, construção civil, instrumentos médicos e odontológicos, utensílios domésticos, dentre outros.

No âmbito nacional, quase toda extração de cromo é feita pela FERBASA, sendo que, em 2019, segundo dados da ANM, ela foi responsável por 96,23% da produção do país. O baixo crescimento da economia nos últimos anos impactou negativamente nos preços desse produto, impulsionando assim as exportações, em busca de compensação da queda de preços a partir da valorização do dólar.

A cromita teve desempenho negativo devido aos baixos preços internacionais para o minério e seus produtos, que registraram os menores níveis desde 2016, a despeito do aumento em 42% no volume das exportações baianas do minério. É importante lembrar que, a principal empresa produtora de cromita é a Ferbasa, que detém 95% dos recursos nacionais do minério, sendo a única produtora integrada de ferrocromo das Américas (INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA, 2019, p. 7).

A participação da FERBASA na PMBC foi de 5% em 2019, o que lhe confere a 4ª maior participação entre as empresas mineradoras em operação na Bahia. Quanto à participação na CFEM, o cromo teve contribuição equivalente a 6% do total arrecadado no estado, conferindo a esse bem a 5ª maior entre os bens extraídos. Tendo como destino principal de seus produtos o mercado interno, esse percentual de participação se expressa na contribuição do ICMS, mas com uma proporção menor, correspondendo a 3% do arrecadado com a produção mineral na Bahia.

### **3.1.5 Atlantic Nickel/Appian Capital Advisory**

No período compreendido entre os anos de 1979 e 1981, a *joint venture*<sup>18</sup> Mineração Nhambu executou um projeto de exploração na região sul da Bahia, no território pertencente ao município de Itagibá, que tinha como finalidade a procura por depósitos de ouro e cromo. Os resultados obtidos apontaram a existência de reservas com pouca viabilidade econômica, e como consequência foram encerradas as pesquisas. Em 1985 foi iniciado um novo projeto de prospecção, dessa vez destinado à procura de cobre, níquel e platina, capitaneado pela Caraíba Metais, que também não identificou viabilidade para a operação (ARCOVERDE CONSULTORIA E PROJETOS S/C, 2006).

Passados quatro anos, em 1989, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral requereu a área para estudos mais aprofundados, tendo em vista os primeiros indícios encontrados pelas

---

18 Expressão em inglês que significa “união de risco” e designa o processo mediante o qual pessoas, ou, o que é mais frequente, empresas, se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro. Uma joint-venture pode ocorrer entre empresas privadas, entre empresas públicas e privadas, e entre empresas públicas e privadas nacionais e estrangeiras. Durante a vigência da joint-venture, cada empresa participante é responsável pela totalidade do projeto. No caso brasileiro, esta modalidade foi estimulada especialmente durante os anos 70, envolvendo empresas privadas nacionais, empresas estatais e empresas estrangeiras (SANDRONI, 1999. p. 315).

investidas anteriores. Após uma sequência de estudos, executados de maneira mais intensa entre 1996 e 2003, foi confirmada a existência dos depósitos e então:

Em 2003 a CBPM, cumprindo o seu papel de fomento, ofereceu à iniciativa privada a oportunidade de desenvolver os recursos de níquel de Itagibá. A empresa vencedora da concorrência 005/2003 foi a Mirabela Mineração do Brasil Ltda., (subsidiária da empresa australiana Mirabela Nickel Limited) com base no prêmio de oportunidade e no royalty oferecido à CBPM. Em 15 de março de 2004 a Mirabela começou o programa de sondagem diamantada na área do níquel laterítico (ARCOVERDE CONSULTORIA E PROJETOS S/C, 2006, p. 10).

A Mirabela Mineração iniciou as pesquisas complementares para a delimitação do depósito de níquel da fazenda Santa Rita em 2004, mesmo ano em que sua controladora australiana teve as ações listadas na bolsa de valores de Sidney, na Austrália, e de Toronto, no Canadá. As pesquisas foram concluídas em 2007 e as operações de extração tiveram início no dia 04 de dezembro de 2009. Em 2012 o preço do níquel no mercado internacional começou a apresentar significativa desvalorização, seguindo a tendência geral das *commodities* minerais, e isso ocasionou a interrupção desse primeiro período de operações em maio de 2016.

Diante desse processo, a mina Santa Rita foi adquirida pela Atlantic Nickel, empresa pertencente ao Grupo Appian Capital Brazil, que é, por sua vez, vinculado ao fundo *private equity* da Appian Captital Advisory, sediada em Londres e composto por capital de origem britânica. Além da mina Santa Rita o fundo controla outros projetos em várias partes do mundo, que se encontram em diferentes estágios de maturação. No Brasil, desenvolve desde 2018 o Projeto Serrote, no estado de Alagoas, que é operado pela empresa Vale Verde e tem como finalidade extração e beneficiamento de ouro e cobre. O projeto se encontra em fase de construção. A Appian detém também o controle de empresas que operam projetos de ouro em fase de desenvolvimento no Canadá e na Costa do Marfim; projeto direcionado à mineração de terras raras na Tanzânia; e projeto em fase final de construção para extração de terras raras em Victoria, Austrália.

A mina Santa Rita voltou a operar no final de 2019, tendo o primeiro embarque após a retomada em janeiro de 2020. A Atlantic Nickel detém os direitos minerários apenas da mina Santa Rita e sua sede no Brasil está localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. A empresa incorpora as atividades de exploração, mineração, beneficiamento e comercialização, sendo que parte destas etapas são realizadas por empresas terceirizadas. A produção é destinada

quase que exclusivamente para os mercados europeu e asiático, com destaque para a China, sendo o escoamento feito, principalmente, pelo Porto de Ilhéus.

Os primeiros registros de utilização do níquel na produção social datam de aproximadamente 800 anos (a.C.), quando incorporado na composição de moedas japonesas, e também presente em moedas gregas produzidas em torno de 300 anos (a.C.). Desde então o seu aproveitamento no processo produtivo foi se alterando em sintonia com a diversificação do processo social de produção.

A sua aplicação industrial em larga escala aconteceu no fim do século XIX, quando foram descobertos relevantes depósitos minerais de níquel no Canadá. O níquel se destaca na melhora das propriedades da maioria dos metais e ligas a que se associa. São mais de três mil ligas oferecidas pelo níquel e que são utilizadas na indústria ou de forma doméstica. Metade dessa produção é utilizada em ligas de ferro (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISA MINERAL, 2009 p. 259).

Assim como a maioria dos minerais extraídos na Bahia, o níquel tem um papel estratégico na cadeia produtiva no atual estágio de desenvolvimento capitalista. O produto final da Atlantic Nickel é o concentrado de níquel que, apesar de ser utilizado principalmente na fabricação de aço inoxidável, tem apresentado crescente demanda para a produção de baterias para carros elétricos. Isso porque, o uso do níquel sulfetado na composição dessas baterias acaba aumentando a densidade de energia, permitindo um maior tempo de utilização até que seja necessária uma nova recarga, o que eleva a autonomia desses automóveis.

Partindo para os dados de produção, é importante ressaltar que, em 2019, a Atlantic Nickel ainda não havia retomado as suas operações, o que não permite a utilização dos dados desse ano como foi feito nas outras empresas analisadas. No entanto, quando considerados os dados de 2020, a Atlantic Níquel teve uma participação na PMBC de 10%, com igual proporção na participação da CFEM desse mesmo ano. Isso lhe conferiu a 3ª posição entre as empresas mineradoras em atuação na Bahia em 2020.

### **3.1.6 RHI Magnesita**

As primeiras referências à existência das reservas minerais da Serra das Éguas, antiga região de Bom Jesus do Meiras, território que hoje pertence ao município de Brumado, na Bahia,



datam do final do século XIX. Até a década de 1930, alguns estudos apontaram a existência de diferentes tipos de minerais, entre os quais a magnesita, mas sem que houvesse uma delimitação mais definida do jazimento e do tipo de mineral predominante na região (GARCIA, BRANDÃO; LIMA, 2008).

Conforme Leonardos (1943), dois franceses residentes no Brasil, Georges Louis Minvielle e Miguel Pierre Cahen, interessados na produção de magnésio metal, o procuraram na Divisão de Fomento da Produção Mineral, no Rio de Janeiro, em 1939, para que este lhes dissesse onde poderiam encontrar magnesita. Foram informados das ocorrências de Jequié e sobre as da Serra das Éguas, insuficientemente estudadas. Dirigindo-se estes senhores a Serra das Éguas, ali constataram não só a presença, mas o grande volume de magnesita na região. De volta ao Rio, fundaram a Sociedade Magnesita Limitada, transformada, depois, em Magnesita S.A., autorizada a funcionar pelo decreto número 6220 de quatro de setembro de 1940 (GARCIA; BRANDÃO; LIMA, 2008, p. 614).

Apesar dos sócios franceses, naturalizados brasileiros, terem criado a empresa e conseguido a autorização para operar a extração, não dispunham do aporte de capital necessário para os investimentos iniciais. Por esse motivo se associaram a Antônio Mourão Guimarães, um dos membros da família Pentagna Guimarães, que na época eram donos do Banco de Minas Gerais. Com a viabilização dos recursos necessários para o início das operações, a família se tornou detentora majoritária e manteve o controle da empresa até o ano de 2007.

A partir de 1944, quando entrou em funcionamento a primeira fábrica de refratários da empresa em Contagem, Minas Gerais, deu-se início a um processo de expansão das suas atividades, tendo como objetivo de longo prazo a integração vertical da produção. Nesse processo, até a chegada dos anos 2000, diversas iniciativas de criação e aquisição de empresas que compõem a cadeia produtiva dos refratários foram tomadas. Podem ser destacadas algumas dessas ações, como: criação da subsidiária RASA em 1960, na Argentina; abertura de capital, em 1969; criação do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa Mineral em Contagem, em 1970; criação da Montec, serviço de engenharia e montagem na área de construção civil e industrial, em 1971; listagem na bolsa de valores, em 1973; aquisição da Refratec, em 1980 e da General Refractories, 1987.

Após esse longo período de expansão das atividades a empresa chegou aos anos 2000 entre as maiores produtoras de refratários no mundo. Em 2007, período que se observava uma forte elevação do preço das *commodities* minerais a níveis internacionais, a Magnesita foi adquirida

pela GP Investimentos, uma companhia especializada na gestão de fundos *private equity*, que foi criada em 1993<sup>19</sup> e está listada na B3 e na bolsa de valores de Luxemburgo. Essa aquisição por parte da GP tinha como horizonte transformar a empresa na maior produtora integrada de refratários no mundo. Logo em 2008, a Magnesita comprou o Grupo LWB, da Alemanha, uma importante produtora de refratários, e essa aquisição levou a empresa a ocupar a 3ª posição entre as maiores do ramo no mercado mundial.

A euforia em torno da expansão durou apenas até os sinais da crise econômica de 2008 se aprofundarem e, em 2009, a Magnesita teve que pedir um aumento de capital junto ao BNDES para quitar dívidas com o banco norte americano JP Morgan. Desse modo o BNDESPar, braço do BNDES que atua com participação em empresas, passou a ter parte do controle acionário da Magnesita como contrapartida do aporte financeiro realizado. Os desdobramentos dessa crise se prolongaram e, em 2016, a Magnesita vendeu para a IMI Fabi Talco os negócios de talco que eram operados também em Brumado. Um ano depois, em 2017, a Magnesita entrou em processo de fusão com outra grande empresa produtora de refratários, a RHI, dando origem à então denominada RHI Magnesita.

A RHI, assim como a Magnesita, tem uma longa história na produção de refratários e desde a sua fundação, ainda no século XIX, passou por um processo de expansão que se estendeu ao longo de todo o século XX, chegando ao período de fusão com a Magnesita como a segunda maior produtora global do ramo de refratários. Após a fusão a empresa passou a ocupar a liderança no mercado mundial de refratários, com presença em todo o continente americano, Europa e Ásia, tendo suas ações listadas nas bolsas de Londres, na Inglaterra, e de Viena, na Áustria.

Sobre o tipo de mineral extraído e sua utilização Garcia, Brandão e Lima (2008) apontam que:

O magnésio é o oitavo mais abundante dentre os elementos que formam a crosta terrestre, constituindo 2% da mesma e ocupando, ainda, a terceira posição dentre os elementos dissolvidos na água dos mares. Embora seja

---

19 A GP Investimentos foi criada por Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Os três atuam em sociedade desde a década de 1970 e são conhecidos no mundo dos negócios pela “parceria de sucesso”, primeiramente no Banco Garantia, quando adquiriram as Lojas Americanas e foram responsáveis por sua expansão e consolidação e, posteriormente, a partir de diversos outros investimentos, como a criação e expansão da Ambev e aquisição de Burguer King e outros. Em 2003 eles “abandonaram” a GP Investimentos, que passou a ser controlada por Fersen Lambranco e Antônio Bonchristiano.

encontrado em mais de 60 minerais, somente dolomita, magnesita, brucita, periclásio (MgO), carnalita e olivina (forsterita) são de importância comercial. Magnésio e seus compostos são também extraídos a partir de água do mar e salmouras de poços e lagos. A produção comercial a partir de magnesita, no entanto, é no presente a mais econômica (GARCIA, BRANDÃO; LIMA, 2008, p. 489).

A importância econômica da magnesita está diretamente associada à diversidade de aplicações e usos que ela apresenta. Apesar de ter no ramo de refratários a principal utilização, essa matéria-prima pode dar origem a diferentes produtos, tais como: magnésia sinterizada, utilizada na produção de refratários básicos moldados e não moldados; magnésia cáustica, presente na fabricação do cimento sorel, na agricultura, agropecuária e como agente clareante na indústria de petróleo, entre outras; magnésio metálico, utilizado na produção de ligas aluminosas e de magnésio, com aplicação na indústria de aeronaves, mísseis, maquinaria e ferramentas em geral.

A Bahia é a maior produtora de magnesita do Brasil e mesmo com a queda da produção de aço a níveis globais entre 2018 e 2019, o que impactou significativamente a demanda por refratários, a participação da RHI Magnesita na PMBC de 2019 foi de 2%, um percentual inferior ao do ano anterior, equivalente a 3%. Na participação da arrecadação da CFEM na Bahia, a participação da Magnesita foi, em 2019, de 3%.

### **3.1.7 Imi Fabi Talco**

O processo histórico de produção de talco em Brumado, na Bahia, se confunde com o de extração da magnesita, contextualizado na seção anterior, devido ao fato da operação ter sido controlada, até o ano de 2016, pela mesma empresa. Nesse sentido, a descrição que segue nesse tópico partirá da apresentação de alguns marcos históricos relevantes no processo de expansão da IMIFABI, responsável atualmente pela extração de talco no referido município.

Criada em 1950 na cidade de Valmalenco, na Itália, a IMIFABI iniciou a expansão de suas atividades de maneira mais consistente algumas décadas depois, destacando-se o que se deu a partir de 1990. Em 1992 efetivou a aquisição da Indústria Químico-minerária Valmalenco e um ano depois, em 1993, adquiriu a Unitalc S.p.A. A partir de então avançou na internacionalização, marcada pela aquisição de arrendamento de 50% das operações da mina Mount Seabrook, na Austrália, em 1996. A partir de 2001, passou a controlar operações em Benwood, nos Estados Unidos. Efetuou a abertura de escritório de vendas em Singapura no

ano de 2003 e, em 2006, iniciou a participação na AIHAI IMI MINERALS, uma *joint venture* na China. Em 2011 adquiriu os outros 50% de participação na australiana Mount Seabrook e iniciou a participação, em 2012, na *joint venture* IMI OMAR PVT, no Paquistão.

Diante dessa significativa expansão, em julho de 2016 fez a aquisição da Brumado Talco S.A, uma subsidiária que pertencia até então à Magnesita Refratários S.A. Já em 2017 abriu um escritório de vendas em São Paulo, o que acabou consolidando a presença da mineradora no Brasil. Além da presença nas Américas do Norte e do Sul, a IMIFABI continua com atuação na Europa e na Ásia, com sua sede em Postalesio, na Itália.

O talco é um mineral largamente utilizado nas mais diferentes atividades industriais, caracterizado pela:

[...] alta resistência ao choque térmico, leveza, suavidade, brilho intenso, alto poder de lubrificação e deslizamento, alta capacidade de absorção de óleo e graxa, baixa condutibilidade térmica e elétrica, alta área de superfície, inércia química e boa retenção como carga (PONTES; ALMEIDA, 2005, p. 9).

Devido a esse conjunto de qualidades que caracterizam o talco é comum a sua utilização na indústria de cerâmica, de papel e celulose, de rações, agrotóxicos, tintas e vernizes, indústrias de plásticos, fertilizantes, borracha, produtos farmacêuticos e veterinários, indústria de perfumaria e cosméticos, dentre outros (PONTES, ALMEIDA, 2005).

A produção da IMIFABI em Brumado correspondeu, em 2019, a 2% PMBC, o que colocou a mineradora entre as oito maiores em atuação no estado. Quando observada a participação na CFEM essa proporção representa 3%, e no caso do ICMS equivale a 8%, o que se deve à destinação da produção do talco, que tem como principais receptadores o setor industrial nacional.

### **3.1.8 Lipari Mineração**

A região do médio Rio Itapicuru é alvo de atenção de estudos geológicos desde o início do século XX, em especial o perímetro onde está situada a sequência meta-vulcanossedimentar, identificada inicialmente a partir da presença de ouro e diamante aluvionares. Diversas foram as incursões em busca da identificação mais precisa da origem e do tipo de ocorrências

minerárias, bem como da delimitação da área de abrangência das mesmas. Os resultados mais importantes vieram já na década de 1970, quando foram realizados os mapeamentos geofísico e geoquímico, além da cartografia geológica básica em diferentes escalas (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2019b).

A partir de então, novos estudos ao longo da década de 1970 e início de 1980, a exemplo de Mascarenhas (1973), Kishida (1979) e Kishida e Riccio (1980), avançaram na caracterização do terreno, identificado então como *greenstone belts*, tipo de formação rochosa que geralmente está associada à presença de diferentes minerais, tais como o cobre, ferro, ouro, diamante, entre outros, fato que aumentou ainda mais o interesse de diferentes grupos de pesquisa e empresas do setor mineral sobre a região (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2019b).

A partir de 1980 a empresa De Beers desenvolveu trabalhos de prospecção de diamante em kimberlitos nas proximidades do Rio Itapicuru. Trabalhos de detalhe executados entre 1989 e 1992 conduziram à descoberta de 3 pipes kimberlíticos mineralizados, localizados no setor Brauna, dentro do granodiorito de Nordestina. Os trabalhos de exploração prosseguiram, a cargo da empresa Vaaldiam Resources Ltd., que mais tarde anunciou um total de 22 ocorrências kimberlíticas descobertas na área, que consistem de 3 pipes, associadas com um sistema de 19 diques mineralizados. Estas ocorrências foram investigadas com furos de sondagem a amostragem volumétrica (bulk sampling) para definição de sua viabilidade econômica e hoje fazem parte da primeira mina de diamantes em rocha dura (diamantes primários) da América do Sul, de propriedade da empresa Lipari Mineração Ltda (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2019b, p. 85).

Em entrevista concedida à revista *In The Mine*<sup>20</sup>, o presidente e CEO da Lipari, Kenneth Jonhson, relata como se deu o processo de transferência dos direitos minerários sobre a mina Braúnas. Após as descobertas realizadas pela De Beers<sup>21</sup>, Jonhson comenta sobre a decisão da empresa em concentrar seu orçamento na exploração de diamantes no Canadá, quando no ano 2000 comprou a Snap Lake, o que restringiu seu poder de investimento junto ao projeto Braúna e a outros que controlava no Brasil. Com isso, em 2004 os direitos minerários da mina Braúna foram vendidos para a empresa canadense Majescor Resources, que formou uma *joint venture* com a Vaaldiam do Brasil, uma subsidiária que pertencia 100% à Vaaldiam

---

20 JONHSON, Kenneth. Um empreendedor de minas de ouro e diamante. Entrevista concedida a Tébis Oliveira. **In The Mine**, v. 13, n. 75, set./out. 2018. Disponível em: <http://www.inthemine.com.br/site/wp-content/uploads/2018/11/ITM75personalidade.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

21 Um grande conglomerado de empresas ligado à exploração de diamantes, fundada em 1988.

Resources. Devido à dificuldade da Mahescor em honrar os compromissos financeiros, em 2007 a Vaaldiam adquire por completo o controle do projeto Braúna.

Dando segmento à entrevista, quando perguntado sobre o processo de criação da Lipari, Jonhson responde que: “Ela foi criada especificamente para desenvolver o Projeto Braúna. Inicialmente, como uma filial da Vaaldiam. No entanto, em 2012, a Vaaldiam foi vendida a uma empresa de royalties no Canadá e convidei nossos acionistas para continuarmos o desenvolvimento do projeto”.

Nesses termos, desde 2005 se iniciou a exploração na mina Braúna. Mas foi em 2016 que se deu o processo de extração comercial, com atividade ininterrupta até o atual momento. A princípio, a previsão de duração das operações na mina seria de oito anos, mas a partir de novos estudos de sondagem há possibilidades que se estenda por tempo ainda indeterminado. Propagandeada como a maior mina de diamantes da América Latina, a extração no município de Nordestina foi responsável por reinserir o Brasil no mercado mundial de produção de diamantes, aspecto que marcou a economia do país no período colonial, ainda no século XVIII.

Descoberto alguns séculos a.C., na Índia, o diamante passou por diferentes usos ao longo da história, destacando-se atualmente, do ponto de vista comercial, duas de suas aplicações. A primeira, como gema no mercado de joias, dispensa maiores detalhamentos, considerando o conhecido fetiche associado ao diamante enquanto “pedra preciosa” e sua utilização em diferentes peças ornamentais e de uso pessoal. Parte significativa desse encanto designado socialmente ao diamante se deve a uma de suas características físicas, que é o elevado índice de refração, conferindo o intenso brilho que lhe é peculiar. Soma-se a isso a raridade dessa gema, tendo em vista que é muito difícil encontrar pedras que reúnam todos os elementos gemológicos necessários para sua lapidação nos padrões do mercado de joias.

O segundo uso dado ao diamante diz respeito à sua aplicação em processos de produção industrial, tendo em vista que, além da característica física já mencionada, o diamante também é dotado de outras propriedades extremamente relevantes. Uma delas é a dureza, que lhe confere resistência mecânica, permitindo a sua aplicação no processo de corte e polimento de outros materiais que também são de elevada resistência. Além dessa característica, o

diamante ainda é provido de alta condutibilidade térmica e resistência ao calor, tornando-se ainda mais importante a sua incorporação no processo industrial.

Essa forma de aplicação do diamante teve origem, como afirma Teixeira (2019), a partir do século XIV, na Índia, inicialmente no processo de corte de vidro, e desde então foi sendo diversificada essa utilização, permitindo o corte e polimento de diversos outros materiais, bem como a aplicação no processos de perfuração em sondagem de pesquisa mineral e poços de petróleo, em circuitos eletrônicos, lentes de equipamentos de radiação, entre vários outros, o que levou ao aumento da procura por esse bem e até mesmo ao desenvolvimento dele de forma sintética, utilizado como substituto do diamante natural.

Diante desse processo, considerando o conjunto da Produção Mineral Baiana Comercializada, a Lipari expressou, no ano de 2019, uma participação de 3%, estando entre as 5 empresas com maior produção mineral na Bahia. Quando observada a arrecadação da CFEM, o diamante foi responsável, nesse mesmo ano, por 4% da arrecadação no estado. A participação do diamante na arrecadação do ICMS é nula, tendo em vista que a exploração desse bem no estado é destinada ao mercado externo, tornando-se isento de contribuição desse tributo.

### 3.1.9 Vanádio de Maracás

Conforme afirma Paulo Minsk<sup>22</sup>, em entrevista concedida à revista *In The Mine*<sup>23</sup>, o processo de descoberta inicial das ocorrências minerárias na região de Maracás se deu no final da década de 1970, a partir de explorações de pesquisa realizadas pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. A partir de então, mais especificamente em 1984, a CBPM se associou ao Grupo Odebrecht, quando foi criada a Vanádio de Maracás S/A (VMSA), com vistas a viabilizar pesquisas mais específicas e, conseqüentemente, o processo de extração de vanádio na região. Já na década de 1990 a Caemi Mineração e Metalurgia também se associou ao projeto, auxiliando na execução de novas pesquisas geológicas e estudos de beneficiamento

---

22 Paulo Minsk ingressou na VMSA em 2014 como Gerente Geral e Diretor de Operações. Em 2016 assumiu a presidência da Largo Resources Brasil e desde 2019 é CEO e Presidente da Largo Resources Brasil.

23 MINSK, Paulo. O líder da nova rota de processo do vanádio. Entrevista concedida a Têbis Oliveira. *In The Mine*, v. 12, n. 67, maio/ jun. 2017. Disponível em: <http://inthemine.com.br/site/wp-content/uploads/2017/06/ITM76-minepersonalidade.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

mineral, mas apesar dos resultados positivos para o processo de exploração, isso não se viabilizou a princípio.

Ainda com base nas afirmações de Paulo Minsk, em 2006 a Vanádio de Maracás foi adquirida pela Largo Resources, uma júnior de origem canadense controlada pelo Fundo de Investimentos Aria Resources Capital Management. Para a viabilização do projeto foi realizado um processo de captação de capitais no mercado canadense e no Brasil, com aporte de recursos privados junto a bancos que atuam no país e também com participação de recursos públicos através de parcerias com o BNDES. Os impactos da crise internacional de 2008 prolongaram o tempo até que o projeto estivesse em execução e o resultado foi o início das operações de extração e comercialização em setembro de 2014.

Até 2019 a Vanádio de Maracás passou por uma ampliação no escopo de suas operações, tendo como principal produto comercializado o pentóxido de vanádio, utilizado em diferentes segmentos da produção industrial. A perspectiva apresentada atualmente é de implantação de uma nova fábrica, agora direcionada para a produção de titânio e ferro-vanádio, configurando um processo de integração vertical da produção, com vistas a iniciar as operações até 2024.

O vanádio está classificado entre os minerais metálicos, encontrado principalmente de forma associada a outros minerais. É normalmente um "subproduto" da extração destes, a exemplo da patronita, vanadinita, carnotita, bauxita, entre outros, sendo possível sua identificação até mesmo junto ao petróleo. Seu uso industrial teve início no final do século XIX, primeiramente com a utilização de sais de vanádio na produção de tintas, vidros, tecidos e cerâmicas. Posteriormente, já no início do século XX, foi incorporado na produção de ligas de aço e, tempos depois, em ligas não ferrosas, que são os principais usos dados ao vanádio nos dias de hoje.

A incorporação do vanádio na produção das ligas especiais, incluindo as de titânio, se deve ao atributo da resistência à elevada temperatura e pressão que esse mineral oferece na composição do aço. Devido a isso, as ligas com composto de vanádio são requisitadas por diferentes segmentos da indústria, tais como as de produção aeroespacial; de construção, em partes estruturais de pontes e edifícios, bem como em oleodutos e outros equipamentos submetidos a altas pressões.



A participação da Vanádio de Maracás na Produção Mineral Baiana Comercializada corresponde a 3%, ranqueando-a entre as seis maiores mineradoras em atuação no estado. A respeito da participação da CFEM, equivale à 4%. Já quando observada a contribuição oriunda do ICMS, sua participação é nula, como se observou em outros casos onde a destinação da produção é, em sua totalidade, para atender à demanda do mercado externo via exportação.

### 3.1.10 Bamin

A região de Caetité é alvo de atenção do setor de mineração desde muito tempo, em especial a partir de 1976, quando foi descoberta a existência de urânio e a possibilidade de extração desse mineral, que teve início em 2000, operada pela Indústria Nuclear Brasileira (INB)<sup>24</sup>. Apesar disso, e mesmo com a exploração de outros diferentes minerais na região, a confirmação da existência de minério de ferro só ocorreu entre 2004 e 2005, como relata João Cavalcanti<sup>25</sup> em entrevista concedida ao Jornal Correio<sup>26</sup>. Quando perguntado sobre a descoberta das reservas ferríferas no município, apresenta sucintamente a trajetória de pesquisa até a confirmação:

Se dizia que não tinha minério de ferro na Bahia. Seu amigo aqui foi convocado por um grupo de investidores que questionou o seguinte: “quer dizer que existe minério de ferro em Minas Gerais e no Pará, mas não existe entre esses dois estados?”. Eu já era um geólogo conhecido e me fizeram o desafio. Eu coloquei um jovem engenheiro de Minas na biblioteca e coloquei pra estudar a literatura. O cara encontrou um trabalho de 1849, de Sebastião Acauã. Ele era o intendente da Chapada Diamantina. Ele chega à Fazenda Pedra de Ferro e faz um relatório dizendo que “No município de Caetité, há não sei quantas léguas do Rio São Francisco tinha uma fazenda chamada Pedro de Ferro, que tinha tantas reservas quanto o quadrilátero ferrífero”. Em 1879, Reneé Preneé, da Escola de Ouro Preto, confirmou a informação. Já em 1937, outro engenheiro, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a convite do ex-senador Juracy Magalhães, antes da Segunda Guerra, seguiu o roteiro dos dois primeiros e tornou a confirmar a presença de ferro no mesmo lugar. Várias empresas de mineração lavraram o manganês ali perto e ninguém viu este depósito. Peguei todo esse material e fui ao campo. Topei

---

24 A INB é uma empresa estatal que opera a exploração de urânio no Brasil.

25 João Carlos de Castro Cavalcanti é geólogo e atua como empresário do segmento de mineração, foi responsável pela descoberta das ocorrências de Caetité. Atualmente é presidente e sócio da Companhia Vale do Paramirim (CVP).

26 CAVALCANTI, João Carlos de Castro. O farejador de descobertas. Entrevista concedida a Donaldson Gomes. **Jornal Correio**. 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-farejador-de-descobertas/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

com uma das maiores reservas de minério de ferro do país (CAVALCANTI, 2019).

Após essa descoberta foi criada a Bahia Mineração (Bamin), empresa pertencente à João Cavalcanti que seria responsável pelo aprofundamento das pesquisas e pelo processo de criação da infraestrutura necessária para a extração e comercialização do minério de ferro. Apesar das informações mais detalhadas da operação de venda estarem em segredo, devido a cláusula de *non compete*<sup>27</sup>, o fato é que em 2008 a Bamin foi adquirida pela Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), uma multinacional com origem no Cazaquistão, criada no início da década de 1990.

Desde a sua fundação, a ENRC passou por uma expansão significativa, com uma política agressiva de aquisição de outras empresas e diversificação da atuação no setor de mineração, assumindo operações de produção de ferro-ligas, minério de ferro, alumínio, energia, entre outros, bem como na área de logística. Em 2007 foi feita sua oferta pública inicial na bolsa de Londres e um ano depois, em 2008, além da aquisição da Bamin, foram compradas unidades de produção de ferro-ligas na Rússia e na China. Até 2013 esse processo de crescimento se manteve, com expansão dentro do próprio setor de mineração em diferentes partes do mundo.

Após a saída da bolsa de valores de Londres, em 2013, a ENRC foi comprada pelo Eurasian Resources Group (ERG), também pertencente ao capital cazaque, que manteve a trajetória de expansão observada anteriormente. Atualmente o Grupo dispõe de uma “carteira de ativos” em 15 países, distribuídos em quatro continentes. No caso do Brasil, o Projeto Pedra de Ferro é formado por duas frentes de atuação, uma primeira ligada à extração e beneficiamento do minério de ferro, que se dará a partir da exploração de dois minerais, a hematita e o itabirito, numa área que se estende por mais de 8 mil hectares.

A segunda frente se refere ao projeto logístico, dedicado ao escoamento dessa produção, mais precisamente o controle das operações do Porto Sul, em Ilhéus (BA), que será feito pela Bamin em parceria com o Governo do Estado da Bahia. Nesse ponto cabe um destaque, tendo em vista que a estrutura logística ligada ao escoamento do minério de ferro está associada a

---

<sup>27</sup> *Non compete*, traduzido literalmente do inglês significa “não competir”, essa cláusula faz parte de acordos entre sócio, acionistas e CEO, com o intuito de impedir o uso de informações privilegiadas em função do cargo ocupado anteriormente para que se obtenha vantagens no processo de concorrência.

um projeto mais amplo, também vinculado aos interesses de grandes produtores de grãos do oeste da Bahia e de outros estados das regiões Norte e Centro-oeste do país. A Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) faz parte do projeto de integração logística que visa garantir a ligação entre as áreas centrais do país e o litoral, o qual está dividido em três trechos:

- i) A FIOL 1 parte do Porto Sul, em Ilhéus, e se encerra em Caetité, onde está situada a mina Pedra de Ferro;
- ii) A FIOL 2 se estende de Caetité até o município de Barreiras, no oeste da Bahia, região conhecida pela significativa produção de grãos destinados à exportação;
- iii) A FIOL 3 liga Barreiras a Figueirópolis, no estado do Tocantins, onde a ferrovia se liga à estrutura ferroviária Norte-Sul.

A dimensão desse projeto, considerando os interesses empresariais nos diferentes âmbitos, sejam locais, nacionais ou estrangeiros, colocam as articulações ligadas a ele em um patamar de significativa influência sobre as políticas de Estado, orientando as prioridades tanto no campo discursivo quanto no da elaboração e execução de políticas de desenvolvimento econômico. É importante salientar que isso se demonstra mesmo nas circunstâncias em que a mina ainda não está em funcionamento regular pois, para o escoamento da capacidade de produção a malha ferroviária e o porto precisam estar em funcionamento. O que há até então é uma produção em fase de teste que é escoada através de transporte rodoviário.

A respeito do minério de ferro, é dispensável maior apresentação da sua importância no estágio atual da produção capitalista. Principal matéria prima no processo de produção do aço, o minério de ferro é largamente utilizado nos diferentes ramos industriais, com diferentes composições e atendendo uma larga gama de necessidades nos processos produtivos. Nesse sentido, consiste em um mineral estratégico ao se pensar uma perspectiva de desenvolvimento e diversificação das forças produtivas.

Como a Bamin ainda não iniciou efetivamente seu processo de produção, não é possível apresentar os dados referentes à sua participação na PMBC nem na arrecadação da CFEM e do ICMS.

### 3.1.11 Pedra Cinza Mineração

Uma vez que as operações de exploração por parte da Pedra Cinza Mineração ainda não foram iniciadas no município de Irecê, não há muitos elementos a serem pontuados aqui. No entanto, foi feita a escolha de manter essa empresa no escopo da pesquisa considerando sua vinculação com a Bamin, sendo a Pedra Cinza pertencente ao capital da Bahia Mineração, o que a coloca em patamar importante de participação na exploração mineral e também nas articulações políticas, estando também associada ao SINDIMIBA.

Em 2008 foi criada a Greystone Mineração do Brasil, primeiramente vinculada à Marine Empreendimentos e Participações. Em 2010, a empresa inicia processos de pesquisa mineral no município de Urandi e em Caetité, na Bahia. No ano de 2019, pouco antes de passar a pertencer à Bahia Mineração, que é ligada ao grupo Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), teve seu nome alterado, passando a se chamar Pedra Cinza Mineração. No mesmo ano, a Pedra Cinza vence licitação realizada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral para a exploração dos minérios de zinco, chumbo e fosfato no município de Irecê. Essa licitação foi resultado de pesquisas realizadas pela CBPM ao longo de anos, cabendo à Pedra Cinza realizar as pesquisas complementares até que seja possível a extração para comercialização.

## 3.2 NOTAS SOBRE O PERFIL DAS MAIORES EMPRESAS MINERADORAS DA BAHIA E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO MUNDIAL

A apresentação das principais características das empresas mineradoras da Bahia, realizada até aqui, demonstra, por si, diferentes possibilidades de caminhos analíticos, sinalizando inclusive um considerável campo de pesquisa a ser explorado, no sentido de aprofundar os estudos sobre a especificidade de cada uma delas a partir de diferentes espectros. No entanto, o movimento que se pretende aqui é justamente o oposto disso, que se trata de reunir características comuns e suscitar algumas reflexões que buscam relacionar essas especificidades com os aspectos mais gerais da dinâmica de reprodução capitalista, considerando as particularidades da exploração e comercialização das *commodities* minerais nos dias de hoje, em diferentes escalas.

Como parte desse esforço analítico e na busca de identificar, entre estas empresas, elementos que lhes são comuns, ou mesmo que lhes diferenciam, foi elaborado o quadro 3, que

sistematiza algumas informações julgadas mais relevantes, as quais servirão de balizas para nortear as análises e apontar as conexões entre a dinâmica concreta da exploração mineral na Bahia e as formulações em níveis de abstração mais elevados a esse respeito. Diante disso, alguns aspectos que se destacam foram desenvolvidos em tópicos, com o objetivo de concatenar as evidências encontradas com parte da perspectiva teórica presente na literatura que subsidia essa pesquisa.

Quadro 3 - Perfil das maiores empresas mineradoras da Bahia em 2019

EMPRESA MINERADORA	CONTROLE ACIONÁRIO MAJORITÁRIO	MUNICÍPIOS EM OPERAÇÃO NA BAHIA	PAÍS DE ORIGEM DO CAPITAL	INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA MINA	PRINCIPAL MINERAL EXTRAÍDO	PARTICIPAÇÃO % NA PMBC <sup>28</sup> EM 2019	PARTICIPAÇÃO % NO ICMS
Jacobina Mineração	Yamana Gold 100%	Jacobina	Canadá	1982	Ouro	22%	-
Fazenda Brasileiro Desenvolvimento Mineral	Equinox Gold/Leagold	Barrocas/Teofilândia	Canadá	1984	Ouro	11%	-
Mineração Caraíba S/A	Ero Copper Corporation 99%	Jaguarari e Juazeiro	Canadá	1979	Cobre	19%	49%
Cia. de Ferro Ligas da Bahia	Fundação José Carvalho 98%	Campo Formoso e Andorinha	Brasil	1961	Cromo	5%	3%
Atlantic Nickel	Appian Capital Advisory 100%	Itagibá	Reino Unido	2009	Níquel	*	-
RHI Magnesita	RHI Magnesita	Brumado	Áustria	1940	Magnesita	2%	-
IMI Fabi Talco	IMI Fabi	Brumado	Itália	1940	Talco	2%	8%
Lipari Mineração Ltda.	-	Nordestina	Hong Kong, Bélgica e Canadá	2016	Diamante	3%	-
Vanádio Maracás S/A	Largo Resources	Maracás	Canadá	2015	Vanádio	3%	-
Pedra Cinza Mineração	Eurasian Resources Group	Irecê e Lapão	Cazaquistão	**	Zinco	**	-
Bamin	Eurasian Resources Group	Caetité	Cazaquistão	**	Ferro	**	-

\* Em 2019 a Atlantic Nickel ainda não havia retomado as operações, no entanto, na PMBC de 2020 o níquel teve participação de 10% (SDE, 2020).

\*\* Essas minas ainda não estão em operação regular, por esse motivo não estão disponíveis as informações.

Fonte: Elaboração própria

### **i) Concentração da exploração mineral em poucas empresas**

O primeiro elemento que “salta aos olhos” ao observar o perfil das empresas analisadas se refere ao elevado grau de concentração da atividade de exploração mineral na Bahia, fato que se expressa em algumas das informações dispostas no quadro 3. Um dos parâmetros que demonstram essa constatação é a proporção que essas empresas representam no montante da Produção Mineral Baiana Comercializada, que correspondeu, em 2019, a 67% do total. Adicionalmente, é importante salientar que, apenas nove, entre as onze empresas estudadas, estavam em plena atividade de extração e comercialização no ano de referência. Além disso, se tomada como base a participação das três maiores dentre estas empresas, tal questão fica ainda mais evidente, tendo em vista que elas foram responsáveis por 52% da PMBC.

Quando o olhar se desloca para outras escalas essa característica também se manifesta, onde se revela a estrutura oligopolizada do setor de mineração em nível global. No caso dos grupos que controlam as empresas em atividade na Bahia isso se observa consideravelmente, sendo que grande parte deles mantém investimentos no setor de mineração em outros estados do país ou em outros países, nos diferentes continentes.

Entre estes grupos podem ser mencionados: Yamana Gold - controla minas no Canadá, Chile e Argentina; Equinox Gold – controla minas nos EUA e México; Ero Copper Corporation – mantém projetos nos estados do Pará (BR) e Mato Grosso (BR); Appian Capital Advisory – controla minas na Tanzânia, Burkina Faso, Canadá, Austrália, dentre outros; RHI Magnesita – com operações no México, EUA, Índia, além de vários países da Europa; IMI Fabi – com operações nos EUA, Itália, Bélgica, China, Austrália e Paquistão; Eurasian Resources Group – controla minas no Cazaquistão, Zimbábue, Mali, Congo e outros países do continente africano.

Mesmo no caso das empresas que não foram mencionadas, essa característica se expressa, mas a partir de outros aspectos. Isso se observa no processo de integração vertical da produção dessas empresas, que acabam controlando diferentes etapas de uma mesma cadeia produtiva, como é o caso da Cia. de Ferro Ligas da Bahia, que opera desde a extração do cromo na “boca da mina” até a produção final dos refratários. Ratificando, portanto, que esse processo de concentração é uma característica estrutural do setor e não uma eventualidade do contexto de exploração mineral baiano.

Por outra perspectiva, essa constatação traz à tona o caráter planetário que a exploração mineral atingiu no período mais recente da reprodução capitalista. Isso se deve, por um lado, à própria natureza dessa atividade que, em função da localização das reservas minerais e da limitação na quantidade dos mesmos, colocou como uma necessidade cada vez maior o incremento de inovação tecnológica, que tornou essa exploração ainda mais intensiva em capital ao longo do século XX, favorecendo a tendência de concentração.

The history of the international mining industry in the mid-mid-century is dominated by the amalgamation of firms into larger vertically and horizontally integrated multinational mining corporations, the development of cartels and the emergence of. The expansion of firms to form multinationals was in large part connected to increasing capital costs associated with technological advancements which followed the depletion of easy to access ores. As ore bodies declined in richness, extraction became more difficult and more capital intensive<sup>29</sup> (MOLLAN; KELSEY, 2012. p. 19).

Esse primeiro argumento é coerente e se sustenta à luz da dinâmica concreta observada no período histórico a que se refere, mas não é suficiente para a compreensão dos aspectos que condicionam esse processo de concentração. A relevância estratégica do setor de mineração, do ponto de vista econômico, aliada às diferentes formas de articulação política, implicou em significativas disputas no campo geopolítico e dos conflitos nas relações internacionais, que se desenvolveram por diferentes caminhos. A confluência dessas diferentes determinações também favoreceu o processo de concentração, como aponta Dowbor (2021), ao se referir às características gerais desse setor.

Aqui há muito pouco espaço para mecanismos de mercado. Trata-se de gigantes corporativos mundiais; e são negociações políticas, intervenções armadas e sistemas de corrupção que definem as regras do jogo. O excelente relato do ex-economista John Perkins, que foi chefe de uma grande corporação da área, apresenta de forma clara como se dão as negociações e se configuram as regras do jogo. Sempre há referência ao “mercado” de minérios ou de energia, porque o nome mercado faz parecer que há concorrência; o que há na verdade são as rasteiras, mas no conjunto um jogo onde o melhor ganha. Na realidade não há concorrência, no sentido econômico, de numerosas unidades competindo para prestar o melhor

---

29 A história da indústria de mineração internacional em meados do século é dominada pela fusão de empresas em grandes corporações multinacionais de mineração vertical e horizontalmente integradas, o surgimento e desenvolvimento de cartéis. A expansão das empresas para a formação de multinacionais estava em grande parte ligada ao aumento dos custos de capital associados aos avanços tecnológicos que se seguiram ao esgotamento dos minérios de fácil acesso. À medida que os corpos de minério diminuíram em riqueza, a extração tornou-se mais difícil e mais intensiva em capital (MOLLAN; KELSEY, 2012. p. 19 tradução nossa).



serviço; o que há são relações de poder, uso de exércitos oficiais ou privados (no Iraque, o sistema terceirizado de corporações militares privadas, como Blackwater, é maior do que o aparato propriamente militar). Não há nenhuma lei econômica que explique que no decorrer de uma década o preço do barril de petróleo tenha dançado entre 17 e 148 dólares, e durante um mês entre 120 e 60 dólares. Nem a oferta nem a demanda poderiam variar dessa maneira (DOWBOR, 2021, p. 32).

Em que pese a menção a casos específicos, como o do Iraque, e a referência ao “mercado” de petróleo, a afirmação exposta apresenta de maneira contundente uma interpretação que não pode ser secundarizada, que demonstra como a separação entre a “racionalidade econômica” e os “interesses políticos” não pode ser tomada como pressuposto universal, o que pode levar a equívocos analíticos significativos. Nesse sentido, é possível observar que a constatação no caso específico do setor mineral na Bahia está vinculada aos aspectos mais gerais da estrutura e funcionamento deste setor a nível mundial e mais, revela ainda que isso não se deve apenas a um processo “natural” do desenvolvimento das forças produtivas, mas que está também fundamentado na ação política organizada das frações de classe ligadas a esse setor.

## **ii) Presença marcante do capital estrangeiro na exploração mineral do território baiano**

Um passo adiante e se coloca em cena outra questão que chamou atenção no processo de análise. Se o fato da concentração da atividade mineral está posto, ele revela também a significativa presença do capital estrangeiro no território baiano, o que merece a devida atenção e desenvolvimento. À exceção da Cia. de Ferro Ligas da Bahia, todas as outras empresas são controladas por grupos de capital estrangeiro, entre os quais se destaca a presença do capital canadense, que controla na totalidade: Jacobina Mineração – extração de ouro; Fazenda Brasileiro – extração de ouro; Mineração Caraíba – extração de cobre; e a Vanádio de Maracás – extração de vanádio. Além destas, entre as quais se encontram as 3 maiores, o capital de origem canadense também tem participação na Lipari Mineração – extração de diamantes.

De modo geral, isso está associado ao significativo crescimento do setor financeiro em termos absolutos e à sua maior relevância relativa na dinâmica de reprodução capitalista das últimas décadas. Nesse processo, algumas “praças” acabaram se especializando na comercialização de ativos de diferentes segmentos do mercado, e no caso das *commodities* minerais duas delas

despontam, as bolsas de valores de Londres e de Toronto. Isso torna perceptível a relação entre a realidade específica dessa atividade na Bahia e suas características mais gerais.

Mollan e Kelsey (2012), em análise sobre as 40 maiores mineradoras do mundo, tendo como referência o ano de 2010, concluem que:

[...]The main securities markets for mining companies are in London and Toronto, which is the dominant logic behind the proposed merger (at the time of writing) between the London Stock Exchange and the Toronto Stock Exchange. Despite being located in a country without major mining operations, London remains an important location for the domicile of mining companies, reflecting the advantages conferred by presence close to a major international financial centre. This can be seen in Table 1.3 which indicates that rankings equal along with Canada some 9 of the 40 largest mining companies choose to domicile there<sup>30</sup> (MOLLAN; KELSEY, 2012. p. 23).

A forte presença do capital financeiro sediado em outros países expõe o processo de desenvolvimento econômico na Bahia a vulnerabilidades típicas da dinâmica de funcionamento do mercado financeiro, fragilidades relacionadas ao caráter especulativo que têm como uma de suas decorrências a instabilidade das operações físicas dessas empresas. Ou seja, a expectativa de lucratividade futura e de repartição de dividendos entre os acionistas é o que condiciona a manutenção e o ritmo de exploração dessas minas, o que impacta decisivamente na dinâmica local, pois a abertura desses projetos acaba alterando o polo dinâmico da economia dos municípios minerados, impactando na organização produtiva pré-existente, gerando uma profunda dependência dessa atividade que, quando interrompida, acaba deixando um grande número de desempregados e desestruturando a produção econômica local.

Essa expectativa de rentabilidade por parte dos acionistas também está associada ao processo de oscilação dos preços desses minerais nos mercados. A esse respeito vale um destaque para o processo de formação de preços desses ativos que, como mencionado anteriormente, não

---

30 Os principais mercados de valores mobiliários para empresas de mineração estão em Londres e Toronto, que é a lógica dominante por trás da fusão proposta (no momento da redação) entre a Bolsa de Valores de Londres e a Bolsa de Valores de Toronto. Apesar de estar localizada num país sem grandes operações mineiras, Londres continua a ser um local importante para o domicílio das empresas mineradoras, refletindo as vantagens conferidas pela presença perto de um grande centro financeiro internacional. Isso pode ser visto na Tabela 1.3, que indica que os rankings se igualam ao do Canadá, cerca de 9 das 40 maiores empresas de mineração optam por residir lá (MOLLAN; KELSEY, 2012. p. 23, tradução nossa).

segue necessariamente a lógica difundida da concorrência. Apesar de resguardar relação com as dinâmicas de oferta e demanda, é importante ressaltar que a oferta é controlada por poucos produtores, do mesmo modo que a demanda depende muito do ritmo da produção econômica global, especialmente do crescimento econômico dos grandes demandantes, a exemplo da China, o que acaba alterando o sentido da concorrência, tornando as elevações e reduções de preços em um jogo com variáveis mais complexas, distante da realidade econômica dos municípios minerados, mas com forte influência sobre ela.

Ainda sobre a presença do capital estrangeiro e dos seus interesses na exploração mineral no território baiano, uma última questão deve ser pontuada. À luz de diferentes elementos aqui apresentados fica evidente o caráter estratégico que os recursos minerais assumiram no atual estágio de produção econômica, os quais devem ter sua extração, bem como a destinação desse resultado, planejada em função dos interesses nacionais e coletivos, de um modo a serem utilizados a fim de garantir o desenvolvimento econômico. No entanto, uma das constatações revela que a perspectiva presente na extração mineral na Bahia, mas que se manifesta no conjunto do país, atende a uma lógica de interesses oposta à essa, balizada pelos interesses particulares dos grandes grupos de investidores estrangeiros.

O relatório "Desempenho da Mineração Baiana" referente ao ano de 2019 aponta um aspecto que externa, de certo modo, a questão levantada: "Salientamos que o rol de municípios arrecadadores de ICMS, em geral, é bem diferente daqueles que recolhem CFEM. Os principais bens minerais produzidos na Bahia, em valor, são exportados e não geram ICMS, mas pagam CFEM" (SDE, 2019, p. 10). Isso se expressa também quando comparado o ranking de participação por empresa na PMBC com os dados da contribuição do ICMS, em que se observa justamente esse contraste, no qual as empresas que são responsáveis pela maior proporção da PMBC não aparecem como geradoras de ICMS, demonstrando que uma significativa parcela da extração é destinada ao mercado externo, que em muitos casos passa por transformações nesses países e retorna na forma de produtos industrializados com maior valor agregado.

A isenção do ICMS para os produtos exportados é uma previsão constitucional, presente no Art. 155, § 2º, X, a, que a princípio se aplicava apenas para produtos industrializados e que, a partir da Lei Complementar 87/1996, se estendeu para os produtos primários. Essa isenção acaba atuando como um estímulo à produção destinada à exportação, e se tratando dos

recursos minerais, isso acaba secundarizando os interesses locais e nacionais em torno desses recursos, que passam a servir aos interesses de reprodução e rentabilidade do capital estrangeiro. Em síntese, essa política, que é sintonizada com a lógica do Modelo Liberal Periférico, reforça uma inserção subordinada do Brasil na dinâmica econômica internacional e fragiliza a sustentação da soberania nacional.

### **iii) Participação direta ou indireta do Estado no início e no desenvolvimento das operações**

O terceiro e último tópico a ser mencionado sobre a análise realizada parte da observação, nas diferentes experiências de exploração mineral da Bahia aqui abordadas, que a presença do Estado foi e é relevante de diferentes maneiras, seja nos processos iniciais de exploração das minas mais antigas, na reativação das mesmas após períodos de paralisação das atividades, ou no mapeamento e descoberta de novas ocorrências minerárias a serem exploradas no território baiano.

Desse modo, seguindo o mesmo sentido dos tópicos anteriores, são apresentadas as reflexões com o intuito de organizar, mesmo que de maneira inicial, alguns pontos que expõem essa atuação do Estado, que é debatida de maneira mais aprofundada no capítulo subsequente, com destaque para os aspectos da articulação política que envolvem a viabilização dos interesses de diferentes grupos, sejam eles ligados diretamente à atividade de mineração ou aqueles que se beneficiam indiretamente dos resultados positivos desse segmento. No entanto, a identificação de algumas questões relevantes faz com que se tenha que adiantar parte dos argumentos que subsidiarão a análise já anunciada.

O primeiro aspecto relacionado à participação do Estado, presente em parte significativa das experiências analisadas, passa pelo processo de pesquisa e descoberta das reservas minerárias. Seja com a atuação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) ou da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), o fato é que grande parte das minas em operação são decorrência dos mapeamentos e pesquisas realizadas por esses órgãos vinculados à estrutura do Estado restrito. Com isso, os custos iniciais decorrentes desse processo acabam sendo absorvidos pelo Estado, custos estes caracterizados pelo elevado risco, tendo em vista que os resultados desses mapeamentos não garantem retornos futuros, pois dependem de uma gama elevada de fatores que permitam, além da identificação, a viabilidade técnica e econômica de exploração.

A segunda forma de atuação do Estado identificada passa pela atuação direta de empresas estatais, destacando-se aí a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Até a sua privatização, em 1997, a CVRD cumpriu um papel estratégico do ponto de vista econômico no país e teve atuação no território baiano, participando no processo de pesquisa, o que viabilizou o início da operação em algumas minas, e também no processo de extração e comercialização.

O terceiro aspecto que marca a presença da atuação do Estado está vinculado à viabilização financeira para o início ou reativação de algumas dessas minas. Isso ocorre através da disponibilização de empréstimos com condições relativamente vantajosas para esse segmento, disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outro caminho, também articulado a partir do BNDES, passa pela participação direta deste, a partir do BANESpar, que atua na disponibilização de aporte financeiro tendo em contrapartida participação acionária nessas iniciativas.

Em síntese, os três tópicos abordados que se destacaram no processo de análise – i) Concentração da exploração mineral em poucas empresas; ii) Presença marcante do capital estrangeiro na exploração mineral do território baiano; e iii) Participação direta ou indireta do Estado no início e desenvolvimento das operações – contribuem para uma compreensão mais aprofundada de como está estruturada a exploração mineral no estado, possibilitando a percepção de elementos históricos da indústria extrativa na Bahia e um esboço geral para a abordagem que se pretende no capítulo que se segue, que dá ênfase aos aspectos da articulação política e atuação das agências e agentes envolvidos nesse processo.

#### 4 ESTADO, AGÊNCIAS E AGENTES NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA

Bem, amigos da Bahia, aqui é a Bamin. A Bamin veio aqui, se implantou, isso foi um projeto que nós levamos aí 20 anos, 20 anos! Primeiro fazer o projeto da ferrovia, pra viabilizar isso aqui tudo, pra viabilizar a soja no oeste da Bahia, o transporte disso aqui tudo para facilitar e ter um preço competitivo no mercado mundial. Primeiro, antes da Bamin, veio um grupo indiano, esse grupo foi...veio, me apareceu João Cavalcanti, eu dei a certidão a ele, eu era Secretário de Infraestrutura do Estado. Dei a certidão dizendo que a ferrovia ia rodar em 4 anos, não rodou. Era 2014, atrasou. Passou pra 2018 e agora nós vamos pra 2022, 2023. Então é uma luta! Olha gente, o Leão souou muito para que isso acontecesse, mas aconteceu, aconteceu e eu tenho certeza que nós vamos ter aqui uma nova Bahia.

João Leão

A mensagem transcrita acima, proferida pelo vice-governador do estado da Bahia em visita realizada à mina Pedra de Ferro, em junho de 2021, sintetiza parte dos elementos que subsidiam os argumentos e reflexões presentes neste capítulo. Duas questões chamam a atenção, uma delas é a noção de existência de um “projeto”, de um sentido para a produção econômica no estado que passa pelo estímulo à exploração mineral, um caminho para o desenvolvimento e interiorização da atividade econômica que tem no setor mineral um de seus pilares de sustentação. O outro aspecto diz respeito à ideia de que a viabilização desse caminho se deve a muita “luta” e “suor”, ou seja, que a expansão da exploração mineral não se trata de um movimento natural, mas sim pavimentado politicamente sob a égide do discurso de construção de uma suposta “nova Bahia”, mesmo que reivindicado como uma performance individual e personalista.

A percepção do crescimento da atividade de exploração mineral na Bahia remete, quase que instantaneamente, à dinâmica de expansão mais geral desse setor observada a partir dos anos 2000, à elevação da demanda no mercado internacional, ao aumento dos preços, ao superciclo das *commodities*, etc. Apesar de todos esses elementos terem influenciado a realidade do estado, como apresentado nos capítulos anteriores, é importante observar que os mecanismos que condicionam esse processo, a nível local, são um pouco mais complexos. São processos intermediados por articulações políticas e atravessados por diferentes interesses, pela ação de

sujeitos nas diferentes instâncias do Estado, o que não permite abraçar a ideia de que essa expansão na Bahia se dá como um mero desdobramento das tendências mais gerais.

Nesse sentido, a relação entre a expansão a nível estadual e as demais esferas deve ser analisada, também, à luz dessas movimentações políticas, da articulação entre os grupos organizados na sociedade civil e sua inserção na esfera da sociedade política. Na verdade, o que se toma como pressuposto é que o cenário mais geral se apresenta como uma “janela de oportunidade”, evidenciando que as condições materiais para a expansão da exploração mineral estão dadas. Sendo assim, a partir de diferentes articulações, da mobilização do Estado Ampliado, das suas agências e agentes, se concretiza enquanto um projeto que carrega em sua essência o gene das características gerais da reprodução capitalista. Mas também expressa a modulação particular que é condicionada por essas movimentações políticas, que devem ser consideradas para a elaboração de uma leitura consistente desse processo.

Considerando esses elementos, o objetivo deste capítulo é caracterizar as principais agências e agentes que atuam no sentido de viabilizar essa expansão da exploração mineral na Bahia, buscando identificar o papel que cada uma delas cumpre no conjunto da elaboração e execução da política mineral no estado. Do ponto de vista procedimental, foram utilizados, para a análise dessas agências, documentos oficiais de cada uma delas, tais como estatuto social, regimento, relatórios, entre outros. Além disso, também foram consultados documentos que apresentam a história dessas entidades, sendo consideradas ações divulgadas na mídia, entrevistas, pronunciamentos e discursos dos dirigentes dessas instituições, além de matérias e notícias de veículos oficiais que apresentam informações relevantes e confiáveis para a análise da atuação dessas entidades e da relação entre a organização no âmbito da sociedade civil e as instâncias do Estado no seu sentido restrito.

Os resultados obtidos estão organizados neste capítulo a partir de quatro seções. A primeira busca apresentar, de maneira mais organizada, a concepção de Estado que orienta essa pesquisa, destacando-se o escopo geral da formulação de Gramsci e o desenvolvimento dado posteriormente às suas formulações, especialmente a abordagem apresentada por Mendonça (2014). Em seguida, nas demais seções, são apresentadas as principais agências que atuam na construção da política mineral, sendo caracterizado, primeiramente, o Instituto Brasileiro de Mineração, acompanhado, na seção seguinte, pela apresentação do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e

Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA) e da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Por fim, na quarta e última seção, é caracterizada a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE).

#### 4.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS À ABORDAGEM SOBRE O ESTADO

A construção teórica sobre o Estado é atravessada por um conjunto diverso de interpretações e análises que se diferenciam, de modo geral, por sua filiação epistemológica e política. À medida que as relações capitalistas de produção foram se complexificando, o Estado, como parte desse processo, também foi formatando seus contornos mais gerais e assumindo novas dimensões na vida social, o que, evidentemente, altera alguns elementos qualitativos que devem ser considerados para sua compreensão. Nessa perspectiva, com o intuito de fazer uma primeira aproximação a essa questão, será apresentada uma breve diferenciação entre o que consideramos ser as duas principais vertentes interpretativas sobre o Estado, a liberal e a marxista, oportunidade em que serão abordadas de maneira mais sistemática as formulações de Antonio Gramsci, bem como os desdobramentos posteriores dados à sua teorização, especialmente as contribuições de Mendonça (2014), que aperfeiçoa esse arcabouço teórico conceitual para a sua aplicação enquanto instrumento metodológico.

Do ponto de vista histórico, as formulações sobre o Estado que emergiram sob a influência do pensamento liberal cumpriram um importante papel no processo de ruptura com a visão que predominou durante a Idade Média na Europa. Tal perspectiva se orientava pela ideia de uma justiça divina, em que o regramento social se pautava nas doutrinas da Igreja Católica, que seriam “inquestionáveis” pelos seres humanos, justamente por seu caráter abstrato, intangível e superior. Nesse sentido, abordar a questão das relações de poder na sociedade a partir da interação entre os seres humanos, não mais sob a égide da justiça divina, representou um passo significativo para que novas formulações surgissem e se avançasse na compreensão da estrutura de poder que emergia naquele contexto.

Dito isto, é importante ressaltar que, do mesmo modo que cumpre o papel de ruptura epistemológica, essa perspectiva apresenta limitações no que se refere à interpretação dos fenômenos ligados ao comportamento econômico e político da sociedade da época.



Em primeiro lugar, é necessário apontar que os pensadores liberais buscaram transformar as ciências do homem em algo tão rigoroso e passível de comprovação quanto as ditas ciências exatas, tomando a Matemática como seu paradigma. Dentro dessa lógica, fazia-se imperioso estabelecer leis que, tal como no âmbito da Química ou Biologia, assegurassem a repetição comprovada das condutas humanas. O grande problema deste procedimento estava no fato de buscarem leis universais, consideradas válidas para explicar o comportamento humano de modo universal, ou seja, verificável em todo e qualquer contexto histórico, como se tal fosse possível. A ideia subjacente a tal formulação era a “negação” da História, posto que, somente para além dela, poder-se-ia verificar uma “lei universal da conduta humana”. Daí decorreu a noção de “estado de natureza”, considerada como princípio da “conduta humana universal” e base do conceito liberal de Estado (MENDONÇA, 2014, p. 28).

A ideia do “estado de natureza”, mencionada por Mendonça (2014), aparece nas formulações daqueles que podem ser considerados os autores de maior relevância na construção teórica inicial sobre o Estado moderno, associados à perspectiva liberal. Também conhecidos como “contratualistas”, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, entre outros, constituíram esse campo interpretativo no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, e mesmo considerando a existência de nuances entre eles, em especial no caso de Rousseau, como apresenta Coutinho (2011), é possível vinculá-los à mesma vertente teórica.

Em linhas gerais, a construção teórica liberal sobre o Estado se ancora na ideia de que existe uma “natureza humana”, uma forma de comportamento comum a todas e todos, que seria observável em qualquer momento histórico, caracterizado por um suposto instinto humano individualista e egoísta. Com isso, o estado de natureza seria um momento em que as relações não seriam mediadas pela “política” e esse instinto “voraz” ameaçaria a própria existência humana. De certo modo é compreensível essa visão, considerando que esses aspectos comportamentais, resguardadas as devidas proporções, são típicos dos sujeitos socializados na emergente sociedade burguesa da época, porém, a generalização desse aspecto revela uma das principais fragilidades da abordagem por eles apresentada.

A adoção desse pressuposto acaba condicionando o conjunto de formulações que dele deriva, entre elas a justificativa para a própria existência de um “contrato”, que teria como fim a proteção desses sujeitos que, no “estado de natureza”, viviam permanentemente em conflito e ameaça. Portanto, esse contrato seria o fato que deu origem às leis e regramentos, constituindo assim a “sociedade civil”, uma forma de organização que seria mediada pela política, um “estado civil” caracterizado pela suposta existência de um acordo tácito em que os indivíduos

abririam mão dos diferentes interesses particulares em nome da própria proteção, tornando possível o convívio em sociedade.

Mendonça (2014), ainda se referindo à formulação apresentada por esses autores, aponta alguns outros problemas

[...] O primeiro é a noção de que a sociedade (estado) civil criava uma sociabilidade estritamente política, ou seja: ou existiria um soberano e um *pactum societatis*, ou os homens não seriam beneficiados pelo poder protetor e universal da lei e do governante, ambos tornados sinônimos. O segundo indica que se impôs uma visão de Estado como fruto de um somatório de direitos individuais (“naturais”) dos quais se abriu mão em nome da superação do “estado de natureza”, resultando numa noção de Estado como individualidade (entidade) distinta do conjunto de indivíduos que lhe deu origem.

Em terceiro lugar, e esta parece ter sido a mais grave herança legada pela matriz liberal de Estado, tem-se que este último é um Estado Sujeito, ou seja, uma entidade ativa, externa e acima dos homens e da sociedade em seu conjunto, dotada de vontade própria, de auto iniciativa, sem correspondência com os indivíduos e grupos sociais distintos e, por isso mesmo, dotada de total poder de (co)mando sobre os homens em sociedade (MENDONÇA, 2014. p. 30).

Já no século XIX, inicialmente a partir das formulações de Hegel, foram apresentadas críticas à essa perspectiva, tendo um destaque para o questionamento ao caráter a-histórico dessa natureza humana apontada pelos contratualistas. De maneira mais consistente, essa crítica ganha robustez no conjunto de formulações que se desenvolveram posteriormente no campo teórico do marxismo, o qual também é composto por abordagens diversas, quando não antagônicas entre si. Sinteticamente, a contribuição fundamental trazida pela perspectiva marxista reside na incorporação da ideia de que o Estado não é uma entidade superior, deslocada do conjunto de relações sociais e econômicas, pelo contrário, ele se apresenta como síntese desse conjunto de relações. Desse modo, as contradições que são características das relações sociais de produção capitalista se manifestam no Estado, entre elas, e talvez a mais importante, a representação dos interesses de classe e de suas frações, que se expressam das formas mais diversas. Nesse sentido, cabe um maior detalhamento sobre quais são, dentro dessa perspectiva teórica, os conceitos que nos servirão como instrumento analítico.

O contexto do entre guerras, marcado pela expansão do imperialismo e ampliação das dimensões de atuação do Estado, revela o momento histórico em que Antonio Gramsci elaborou suas “Notas” políticas, as quais influenciaram decisivamente o debate posterior de

compreensão sobre o Estado e a dominação de classes na sociedade capitalista (MORAES, 2019). A ascensão do fascismo na Itália, com o qual Gramsci se deparou em sua atuação política, quando membro do Partido Comunista Italiano (PCI) e deputado, foi um dos fatores determinantes para uma das questões centrais que ocuparam suas reflexões: a inquietação sobre a forma de dominação exercida pelas classes dominantes sobre os subalternos.

No período do “cárcere”, como preso político do regime fascista, ele elaborou um conjunto de reflexões observando não apenas a realidade de seu tempo, mas também as experiências históricas precedentes, a exemplo do caso da França, em que identificou esse processo de ampliação do Estado e complexificação da dinâmica política no âmbito da sociedade civil. O referido processo se expressou no surgimento de diferentes organizações como sindicatos, partidos e outras entidades, definindo com suas próprias palavras a “estrutura maciça das sociedades modernas”, em referência à presença dessas entidades de representação de classe e sua importante função na definição dos rumos da vida política e econômica da sociedade moderna.

No conjunto da elaboração teórica de Gramsci se destaca o desenvolvimento dado ao conceito de hegemonia, através do qual busca explicitar o processo de dominação/direção exercido por uma classe, ou fração de classe, sobre as classes subordinadas. Partindo dessa formulação é possível perceber, também, os aspectos mais gerais sobre sua compreensão a respeito do Estado.

Segundo Gramsci (2007), dois mecanismos se articulam no processo de exercício da hegemonia: a coerção e o consenso. O primeiro se apresenta como elemento relacionado ao uso da força, ou mesmo a possibilidade de uso da mesma como forma última de garantia de determinado interesse. Nesse sentido, a legitimidade para tal pertence, prioritariamente, ao poder de Estado no seu sentido restrito, sendo sua expressão não apenas o uso ostensivo da força, mas todo o aparato legal e burocrático que legitima, ou não, determinados comportamentos e formas de vida. O segundo é o que garante a direção moral de um determinado grupo sobre o conjunto da sociedade, ou seja, é a construção dos valores da classe dominante como sendo universais, e sua construção se dá, principalmente, no âmbito da sociedade civil, a partir da atuação de entidades de representação de classe, veículos de comunicação, entre outros. Esse processo de convencimento, ou disseminação dos valores dos

grupos dominantes, também é função exercida pelas agências da sociedade política (Estado restrito).

No processo de constituição da hegemonia, Gramsci (2007) destaca três níveis que expressam as relações de forças na sociedade, os quais são reveladores da dinâmica política de um determinado período histórico, aspectos que auxiliam a compreender como se dá a condução da dominação de uma determinada classe, ou fração de classe, nessa sociedade. Primeiramente, ele pontua a relação que tem como base no nível mais elementar o “econômico-corporativo”. A ocupação da mesma “função econômica” na sociedade, que condiciona as primeiras formatações de grupos sociais ligados aos interesses corporativos de sua categoria, mencionando o que seria o estabelecimento de uma “solidariedade” baseada no compartilhamento da mesma atividade. No entanto, nesse nível ainda não se observa a formação de uma “consciência coletiva” que condicione seu reconhecimento enquanto classe, ou fração de classe, exemplificado por Gramsci da seguinte forma:

[...] um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo (GRAMSCI, 2007, p. 41).

O segundo nível nessas relações, pontuado por ele, se situa na esfera da articulação política desses diferentes grupos econômico-corporativos, avançando para um reconhecimento enquanto grupo social. “É aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2007, p. 41). Nesse caso ele se refere à reivindicação de uma determinada “igualdade” no reconhecimento junto ao Estado, no entanto marcada pela esfera ainda dos interesses econômicos, sem um conteúdo político mais estratégico, voltado para a disputa dos rumos mais gerais da dinâmica política, econômica e social.

O terceiro e último entre esses níveis de relações de força a que Gramsci (2007) se refere “é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”.

É nesse espectro que se avança em relação à formação da consciência de classe, momento em que são abandonados os elementos estritamente econômico-corporativos e se passa a pensar no processo de subordinação de forma mais complexa, que passa pela inscrição dos interesses desses grupos, que estão organizados em “partido”, na estrutura do Estado no seu sentido restrito, o qual se expressa nas mais variadas políticas e ações dos órgãos burocráticos formais dessa estrutura, expressão desses mecanismos que garantem o processo de universalização dos interesses particulares das classes ou frações de classe hegemônicas. Nas palavras de Gramsci:

[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2007, p 41).

Essa abordagem estabelece novos paradigmas para se pensar o Estado e a suposta separação entre sociedade civil e sociedade política, ou mesmo na compreensão de que a dominação de uma classe se dá a partir da articulação de diferentes interesses, muitas vezes conflitantes ou mesmo antagônicos, mas que se aliam como forma de garantir um espaço de viabilização de suas aspirações mais imediatas ou estratégicas.

Para auxiliar na compreensão dessas formatações do processo de dominação, é pertinente pontuar a elaboração de Poulantzas (2000), que compreende o Estado com uma “relação social” e identifica alguns aspectos importantes que revelam a existência de disputas no interior da própria classe dominante, constituindo uma perspectiva que aborda a atuação em diferentes frações que compõem um mesmo bloco de poder. Com isso, ele tenta demonstrar como, mesmo no interior da classe dominante, existem divergências entre as diferentes frações, que se acentuam quando a questão passa pela garantia dos seus interesses a partir das políticas de Estado.

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do “capital”, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 2000, p.130).

Partindo desses elementos pode-se afirmar que no Estado se expressam, de maneiras variadas, os interesses das classes dominantes, mas não de maneira exclusiva, ou seja, ele não é constituído como um bloco monolítico e homogêneo. Através dele são viabilizados os interesses de frações distintas da classe dominante e são incorporados, até certo ponto, também alguns dos anseios das classes subordinadas, de um modo a acomodar e equilibrar as tensões sociais, mesmo considerando que nem todas as frações detenham organização e poder suficiente para que seus “projetos” políticos e econômicos, ou pelo menos parte deles, sejam inscritos nas políticas de Estado.

É evidente que, no conjunto dessas políticas, há um espaço prioritário para as frações que se constituem como hegemônicas no seio da própria classe dominante e, conseqüentemente, essa priorização se expressa na atuação das agências burocráticas do Estado restrito.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2007, p. 48).

Partindo dessa abordagem, Mendonça (2014) apresenta uma interpretação sobre a concepção de Estado presente na obra de Gramsci e sistematiza esse arcabouço conceitual enquanto uma proposta metodológica que potencializa sua aplicação como “ferramenta metodológica”. Preliminarmente, é importante esboçar uma compreensão mais precisa sobre os conceitos que serão acionados para a análise específica do processo de expansão da exploração mineral na Bahia. Nesse sentido, cabe expor a compreensão sobre o Estado Ampliado e o sentido metodológico da distinção entre Estado restrito (sociedade política) e sociedade civil.

A noção de Estado Ampliado não aparece nesses termos na produção intelectual de Gramsci, que se refere a essa ideia como “Estado Integral”, mas que denota o mesmo sentido, considerando como pressuposto a indissociabilidade entre sociedade política e sociedade civil, tendo em vista que estes interagem numa totalidade complexa e que podem se separar apenas como forma didática de exposição.

A partir dessas questões, começam a se delinear os contornos do conceito gramsciano de Estado, o qual, diferentemente de Lenin, por exemplo, é entendido em sua acepção mais ampla e orgânica, como o conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil, resultando no que Gramsci denomina de “Estado Integral”, ou Estado Ampliado, como o querem alguns estudiosos de sua obra, como por exemplo, Cristine Buci-Gluksmann (1980) (MENDONÇA, 2014, 34).

A adesão a essa perspectiva permite uma compreensão dos movimentos mais orgânicos do Estado, da articulação dos interesses de frações de classe específicas e da forma com que isso é operado entre as organizações de representação explícita desses interesses com as agências formais do Estado restrito. Ao defender essa noção, Mendonça (2014) afirma ainda que:

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política) (MENDONÇA, 2014, p. 34).

Ao considerar esses elementos se destaca o importante papel que esse instrumental teórico tem se utilizado como “ferramenta metodológica”, ou seja, a incorporação desses conceitos num roteiro investigativo permite a compreensão dessas articulações e uma análise consistente da interação entre as diferentes frações de classe. Sendo assim, Mendonça (2014) destaca justamente o fato de que esse arcabouço transborda o escopo meramente conceitual, constituindo-se como uma poderosa ferramenta metodológica, contendo em si um roteiro rico para a análise da questão do Estado e do exercício da hegemonia.

Por tudo até agora apresentado, considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade (MENDONÇA, 2014, p. 38).

Dando desenvolvimento a essa questão, Mendonça (2014) propõe um roteiro a ser considerado como referência para investigação pautada nessa perspectiva. Uma primeira orientação metodológica diz respeito ao ponto de partida da investigação, que parte de um

processo de uma caracterização das entidades e organizações que se relacionam de maneira mais orgânica com os setores a serem analisados, “de modo a inferir seus quadros dirigentes, bases sociais, cotidiano de funcionamento institucional, além de projetos e demandas homogêneas ou conflitivas” (MENDONÇA, 2014, p. 39).

Posto esse primeiro “desafio” metodológico, é possível avançar para a análise da forma que esses grupos estabelecem sua relação com o Estado no seu sentido restrito. A esse respeito, Mendonça (2014) afirma que:

É da correlação de forças estabelecidas entre esses atores coletivos e os respectivos aparelhos privados de hegemonia por eles representados que se pode partir para o estudo minucioso não apenas de suas ações coletivas, mas também de suas campanhas, propagandas ideológicas e *modalidades de correlação com o Estado restrito*, uma vez que a emergência dessas associações pode influir tanto sobre o contexto econômico, quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas (MENDONÇA, 2014, p. 40).

Para analisar as agências específicas do Estado restrito, Mendonça (2014) orienta a observação de três aspectos fundamentais: i) base social representada nesses órgãos; ii) correlação de forças vigentes nessa instituição e iii) as políticas efetivamente implementadas e sua relação com a agenda proposta pelos aparelhos privados de hegemonia (MENDONÇA, 2014). Com base nesse roteiro, mas considerando as especificidades de análise dessas relações na esfera territorial de estado subnacional, serão apresentadas as devidas caracterizações e reflexões sobre o processo de expansão da exploração mineral na Bahia, buscando observar as diferentes interações entre os agentes e agências, reconstituindo uma trajetória que revela a faceta “política” de um processo econômico, no sentido mais amplo do que isso representa.

#### 4.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – UM PARTIDO DAS MINERADORAS?

A pesquisa realizada por Moraes (2019) demonstra, de maneira consistente, o sentido político da criação do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) para o empresariado ligado a esse setor na época. A entidade foi fundada em dezembro de 1976, num cenário marcado por três aspectos importantes: uma crise econômica de proporções mundiais; desaceleração na dinâmica de expansão econômica no Brasil do período do “milagre”; quando se iniciava um



processo de “distensionamento” do regime ditatorial empresarial-militar. Diante disso, o IBRAM surge para cumprir o papel de dar coesão à ação dos diferentes segmentos do empresariado ligados à mineração, auxiliando-os para uma atuação mais organizada em busca de resultados mais efetivos junto ao processo de formulação e execução de políticas econômicas. Além disso, esta iniciativa estava associada a uma leitura de que havia uma “perda relativa” de influência da fração de classe ligada ao capital mineral na condução das políticas de Estado (MORAES, 2019).

Diante desse quadro, a formação do IBRAM partiu da consciência, daqueles que viriam a ser suas principais lideranças, de que era preciso organizar de maneira unificada a atuação dos empresários do setor, tornando mais eficaz sua intervenção junto aos órgãos do aparelho estatal e à sociedade em geral para fazer frente aos desafios políticos e econômicos colocados à época (MORAES, 2019, p. 139)

Um outro aspecto apresentado por Moraes (2019), que estava entre os objetivos dos “idealizadores” do IBRAM, era o propósito de difundir um discurso que legitimasse a exploração mineral como uma atividade de interesse nacional, do conjunto da sociedade, não apenas como vontade de um grupo social específico. Moraes (2019) apresenta essa argumentação com base em discursos de membros da diretoria do IBRAM na época, entre eles Francisco José Pinto de Souza, então diretor da Magnesita S/A<sup>31</sup>, sendo ele um dos participantes da comissão organizadora para criação do Instituto. Também vinculado à Magnesita S/A, mas na condição de acionista, estava Hélio Pentagna Guimarães, que participou ativamente das formulações iniciais para a criação deste instrumento, inclusive ocupando o cargo de presidente na primeira gestão (1976-1978).

A presidência dessa entidade, ao longo de sua existência, foi ocupada por nomes importantes ligados ao cenário da mineração no âmbito nacional (quadro 4), seja pela condição de dono ou acionista de grandes empresas, por ocupar altos cargos nos grandes grupos do ramo, ou pela destacada atuação política junto a outras entidades de representação dos interesses dessa fração de classe, aliada ao trânsito nas diferentes agências do Estado restrito.

Hélio Pentagna Guimarães e Neuclayr Pereira, por exemplo, eram os sócios proprietários de seus respectivos grupos empresariais. Quando foi eleito para a presidência do IBRAM, Henrique Anawate era diretor da Companhia

---

31 Magnesita S/A é uma das empresas analisadas nessa tese, que posteriormente se tornou RHI Magnesita, devido ao processo de aquisição pelo qual passou.

Brasileira de Cobre (CBC), estatizada em 1974, e possuía uma longa carreira profissional em empresas como Gerdau e Aços Finos Piratini, além da atuação em entidades empresariais como a ABM e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Já Henrique Guatimosim, João Sérgio Marinho Nunes e Luís de Oliveira Castro possuíam extensa trajetória em outras associações do setor mineral – os dois primeiros, chegaram à presidência do Sinferbase e o último do Instituto Brasileiro do Chumbo e do Zinco (ICZ). Sérgio Jacques de Moraes, por sua vez, era advogado, com vasta experiência como consultor jurídico em diversas mineradoras (Mineração Ipanema, Mineração Santarém e Grupo Brumadinho). Quando assumiu a presidência do Instituto era diretor da Cia. Minas da Passagem, que explorava ferro e ouro na região de Mariana-MG (MORAES, 2019, p. 141).

Quadro 4 - Presidentes do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) entre 1976 e 2022

Ano	Presidente
1976-1978	Hélio Pentagna Guimarães
1978-1979	Henrique Anawate
1979-1980	Henrique Guatimosim
1980	Neuclayr Martins Pereira
1981-1982	João Sérgio Marinho Nunes
1983 - 1984	Luis de Oliveira Castro
1985 - 1986	Sérgio Jacques de Moraes
1987 - 1990	João Sérgio Marinho Nunes
1991 - 1994	Cyro Cunha Melo
1994 - 2002	João Sérgio Marinho Nunes
2006 - 2012	Paulo Camillo Vargas Penna
2012 - 2017	José Fernando Coura
2017 - 2019	Walter B. Alvarenga
2019 -atual	Flavio Ottoni Penido

Fonte: IBRAM - <https://ibram.org.br/quem-somos/>

A respeito dos outros nomes que passaram pela presidência do Instituto, podem ser mencionados alguns aspectos da trajetória política e de inserção no meio empresarial. Cyro Cunha Melo, antes de assumir a presidência do IBRAM, foi presidente da Samitri Mineração e membro do Conselho Administrativo da Samarco<sup>32</sup>. Paulo Camillo Penna foi membro da

<sup>32</sup> A Samitri (S/A Mineração Trindade), que detinha participação majoritária do capital da Samarco Mineração S/A, foi adquirida pela Vale S/A nos anos 2000. Atualmente a Samarco é gerida por uma *joint venture* formada entre a Vale S/A e a BHP Billiton. A Samarco atua na exploração de minério de

direção do Sinferbase<sup>33</sup> e vice-presidente dessa mesma entidade. Após sair da presidência do IBRAM atuou como vice-presidente da *The AES Corporation*, foi presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC) e, atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP). José Fernando Coura, quando assumiu a presidência do Instituto, também estava na presidência do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra) e é vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) na gestão 2018-2022. Walter Batista Alvarenga assumiu interinamente o cargo de presidente em 2016, sendo nomeado como presidente efetivo em 2017. De perfil mais administrativo, estava no IBRAM desde 2004, quando iniciou a relação com o setor de exploração mineral. Destaca-se que, na oportunidade de nomeação de Alvarenga, Fernando Coura inaugurou um “novo posto” no conselho diretor do Instituto, o de presidente de honra. Flavio Ottoni Penido, atual presidente do Instituto, atuou em diferentes funções na Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR) entre os anos de 1972 e 1992. Desde então é presidente da OPEN Brasil e Associates<sup>34</sup>.

O ingresso de Penido na presidência do Instituto se deu em um momento em que foram anunciadas um conjunto de mudanças na dinâmica organizativa da Instituição, como destacou, no dia da posse de Penido, em junho de 2019, o presidente do conselho diretor Wilson Brumer:

Flávio somará à equipe do IBRAM sua experiência no setor e terá por desafio a implementação do Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho, onde estão previstos a reformulação do estatuto da Entidade, a reestruturação do organograma, a atração de novos associados, o reforço da equipe técnica, a dinamização da produção de estudos relativos à mineração brasileira e o suporte aos associados. O setor precisa restabelecer a conexão com a sociedade e melhorar o relacionamento com os seus *stakeholders*.<sup>35</sup>

---

ferro em Minas Gerais e foi responsável pelo crime de rompimento da Barragem de Fundão, em 2015.

33 O Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Ferro e Metais Básicos foi criado em 1942 e, desde então, é atuante na defesa dos interesses do setor em diferentes esferas. Se destaca a constatação de Moraes (2019) a respeito da participação do Seferbase no processo de articulação do golpe empresarial-militar de 1964 e mantém uma estreita relação com o IBRAM, tendo sede compartilhada entre as duas entidades no DF.

34 Empresa que atua na consultoria e elaboração de projetos, teve participação em diversos processos de fusões e aquisições do setor mineral nesse período.

35 BRUMER, Wilson. Flávio Ottoni Penido é nomeado diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração. Depoimento. **IBRAM Mineração do Brasil**. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/flavio-ottoni-penido-e-nomeado-diretor-presidente-do-instituto-brasileiro-de->

Parte dessas reformulações na entidade são decorrência do cenário enfrentado pelo setor de exploração mineral após o rompimento das duas barragens em Minas Gerais: a de Fundão, em Mariana, no dia 05 de novembro de 2015; e a do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019. Os impactos desses dois crimes cometidos por grandes empresas de exploração mineral colocaram em debate um conjunto de reflexões e questionamentos a respeito do modelo de desenvolvimento do país e as práticas de exploração dessas empresas. Nesse contexto, o IBRAM, como entidade determinada em defender os interesses dessa fração de classe, “arregaçou as mangas” e, ainda em 2019, no dia 09 de setembro, lançou uma “Carta Compromisso”<sup>36</sup>. Nesta Carta é declarada abertamente a responsabilidade das empresas envolvidas nos rompimentos, com um espírito de “pesar”, e apresentando uma listagem de temas com supostas ações a serem adotadas, por iniciativa do Instituto, no sentido de “recuperar” uma imagem positiva do setor de exploração mineral no país. Entre os pontos apresentados na Carta constam: segurança ocupacional; barragens e estrutura de disposição de rejeitos; saúde e segurança ocupacional; mitigação de impactos ambientais; desenvolvimento local e futuro dos territórios; relacionamento com comunidades; comunicação e reputação; diversidade e inclusão; inovação; água; energia; gestão de resíduos.

Uma questão a ser observada é que os problemas derivados das práticas predatórias da exploração mineral não se iniciaram com o rompimento das referidas barragens. Apesar de terem ganhado maior notoriedade a partir desses crimes, eles estiveram presentes ao longo de toda a trajetória da exploração mineral no Brasil. Isso se explicita, por exemplo, no conjunto de pontos a serem “combatidos” na prática de exploração mineral e apontados pelo próprio IBRAM, os quais abordam uma ampla gama de temáticas que se acumularam ao longo da história da mineração no país. Como mencionado anteriormente, as mudanças no IBRAM passaram também pela estrutura organizativa da entidade, alterando o regimento interno e estatuto social.

Mesmo com as modificações anunciadas, que visam, de diferentes maneiras, a construção de uma imagem de “preocupação” com as questões ambientais, com relações de trabalho e outros aspectos sociais, o fato é que o IBRAM manteve seu caráter “classista”, marcado pela

---

minerao/#:~:text=Segundo%20o%20presidente%20do%20Conselho,reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20do%20organograma%2C%20a%20atra%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 fev. 2022.

36 CARTA compromisso do IBRAM perante a Sociedade. **IBRAM Mineração do Brasil**. 09 set. 2019. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/carta-compromisso-do-ibram-perante-sociedade/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

defesa dos interesses do empresariado ligado à mineração. Se observados os objetivos<sup>37</sup> que orientam a atuação do IBRAM nos dias de hoje é possível perceber que sua tarefa de dar coesão e fortalecer a fração de classe ligada à mineração continua presente. Na verdade, é justamente para tentar garantir a construção da “boa imagem” do setor que essas mudanças no perfil começaram a ser operadas.

Desse modo, é perceptível que o Instituto se constituiu, ao longo desses quarenta e cinco anos de existência, enquanto uma entidade significativamente relevante para esse segmento e continua atuante, defendendo esse grupo social nas diferentes escalas federativas e esferas de poder. Além disso, continua se articulando de variadas maneiras na tentativa de garantir a permanência da mineração como um dos pilares de sustentação da perspectiva de desenvolvimento em prática no país.

A atuação do Instituto se dá a partir de diferentes iniciativas, dentre as quais podem ser destacadas as ações realizadas pelos seus Programas e Comitês<sup>38</sup>. Através desses dois instrumentos o IBRAM consegue intervir diretamente em processos decisórios importantes para a garantia dos interesses dos grupos sociais ligados à exploração mineral. Atualmente, a entidade conta com o desenvolvimento de ações do Comitê para a Normalização Internacional em Mineração (CONIM) – que age junto a instâncias importantes de definição do controle de qualidade como a Organização Internacional de Normalização (ISO) e a Associação Brasileira

---

37 “Art. 3º - O IBRAM tem por objetivos:

- a) congregar, representar, promover e divulgar, ampliar e fortalecer a imagem e reputação da indústria mineral brasileira;
- b) contribuir para a competitividade da indústria mineral brasileira, fomentar seu desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e o uso das melhores práticas de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores a ela dedicados, bem como das comunidades em seu entorno;
- c) promover estudos técnicos de qualquer natureza e oferecer sugestões de aprimoramento aos poderes públicos, estimular a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e o uso das melhores tecnologias disponíveis na indústria mineral brasileira e na proteção ao meio ambiente;
- d) proporcionar foros para o intercâmbio de conhecimento e de experiências, bem como para discussão de problemas de interesse da indústria mineral e da normalização nacional e internacional de seus produtos;
- e) realizar congressos, exposições, cursos, seminários, oficinas e demais eventos com vistas ao melhor conhecimento da mineração, sua divulgação e o incremento de sua capacidade tecnológica e da capacitação dos recursos humanos nela empregados, dentre outros;
- f) propugnar pela defesa dos interesses da indústria mineral, no Brasil e no exterior, pelo meio ambiente, pelos recursos hídricos e pela melhor interação com todas as partes interessadas na exploração de recursos minerais.”

38 COMITÊS e grupos de trabalho. **IBRAM Mineração do Brasil**. Disponível em: <https://ibram.org.br/programas-comites-e-grupos-de-trabalho/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

de Normas Técnicas (ABNT); o Comitê de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) – entre outras questões, atua no processo de discussão e intervenção na legislação que regula a segurança do trabalho; o Comitê de Planejamento Estratégico – voltado para a recuperação da “reputação” do setor de exploração mineral, criado em 2017, já no cenário posterior ao crime de Mariana; o Comitê de Comunicação – também voltado para a difusão de uma imagem positiva da exploração mineral, atuando na disputa de narrativas sobre os problemas derivados dessa atividade; o Comitê de Sustentabilidade – que tem o papel de elaborar o posicionamento do setor sobre a temática, tendo o IBRAM como interlocutor; o Comitê Jurídico – que faz análise e propõe ações a respeito do cenário regulatório da mineração, bem como acerca das questões tributárias referentes ao setor. A composição desses Comitês se dá a partir das diretorias do próprio Instituto e de empresas associadas.

No bojo desse processo também se encontra uma iniciativa de expansão da base social da entidade, no sentido de incorporar empresas e entidades que atuam nos diferentes estados do país, em especial naqueles que passaram por um processo de expansão da atividade de exploração mineral. Nesse ínterim, o avanço da exploração mineral na Bahia é identificado, e o interesse do Instituto em “ampliar o nível de relacionamento”, que se dá, principalmente, a partir do aumento do número de associados, é evidenciado.

Está também nos planos do Instituto atrair mais associados; buscar aproximação das mineradoras com as empresas da cadeia produtiva; expandir iniciativas de inovação e tecnologia para o setor mineral (por meio do Mining Hub); ampliar o nível de relacionamento com municípios mineradores, órgãos de governo federal e administrações estaduais onde a mineração está se desenvolvendo, a exemplo de Goiás, Bahia, Pará, Mato Grosso, Tocantins e outros; envolver executivos, profissionais e especialistas renomados em áreas afins à da mineração, inclusive da Academia, na análise e na tomada de decisões e sempre em um ambiente de transparência.<sup>39</sup>

Diante disso, quando observada a estrutura organizativa do Instituto, que é administrado pelo Conselho Diretor<sup>40</sup>, se observa a presença, na atual gestão, de representações ligadas à

---

39 IBRAM altera estatuto e estabelece metas para maior profissionalização da gestão. **IBRAM Mineração do Brasil**. 21 nov. 2019. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/ibram-altera-estatuto-e-estabelece-metas-para-maior-profissionalizacao-da-gestao/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

40 “Art. 21 - O IBRAM será administrado por um Conselho Diretor não remunerado, formado por no mínimo 13 (treze) e no máximo 25 (vinte e cinco) Conselheiros e respectivos Suplentes, todos denominados Conselheiros, neste número incluídos o Presidente e o Vice-Presidente e cuja maioria será composta por integrantes designados pelos Associados Mantenedores.”

atividade de exploração mineral na Bahia, os quais são membros das empresas que foram analisadas nessa pesquisa e que são associadas ao IBRAM (quadro 5).

Quadro 5 - Membros do Conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) na gestão 2019-2022, representantes das empresas analisadas

<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>	<b>Empresa</b>
Eduardo Jorge Ledsham	Alexandre Victor Aigner	Bamin
Manoel Valério de Brito	Eduardo de Come	Mineração Caraíba S.A.
Paulo Guimarães Misk	Nilson Luciano Hélio Chaves	Vanádio de Maracás S.A.

Fonte:Elaboração própria baseado no IBRAM

O conselheiro Eduardo Jorge Ledsham tem uma trajetória extensa no campo da exploração mineral no país. Atuou na Companhia Vale do Rio Doce (posteriormente Vale S/A) entre 1986 e 2011, onde ocupou diferentes cargos e setores. Em seguida foi CEO da B&A Mineração; Diretor Presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM); e, desde 2017, é CEO e Presidente da Bahia Mineração (Bamin). Manoel Valério de Brito iniciou sua atuação na Mineração Caraíba ainda na década de 1980, passou por diferentes cargos nessa empresa, trabalhou também para o Grupo Votorantim como Analista de Projetos de Investimento, retornou para a MCSA em 2006 e, atualmente, é Diretor de Operações dessa mesma empresa. Paulo Guimarães Minsk é um nome influente no setor de exploração mineral a nível nacional, com participação societária em diferentes empreendimentos ligados à mineração e empresas que prestam serviços para a atividade fim da exploração mineral. Atua na Vanádio de Maracás desde 2014, onde assumiu a presidência em 2016.

A base social representada pelo IBRAM é significativa diante do tamanho do setor no Brasil. Atualmente, o Instituto conta com aproximadamente 130 associados<sup>41</sup>, distribuídos nos

41 “Art. 4º - O IBRAM terá as seguintes categorias de Associados: Mantenedores, Afiliados e Honorário.

§ 1º - Associados Mantenedores são as pessoas jurídicas, domiciliadas no País que, tendo dentre seus objetivos sociais a atividade de mineração, solicitarem esta condição, observados os termos deste Estatuto e o Regimento Interno;

§ 2º - Associados Afiliados são as pessoas jurídicas, quer seja de direito privado, quer seja de direito público, direta ou indiretamente interessadas nos objetivos do IBRAM ou na indústria mineral, que solicitarem admissão nos termos deste Estatuto e do Regimento Interno;

§ 3º - Associados Honorário são pessoas físicas ou jurídicas que, merecedoras de especial reconhecimento por relevantes serviços prestados à indústria mineral ou ao IBRAM, sejam distinguidas com esse título, nos termos deste Estatuto e do Regimento Interno”.

diferentes estados do país, com operações de exploração dos mais diversos minerais, que representam cerca de 85% da produção mineral do Brasil.

Considerando o conjunto das onze empresas analisadas na pesquisa, sete delas estão associadas ao Instituto, destacando-se que a Bamin, por ser detentora da Pedra Cinza Mineração, também a representa junto à entidade (quadro 6).

Quadro 6 - Empresas analisadas que são associadas ao Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

<b>Empresa</b>	<b>Mineral explorado</b>
Appian Capital Brazil/Atlantic Níquel	Níquel
Bamin	Ferro
Ferbasa	Cromo
Largo Resources/Vanádio Maracás S.A.	Vanádio
Mineração Caraíba S.A.	Cobre
RHI Magnesita	Magnesita

Fonte: IBRAM

Além disso, outro aspecto relevante é que o Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA) também é associado, demonstrando um estreitamento das relações, conforme intenção expressa pela entidade, com o setor de exploração mineral em atividade na Bahia.

#### 4.3 ORGANIZAÇÃO DOS INTERESSES CORPORATIVOS E INSERÇÃO NO MEIO EMPRESARIAL BAIANO - O SINDIMIBA E A FIEB

O Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia foi criado em janeiro de 2010. No entanto, só teve o reconhecimento legal junto ao Ministério do Trabalho e Emprego em março de 2017. Apesar de ter apresentado pouca expressividade nos primeiros anos de existência, a criação dessa entidade se configura como um passo importante no processo de organização do grupo social ligado à extração mineral na Bahia. Significa, sem dúvidas, um avanço qualitativo na disputa pela viabilização dos interesses desse segmento junto às diferentes instâncias de construção das políticas de Estado e da difusão de uma narrativa



positiva sobre a exploração mineral junto à opinião pública. Durante esse período, o SINDIMIBA foi estruturando sua atuação e ampliando os espaços de intervenção, se constituindo enquanto instrumento de representação das maiores empresas de exploração mineral na Bahia.

Atualmente, o Sindicato conta com onze empresas associadas, que juntas representam, aproximadamente, 85% da Produção Mineral Baiana Comercializada, segundo dados referentes ao ano de 2020 (INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA, 2021). As empresas associadas ao sindicato são: Jacobina Mineração - Yamana Gold; Mineração Fazenda Brasileiro - Equinox Gold/Leagold; Mineração Caraíba S/A; Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA); Bahia Mineração (BAMIN); Atlantic Nickel - Appian Capital Advisory; Imi Fabi Talco; Lipari Mineração; Pedra Cinza Mineração; RHI Magnesita; Vanádio de Maracás.

O Sindicato expressa, em seus objetivos<sup>42</sup>, uma perspectiva de atuação comprometida em defender os interesses da “indústria da mineração”; divulgar informações de relevância para o setor; pautar, junto ao Estado restrito, as reivindicações de interesse desse segmento e auxiliar na construção de identidade desse grupo social. Apesar de ter a sua atuação pautada pelos aspectos de defesa dos interesses econômicos das empresas de exploração mineral, esses objetivos explicitam também o sentido de construção de um reconhecimento mais amplo, com vistas a uma unidade mais orgânica. Tal unidade parte de uma identidade corporativista, mas também que extrapola esse sentido, avançando na esfera política no sentido da disputa de uma “visão de mundo” compatível com seus interesses imediatos e estratégicos.

---

42 “Art. 5º - Dos objetivos

O SINDIMIBA tem por objetivos sociais:

- I. defender os direitos e os interesses individuais ou coletivos das indústrias da categoria econômica representada, localizadas no Estado da Bahia, onde quer que se manifeste, inclusive em questões judiciais e administrativas;
- II. colaborar com o Estado ou a Sociedade, no estudo e na solução de problemas do setor industrial que representa, visando ao desenvolvimento econômico e à melhoria das condições de vida da população;
- III. coletar, analisar e divulgar informações que contribuam para o desempenho e a defesa dos interesses do setor industrial que representa;
- IV. identificar os assuntos de interesses das indústrias desse setor industrial e promover o seu encaminhamento junto aos poderes públicos;
- V. ofertar serviços de interesse das empresas associadas;
- VI. incentivar a integração e o associativismo entre as empresas do setor, visando o fortalecimento da categoria”.

Do ponto de vista da estrutura organizativa, a diretoria da entidade é composta por representantes das empresas associadas, sendo estruturada com quatro membros titulares, distribuídos nos cargos de Presidente, Vice-presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro (quadro 7). Além dos titulares, a direção conta com, no mínimo, três membros suplentes. A escolha da composição da diretoria ocorre em assembleia geral do Sindicato, sendo que a gestão tem duração de quatro anos.

Quadro 7 - Diretoria do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA) na gestão 2020 - 2024

<b>Diretor</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Empresa representada</b>
Paulo Guimarães Misk	Presidente	Vanádio Maracás
Carlos Henrique Temporal	Vice-presidente	Ferbasa
Manoel Valério de Brito	Diretor Administrativo	Mineração Caraíba
Pedro Leite da Cruz	Diretor Financeiro	RHI Magnesita
Sandro da Silva Magalhães	Diretor Suplente	Yamana Gold
Antonio Carlos da Silva Borges	Diretor Suplente	Mineração Caraíba
Gabriel Martins Presser Marçal	Diretor Suplente	RHI Magnesita
Nilson Luciano Helio Chaves	Diretor Suplente	Vanádio Maracás

Fonte: SINDIMIBA

Entre os quadros que compõem a atual direção do SINDIMIBA, é importante destacar a presença de Paulo Misk, que ocupa a condição de presidente e, como mencionado anteriormente, faz parte da diretoria do IBRAM. Além disso, ele é um dos delegados que representam o Sindicato junto à direção da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Carlos Henrique Temporal atua na Ferbasa desde 2010, empresa na qual passou por diferentes cargos. Manoel Valério de Brito, que também é representante junto à direção do IBRAM, ocupa a direção do Sindicato pela Mineração Caraíba. Pedro Leite da Cruz atuou na Vale S/A entre 2005 e 2012, também ocupando diferentes cargos nesta empresa. Entre 2012 e 2014 trabalhou na B&A Mineração e, desde então, atua na RHI Magnesita, na qual foi Gerente de Contratos e, atualmente, é Diretor de Operações.

O SINDIMIBA está associado à Federação das Indústrias do Estado da Bahia, tendo representação na direção dessa entidade a partir de dois delegados titulares, sendo estes Paulo Misk, como já mencionado, e Wanderley Lins de Oliveira, que é diretor de mineração da

Ferbasa. Os suplentes desses delegados são Luiz Lourenço Fregadolli, que atua como gerente de segurança e meio ambiente na Fazenda Brasileiro (Equinox Gold). O outro é Wellington Carneiro, que é gerente da controladoria da Mineração Caraíba. Essa relação entre o Sindicato e a FIEB acaba por ampliar o poder de intervenção do segmento ligado à exploração mineral na Bahia, colocando-os em relação com outros grupos do empresariado que atuam no estado e possibilitando a interlocução com diferentes instâncias de discussão e decisão sobre políticas de Estado.

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia foi criada em 1948, como parte do Sistema Indústria<sup>43</sup>. Ela atua enquanto entidade de representação de classe, articulando os variados interesses ligados ao setor industrial, pautando-os junto às agências do Estado restrito, assessorando e atuando em conjunto para fazer reverberar o posicionamento desses grupos sociais ligados à indústria. A FIEB conta com quarenta e quatro sindicatos empresariais associados, o que equivale a uma base social que representa, aproximadamente, vinte mil indústrias em toda a Bahia<sup>44</sup>.

Sua atuação se dá, principalmente, a partir de seus Conselhos Temáticos: Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários (CAFT); Conselho de Comércio Exterior (COMEX); Conselho de Defesa (CONDEFESA); Conselho de Infraestrutura (COINFRA); Conselho de Inovação e Desenvolvimento Industrial (CIDIN); Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria (COMPEMI); Conselho de Portos (CP); Conselho de Relações Trabalhistas (CRT); Conselho de Sustentabilidade (CS); Conselho FIEB Jovem (CFJ). Além dos Conselhos, há também o Comitê da Cadeia Produtiva da Construção do Estado da Bahia (CCPCEB).

Destaca-se ainda, no que se refere à atuação da FIEB, a existência da Gerência de Relações Governamentais, através da qual a entidade “realiza o acompanhamento permanente das políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, bem como, monitora o cenário político-institucional, articulando com os agentes públicos as melhores soluções para a

---

43 “O Sistema Indústria é uma rede nacional de caráter privado, responsável por iniciativas de apoio ao setor industrial brasileiro. Integram essa rede a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), as Federações Estaduais da indústria dos 26 Estados e do Distrito Federal, além de 1.280 Sindicatos Patronais Industriais.” <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/>

44 FIEB: representação e competitividade da indústria baiana. **FIEB**. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/sobre-a-fieb/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

competitividade da indústria baiana<sup>45</sup>”. A partir dessa gerência, a FIEB atua junto às instâncias de regulamentação das atividades industriais, casas Legislativas Municipais e Estadual, bem como órgãos do poder Executivo.

#### 4.4 O MAPA DA MINA – A CBPM E A SDE

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral<sup>46</sup>(CBPM) atua como uma importante articuladora da política mineral em curso na Bahia, cumprindo, além do trabalho técnico de pesquisa e prospecção, um relevante papel na interlocução entre os interesses específicos dos grupos ligados ao capital mineral com a política elaborada e executada pelo Estado restrito. Foi criada em 1972, num contexto marcado pela expansão da política de exploração mineral no país, que visava suprir o aumento da demanda por produtos primários em decorrência da aceleração da atividade econômica iniciada em 1968. Como forma de estímulo ao avanço desse setor foram implementadas medidas no sentido de constituir um Sistema Estadual de Mineração, pois, considerando a extensão territorial do Brasil e a diversidade da sua formação geológica, seria mais adequada uma política de pesquisa e desenvolvimento mineral que partisse de uma delimitação territorial menor. Uma das ações adotadas, talvez a de maior impacto, foi estabelecida através do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, que criava normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais (IUM)<sup>47</sup>. Como afirma Moraes (2019), após a aprovação desse decreto, entre os anos de 1970 e 1986, foram criadas dezessete entidades estaduais ligadas ao setor mineral, em sua grande maioria empresas de pesquisa e desenvolvimento mineral.

Antes mesmo da criação da CBPM, algumas iniciativas no sentido de aprofundar o conhecimento geológico do território baiano foram adotadas. Por iniciativa da Secretaria de Minas e Energia (SME), foi criada uma Comissão, no final da década de 1960, para auxiliar a Coordenação de Produção Mineral (CPM) no processo de coleta e sistematização inicial de informações geológicas já produzidas sobre o Estado (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012). A partir dessa primeira sistematização mais robusta, e no bojo

---

45 **RELAÇÕES** governamentais. **FIEB**. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/relacoes-institucionais/relacoes-governamentais/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

46 “Lei Estadual de nº 3.093, de 18 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto de nº 23.354, de 09 de fevereiro de 1973 e Lei nº 12.825, de 04 de julho de 2013, e complementada pela Lei Estadual de nº 3.282, de 1º de julho de 1974”. (ANTONINO, 2019, p. 318)

47 O Imposto Único sobre Minerais foi aprovado em 1964, pela Lei nº 4.425. Uma de suas características era a baixa alíquota sobre a exploração mineral.

da política de estímulo federal, é que foi criada a CBPM, impulsionada pelos resultados “promissores” identificados por essa comissão. José de Freitas Mascarenhas, Secretário de Minas e Energia na época, ao mencionar o conjunto de descobertas decorrentes desse primeiro trabalho, que indicava a existência de diferentes reservas minerais, aponta que:

[...] Constatando essa situação, o governo estadual, do qual eu era o Secretário das Minas e Energia, cargo que ocupei durante oito anos, reservou para a CBPM, como atividade suplementar à iniciativa privada, o papel de promover a pesquisa e a prospecção de jazidas, lavra e comercialização, procurando atrair capitais para investimentos, inclusive associando-se a pequenos e médios empresários que já detivessem requerimento ou alvará de pesquisa, para prestar-lhes a cooperação requerida. O setor mineral até então era completamente desestruturado no estado. Tivemos que começar praticamente do zero (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 23).

Como se observa, a criação da CBPM esteve, desde o início, vinculada a uma tarefa importante de articulação entre a política de Estado e os interesses do setor privado. Esse aspecto fica ainda mais evidente quando Mascarenhas retoma o “modelo” que inspirou a formatação da Companhia, afirmando que “Seguimos um modelo semelhante ao do serviço geológico canadense, em que a empresa estatal levantava as informações e depois as vendia, através de licitações, para o setor privado. Ficou conhecido como ‘o modelo baiano’ (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 24).

Em consonância com as diretrizes da política federal, a discussão sobre as fontes de receita para a fundação da entidade avançou no sentido de operacionalizar o que estava previsto na regulamentação estabelecida pelo decreto já mencionado, que criava normas para a destinação do IUM. Diante disso, no processo de criação da empresa:

Ficou estabelecido que a operação da CBPM seria realizada pela cota-parte estadual dos recursos do Imposto Único sobre Minerais (IUM), repassado pela SME, e que a sua manutenção fosse efetuada pelo acréscimo de 15% sobre os gastos comprovados por ela na prestação dos serviços e projetos técnicos efetuados (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 23).

Para compreender alguns dos aspectos mais relevantes da formatação da CBPM, considerando as transformações pela qual a empresa passou desde a sua criação, será utilizada uma divisão em “fases” apresentada pela própria Companhia, o que torna a exposição mais didática e ajuda a compreender um aspecto importante, que é a alteração ocorrida na sua

atuação a partir de 2007, período de maior interesse para a essa pesquisa. Nesse sentido, a divisão passa por três fases, sendo estas: Fase I – Busca do Conhecimento Geológico 1973-1980; Fase II – Desenvolvimento Mineral 1981-2006; e Fase III – Consolidação das Descobertas Minerais a partir de 2007 (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012).

A “busca do conhecimento geológico”, como é denominada a primeira fase de existência da empresa, consistiu no processo de continuação dos trabalhos feitos pela CPM - SME. Nesse período foram executados diversos projetos, dentre os quais se destaca o de Cadastramento das Ocorrências Minerais do Estado da Bahia, através do qual foi possível identificar uma diversidade significativa de ocorrências e a sua concentração em determinadas regiões. Esse projeto foi organizado a partir da criação de escritórios regionais, a fim de operacionalizar o aprofundamento das pesquisas abarcando grande parte do território do Estado. Os resultados desse projeto acabaram desencadeando um conjunto de outros mais específicos, no sentido de fazer uma melhor caracterização dessas ocorrências e realizar estudos de viabilidade operacional e econômica, nos casos de confirmação da existência das reservas.

Em síntese, o período compreendido entre 1973 e 1980 foi quando:

[...] a CBPM dedicou-se à busca do conhecimento e da construção do arcabouço geológico do estado, até então referido em grande parte como “embasamento cristalino”, e ao diagnóstico dos recursos minerais inventariados no território baiano, cujas informações ainda não estavam devidamente sistematizadas e validadas, dando conta de uma excepcional variedade de bens minerais (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 23).

Após esse período inicial, em que se ampliou consideravelmente o conhecimento geológico sobre a Bahia, é possível falar numa segunda fase da CBPM, que seria caracterizada como uma empresa de “desenvolvimento mineral”.

Com a presença marcante em diferentes segmentos da indústria extrativa mineral, neste período, a CBPM assumiu de fato o papel de empresa de desenvolvimento mineral do Estado da Bahia, congregando ações, tanto no campo da geologia básica, prospecção e pesquisa mineral, quanto no aproveitamento mineral. Sem dúvida, esta foi uma das fases mais importantes para a consolidação da empresa, não só pelo expressivo e diversificado contingente de realizações – mais de 300 projetos –, mas, e sobretudo, pelos avanços técnico-científicos alcançados, pela identificação e caracterização de ambientes metalogenéticos altamente favoráveis à

existência de mineralizações, e pelas valiosas descobertas de depósitos minerais (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 33).

Além da continuidade dos projetos de pesquisa e análise, a CBPM também passou a atuar na viabilização da exploração mineral de determinadas áreas, agindo como executora da perspectiva de desenvolvimento econômico adotada na época que, em partes, permanece até os dias de hoje. Na década de 1980 foram criadas diferentes empresas subsidiárias para que fosse possível a exploração de algumas das reservas encontradas no período inicial, um exemplo é ter assumido o controle acionário da Cal Sublime S/A, em 1982, além da criação da Mosa, destinada à produção de pó calcário. Nesses casos, a atuação do Estado buscava atender os interesses dos grupos ligados à produção do agronegócio que se iniciava na região Oeste do Estado (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012). Além dessas duas empresas, podem ser mencionadas:

Na área mínero-industrial foram criadas novas subsidiárias para atuarem no setor produtivo, como a Vanádio de Maracás Ltda., Precigem S.A., Sunshine Stone S.A. e Bahia Stones S.A. Também foram criadas as empresas subsidiárias Diamantes do Paraguaçu S.A. (Paradisa); Riosam e Mosa. Foram firmados acordos e cartas de opção preferencial para futuras associações com empresas interessadas em participar de empreendimentos mineiros (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 33).

Além de ser marcado pelos “avanços técnicos” e pela expansão da atuação empresarial da Companhia, esse período se configura também num processo intenso de disputa política em torno da manutenção do IUM, tendo em vista que haviam proposições, já no início da década de 1980, de alteração de sua alíquota e, posteriormente, como de fato se configurou no processo Constituinte, a extinção desse imposto. Nesse cenário, o que se apresentava era um grande impacto na fonte de receita dessas empresas estaduais, o que mobilizou parte do segmento ligado à mineração, especialmente os quadros técnicos vinculados a essas estruturas, em torno da defesa da manutenção do IUM. Nessa movimentação, se destaca a atuação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração (Abemin), que interviu contrariamente desde a primeira tentativa de mudança na alíquota do IUM (MORAES, 2019).

É importante destacar esse elemento pois, especificamente no caso da Bahia, os desdobramentos desse processo impactaram na organização da política mineral de maneira significativa, impulsionando diferentes articulações políticas e embates, resultando numa

política que garante a destinação de vultosos recursos para a CBPM até os dias de hoje. Diante da extinção do IUM, foi criada uma nova fonte de receita para o Estado, decorrente da exploração mineral, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)<sup>48</sup>. Diferentemente do tributo anterior, que fazia parte de uma política de estímulo à exploração mineral, atendendo aos interesses do grupo social ligado a esse setor, a CFEM teria como finalidade auxiliar no processo de mitigação dos impactos decorrentes da exploração mineral, considerando as diferentes dimensões que essa atividade afeta, especialmente no território onde ocorre a retirada dos recursos.

No caso da CBPM, dois aspectos marcaram, de maneira mais específica, o processo de extinção do IUM. O primeiro diz respeito, justamente, às movimentações no sentido de garantir que a destinação do novo tributo, a CFEM, continuasse custeando as atividades da Companhia. Apesar da intenção, no processo de formulação da Compensação, ser a de garantir uma espécie de contrapartida pela exploração dos recursos, a ação política dos grupos ligados à CBPM, no sentido de garantir seus interesses, fez com que parte dessa arrecadação fosse destinada para a pesquisa e “desenvolvimento mineral”. Nas palavras de Adalberto Figueiredo, que era presidente da Companhia na época:

Quando a Constituição de 88 foi aprovada, e apareceu entre os ditames constitucionais a figura da compensação financeira para os ativos minerais que envolvem o petróleo, gás e recursos hídricos, isto se transformou na janela de oportunidade constitucional para que se preservassem essas estruturas. O Estado, a União e o Município passariam a ter direito a uma espécie de royalty como uma compensação financeira pelo uso desses ativos naturais.

Na Bahia esses recursos passaram a ser muito importantes, principalmente pela composição de recursos de petróleo e gás e recursos hídricos para fins energéticos, que nos beneficiaram bastante, até muito mais preponderantemente do que os próprios recursos minerais.

Tivemos que ir para a constituinte Estadual em 89 para negociar a aplicação desses recursos, porque a Constituição dizia que o Estado tinha direito a esses royalties, mas não dizia onde iria ser aplicado. Poucos foram os estados, entre os quais a Bahia, que tiveram a perspicácia de alocar esses recursos à mineração (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 35).

---

48 Art. 20. [...]. § 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, 1988).



A evidente atuação política dos agentes ligados à CBPM se desdobrou na aprovação da Lei estadual<sup>49</sup> nº 5.967, de 1990, que regulamentou o Art. 204 da Constituição do Estado da Bahia<sup>50</sup> e, após alterações no percentual de distribuição, está em vigência a partir do Decreto-Lei<sup>51</sup> n. 9.281, de 2004. Em síntese, a partir das movimentações políticas desse grupo foi possível garantir uma brecha constitucional para que se destinassem os recursos da CFEM para a CBPM, o que consiste na principal fonte de receita da mesma.

A segunda questão que deve ser observada no transcorrer desse processo de alteração da tributação decorrente da exploração mineral é a crescente realização de parcerias entre a Companhia e empresas de exploração mineral privadas, a partir do arrendamento de áreas cuja autorização de lavra pertenciam à CBPM, ou mesmo a privatização das empresas subsidiárias criadas anos antes. Nesse sentido, é possível apontar que essa segunda fase da CBPM se caracteriza como um avanço no processo de estabelecimento da atividade de exploração mineral com vistas à atração de grandes empresas mineradoras.

A fase da “consolidação das descobertas minerais” tem como um marco principal de transição o ano de 2007, não apenas pelas alterações que ocorreram na empresa, mas também por demarcar uma mudança significativa na condução do governo, quando o grupo político caracterizado pela liderança de Antônio Carlos Magalhães perdeu as eleições para o então candidato Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT). A perspectiva para a política mineral da Bahia, presente nos discursos do governador e de outras lideranças do governo<sup>52</sup>, bem como a implementação que se deu nos anos posteriores, se afina com as transformações que ocorreram na CBPM.

---

49 BAHIA. Lei nº 5.967, de 05 de setembro de 1990. Estabelece critérios para a distribuição dos recursos financeiros de que trata o artigo 204, da Constituição Estadual. 1990. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-5967-1990-bahia-estabelece-criterios-para-a-distribuicao-dos-recursos-financeiros-de-que-trata-o-artigo-204-da-constituicao-estadual>. Acesso em: 10 fev. 2022.

50 Art. 204 - Os recursos financeiros destinados ao Estado, resultantes da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais serão aplicados, na proporção em que a lei estabelecer, na geração de energia e energização rural e de forma a garantir a adequada gestão dos recursos hídricos e minerais.  
Parágrafo único - Lei complementar disporá sobre os Municípios que serão compensados pela exploração hidroenergética, petrolífera ou mineral ou que sofram impactos decorrentes dessas atividades.

51 BAHIA. Lei nº 9.281, de 07 de outubro de 2004. Estabelece a distribuição dos recursos financeiros de que trata o art. 204 da Constituição Estadual, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85802/lei-9281-04>. Acesso em: 23 jan. 2022.

52 A apresentação das articulações entre os diferentes setores e a construção do discurso de desenvolvimento associado à exploração mineral se dá no capítulo posterior.

A partir de 2007, com a inauguração das minas de bentonita de Vitória da Conquista e de níquel de Itagibá, em áreas de direitos minerários da CBPM, começa o ciclo atual da empresa, a fase de consolidação das descobertas minerais. A empresa procura firmar-se como geradora de negócios de base mineral, mantendo, no entanto, seu viés de desenvolvimento mineral, sustentado pelo aprimoramento e aprofundamento das pesquisas minerais e científicas.

Os trabalhos de prospecção e pesquisa mineral em áreas de presumível potencialidade em minerais metálicos, como ferro, níquel, cromo e ouro, que possuem alto valor agregado, passam a ser prioridade da empresa no novo governo instalado, usando como ferramentas principais a geoquímica, e geofísica e a sondagem (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 40).

Nota-se que essa ideia de “geração de negócios de base mineral” na verdade se trata da transferência dos direitos minerários em posse da Companhia para grupos privados, que se intensificou a partir da política de licitações implementada nessa fase. Como afirma Rafael Avena, que trabalha na Companhia desde meados da década de 1980 e é diretor técnico desde 2007:

A atração de empresas desse porte para investir na Bahia comprovou que, a despeito da crise, elas continuavam com seus planos de investimentos. A procura manifestada por empresários para novas licitações refletia o êxito da arrojada filosofia de trabalho implantada pelo sistema SICM/CBPM em sua estratégia de atração de investimentos privados para exploração de depósitos minerais (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, p. 42).

A partir dessa perspectiva de atuação, ligada à geração de negócios e atração de capital privado, em especial estrangeiro, a CBPM, que historicamente teve uma intervenção relevante na articulação dos interesses dos grupos sociais ligados ao capital mineral, passa a intervir de maneira ainda mais consistente, constituindo uma rede de interlocução entre entidades de representação desses grupos e agências do Estado, no sentido de pautar a construção da política para o setor de exploração mineral e, além disso, auxiliar na construção da imagem positiva dessa atividade. De maneira sintética, a principal “marca” da fase iniciada em 2007 é a da privatização da exploração dos recursos minerais da Bahia, como fica explícito nas alíneas que justificam o “florescimento” dessa política mais agressiva de licitações:

a) o aquecimento da economia mundial, principalmente da Ásia e mais especificamente da China, que elevaram sobremaneira os preços das commodities, alavancando as exportações dos países produtores e aquecendo, por consequência, a busca por novas jazidas;

- b) a mudança, inclusive filosófica, na conjuntura mundial, referida na alínea a, com a desilusão do socialismo, quando se chegou a uma conclusão definitiva, a nível mundial, que o estado não é um bom empresário. Longe disso, ele tem o seu papel definido na sociedade e as empresas produtivas devem ser conduzidas pelo setor privado. Dentro desse espírito, a CBPM também entende que não deve ser empresária e passa a “privatizar” suas oportunidades;
- c) a CBPM tinha armazenado um bom estoque de oportunidades durante o segundo estágio da fase empresarial, que estavam prontas para serem “privatizadas”. Nesse caso, a privatização deve ser entendida com restrição, porque não há um repasse definitivo do patrimônio para a iniciativa privada. Na realidade, há um arrendamento, em que a condução da lavra, do processo industrial e da venda do produto fica a cargo do empresário, que remunera com um royalty a companhia de economia mista, que detém o título minerário (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2012, 53).

No quadro 8 é possível observar alguns aspectos que merecem certa atenção, em especial os que se relacionam com a nova política adotada na Bahia para o setor de exploração mineral a partir de 2007. O cargo de presidente foi ocupado, ao longo da história da Companhia, principalmente por quadros de perfil técnico, o que não exclui, evidentemente, o papel político desempenhado por esses agentes. Em grande parte dos casos a presidência foi ocupada por geólogos e, alguns deles, com participação em investimentos privados na área de exploração mineral ou que trabalharam em empresas de exploração ou consultoria para esse setor.

Considerando os que assumiram essa função no período das duas gestões anteriores a 2007, esse perfil se confirma, como no caso de Umberto Raimundo Costa, geólogo, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor dessa instituição; e de Ruy Fernandes da Fonseca Lima, também geólogo, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que trabalhou em diferentes empresas do setor privado e órgãos ligados às agências do Estado restrito. Na Bahia, além da presidência da CBPM, este também atuou como Diretor Geral da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais durante quase toda a década de 1990 e, durante o período que esteve na presidência da CBPM, também foi presidente da Abemin.

A partir de 2007, período de maior relevância para a análise proposta nesta pesquisa, é possível observar, principalmente nos primeiros anos da gestão do governo estadual, uma sequência de alterações neste cargo, pelo qual passou Orlando Cezar da Costa Castro, que tem formação em Engenharia Civil e permaneceu no cargo entre janeiro e abril de 2007, quando

saiu para assumir a presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Paulo Sérgio de Noronha Fontana, que ingressou após Orlando Castro, se manteve na presidência até fevereiro de 2008, é formado em engenharia civil pela UFBA e ocupou diferentes cargos ligados à gestão pública, como o de Secretário Estadual de Planejamento da Bahia, diretor do Departamento de Trânsito da Bahia (Detran-BA) e da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba). Após a sua saída, Rafael Avena assumiu a presidência, ficando entre março de 2008 e agosto de 2009. Ele é geólogo e tem uma participação ativa ao longo da existência da CBPM, já tendo ocupado a presidência em período anterior e, após a saída do cargo, em 2009, passou para o posto de diretor técnico, o qual exerce até hoje.

A partir de setembro de 2009, a presidência foi ocupada por Hari Alexandre Brust, que apresenta um perfil um pouco diferente dos demais, em função da sua atuação enquanto figura pública partidária. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e presidente de honra da sigla na Bahia. Brust teve uma larga atuação em diferentes órgãos de Estado, em vários estados da federação. Com a sua saída, em março de 2019, assumiu Antônio Carlos Marciel Tramm, que é formado em Administração e teve atuação, ao longo da vida profissional, no setor privado, durante um longo período ligado à exportação de cacau. Atuou também no setor público, foi coordenador de projetos de incorporação imobiliária nas construtoras OAS, Norberto Odebrecht e Cidade. Foi também consultor da Empresa Baiana de Alimentos (EBAL), exerceu os cargos de Secretário de Transportes de Salvador, além de diretor da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e, durante quatro anos, presidiu a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB). Apesar de não ter um trânsito anterior pelo setor de exploração mineral, sua experiência no campo da administração trouxe, para a presidência da CBPM, uma articulação política importante, que será analisada mais cuidadosamente no capítulo subsequente.

Ao longo desses quase cinquenta anos de existência, a CBPM esteve vinculada à secretaria de Estado responsável pela política de “desenvolvimento econômico”, que foi alterando sua estrutura organizativa e nomenclatura, denominada atualmente como Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

Quadro 8 - Composição do governo da Bahia e de direção na Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) desde a sua criação, em 1972

<b>Período</b>	<b>Governador</b>	<b>Secretário<sup>53</sup></b>	<b>Presidente CBPM</b>	<b>Diretor Técnico</b>	<b>Diretor Adm. Financeiro</b>
<b>1972-1974</b>	Antônio Carlos Magalhães	José F. Mascarenhas	Raul Mosmann Almir Porte Sá	Raul Mosmann José C. L. Bezerra	João F. de Q. Neto Almir Porte Sá
<b>1975-1978</b>	Roberto Santos	José F. Mascarenhas	Giovanni Toniatti	José C. L. Bezerra José Carlos Boa Nova	Almir Porte Sá
<b>1979-1982</b>	Antônio Carlos Magalhães	Paulo Souto	José Carlos Boa Nova	Aroldo Misi	Almir de Porte Sá
<b>1983-1986</b>	João Durval Carneiro	Paulo Souto	Manfredo Pires Cardoso	Aroldo Misi	Almir de Porte Sá
<b>1987-1990</b>	Waldir Pires Nilo Moraes Coelho	Nilo A. M Coelho Gastão P	Abelardo Gomes Parente Júnior Rafael Avena Neto Adalberto de Figueiredo Ribeiro Paulo Roberto Rocha Mota Icalmar Aantônio Vianna	Rafael Avena Neto Icalmar Aantônio Vianna	Geraldo Safira Andrade
<b>1991-1994</b>	Antônio Carlos Magalhães	Paulo Souto Paulo R. D. Haudenzi	Pedro Barbosa de Deus	Umberto Raimundo Costa	Almir Porte Sá
<b>1995-1998</b>	Antônio Carlos Magalhães Ruy Trindade Antonio Imbassahy	Jorge K. Headaye Geraldo Machado	Umberto Raimundo Costa	Moacyr Moura Marinho	Almir Porte Sá Dival Pires S. Filho
<b>1999-2002</b>	Paulo Ganem Souto	Benito da G. Santos Aroldo Cedraz Albérico Mascarenhas	Ruy Fernandes da Fonseca Lima	Moacyr Moura Marinho	Almir Porte Sá Yolita M. L. Mueller Heráclito R. Arandas
<b>2003-2006</b>	César Borges Otto Alencar	Otto Alencar José Luiz Garrido	Ruy Fernandes da Fonseca Lima	Moacyr Moura Marinho	Heráclito R. Arandas Marcos N. Lopes
<b>2007-2010</b>	Jaques Wagner	Rafael Amoedo James Correia	Orlando Cezar da Costa Castro Paulo Sérgio de Noronha Fontana Rafael Avena Neto Hari Alexandre Brust	Rafael Avena Neto	Astor Moura Araújo Juvenal M. Cunha Vinícius N. Almeida
<b>2011-2014</b>	Jaques Wagner	James Correia	Hari Alexandre Brust	Rafael Avena Neto	Vinícius N. Almeida
<b>2015-2018</b>	Rui Costa	Jorge Hereda Jaques Wagner Paulo Guimarães	Hari Alexandre Brust	Rafael Avena Neto	
<b>2019-2022</b>	Rui Costa	João Leão Nelson Souza Leal	Antonio Carlos Marciel Tramm	Rafael Avena Neto	Carlos Luciano de Brito Santana

Fonte: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)

53 Secretaria de Minas e Energia - SME (1972-1990); Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia - SICT (1991-1994); Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - SICM (1995-2014); Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia - SDE (2015-2022).

A política de intensificação da “oferta de oportunidades” teve, nessa fase que se iniciou em 2007, o apoio e intervenção ativa da SICM/SDE, que atuou a partir de uma vertente de “geração de negócios” e de construção do discurso que apresenta a Bahia como um “estado minerador”, rico em oportunidades de investimento. Na estrutura organizativa da Secretaria<sup>54</sup>, como se observa no Anexo 1, além da vinculação da CBPM como órgão da administração indireta, existe uma Coordenação de Fomento à Mineração, Petróleo e Gás, que tem sob sua alçada o Museu de Geologia da Bahia e o Centro Gemológico da Bahia. Essa coordenação está vinculada à Diretoria de Fomento ao Desenvolvimento Econômico que, por sua vez, está subordinada à Superintendência de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico (SUAD).

O quadro 9, elaborado pela própria CBPM e apresentado na Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa<sup>55</sup> (2021), demonstra o conjunto de entidades representativas no âmbito da sociedade civil e agências do Estado restrito que compõem a “parceria estratégica” da empresa. Esse conjunto de entidades e órgãos demonstram e reafirmam a importância que a Companhia tem no processo de articulação da política mineral da Bahia.

Parte dessas parcerias listadas pela CBPM compõem o corpo analítico desta pesquisa, as quais tiveram uma exposição mais sistemática neste capítulo por terem uma participação mais efetiva no processo de debate, elaboração e condução das proposições ligadas à política mineral na Bahia, o que não exclui, evidentemente, a relevância das demais parcerias estabelecidas pela empresa, que cumprem um importante papel na garantia da expansão da atividade de exploração e condicionam a condução da política mineral na Bahia.

Partindo desse conjunto de elementos apresentados é possível construir uma síntese que permite uma melhor visualização sobre a caracterização realizada, no sentido de observar em conjunto o papel dessas entidades e perceber melhor como elas interagem na organização dos interesses dos grupos ligados à exploração mineral e sua efetivação a partir das políticas de Estado. Desse modo, iniciando pelo IBRAM, o que se observa é a sua ação enquanto

---

54 Esta nova estrutura foi aprovada pelo Decreto Autônomo nº 19.092, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 13 de junho de 2019, que altera a estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

55 COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa**. 2021. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA-ANUAL-DE-POLITICAS-PUBLICAS-E-GOVERNANCA-CORPORATIVA-2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

“organizador” dos interesses dessa fração de classe, responsável pela disputa ideológica e pela articulação para a disputa das posições atuando, nesse sentido, como partido.

Quadro 9 - Parcerias estratégicas nacionais e internacionais da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) em 2021

<b>Universidades</b>
Universidade Federal da Bahia – UFBA
<b>Estadual</b>
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI
<b>Federal</b>
Ministério de Minas e Energia – MME
Agência Nacional de Mineração – ANM
Serviço Geológico do Brasil – CPRM
Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA
Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM
Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM
Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro – ADIMB
<b>Internacional</b>
World Watch Institute – WWI
Toronto Stock Exchange – TSX

Fonte: CBPM - Diretoria Técnica (2021)

O SINDIMIBA e a Fieb acabam cumprindo um papel diferenciado nesse processo, assumido a tarefa de representação dos interesses econômicos, numa perspectiva mais “corporativista”, garantindo também a interlocução com outros setores do empresariado na Bahia e em outras esferas. A CBPM e SDE agem no sentido de viabilizar o processo de exploração, tanto através da pesquisa, reduzindo os riscos para o setor privado, quanto no processo de oferta dessas

possibilidades de exploração para esse setor, cabendo à SDE, mais especificamente, o papel de política institucional de divulgação dessas oportunidades, que ecoa a partir do discurso que coloca a Bahia como um estado voltado para a mineração.

Além dessas entidades e das que aparecem como parceria estratégica da CBPM, é possível mencionar outras que atuam, direta ou indiretamente, na promoção dessa perspectiva de exploração mineral na Bahia, entre os quais podem ser mencionados alguns instrumentos de comunicação, como as revistas *In The Mine* e *Brasil Mineral*, entre outros.

Diante desse quadro, que identifica as principais entidades e busca caracterizá-las a partir do seu papel no conjunto das articulações de viabilização dos interesses desse segmento na Bahia, é possível avançar no processo de análise. Desse modo, o capítulo que se segue busca apresentar de que forma essas agências e agentes interagem na dinâmica política com o intuito de garantia de seus interesses, especialmente no que tange ao avanço das atividades de exploração mineral no estado.



## 5 PORTOS ABERTOS, OLHOS FECHADOS: AÇÃO DO ESTADO E GERAÇÃO DE CONFLITOS DIANTE DA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA BAHIA

Se conseguirmos inovar na capacidade de trabalharmos juntos na Bahia, todos os atores, organizações públicas e privadas, pelo mesmo objetivo, teremos um grande feito<sup>56</sup>.

Antônio Ricardo Alban

O fragmento acima é parte do pronunciamento proferido pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Antônio Ricardo Alvarez Alban, no I Fórum Internacional de Sustentabilidade na Mineração, realizado em Salvador no dia 14 de agosto de 2019. Apesar de reivindicar, em sua fala, um desejo de ação conjunta entre os setores “público e privado”, que nesse caso se refere especificamente à mineração, o discurso expressa uma realidade que já é concreta e que vem sendo maturada desde o início dos anos 2000, com maior intensidade a partir de 2007. Durante esse período é possível notar um crescimento das atividades de exploração desse setor, o que está associado a mudanças na forma de ação do Estado no sentido de viabilizar essa expansão, que se expressa também no emergir do conteúdo discursivo que apresenta a mineração como o vetor mais promissor para o desenvolvimento econômico do estado da Bahia, associado aos projetos de infraestrutura que concretizam essa perspectiva de desenvolvimento, pautada pela priorização das exportações, em especial de produtos primários.

O referido Fórum foi uma realização conjunta da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e da Secretaria de Ciência Tecnologia e Informação da Bahia (Secti), com o apoio do Jornal Correio e patrocínios da Companhia Vale do Paramirim (CVP), Bahia Mineração (Bamin), Vanádio de Maracás S/A e do Sindicato das Indústrias Extrativas de Metais Metálicos, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita no Estado da Bahia (SINDIMIBA). A “capacidade de trabalhar em conjunto”, evidenciada na realização desse fórum, é apenas uma ponta do novelo, que guarda em seu emaranhado parte relevante da história recente da economia política baiana, mais especificamente da exploração mineral e das articulações para a viabilização desse processo de expansão.

---

56 ALBAN, Antônio Ricardo. Mineração deve puxar o próximo salto de desenvolvimento do estado. Depoimento. **Jornal Correio**. 21 ago. 2019. Edição especial. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mineracao-deve-puxar-o-proximo-salto-de-desenvolvimento-do-estado/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

O crescimento da produção oriunda da exploração mineral na Bahia, demonstrado no primeiro capítulo desta tese, veio acompanhado da ampliação da importância política desse estado no processo de articulação dos interesses dos grupos hegemônicos em atuação no país, em especial ligados ao setor primário da economia, destinado à exportação. Nesse sentido, o ano de 2007 pode ser tomado como um marco nesse processo, tendo em vista que a mudança do grupo político que dirigia o governo estadual teve como consequência a adoção de uma política mais “agressiva” para o setor mineral, a qual foi se conformando numa relação mais orgânica entre os setores organizados na sociedade civil, representantes desse segmento, com as agências e agentes do Estado restrito.

Desse modo, o objetivo central deste capítulo é apresentar as principais movimentações realizadas pelas agências e agentes visando o avanço da exploração mineral na Bahia e a viabilização de seus interesses. Para tanto, se demonstra a participação das entidades caracterizadas no capítulo anterior em diferentes espaços de debate e articulações que expressam a ação conjunta desses grupos, fortalecendo sua intervenção e garantindo a inscrição de seus interesses específicos nas políticas de Estado, voltadas para o estímulo à exploração dos recursos minerais existentes no subsolo do território baiano.

Além disso, se pretende também demonstrar que, por trás do discurso de atração de investimentos e geração de negócios no ramo da exploração mineral, se revela um conjunto de conflitos e violações de direitos que são decorrentes dessa atividade. Conflitos estes que passam ao largo dos olhos das agências do Estado responsáveis pela fiscalização e regulamentação dessa atividade, proporcionando, inclusive, uma reação organizada de diferentes grupos que sofrem com os impactos dessa atividade nos diversos territórios afetados na Bahia.

Com vistas a apresentar o transcorrer dessas articulações, a exposição das informações teve como referência uma sequência cronológica, que auxilia na compreensão dessas transformações como um “processo”, demonstrando o fortalecimento dos grupos ligados a esse setor e sua articulação em diferentes escalas, desde os interesses locais até a esfera dos interesses dos grandes grupos internacionais que atuam na Bahia. Essa perspectiva de abordagem histórica permite uma compreensão das “tendências” em curso, possibilitando uma leitura sobre o passado recente, mas também sobre os possíveis caminhos que se apresentam diante desse processo para o próximo período.

Para a exposição das informações o capítulo foi dividido em três seções, além desta breve introdução. A primeira trata de apresentar a transição que se deu nos primeiros anos após a mudança no governo do estado, que aponta um processo de sincronização entre as políticas federais e a perspectiva que ganha espaço no âmbito da política estadual. A segunda busca apresentar que, a partir do ano de 2010, alguns elementos começam a demonstrar uma maior articulação entre as agências e os agentes do Estado restrito com segmentos da sociedade civil ligados aos interesses do segmento de exploração mineral, destacando também que há uma maior sistematicidade na construção do discurso que enaltece a exploração mineral.

Para a discussão dessas duas primeiras seções foram utilizadas diferentes fontes que auxiliaram no levantamento de informações para demonstrar essa dinâmica, em especial as publicações do *site* oficial do governo do estado, da CBPM, SDE e IBRAM, a partir do ano de 2007. Foi utilizada também a revista publicada pela SDE entre 2010 e 2018, denominada “Informativo Oportunidades”. Além de materiais de outros veículos de imprensa, tal como *Jornal Correio* e revistas especializadas na área de mineração, a exemplo da *Brasil Mineral* e *In The Mine*, que são instrumentos pelos quais o segmento empresarial se pronuncia a respeito de diferentes temas e concede entrevistas com relativa regularidade.

Na terceira e última seção é abordada a questão dos conflitos e violações de direitos em decorrência dessa expansão da exploração mineral, principalmente seus impactos sobre o território em que atuam essas empresas mineradoras. Para tanto são abordadas quatro iniciativas associadas à política de expansão da exploração mineral, três delas que fazem parte do projeto de integração, associado à mina Pedra de Ferro, Ferrovia de Integração Oeste-Leste e Complexo Porto Sul. A outra se refere à mina Braúnas, operada pela Lipari no município de Nordestina. Para uma caracterização mais geral de cada empreendimento foram utilizados os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), nos quais são apontados os possíveis impactos dos empreendimentos. Além disso, para a discussão sobre a geração de conflitos foram acessados os Cadernos de Conflito no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como a consulta a teses, dissertações e artigos referentes a essa temática.

## 5.1 A BAHIA DE VOLTA AOS “TRILHOS” DA POLÍTICA ECONÔMICA FEDERAL

A eleição de Jaques Wagner para o governo da Bahia marca a transição de um longo ciclo de controle político do aparato estatal, que perdurava desde o período da ditadura empresarial-

militar<sup>57</sup>. O rompimento desse ciclo é marcado pela alteração do grupo que conduzia centralmente a política de Estado, o que não representou, necessariamente, a adoção de uma perspectiva de desenvolvimento econômico diferente da anterior em seus aspectos principais. Nem mesmo a alteração completa dos grupos econômicos que detinham maior influência na formulação e condução das políticas na estrutura do Estado, tendo em vista que parte das lideranças políticas que compunham historicamente o campo do “Carlismo” passaram a fazer parte dessa nova coalizão política, agora liderado pelo Partido dos Trabalhadores na Bahia.

Posto isto, é importante avançar na compreensão das alterações qualitativas decorrentes dessa transição, especialmente as que impactaram mais diretamente a política de exploração mineral, ou mesmo as que tangenciam essa questão. Um ponto de partida importante é a própria trajetória política de Jaques Wagner, a qual ajuda no entendimento dos ajustes observados já nos primeiros anos de governo. Antes de assumir o cargo de governador, Jaques Wagner foi deputado federal pela Bahia entre 1991 e 2003, ano em que assumiu o Ministério do Trabalho e Emprego no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, função em que permaneceu até 2005, assumindo a partir de então o Ministério das Relações Institucionais. Durante esse período enquanto ministro, em 2004, também foi responsável pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República<sup>58</sup>, o que lhe possibilitou um trânsito relevante entre os diferentes segmentos do empresariado, tanto no âmbito nacional como internacional.

A participação nessas esferas do governo federal, aliada à vida ativa na dinâmica do Partido dos Trabalhadores, propiciaram ao então governador Jaques Wagner uma profunda apropriação do programa econômico posto em prática no país, além da necessária articulação com os mais diversos segmentos do empresariado. Esses elementos possibilitaram o processo de sincronização entre as políticas adotadas na esfera federal com a dinâmica econômica estadual, promovendo uma espécie de “ajuste fino” na condução da política de desenvolvimento econômico da Bahia. Nesse sentido, se apresenta um conjunto de iniciativas,

---

57 Em linhas gerais, o “Carlismo” pode ser caracterizado, do ponto de vista da perspectiva econômica, pela adoção da perspectiva de desenvolvimento associada à “modernização conservadora”. Para maior aprofundamento sobre o tema ver: “Tradição, autocracia e carisma: a Política de Antônio Carlos Magalhães na Modernização da Bahia (1954-1974) (DANTAS, 2006).

58 Como aponta Ribeiro (2016), esse Conselho, criado em 2003, cumpriu um papel importante de articulação entre os diferentes segmentos da sociedade civil, servindo como um importante espaço de acolhimento das demandas do empresariado, promovendo um relacionamento amistoso e conciliador com os variados grupos econômicos e políticos.

nos variados campos, que expressam e caracterizam esse processo, destacando-se inicialmente o período compreendido entre 2007 e 2010. Essas iniciativas acabaram por “botar nos trilhos” a política econômica baiana, aprofundando problemas históricos, favorecendo os interesses dos grupos hegemônicos e o fortalecimento de suas representações no âmbito da sociedade civil, destacando-se as que são vinculadas aos interesses do setor de exploração mineral.

Diante do exposto, um primeiro aspecto a ser mencionado foi o esforço em promover articulações de atração de investimento na esfera nacional e, especialmente, no âmbito internacional. Esse elemento transparece, por exemplo, nas diversas “missões diplomáticas” realizadas pelo então governador em diferentes países, as quais tinham como principal objetivo a apresentação de oportunidades de negócios a serem realizados na Bahia, em grande parte delas ligadas à exportação de produtos primários. Vale destacar que não se trata de uma ação isolada. Essa política faz parte da perspectiva de integração entre a política estadual e nacional, como se observa em fragmento do Portal oficial do Governo do Estado.

A inserção da Bahia no cenário global com o objetivo de ampliar a atração de investimentos e mostrar o potencial do estado na promoção de negócios. Esse foi um dos compromissos assumidos pela atual administração que, em 2007, instituiu uma Assessoria Internacional, cujas ações estão alinhadas com a política de relações exteriores do Governo Federal. A Assessoria atuou de forma articulada e integrada com os demais órgãos e entidades estaduais, buscando a eficiência e agilização de resultados<sup>59</sup>.

Podem ser mencionadas, entre essas missões, as viagens para os Estados Unidos, Japão, China, Suécia, Benin, Índia, Inglaterra, Holanda, França, entre outras. Segundo informações divulgadas no próprio Portal do Governo do Estado:

A Bahia, além de participar de importantes eventos no exterior e de sediar grandes encontros internacionais, está na agenda de autoridades de todos os continentes. De 2007 a 2012 foram realizadas 40 missões para atração de investimentos e cooperação; recebemos a visita de 15 chefes de Estado e de Governo e recebemos 66 embaixadores e 76 outras autoridades<sup>60</sup>.

---

59 AÇÃO integrada fortalece relações internacionais em toda a Bahia. **Portal Oficial do Estado da Bahia**. 14 jan. 2011. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2011/01/noticias/governo/acao-integrada-fortalece-relacoes-internacionais-em-toda-a-bahia/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

60 INTEGRAÇÃO da Bahia no cenário global atrai investidores para o estado. **Portal Oficial do Estado da Bahia**. 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2013/01/noticias/relacoes-internacionais/integracao-da-bahia-no-cenario-global-atrai-investidores-para-o-estado/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Em grande parte dessas missões a oferta de investimentos no setor de exploração mineral, seja de maneira direta ou através de projetos que se relacionam com esse segmento, faziam parte da pauta apresentada pelo governador, tanto no diálogo com segmentos do empresariado ou com representações dos governos desses países.

Diante dessa diretriz de política econômica, já no primeiro ano de governo se observa ganhar destaque a perspectiva de desenvolvimento que pautava a integração do “eixo oeste-leste”, inserindo a Bahia no amplo projeto de Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), no qual o território baiano acaba servindo como um “corredor de escoamento” para exportação. Como decorrência, se destaca que os projetos centrais, presentes na política de Estado e propagandeados como “caminho para o desenvolvimento”, a partir de 2008, foram aqueles associados aos interesses dos setores ligados ao agronegócio e à mineração, tal como a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Complexo Porto Sul. Destaca-se que estes setores foram justamente os que ganharam, paulatinamente, maior relevância na composição do bloco de poder a nível nacional, como caracterizado no primeiro capítulo a partir da abordagem sobre o Modelo Liberal Periférico no Brasil.

A vinculação desse projeto aos interesses do segmento ligado ao agronegócio e mineração não se trata de mera especulação, é um fato que se evidencia nas articulações políticas e manifestações públicas de representantes do segmento, a exemplo do que afirmou o então presidente da Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (Aiba), em 2008, durante a realização da primeira edição da Bahia Farm Show, evento de estímulo e divulgação do agronegócio, realizado anualmente no Oeste da Bahia, numa parceria entre entidades e empresários desse ramo com secretarias e outros órgãos do Estado.

Ao se referir à Ferrovia Oeste-Leste, Humberto Santa Cruz afirmou que o equipamento representa um grande sonho dos agricultores locais. “Após o anúncio da construção da ferrovia, diversos investidores, como a Companhia Vale do Rio Doce, já adquiriram terrenos para a exploração de minério de ferro na região”, destaca<sup>61</sup>.

A destaque desses segmentos e dessa perspectiva de desenvolvimento se confirma através do próprio discurso de representantes do governo, a exemplo do que proferiu o então secretário

---

61 GOVERNADOR visita Bahia Farm Show e anuncia obras no Oeste. **Diário Estado da Bahia**. 3 jun. 2008. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/06/noticias/governo/governador-visita-bahia-farm-show-e-anuncia-obras-no-oeste/?amp>. Acesso em: 15 mar. 2021.

de planejamento da Bahia, Ronald Lobato, em evento realizado no município de Lauro de Freitas, em setembro de 2007, revelando que “Novas rótulas de desenvolvimento estão sendo propostas pelo governo federal, através do PAC, o que se alinha à meta do governo estadual de incentivar o desenvolvimento do eixo leste-oeste”<sup>62</sup>. Apesar da relevância que esse projeto ganha no discurso sobre o desenvolvimento, entre 2008 e 2010 foram realizados apenas estudos e a elaboração do projeto inicial. Além das articulações políticas e captação de investimentos para a sua viabilização, bem como os passos iniciais no sentido da concessão das licenças ambientais.

Nas palavras do próprio governador Jaques Wagner essa centralidade na perspectiva de desenvolvimento ligada à exportação de produtos primários também se revela, com uma ênfase, mesmo que alegórica, à ideia de “venda da Bahia”, proferida por ele de forma literal, ao comentar a importância de sua participação no Fórum Econômico de Davos, na Suíça: “É preciso ‘vender’ a Bahia para o mercado internacional, e isso nós vamos continuar fazendo”<sup>63</sup>.

Esses elementos, que demonstram de maneira mais geral o alinhamento da política de desenvolvimento da Bahia à perspectiva posta em prática no âmbito federal, servem para contextualizar o cenário em que se inscrevem as iniciativas mais específicas de estímulo à exploração mineral. É nesse mesmo período que se observam as alterações na política adotada pela CBPM, mencionadas no capítulo anterior e que tiveram como resultado, já nos primeiros anos, uma significativa ampliação no número de licitações que visavam transferir o direito de exploração de áreas pertencentes à Companhia para o setor privado. Isso se deve, conforme afirmou Nilton Silva Filho, presidente da CBPM em 2008, à nova perspectiva adotada a partir da mudança do grupo político na condução do governo estadual.

Com a chegada do novo governo, foi realizada uma reavaliação das oportunidades minerais que a Bahia possui. Decidimos agir com mais agressividade, disponibilizando para o investidor do setor as oportunidades

---

62 BAHIA terá R\$ 19 bi de investimentos até 2010. **O Portal Oficial do Estado da Bahia**. 21 set. 2007. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/bahia-tera-r-19-bi-de-investimentos-ate-2010/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

63 BAHIA terá sessão especial do Fórum Econômico Mundial. **Diário do Estado da Bahia**. 15 abr. 2008. Disponível em <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/04/noticias/relacoes-internacionais/bahia-tera-sessao-especial-no-forum-economico-mundial/?amp>. Acesso em: 03 abr. 2021.

identificadas. Em um ano, colocamos em processo de licitação, via concorrência pública, 25 empreendimentos minerais<sup>64</sup>.

Afirmção reiterada por ele em outros momentos, enfatizando que: “Ocorreu um redirecionamento da política minerária do Governo da Bahia nesta gestão. Na atualidade, a promoção e o incentivo ao setor estão sendo efetuados com mais agressividade, aproveitando o presente momento de crescimento do segmento no mundo”<sup>65</sup>.

Diante desse processo de “sincronização” da dinâmica econômica da Bahia com a política nacional se evidencia, portanto, o papel da atividade de exploração mineral no estado. Além de se expressar nas alterações da política da CBPM, também se revelam nos discursos do próprio governador, que ressalta a importância da ação do Estado no estímulo a esse segmento, de maneira associada com as necessidades e interesses do setor privado.

“Fico impressionado em ver como o nosso patrimônio estava adormecido, com uma companhia deficitária, que hoje mostra seu potencial e transforma a Bahia em um dos sítios minerais mais reconhecidos e respeitados”, disse Wagner, que destacou o mapeamento aerogeofísico desenvolvido pela CBPM. A companhia investirá este ano R\$ 12 milhões em pesquisa e desenvolvimento. “O Estado tem que fazer sua parte e também ser, por outro lado, um facilitador daqueles que fazem a economia funcionar”, completou o governador<sup>66</sup>.

De modo geral, o período compreendido entre 2007 e 2010 foi marcado por esse conjunto de ajustes, os quais revelam uma maior sintonia com as alterações no âmbito federal que foram mencionadas no primeiro capítulo. As mesmas podem ser caracterizadas pelo aumento da influência dos setores ligados à produção primária para exportação, em associação com o capital financeiro, no bloco no poder a nível nacional. Nesse sentido, o que se observa na Bahia é uma movimentação que tem como centro de gravidade as próprias estruturas do Estado no seu sentido restrito, com destaque para o papel indutor que a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral assume, viabilizando “oportunidades de negócio” para o setor privado,

---

64 BAHIA vai duplicar produção mineral. **Estado da Bahia**. 16 maio 2008. Disponível em <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/05/noticias/mineracao/bahia-vai-duplicar-producao-mineral/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

65 BAHIA possui jazida com os mais altos teores de vanádio do mundo. **Estado da Bahia**. 14 ago. 2008. Disponível em <http://www.bahia.ba.gov.br/2008/08/noticias/economia/bahia-possui-jazida-com-os-mais-altos-teores-de-vanadio-do-mundo/>. Acesso em: 14 set. 2021.

66 SETOR mineral deve obter investimentos de R\$ 150mi. **O Portal Oficial do Estado da Bahia**. 17 jun. 2008. Disponível em <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/06/noticias/mineracao/setor-mineral-deve-obter-investimentos-de-r-150-mi/>. Acesso em: 20 ago. 2021.



reduzindo riscos e promovendo um relativo avanço da atividade de exploração mineral diante da “janela de oportunidade” que se apresentava a nível internacional.

Se constata também, nesse mesmo período, o emergir do conteúdo discursivo que visa imprimir na Bahia uma marca de “estado minerador”, dotado de um potencial nesse campo que ainda não havia sido explorado adequadamente. Apesar de aparecer ainda de maneira assistemática e centralmente a partir dos agentes do Estado restrito, esse discurso vai ganhando forma e conteúdo, se apresentando de maneira mais organizada no período posterior, que se inicia em 2010, o qual será abordado na seção seguinte.

Por fim, vale ser mencionado, a respeito desse primeiro período, que se observa uma relativa fragilidade representativa do segmento ligado à exploração mineral no âmbito da sociedade civil, não sendo identificadas movimentações relevantes no sentido de pautar a política de Estado, o que diferencia esse período do posterior, quando há uma maior influência das entidades representativas e outras organizações no processo de realização de atividades e construção do referido discurso.

## 5.2 DISCURSO E AÇÃO DO ESTADO NA “BAHIA DE TODOS OS MINÉRIOS”

Algumas alterações, em certos casos relativamente sensíveis, marcam a organização do Estado no processo de condução da política de exploração mineral na Bahia a partir de 2010. Se no período anterior o que se destaca é o protagonismo quase que isolado das próprias agências do Estado restrito, a partir de então é possível identificar a presença de outros agentes e agências importantes, em especial no âmbito da sociedade civil. Além disso, outro aspecto a se destacar é a construção mais sistemática e organizada do discurso que busca caracterizar a Bahia como um Estado minerador, a “Bahia de Todos os Minérios”.

Nesse sentido, são apresentadas algumas dessas mudanças, demonstrando como há, paulatinamente, uma maior sistematicidade na construção do discurso e participação dos setores organizados da sociedade civil, vinculados aos interesses empresariais do setor de exploração mineral. São apresentadas, também, algumas iniciativas adotadas pelo setor empresarial em parceria com as agências e agentes do Estado restrito, no sentido de explicitar a ação do Estado durante o período analisado.

De início é importante mencionar, mesmo que pontualmente, a criação, em janeiro de 2010, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálico, Metais Nobres e Preciosos, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Magnesita do Estado da Bahia (SINDIMIBA), que tem como associadas as principais empresas mineradoras em atuação na Bahia. Uma caracterização mais sistemática do SINDIMIBA foi realizada no capítulo anterior, o que dispensa maiores informações aqui. Desse modo, o que se destaca é o seu surgimento, mesmo que não se observe um envolvimento inicial no processo de formulação e condução da política de exploração mineral na Bahia, algo que só aparece timidamente alguns anos após a sua criação, mas que ganha um caráter mais orgânico e sistemático, com atuação em diferentes frentes de representação desses interesses a partir de 2017, quando regulamentado junto ao Ministério do Trabalho, Emprego e Renda.

Posto isto, cabe avançar para a exposição sobre a construção da ideia da Bahia enquanto um “Estado minerador”, discurso que compõe de maneira significativa a atuação das agências do Estado restrito e dos setores dirigentes na sociedade civil ligados à mineração. Além da oferta de oportunidades de investimento, esse discurso reivindica uma certa “vocação natural” para a exploração mineral, transformando o desenvolvimento econômico num processo de caminho único, incontornável, sem considerar os interesses políticos e econômicos que orientam e condicionam as políticas de Estado. Esse discurso se faz presente desde 2007, mas aparecia de maneira assistemática nos pronunciamentos dos dirigentes do Estado e, a partir de 2010, ganha forma e conteúdo mais elaborados, inclusive com ações no sentido de maior difusão dessa perspectiva.

Um dos instrumentos utilizados para a construção desse discurso, que evidencia o esforço em caracterizar a exploração mineral como uma das atividades econômicas centrais na Bahia, foi o “Informativo Oportunidades”, que esteve em circulação entre os anos de 2010 e 2018, com publicação em formato impresso e digital, com versões em português e em inglês. Essa revista era produzida e divulgada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM), posteriormente Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), e apresentava, em diferentes edições, a oferta das oportunidades de investimento na Bahia e a construção do ideal de desenvolvimento associado à mineração. O que se observa é a relevância dada à temática da exploração mineral, que aparece pautada a partir do discurso de construção de um novo vetor de desenvolvimento, utilizando como argumento central a necessidade de desconcentração territorial da produção no estado.

Ao todo, entre 2010 e 2018, foram publicadas quinze edições, dentre as quais três tinham como capa temas relacionados à mineração e projetos que se relacionam diretamente com esse setor. A primeira edição, lançada em julho de 2010, teve como tema de capa “A Bahia nos trilhos: Ferrovia de Integração Oeste-Leste amplia os horizontes do Estado no caminho do desenvolvimento”. Foram dedicadas as primeiras vinte páginas do informativo para tratar do projeto da FIOLE e do Complexo Porto Sul, no qual são destacados, como setores que serão beneficiados diretamente pelo projeto, o agronegócio e a exploração mineral, com atenção especial para o projeto da mina Pedra de Ferro, no município de Caetité. Se pronunciam, ao longo da matéria, o presidente, à época, da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Walter Horita, e o vice presidente da Bamin, Clóvis Torres, que também era diretor do Centro das Indústrias do Estado da Bahia, presidente do Sindicato das Mineradoras do Estado e coordenador do Conselho para o Desenvolvimento Empresarial Estratégico da FIEB.

A edição de julho/agosto de 2013 teve como capa “Bahia: a riqueza da mineração”. Dedicada centralmente a apresentar a atividade de exploração mineral no Estado, esta edição aborda a diversidade mineral do subsolo baiano como um dos maiores potenciais do setor, tratando especificamente da produção de: vanádio, níquel, ferro, ouro e diamante. Na mesma seção se pronunciam os dirigentes das mineradoras responsáveis pela exploração desse conjunto de minerais, reforçando os argumentos já mencionados anteriormente sobre o papel da mineração na perspectiva de desenvolvimento em prática na Bahia. Se destaca, novamente, a importância dos projetos da FIOLE e do Porto Sul para o setor de exploração mineral, propagando a interiorização como vetor de desenvolvimento.

A capa da edição de abril/maio de 2016, que teve como título “Mapa da mina: Diamantes tipo exportação”, anunciava o início da exploração de diamantes em Nordestina, com relativo destaque para o tema, com o mesmo tom propagandístico da chegada do “desenvolvimento” ao município, da possibilidade de geração de empregos e renda, além dos significativo destaque às especificidades do tipo de diamante extraído na região, raro e valorizado no mercado internacional. Além da presença como tema central nessas três edições, em várias outras a questão da mineração tem espaço, a exemplo da edição de agosto/setembro de 2011, que aborda a mineração no semiárido (p. 62); a edição de julho/agosto de 2012 sobre a produção do granito azul (p. 61); a de maio/junho de 2014, a respeito da exploração do vanádio (p. 64); a de novembro/dezembro de 2016 sobre o mapeamento de 100% do território do Estado por parte da CBPM (p. 36).

Adicionalmente, em outras edições se observa a presença, como tema de capa, de outros bens oriundos da exploração mineral, mas que não compõem o escopo desta pesquisa. Na edição de novembro/dezembro de 2012, por exemplo, foi abordado o tema “Nas águas da Bahia”, em referência ao potencial do aquífero São Sebastião para a produção de bebidas. Além das matérias mencionadas, em diferentes edições estão presentes peças publicitárias que expressam o viés do discurso já mencionado:

Investindo em pesquisa, logística e infraestrutura, o Governo da Bahia conseguiu dar novo ritmo à mineração baiana. Especialmente em ouro, ferro, níquel, zinco e magnesita. No próximo ano, o Estado será o quarto maior produtor brasileiro em minérios. Conheça os novos levantamentos, estudos e laudos técnicos pelo [www.cbpm.com.br](http://www.cbpm.com.br). Interagindo com a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, você vai descobrir o verdadeiro mapa da mina, o caminho das oportunidades<sup>67</sup>.

A ação mais sistemática observada a partir de 2010 não se limitou à difusão dessa perspectiva de desenvolvimento através dos materiais escritos. Outras ações também foram realizadas com o intuito de formulação e articulação política desse segmento, algumas das quais são apresentadas aqui.

Entre os dias 07 e 09 de junho de 2010, foi realizado em Salvador, capital baiana, o I Congresso Internacional de Direito Minerário. A organização deste evento contou com a parceria entre o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e o Ministério de Minas e Energia (MME), com o apoio do Governo do Estado através da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. A presença do IBRAM como um dos organizadores chama a atenção, tendo em vista que o Instituto não se fazia presente em atividades no estado no período anterior, e essa atuação vai se tornando mais recorrente a partir de então.

A temática abordada no evento também é um elemento que deve ser observado, considerando a sua relevância, em especial para investidores deste setor, diante da relativa expansão que ocorreu a partir do início dos anos 2000. A discussão contou com diferentes representações durante os debates, ligadas ao setor privado, ao Estado, à academia e consultorias especializadas. Uma das questões que marcaram o evento passa pela discussão sobre o marco

---

67 OPORTUNIDADES. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Governo da Bahia. p. 2. set./ out. 2011.

regulatório da mineração que, à época, estava em fase preliminar de debate. Na oportunidade, a declaração dada pelo então governador afirmava que:

Estamos num processo muito grande de aceleração, através da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e de regras claras e por meio do investimento em prospecção geológica nós ampliamos em diversos tipos de minério e, rapidamente, podemos assumir o terceiro lugar entre os estados produtores. É claro que a realização do congresso é estimulante, pois é também um reconhecimento da Bahia nesse processo. É importante que aqueles que querem produzir encontrem facilidades sem muitas demandas judiciais<sup>68</sup>.

Ao mesmo tempo que apresenta, em seu pronunciamento, a importância da ação da CBPM, Jaques Wagner demarca pautas importantes de interesse direto dos investidores deste setor. A questão da “demanda jurídica” mencionada por ele reflete justamente o compasso geral de avanço da desregulamentação desse tipo de atividade, que permite menor tempo de maturação dos investimentos, seguindo o ritmo das movimentações típicas dos investimentos no mercado financeiro, reduzindo ao máximo os riscos para acionistas.

A segunda edição deste congresso foi realizada em 2012, também em Salvador, entre os dias 02 e 04 de maio. A realização ficou a cargo do IBRAM, do Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e da Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio do Governo do Estado da Bahia, através da SICM e da CBPM. Segundo consta em matéria publicada no site da própria Secretaria:

Durante o evento, o público teve acesso a uma visão ampla da mineração internacional e de temas jurídicos que envolvem a atividade no Brasil e nos demais países, desde a legislação ambiental passando pelo debate sobre o Código Florestal, novo marco regulatório, sem deixar de tratar as questões dos royalties, mineração em terras indígenas, saúde e segurança ocupacional e as oportunidades da atividade mineral no mar<sup>69</sup>.

Se observa, entre as temáticas debatidas, a forte expressão dos interesses empresariais desse segmento, pautando questões que estão na ordem do dia no embate entre grupos e povos e comunidades tradicionais e a expansão das atividades do agronegócio e de exploração

---

68 BAHIA sedia 1º Congresso Internacional de Direito Minerário. **O Portal Oficial do Estado da Bahia**. 7 jun. 2010. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2010/06/noticias/mineracao/bahia-sedia-1o-congresso-internacional-de-direito-minerario/>. Acesso em: 23 set. 2021.

69 SEGUNDA edição do Congresso de Direito Minerário supera anterior. **Estado da Bahia**. 4 maio 2012. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2012/05/04/segunda-edicao-do-congresso-de-direito-minerario-supera-anterior/>. Acesso em: 14 mar. 2021

mineral. A questão do novo marco regulatório para a mineração, por exemplo, ocupou parte relevante da agenda de debates e articulações na Bahia, mobilizando agências e agentes do Estado no sentido de pautar e garantir os interesses desse segmento na nova regulamentação. Nos dias 15 e 16 de setembro de 2011, ano em que foi encaminhada pelo executivo o Projeto de Lei e se iniciou a discussão sobre o novo marco na Câmara Federal, a Bahia sediou o evento organizado pela Associação Nacional dos Municípios Produtores (Anamup), denominado segundo “Ciclo Anamup de Fóruns Regionais dos Municípios Mineradores”, que ocorreu em Salvador, reunindo gestores municipais, secretários e autoridades envolvidas no processo de extração mineral em diferentes territórios. O evento teve como patrocinadores CBPM, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Sebrae, Desenhahia, Sertenge, Votorantim Cimentos, IBRAM, FGMaiss e FIEB, além do apoio de outras instituições das regiões Norte e Nordeste.

Já em 2013, no dia 27 de setembro, foi encaminhada à Comissão Especial da Câmara, responsável pelo Projeto de Lei do Novo Marco Regulatório, um documento intitulado “Carta da Bahia”, contendo propostas do setor a serem incorporadas na nova regulamentação em debate. Essa carta foi fruto de um encontro realizado na sede da FIEB.

Participaram do encontro, empresários do setor, presidentes de sindicatos, representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), além do deputado federal Luiz Argôlo e um representante do deputado federal Luiz Alberto, ambos integrantes da Comissão Especial que avalia o projeto<sup>70</sup>.

Esses elementos mostram como avançou o processo de articulação e reconhecimento da necessidade de ação conjunta dos diferentes agentes para que fossem garantidos os interesses desse segmento nos diferentes espectros da estrutura do Estado.

A ação organizada desse segmento avançou também na construção de orientação para a atuação do Serviço Social da Indústria (SESI-Bahia), buscando melhoria das práticas de segurança do trabalho e no processo de formação de mão de obra. Em 2014 foi organizado um evento com a participação da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Companhia Baiana de Pesquisa

---

70 NOVO marco regulatório da mineração é discutido na FIEB. **Estado da Bahia**. 12 set. 2013. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2013/09/12/novo-marco-regulatorio-da-mineracao-e-discutido-na-fieb/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Mineral (CBPM), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Arranjo Produtivo Local de Base Mineral da Bahia (APL Bahia), além de oito Diretorias Regionais de outros Estados do Sesi e o Departamento Nacional do Sesi. A partir desse encontro foi elaborado um documento com orientações estratégicas para a atuação do Sesi no sentido de fortalecer pontos de fragilidade do segmento de mineração.

No ano de 2015 houve alteração no governo. Após oito anos de mandato de Jaques Wagner, o Partido dos Trabalhadores venceu novamente a eleição, quando assumiu o governador Rui Costa. A trajetória política no âmbito institucional do então governador tem como destaque sua eleição, em 2004, ao legislativo municipal de Salvador, no qual permaneceu até janeiro de 2007, quando se licenciou para assumir a Secretaria de Relações Institucionais (SERIN) no governo de Jaques Wagner. Permaneceu como secretário até 2010, quando foi eleito deputado federal pela Bahia, atuando entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012, quando assumiu novamente a função de secretário no governo do estado da Bahia, desta vez na Casa Civil da Bahia, na qual permaneceu até 2014.

Apesar de ter se alterado o governador e parte da composição do governo, a linha política adotada para o setor de exploração mineral não sofreu inflexões, mantendo-se o avanço das articulações que se mostraram cada vez mais orgânicas entre os setores da sociedade civil e do Estado restrito. Além disso, a própria concretização dos projetos estruturantes para esse segmento começa a ocorrer, o que no período anterior esteve mais no campo discursivo e propagandístico.

Em reunião com o secretário estadual de Meio Ambiente, Eugênio Spengler, no dia 23 de abril, representantes da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do setor de mineração debateram questões que impactam diretamente no licenciamento ambiental de projetos do segmento, a exemplo da norma técnica de mineração; o requerimento de pesquisa mineral sem guia de utilização para supressão de vegetação; a operacionalização do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos; e a constituição da Comissão Técnica de Garantia Ambiental para a área de mineração<sup>71</sup>.

Como se observa no trecho acima, as articulações e a ação do Estado continuaram a ocorrer dando segmento ao avanço dessa política. Ressalta-se, ainda, que o ex-governador Jaques

---

71 FIEB apoia pleitos do setor de mineração junto à SEMA. **Estado da Bahia**. 28 abr. 2015. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2015/04/28/fieb-apoia-pleitos-do-setor-de-mineracao-junto-a-sema/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Wagner, ao deixar o cargo assumiu a função de Ministro da Defesa, entre janeiro e outubro de 2015, quando passou a ocupar o Ministério da Casa Civil, permanecendo até março de 2016. Após a sua saída, assumiu, até o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república, em maio de 2016, o cargo de Ministro Chefe do Gabinete Pessoal da Presidência da República. Em janeiro de 2017 ele passa a compor o governo estadual novamente, na condição de Secretário de Desenvolvimento Econômico, no qual permanece até 2018, quando foi eleito senador.

Seguindo os “trilhos” de como se desenvolveram as relações para a garantia do avanço da exploração mineral na Bahia, pouco tempo depois da chegada de Wagner à SDE, em fevereiro de 2017, se iniciou o processo de elaboração da Política Mineral para a Bahia. A esse respeito, é importante destacar que não significa que não houvesse uma política em curso para esse setor, o fato é que se pretendeu dar um passo adiante, que nesse caso se trata da formalização desta política junto ao Estado, com processo de escuta e articulação entre os diferentes segmentos do empresariado ligado à exploração mineral, com vistas à construção de uma perspectiva de longo prazo.

Essa iniciativa foi adotada pela SDE, em conjunto com a CBPM, a partir da criação de um grupo de trabalho compartilhado entre esses dois órgãos. A formalização dessa política tinha como objetivo a ampliação da oferta de oportunidades ligadas à essa atividade. No dia 30 de março de 2017 foi realizado o primeiro debate sobre a construção dessa política, do qual participaram representantes da SDE, FIEB, sindicatos empresariais ligados à mineração na Bahia e dirigentes de empresas como Bamin e Vanádio Maracás<sup>72</sup>. A partir desse e de outros encontros, em julho desse mesmo ano a proposição formatada por esse grupo de trabalho foi apresentada em evento realizado na FIEB, no dia 12, contando com a presença de representantes do IBRAM, FIEB, SDE, CBPM, além de geólogos e outros segmentos interessados na proposição.

Na oportunidade, o então secretário Jaques Wagner afirmou que “A variedade da geologia da Bahia é muito grande. A construção da política da mineração é um esforço, que envolve o diálogo com os envolvidos no segmento mineral. O objetivo é ampliar o debate e construir

---

72 POLÍTICA Mineral é tema de debate na SDE. **O Portal do Estado da Bahia**. 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2017/03/noticias/industria/politica-mineral-e-tema-de-debate-na-sde/>. Acesso em: 18 abr. 2021.



uma política inclusiva para que todos sejam beneficiados”<sup>73</sup>. A respeito das temáticas abordadas, o que noticiou o site oficial do governo do estado é que:

Foram discutidos nos debates técnicos, realizados na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a necessidade de melhorias na infraestrutura, com ferrovias, rodovias e portos; mais agilidade nos licenciamentos ambiental e mineral; legislação, financiamentos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico, inovação, tributação e impactos ecológicos e econômicos. O planejamento vai regulamentar o setor no estado até 2035<sup>74</sup>.

Nos anos seguintes a ação do Estado continuou a avançar na mesma perspectiva. Em 2019, no dia 14 de agosto, a Bahia sediou o I Fórum Internacional de Inovação e Sustentabilidade na Mineração, realizado pela CBPM em parceria com a Secti, patrocinado pelo SINDIMIBA e empresas ligadas à mineração, além do apoio do Jornal Correio, FIEB e Sudene. Esse evento foi marcado pela presença de diversas representações, tanto de agências do Estado restrito como de empresas e outros segmentos interessados.

Segundo consta na edição especial do Jornal Correio, que tratou sobre o evento, o presidente da CBPM apresentou aos representantes do governo federal um documento contendo onze pontos importantes para o avanço da exploração mineral na Bahia, que passam pela disponibilização de resultados de estudos geológicos; estabelecimento de um Programa Decenal de Estudos e Pesquisas Metalogenéticas e Depósitos Mineraiis; disponibilização de cursos para formação de mão de obra para a mineração; estabelecimento de parcerias e acordos com universidades e outros órgãos para ações de inovação; agilidade na publicação de Planos de Aproveitamento Econômico e de Portaria de Lavra; implantação de infraestrutura para viabilizar extração; avanço nos projetos FIOL e Porto Sul; implantação de Fundos no mercado financeiro nacional para pesquisa e lavra; apoio à criação do Hub de Mineração na Bahia e apoio à rearticulação do sistema das empresas estaduais de mineração.

Em 18 de dezembro deste mesmo ano, a CBPM deu um passo significativo nesse processo de articulação, criando um evento periódico denominado “CBPM Convida”. Essa atividade consiste na realização de palestras e debates com a participação de convidados, em sua maioria dirigentes das empresas mineradoras, de entidades empresariais, ou agências do

---

73 BAHIA inicia elaboração de Política de Mineração. **O Portal do Estado da Bahia**. 12 jul. 2017. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2017/07/noticias/desenvolvimento/bahia-inicia-elaboracao-de-politica-de-mineracao/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

74 Idem.

Estado ligadas à exploração mineral. Na primeira edição, por exemplo, foram convidados o presidente da Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa), Márcio Lopes, e o Diretor de Operações da Mineração Caraíba, Manoel Valério<sup>75</sup>.

Em janeiro de 2020 esse evento passou a ser organizado em parceria com o IBRAM, sendo denominado “CBPM e IBRAM Convidam”, mantendo o mesmo objetivo de reunir empresários e segmentos interessados na exploração mineral na Bahia. Segundo informações divulgadas pela própria CBPM:

O acordo entre CBPM e IBRAM é um dos frutos gerados com a visita dos diretores do instituto à Bahia no último dia 8 de janeiro. Na ocasião, participaram da edição de janeiro do CBPM Convida, além de Penido, o diretor de relações governamentais, Rinaldo Mancin e o diretor de relações com associados e municípios, Alexandre Valadares<sup>76</sup>.

No primeiro evento após o acordo de realização conjunto, em 05 de fevereiro de 2020, foram convidados o presidente da RHI Magnesita, Francisco Carrara, e o presidente da Fosnor, Ricardo Neves. Além dos debates, na oportunidade:

Flávio Penido e o diretor-presidente da CBPM, Antonio Carlos Marcial Tramm, assinaram acordo de cooperação técnica para atuarem em conjunto em ações voltadas à consolidação da indústria da mineração na Bahia. O acordo prevê várias ações, como promoção de eventos; promover intercâmbio de informações sobre o setor; apoiar os municípios mineradores em metas relacionadas à melhoria da infraestrutura, do desenvolvimento socioeconômico, qualidade de vida, preservação do meio ambiente; implantar o Hub da Mineração da Bahia, a exemplo do que existe em Belo Horizonte (MG)<sup>77</sup>.

Diante do conjunto de restrições de circulação em função da pandemia de Covid-19, que teve seu ponto inicial no Brasil em março de 2020, a realização desses eventos de forma presencial foi afetada, sendo este transferido para o ambiente virtual, mantido o mesmo perfil de

---

75 CBPM Convida começa hoje na Bahia com ênfase na mineração. **IBRAM Mineração do Brasil**. 18 dez. 2019. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/cbpm-convida-comeca-hoje-na-bahia-com-enfase-na-mineracao/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

76 CBPM e IBRAM firmam parceria para organização de eventos com empresários da mineração baiana. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**. 24 jan. 2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/cbpm-e-ibram-firmam-parceria-para-organizacao-de-eventos-com-empresarios-da-mineracao-baiana/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

77 BAHIA apresenta excelentes oportunidades para expandir mineração legalizada. **IBRAM Mineração do Brasil**. 05 fev. 2020. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/bahia-apresenta-excelentes-oportunidades-para-expandir-mineracao-legalizada/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

participação dos segmentos empresariais. A partir dessa nova formatação, se destaca outro elemento importante, que é a presença, nessa parceria, da revista *In The Mine*, especializada em negócios ligados à exploração mineral.

Nesse ínterim, outra articulação cabe ser mencionada, que revela uma aproximação entre o IBRAM, CBPM e representantes da Bolsa de Valores de Toronto, Canadá. A presença do capital canadense na exploração mineral na Bahia foi demonstrada no capítulo II, o que ressalta a importância dessas negociações que expressam o interesse em aprofundar pesquisas e investimentos na Bahia. Durante a presença do presidente do IBRAM na Bahia, na realização do evento em janeiro de 2020, esse aspecto apareceu, como afirmou o próprio Penido à época "Estamos indo para o Canadá em março para tentar viabilizar parcerias que criem uma bolsa de investimento em pesquisa geológica no Brasil"<sup>78</sup>.

Um dos desdobramentos dessa articulação foi a realização de uma reunião, no dia 06 de agosto de 2020, entre a CBPM e o diretor na América do Sul da *Toronto Stock Exchange*<sup>79</sup> (TSX), Guillaume Légare. A proposta que se desenhou nessa articulação foi a de abertura do capital da CBPM, com o intuito de ampliar a captação de recursos para investimento em pesquisa mineral na Bahia. A esse respeito, o presidente da CBPM, Antônio Carlos Tramm, afirma ser um caminho possível. "Nós temos direitos minerários de mais de 200 áreas no estado. Para fazer pesquisa em todas elas precisamos de mais gente, mais estrutura. O mercado de ações poderia ser uma opção para financiar a empresa sem onerar o Estado"<sup>80</sup>.

Nessa mesma reunião, o representante da TSX apresentou à CBPM proposta de assinatura de um memorando colaborativo, em que se estabelece o compromisso de ampliação dos investimentos na exploração mineral na Bahia. Esse é um instrumento semelhante ao acordo

---

78 MINERAÇÃO brasileira busca parceria com Canadá para financiar pesquisas. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**. 9 jan.2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/mineracao-brasileira-busca-parceria-com-canada-para-financiar-pesquisas/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

79 Bolsa de Valores de Toronto.

80 CBPM discute mineração brasileira e bolsa de Toronto com representante da entidade. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**. 11 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/cbpm-discute-mineracao-brasileira-e-bolsa-de-toronto-com-representante-da-entidade/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

firmado entre a TSX e o IBRAM, na oportunidade do referido encontro, ocorrido em março, no Canadá<sup>81</sup>.

Pouco tempo depois, no dia 07 de outubro de 2020, foi realizada mais uma edição desse evento, então denominado “CBPM e In The Mine Convidam”, que teve como temática a capitalização das mineradoras que atuam no Brasil através da listagem na Bolsa de Valores, tendo como exemplo a experiência da TSX. Como divulgado pela própria *In The Mine*:

O painel foi mediado por Tébis Oliveira, editora de Novos Projetos da revista *In the Mine*, e contou com a participação de Antônio Carlos Tramm, diretor-presidente da CBPM, de Alexandre Vidigal, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério de Minas e Energia (MME) e de Guillaume Legaré, diretor da Bolsa de Valores de Toronto (Toronto Stock Exchange – TSX), no Canadá.

O painel contou ainda com Manoel Valério de Brito, diretor de Operações da Mineração Caraíba, produtora de cobre; Paulo Misk, presidente e CEO da Largo Resources, que opera a mina de vanádio Maracás Menchen; Eduardo Ledsham, CEO da Bahia Mineração – Bamin, produtora de minério de ferro; Milson Mundim, CFO da Atlantic Nickel, empresa do fundo de investimentos Appian Capital, que possui a mina de níquel Santa Rita; e Carlos Paranhos, diretor de Exploração da Equinox Gold no Brasil, cujo portfólio inclui as minas de ouro Aurizona, Riacho dos Machados (RDM), Fazenda e Pilar.<sup>82</sup>

Posteriormente foram realizadas novas edições do evento, pautando diversas questões que são de interesse do segmento empresarial ligado à exploração mineral. Além disso, outras articulações que passaram por segmentos da sociedade civil e do Estado restrito fizeram parte desse processo histórico, que tem na exploração mineral um dos principais vetores para o crescimento e interiorização da produção. O processo de aproximação entre esses segmentos ajuda a evidenciar o conjunto de movimentações que estão por trás dessa expansão da exploração mineral na Bahia. Isso auxilia a reforçar o argumento de que o avanço dessa atividade, bem como o perfil que ela assumiu, caracterizado pela forte presença do capital estrangeiro e com destinação da produção para a exportação, são resultado de um conjunto de

81 CBPM discute mineração brasileira e bolsa de Toronto com representante da entidade. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**. 11 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/cbpm-discute-mineracao-brasileira-e-bolsa-de-toronto-com-representante-da-entidade/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

82 EXECUTIVOS falam da mineração na bolsa de valores. **In the Mine**. 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/executivos-falam-da-mineracao-na-bolsa-de-valores/#:~:text=EXECUTIVOS%20FALAM%20DA%20MINERA%C3%87%C3%83O%20NA%20BOLSA%20DE%20VALORES,-Tebis%20Oliveira%20outubro&text=Realizada%20em%207%20de%20outubro,atrav%C3%A9s%20da%20bolsa%20de%20valores>. Acesso em: 15 dez. 2021.

articulações políticas, que garantem o interesse econômico de diferentes segmentos ligados à exploração mineral.

A reconstrução desse processo auxilia também no exercício de compreensão dos possíveis caminhos que serão trilhados no próximo período por parte desses grupos ligados aos interesses empresariais do setor mineral na Bahia. O que permite, também, a construção de uma agenda de pesquisa que possa monitorar e tentar articular “contra tendências” para esses movimentos seja anulando ou mesmo reduzindo os impactos negativos dessa perspectiva em prática.

### 5.3 “ME DÊ MOTIVO, PRA IR MORAR EM OUTRO LUGAR”: EXPLORAÇÃO MINERAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E GERAÇÃO DE CONFLITOS NA BAHIA

Me dê motivo  
Para ir morar em outro lugar  
Me dê motivo, pra deixar meu país pra lá  
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa  
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar  
junto!

Elza Soares

Partindo dos aspectos apresentados anteriormente sobre o avanço da exploração mineral na Bahia, das articulações e ação do Estado no sentido de viabilizar essa expansão, é importante discorrer, mesmo que panoramicamente, sobre os impactos que esse processo tem causado nos territórios em que ocorre a exploração mineral. Apesar desses conflitos não constarem no discurso dos agentes e agências do Estado, seus desdobramentos nos diferentes territórios não podem ser ignorados, os quais revelam parte das contradições que são inerentes à essa perspectiva de desenvolvimento, que aprofunda os problemas de uma economia inserida historicamente de maneira dependente. A construção da ideia de que esse “vetor de desenvolvimento” tem levado melhorias associadas à geração de emprego e renda no interior da Bahia, desconsidera e tenta escamotear um conjunto de implicações negativas oriundas dessa atividade, ou seja, o discurso construído destoa significativamente da realidade evidenciada nesses territórios.

De início, serão apresentados alguns aspectos mais gerais ligados à geração de conflitos e violação de direitos em decorrência da mineração, demonstrando como essa é uma

característica marcante desse tipo de atividade, considerando diferentes escalas territoriais. Em seguida, serão observados alguns casos específicos que expressam como esses conflitos se estabelecem na Bahia, de uma forma que possibilite contrastar essa realidade com o discurso e a ação das agências e agentes do Estado.

De modo geral, as atividades primárias quando operadas em larga escala, como no caso brasileiro, são marcadas pela geração de conflitos das mais variadas origens, tendo em vista que exigem o uso extensivo e intensivo da terra, da água e demais recursos naturais, sejam estes finitos ou não. Além disso, a expansão dessa atividade afeta as relações sociais estabelecidas nesses territórios, impactando negativamente na qualidade de vida das populações que historicamente fazem uso desses recursos.

Do ponto de vista internacional, a América Latina é um exemplo singular dessa questão, considerando que a partir da ampliação dos investimentos na exploração mineral nos países dessa região, por exemplo, também se observa uma elevação significativa nos conflitos estabelecidos. Segundo o Observatório de Conflitos Minerários na América Latina, essa é a região que mais registra conflitos decorrentes dessa atividade no mundo, os quais se estendem do México até a Argentina, com ocorrências em quase todos os países<sup>83</sup>.

Na esfera nacional, desde 2011 os conflitos relacionados à mineração têm aumentado no Brasil, como aponta o “Caderno de Conflitos no Campo”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

A curva dos conflitos deflagrados por mineradoras e garimpeiros vem sendo ascendente, com pico em 2019, quando foram registradas 283 ocorrências. Dessas, 201 se deram em conflitos por água e 82 em conflitos por terra. O ano de 2020 foi o segundo com mais conflitos na última década, contabilizando 242 ocorrências de conflitos envolvendo a mineração – 143 em conflitos água e 99 em conflitos por terra. A partir de 2015, o número de conflitos esteve acima da média anual de 154,1 ocorrências (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2020, p. 165).

Os dados da CPT também revelam que as mineradoras foram as maiores responsáveis, em 2020, pela deflagração de conflitos por água no Brasil, contabilizando 141 conflitos, o que

---

83 CONFLICTOS mineros en América Latina. **Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina**. Disponível em: [https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal\\_db-v2/](https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/). Acesso em: 25 jan. 2022.

equivale a 40,2%. Grande parte desses conflitos foi gerada pela ação das grandes mineradoras, em especial as internacionais.

Utilizando uma metodologia mais abrangente, que incorpora também os conflitos mapeados pela CPT, o relatório “Conflitos da Mineração no Brasil 2020”, publicado pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, registrou 823 ocorrências de conflitos em todo o país, que envolveram ao menos 1.088.012 pessoas. O relatório revela também que, entre as 27 unidades da federação, foram registrados conflitos relacionados à mineração em 25 delas no ano de 2020. Entre essas unidades federativas, o estado de Minas Gerais ocupa a primeira posição no ranking, registrando 381 ocorrências, o que corresponde a 45,8% do total, seguido do estado do Pará, com 132 casos (14,9%), e da Bahia, que ocupa a terceira posição com 81 casos, representando 9,8%<sup>84</sup>.

Ainda em termos comparativos entre os diferentes estados da federação, é importante mencionar as reações empreendidas, por parte dos povos e populações afetados, diante dos diferentes caso de violação de direitos, sobre os quais o relatório aponta que:

Em 2020, foram mapeadas 121 reações diretas às violações, que envolveram manifestações, cartas públicas, bloqueio de vias, ocupação etc. Os estados que reuniram o maior número de conflitos e ocuparam as primeiras posições foram Minas Gerais, Pará e Bahia. Minas Gerais concentrou 55 reações (45,5%), Pará, 25 (20,7%) e Bahia, 16 (13,2%) (COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO, 2020, p. 9).

No que se refere ao perfil dos grupos sociais afetados pelos desdobramentos da expansão da exploração mineral, o relatório aponta os que sofreram maior impacto: os pequenos proprietários rurais, com 14,8% das ocorrências; trabalhadores das mineradoras, com 12,2%; ribeirinhos, com 10%; e indígenas, com 9,8%. Além desses grupos que ocupam as quatro primeiras posições em ocorrências, o relatório destaca que:

Outro grupo relevante são os Quilombolas, que estiveram em 43 conflitos, totalizando 47 ocorrências, e englobando ao menos 20.800 pessoas. Em

---

84 COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Conflitos da Mineração no Brasil 2020**. Relatório Anual. 2021. Disponível em: [http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/09/Conflitos-da-Minerac%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil\\_\\_2020-F.pdf](http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/09/Conflitos-da-Minerac%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil__2020-F.pdf). Acesso em: 13 jan. 2022.

2020, os conflitos entre quilombolas e empresas estavam presentes em sete estados: Bahia, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Alagoas, Goiás e Mato Grosso. Com Bahia concentrando 37,2% dos conflitos, seguido de Minas Gerais (30,2%) e Pará (20,9%).

Ao menos 14 empresas estavam envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras eram Lipari Mineração Ltda (27,9%), Vale S.A. (20,9%), Hydro (13,9%), Anglo American (6,9%) e Bahia Mineração (4,6%). Os minerais mais representativos dos conflitos são minério de ferro (37,2%), diamante (27,9%) e bauxita (13,9%) (COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO, 2020, p. 9).

Esse conjunto de dados referentes ao ano de 2020 demonstram o que já havia sido afirmado a respeito do caráter conflituoso da exploração mineral. Do mesmo modo, isso se reafirma nas palavras do dirigente do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Beniézio Eduardo Carvalho (Beni), em entrevista concedida ao site do MAM, que além de abordar o aspecto conflitivo do modelo mineral, aponta também o componente racial desses impactos.

A mineração, é conhecida na história como a “indústria de moer gente”, sendo que no Brasil ela se estrutura na mistura de muita lama e sangue, especialmente do povo preto. E no atual momento, diria que estamos vivendo a face mais violenta do capital mineral, pois o modo de produção capitalista somente amplia a necessidade de produção e realização das mercadorias. Neste caso, e tendo como base estrutural da sociedade moderna para além do trabalho – a terra, a água, o petróleo e o minério – o movimento do capital atua com vista no aprofundamento do saque da natureza. Por exemplo, a intensidade da exploração mineral brasileira não corresponde a um movimento para atender as necessidades da sociedade, mas para transformar em riqueza para algumas famílias<sup>85</sup>.

Os conflitos decorrentes da expansão da mineração estão ligados, em sua maioria, ao uso e contaminação da água e do solo, disputa pela terra e violação de direitos, que se desdobra na redução da qualidade de vida das populações e povos que historicamente ocupam os territórios sobre o qual avança essa atividade e na degradação da força de trabalho vinculada a ela.

O caso específico da Bahia, quando observado no conjunto dos estados da federação, ocupa um lugar de destaque no registro dessas ocorrências, marcado por alguns traços específicos do

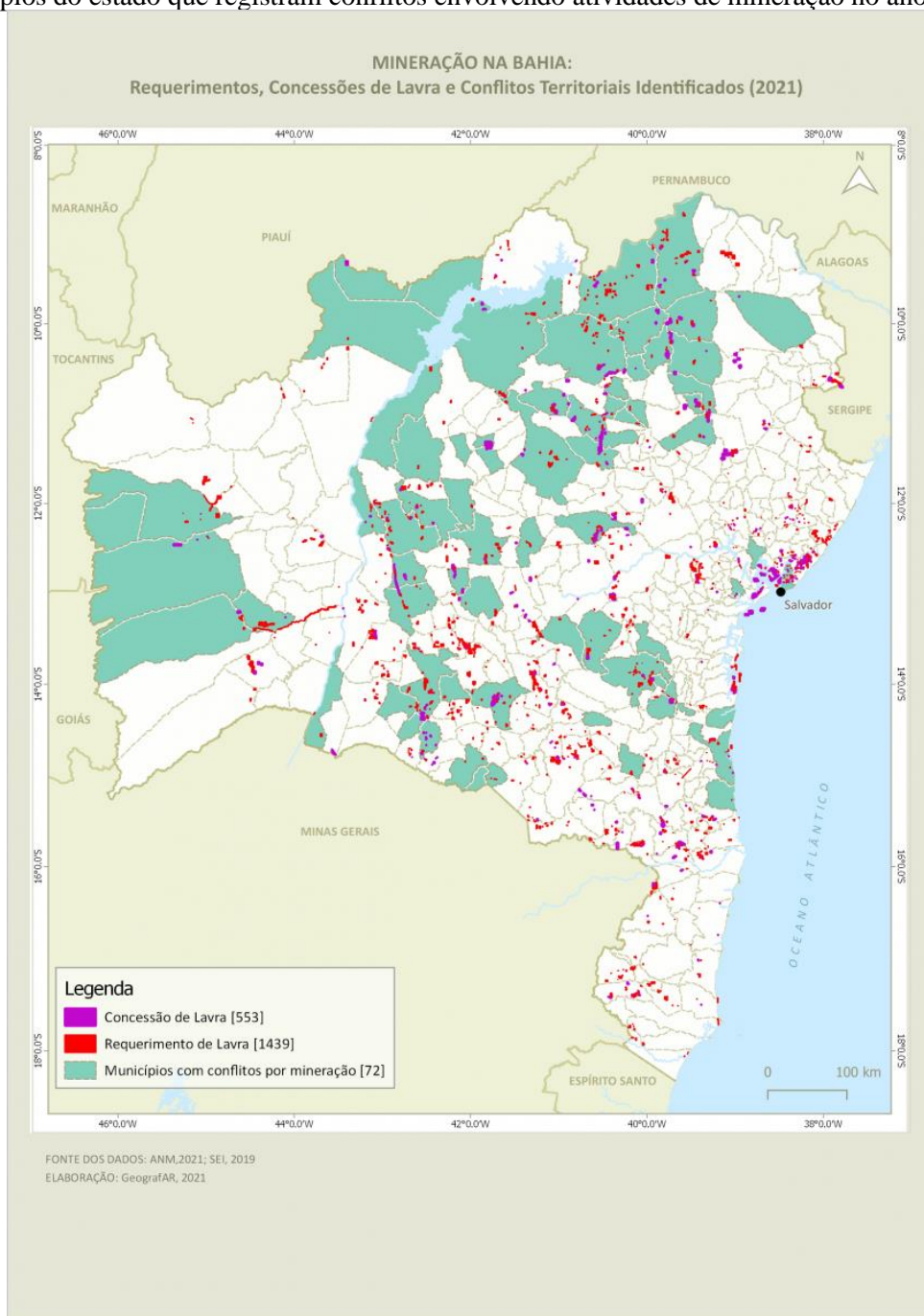
---

85 CARVALHO, Beniézio Eduardo. “O modelo de mineração se sustenta na violência e na negação da democracia para garantir o saque”, alerta dirigente do MAM na Bahia. Entrevista concedida ao MAM. **MAM Nacional**. 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2018/04/02/esse-modelo-de-mineracao-se-sustenta-na-violencia-e-na-negacao-da-democracia-para-garantir-o-saque-alerta-dirigente-do-mam-na-bahia/>. Aceso em: 21 jan. 2022.



tipo de exploração que ocorre em seu território, bem como pela ocupação histórica dos mesmos. A figura 3 auxilia na visualização desse aspecto, expressando a correlação entre as concessões de lavra emitidas e o registro de conflitos. Ou seja, grande parte dos municípios que obtiveram concessão de lavra emitida também registra conflitos, o que demonstra também, quando observado o número de requerimentos de lavra, uma tendência à expansão dos conflitos no território do estado.

Figura 3 - Distribuição territorial dos requerimentos e concessões de lavra emitidos na Bahia e os municípios do estado que registram conflitos envolvendo atividades de mineração no ano de 2021



Nesse sentido, é importante ajustar um pouco o foco e aproximar o olhar sobre alguns desses conflitos de maneira mais detida, buscando ao menos sua caracterização inicial para uma compreensão da profundidade do problema. Para tanto, serão observados quatro desses conflitos, que dizem respeito à presença de parte das empresas analisadas nesta pesquisa em diferentes municípios. Três deles estão associados ao projeto estruturante ligado a esse setor, que passa pela operação da mina Pedra de Ferro, em Caetité, bem como pela construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e do Complexo Porto Sul. O quarto se trata da mina Braúna, ligada à exploração de diamantes no município de Nordestina.

Ao se debruçar sobre essa questão na Bahia, Antonino (2019) mobiliza a categoria território para compreender os aspectos conflituosos decorrentes da exploração mineral, apresentando duas formas de operacionalização desse conceito, a partir da ideia de território terra-abrigo e de território extrativo-mineral. De maneira sintética, ele diferencia e caracteriza esses territórios a partir de seus usos, definindo que:

A atividade extrativista apropria-se dos recursos e compõem um uso do território a seu modo (território extrativo-mineral), o que coloca em disputa diferentes grupos sociais, já que os territórios terra-abrigo estavam estabelecidos anteriormente; envolvendo relações de classe, de poder e de direitos, somando-se a isso, também, a dimensão de cunho multiescalar (ANTONINO, 2019, p. 51).

Associado à ideia do território extrativo-mineral, Antonino (2019) aciona, centralmente, as formulações de Harvey (2005), referentes à acumulação por espoliação, e Gudynas (2009), a respeito das amputações territoriais. Em síntese, essas interpretações compreendem os resultados da exploração mineral como uma ação degradante de diferentes maneiras, como formas de apropriação territorial que, no caso da Bahia, vulnerabilizam os povos e comunidades tradicionais a partir de um conjunto de violações de direitos, além de submeter também os trabalhadores dessas empresas a condições de trabalho inseguras e de extrema dilapidação. Dessa forma, o aspecto conflitivo se deve às diferentes perspectivas de uso desses territórios, que colocam em confronto os interesses divergentes, sendo que se tem prevalecido os vinculados ao grande capital ligado à mineração.

Para abordar os diversos casos mapeados na Bahia, Antonino (2019) divide os territórios extrativo-mineral a partir das experiências do passado, as quais já se exauriram e deixaram suas marcas das “amputações”; do presente, que estão em funcionamento e com conflitos

estabelecidos; e os do futuro, aqueles que mesmo sem ter iniciado o processo de extração já registram ocorrências de conflitos, os quais tendem a se aprofundar no próximo período.

Entre os conflitos do presente se encontram envolvidas grande parte das empresas mineradoras abordadas nesta pesquisa, tais como Mineração Caraíba, em Jaguarari; Yamana Gold, em Jacobina; Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa), em Campo Formoso; e de maneira mais pontual se refere à Magnesita S/A, em Brumado; Mirabela, em Itagibá; Yamana Gold em Santa Luz e Barrocas; Vanádio Maracás, em Maracás, dando uma ênfase aos conflitos estabelecidos no caso da intervenção da Lipari Mineração, no município de Nordestina. Ou seja, entre os conflitos mapeados por Antonino (2019) se encontram quase todas as mineradoras abordadas na presente pesquisa, incluindo também o caso da Bamin, no município de Caetité, que foi enquadrado como território extrativo-mineral do futuro.

Com o intuito de demonstrar um pouco das contradições da perspectiva de desenvolvimento em curso na Bahia e contrapor ao discurso construído no âmbito do Estado, que se pauta no estímulo à expansão da exploração mineral, serão abordados alguns desses conflitos observados a partir de dois dos grande motes propagandísticos do Governo, a Bamin e a Lipari Mineração. Essa escolha se deve ao fato de serem, entre os projetos analisados nesta pesquisa, os que tiveram implementação no período mais recente, com operação a partir de 2015, no caso da extração de diamantes em Nordestina, e a ser iniciada de maneira efetiva no caso da exploração de minério de ferro em Caetité.

Além disso, essas experiências compõem, em certa medida, as peças propagandísticas do setor de mineração na Bahia como novos empreendimentos que geram melhorias para as populações desses municípios. No caso da Bamin, além do controle do projeto Pedra de Ferro, em Caetité, se destaca também o controle do trecho da FIOLE entre Caetité e Ilhéus, bem como a concessão do Terminal de Uso Privativo no Porto Sul.

### **5.3.1 A mina Pedra de Ferro, Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul**

Como foi apresentado anteriormente, um dos projetos de maior relevância na ação do Estado na Bahia, ligado à mineração, é o que que passa pela exploração de minério de ferro em Caetité, na mina Pedra de Ferro, pela construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOLE), que liga o município de Figueirópolis, no Tocantins, ao litoral baiano no município de

Ilhéus, onde se encontra a terceira iniciativa que é o Porto Sul, em Aritaguá. Esses três empreendimentos estão interligadas e se associam ao mesmo conjunto de interesses empresariais e seu avanço se revelou como um dos maiores deflagradores de conflitos na Bahia, que se estendem ao longo da ferrovia e nos entornos da mina e do porto.

Para facilitar a compreensão sobre a dimensão dos impactos desse conjunto de iniciativas optou-se por apresentá-las em separado, partindo de uma breve contextualização da dinâmica de implementação, resgatando alguns elementos dos impactos socioeconômicos e ambientais já previstos nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e expostos nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Em seguida serão expostos alguns elementos sobre os conflitos gerados em função de cada uma delas, tomando como referência o levantamento feito nos Cadernos de Conflito no Campo da CPT, entre os anos de 2008 e 2020.

### **i) A mina Pedra de Ferro**

O município de Caetité já enfrentava problemas gerados pelo processo de exploração mineral, principalmente em decorrência da atuação da Indústria Nuclear Brasileira (INB), que opera a exploração de urânio. Desde o início da exploração, em 1998, existem denúncias sobre os riscos de contaminação da água e do solo, os quais já estavam previstos no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental referentes a essa iniciativa. Já nos anos 2000, os conflitos decorrentes dessa atividade se intensificaram, especialmente quando em 2008, através de um estudo realizado pelo *Greenpeace*<sup>86</sup>, se constatou a contaminação por radiação em água para consumo humano e animal na área de interferência direta da mina, o que foi confirmado posteriormente por estudos realizados pelo governo do estado.

Com a descoberta da reserva ferrífera entre os anos de 2004 e 2005, e a posterior instalação da Bamin em Caetité, mais especificamente no distrito de Brejinho das Ametistas, passaram a surgir novos focos de conflitos, que estão relacionados ao complexo minerário Pedra de Ferro. Desde o processo de análise inicial para a obtenção do licenciamento ambiental foram identificados muitos dos possíveis impactos decorrentes da operação, listados no RIMA elaborado pela Sete Soluções e Tecnologia Ambiental, no ano de 2009. O relatório já apontava

---

86 GREENPEACE. **Ciclo do perigo:** impactos da produção de combustível nuclear no Brasil. Denúncia: contaminação da água por urânio em Caetité, Bahia. 2008. Disponível em: [http://www.greenpeace.com.br/uranio/doc/relatorio\\_FINAL\\_13OUT\\_web.pdf](http://www.greenpeace.com.br/uranio/doc/relatorio_FINAL_13OUT_web.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

alguns elementos importantes, a exemplo da previsão de empilhamento de material não comercializável num volume de, aproximadamente, 390 milhões de m<sup>3</sup>, que ocuparia uma área de 497 hectares.

A necessidade de enriquecimento do minério de ferro extraído nessa mina, para que atenda às exigências do mercado mundial de *commodities* desse tipo, também se apresentava no RIMA como um dos elementos de impacto significativo, tendo em vista que esse processo exige um volume de água elevado, da qual apenas uma parcela pode ser reaproveitada. Esta água tem como fonte de captação o curso do Rio São Francisco e esse processo acaba gerando também um volume de rejeitos elevado, com previsão de estocagem em barragem, a qual tem previsão de capacidade de armazenamento de, aproximadamente, 128 milhões de m<sup>3</sup>, ocupando uma área de 454 ha.

No relatório se observa, ainda, a listagem de possíveis impactos relacionados ao meio físico, biótico e socioeconômico. Sobre o meio físico se destacam: alteração na qualidade da água superficial e subterrânea; alteração na qualidade dos solos; alteração na qualidade do ar; poluição sonora; alteração da disponibilidade hídrica devido ao rebaixamento do nível da água subterrânea; destruição de cavernas, entre outros. No meio biótico, se destacam: diminuição da biodiversidade; impacto nas áreas de refúgio e reprodução da fauna; aumento de insetos vetores e possibilidade de endemias, entre outros. Os aspectos socioeconômicos apresentam alguns aspectos positivos, tais como estímulo à maior conhecimento científico da região; geração de emprego e ampliação da arrecadação no município. Por outro lado, os aspectos negativos, como interferência em sítios arqueológicos pré-históricos; risco de acidente à população; aumento da necessidade de fornecimento de serviços públicos na região; redução de área disponível para agricultura, silvicultura e pecuária; elevação dos preços de bens e serviços; especulação imobiliária; realocação de famílias, entre outros (OIKOS PESQUISA APLICADA, 2009).

Esses impactos previstos no RIMA não demoraram em se expressar no território afetado pela atividade da mineradora.

Assim que chegou para se instalar na região, em 2010, a Bamin adquiriu parte dessas terras e, após regularizar a documentação, as cercou, vetando às comunidades a continuidade dos usos precedentes. As terras teriam sido compradas de supostos proprietários, mas os antigos usuários alegam que

nunca tiveram conhecimento da existência de proprietários anteriores; que acreditam serem terras devolutas do Estado e que suas famílias já as utilizavam havia várias gerações. Como nunca se preocuparam em reivindicar legalmente aquela posse coletiva, perderam o acesso a todos os meios que lhes garantiam a sobrevivência. Sem acesso aos meios de produção, aquelas famílias, já castigadas pelas secas recorrentes, foram expostas a situação de profunda vulnerabilidade e dependência de programas sociais (OLIVEIRA, 2020, p. 20).

O levantamento feito junto aos dados organizados pela CPT nos Cadernos de Conflitos no Campo no Brasil revela que, já no ano de 2010, foram registradas ocorrências relacionadas à presença da Bamin na região (quadro 10).

Quadro 10 - Conflitos – associados à mina Pedra de Ferro 2010 - 2021

Ano	Município	Nº de conflitos	Nº de famílias atingidas	Total de Conflitos por ano	Total de famílias afetadas por ano
2010	Caetité	2	110	3	610
	Pindaí	1	500		
2011	*	*	*	*	*
2012	*	*	*	*	*
2013	Caetité	6	90	16	250
	Pindaí	10	160		
2014	Caetité	6	99	16	259
	Pindaí	10	160		
2015	Caetité	7	233	17	393
	Pindaí	10	160		
2016	*	*	*	*	*
2017	*	*	*	*	*
2018	Caetité	7	366	8	391
	Pindaí	1	25		
2019	Caetité	7	266	25	1156
	Pindaí	18	890		
2020	*	*	*	*	*
2021	Caetité	3	160	21	605
	Pindaí	18	445		

Fonte: Elaboração própria baseado no CPT

Ao todo foram contabilizados três conflitos nesse ano, nas comunidades de João Barroca e Curral Velho, no município de Caetité, e na comunidade de Guirapá, no município vizinho de Pindaí, todos eles relacionados à limitação do acesso à água, os quais afetaram 610 famílias. Daí em diante foram registrados vários outros conflitos, à medida que foi avançando a instalação da mineradora no território os problemas foram se agravando, cada vez mais afetando um número maior de comunidades e, conseqüentemente, de famílias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).

Após dois anos sem registro de conflitos, 2011 e 2012, em 2013 já pôde ser observada uma elevação quando comparado a 2010, quando foram registrados seis conflitos no município de Caetité, nas comunidades de João Barroca, Casa da Roda, Rancho do Meio, Araticum, Olhos d'Água dos Pires e Flores. No município de Pindaí foram dez conflitos, nas comunidades de Rega Pé, Cachoeira de Cima, Cachoeira de Baixo, Pau Ferro, Baixa Preto, Poço Comprido, Barriguda, Tábuas, Barra dos Crioulos e Piripiri. Somando o número de famílias afetadas nessas dezesseis comunidades, o problema atingiu, nesse ano, 250 famílias, em todos esses casos os conflitos estavam relacionados ao cerceamento do acesso à água (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2013).

Nos anos de 2014 e 2015 se repetiu o quadro de conflitos identificado em 2013, com os mesmo seis conflitos em Caetité e os dez em Pindaí, nas comunidades já mencionadas. No entanto, o número de famílias afetadas nessas comunidades se elevou, sendo que em 2014 foram 259 famílias e, em 2015, foram 393 famílias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2014; 2015). Nos anos de 2016 e 2017 não foram identificadas ocorrências de conflitos decorrentes da implementação ou operação da Bamin na mina Pedra de Ferro, nos dados da CPT.

O ano de 2018 volta a registrar ocorrências nas mesmas seis comunidades de Caetité, acrescido do povoado de Barreiro, totalizando sete conflitos no município. Nesse mesmo ano, foi registrado apenas um conflito em Pindaí, na comunidade de Açoita Cavallo. O quadro de conflitos se mantém nas comunidades de Caetité em 2019, e se amplia significativamente no município de Pindaí, expresso em dezoito ocorrências, nas comunidades de Tábuas, Poço Comprido, Paga Tempo, Tapera, Novo Horizonte, Brejo e Vargem, além das já mencionadas nos anos anteriores. Somadas as famílias afetadas nos dois municípios nesse ano, chega-se ao

número de 1156 famílias, o que expressa uma significativa elevação em relação aos anos anteriores.

Os dados de 2020 não registraram ocorrências de conflitos em decorrências do complexo minerário Pedra de Ferro. Já em 2021, foram registrados conflitos em dezoito comunidades do município de Pindaí, as quais já haviam registrado ocorrência em outros anos. Nesse ano também foram identificados conflitos em três comunidades de Caetité. O conjunto desses conflitos envolveram 605 famílias, em sua grande maioria relacionados a disputa de terra, o que expressa o maior número de envolvidos desde quando foi assinalado o primeiro conflito relacionado à mina Pedra de Ferro. Vale salientar que há uma tendência de ampliação desse quadro, considerando que em 2021 se deu início ao processo de exploração propriamente dito, quando foram destinadas as primeiras remessas de concentrado de ferro para exportação, mesmo sem a finalização do complexo logístico que liga a mina ao Porto Sul.

## ii) Ferrovia Oeste-Leste

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste é uma iniciativa que foi anunciada em 2008 e teve seu financiamento inicial oriundo do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Sua construção, segundo consta no Relatório de Impacto Ambiental<sup>87</sup>, é de responsabilidade da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, empresa pública que tem como finalidade não apenas a construção, mas também a exploração da infraestrutura ferroviária do Brasil (OIKOS PESQUISA APLICADA, 2009).

O traçado proposto para a ferrovia (figura 4), de pouco mais de 1500 km de extensão, objetiva ligar a Ferrovia Norte-Sul ao litoral baiano, contando com terminais de integração intermodal ao longo do trajeto<sup>88</sup>, anunciados no RIMA.

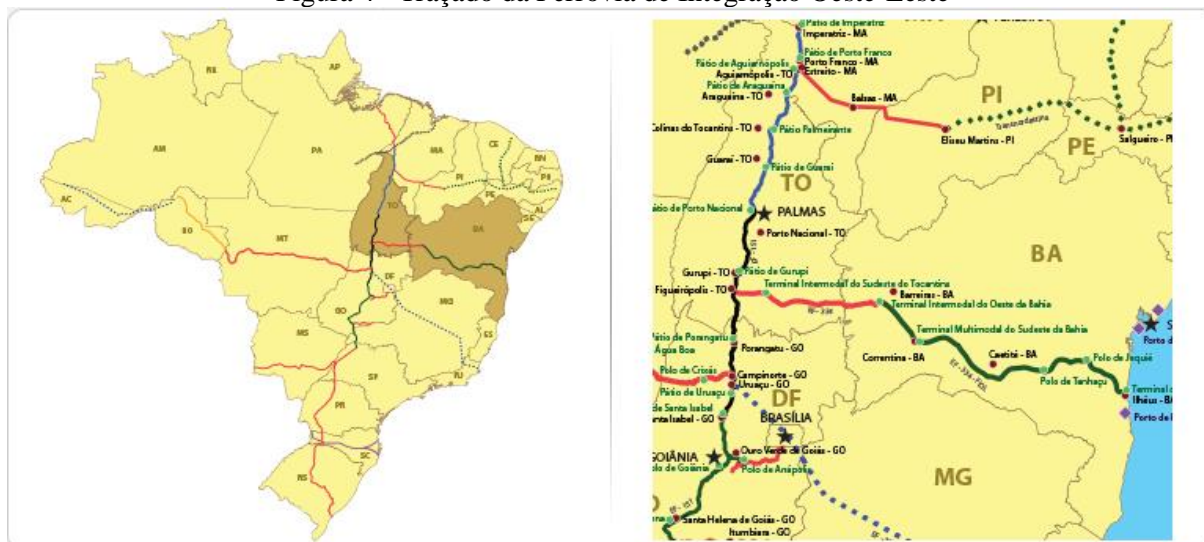
---

87 OIKOS PESQUISA APLICADA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Ferrovia de Integração Oeste - Leste (EF-334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA). 2009. Disponível em: [https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/RIMA\\_\(FERROVIA\\_DE\\_INTEGRACAO\\_OESTE-LESTE\)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf](https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/RIMA_(FERROVIA_DE_INTEGRACAO_OESTE-LESTE)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf). Acesso em: 19 jun. 2022.

88 Pólo de Combinado, Terminal Intermodal Oeste da Bahia, Terminal Multimodal Sudoeste da Bahia, Pólo de Caetité, Pólo de Tanhaçu, Pólo de Jequié e Terminal de Ilhéus. Tais estruturas poderão sofrer alteração na sua localização, em função de aspectos técnicos (VALEC, 2009, p. 13).



Figura 4 - Traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste



Fonte: VALEC, 2016.

A ferrovia impactará, direta ou indiretamente, o território de 71 municípios, entre estes 15 no estado do Tocantins, 55 no estado da Bahia<sup>89</sup>, além de um pequeno trecho do município de Campos Belos, no estado de Goiás. Nesse percurso a Ferrovia cortará diversas rodovias federais e estaduais, bem como outras pequenas estradas vicinais, o que coloca como necessidade um número significativo de obras, estimadas no RIMA em torno de 212 de grande porte, tais como viadutos, rebaixamentos para passagem subterrânea, obras de sinalização, de controle de erosão, entre outras.

A população da região de Influência é de 1,9 milhões de habitantes (IBGE, 2007). A maior parte dessas pessoas vive nos municípios baianos (92,0%) e apenas 8,0% em território tocantinense.

Dos 71 municípios que compõem essa área, 42 são de pequeno porte (até 20.000 habitantes), 21 de médio porte (entre 20 e 50 mil habitantes) e, finalmente, apenas oito de grande porte (mais de 50 mil habitantes). Dos oito municípios com mais de 50 mil habitantes, um está localizado no Estado do Tocantins (Gurupi, com 71 mil habitantes) e sete na Bahia (Bom Jesus da Lapa, Brumado, Guanambi, Barreiras, Jequié, Itabuna e Ilhéus) (OIKOS PESQUISA APLICADA, 2009, p. 34).

<sup>89</sup> **Oeste baiano:** Barreiras, Correntina, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães e São Desidérios; **Bacia do São Francisco:** Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Coribe, Caculé, Guanambi, Malhada, Palmas de Monte Alto, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho; **Serra do Espinhaço:** Aracatu, Brumado, Caetité, Dom Basílio, Ibiassucê, Igaporã, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Matina, Pindaí, Rio do Antônio; **Médio Rio de Contas:** Barra da Estiva, Contendas do Sincorá, Iramaia, Jequié, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante e Tanhaçu; **Mata Atlântica:** Aiquara, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Gongogi, Ibirapitanga, Ilhéus, Ipiauí, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itajuípe, Jitaúna, Marau, Ubaitaba, Ubatã e Uruçuca (VALEC, 2009).

O RIMA aponta também os impactos positivos e negativos da construção da ferrovia. Os impactos positivos previstos no relatório são geração de emprego, dinamização da economia local, redução de acidentes nas rodovias devido à mudança no modal de transporte e redução na emissão de gases de efeito estufa. Os impactos negativos listados no relatório apontam risco de interferência em cavernas, desmatamento e alteração no comportamento de animais silvestres, constituição de barreira para o trânsito de animais, risco de perda de patrimônio arqueológico, interceptação de pequenas propriedades rurais (OIKOS PESQUISA APLICADA, 2009).

Diante das proporções do projeto e dos impactos já previstos no RIMA é possível considerar o potencial de geração de conflitos decorrentes da construção desta ferrovia. Nesse sentido, é importante apresentar como se expressaram esses conflitos desde o início das obras, tomando como fonte os dados da CPT. O ano de 2010 marca o registro dos primeiros conflitos associados ao projeto da FIOL, que ocorreram no município de Brumado, nas comunidades de Represo, Capote, Quixaba, Lagoa da Rosa, Canal, Itaquari, Barreiro Branco e Tocadas, contabilizando oito conflitos no total (quadro 11). Esse registro estava associado à disputa pela terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).

Em 2011 o número de conflitos ligados à construção da FIOL se eleva significativamente, sendo que ao todo foram registrados conflitos em dez municípios, com várias comunidades atingidas em cada um deles. Bom Jesus da Lapa (Comunidades de Quilombo Lagoa do Peixe, Bebedouro e Araçá Volta); Brumado (Comunidades de Represo, Tocadas, Capote, Barreiro Branco II, Vau, Zé Gomes e Itaquari); Caetité (Comunidades de Manoel Vicente, Serragem e Curral Velho); Carinhanha (PAE São Francisco); Guanambi (Comunidades de Malhada da Pedra, Lagoa da Pedra, Lagoa do Rancho, Tanquinho, Jatobá, Olho d'Água, Betânia, Teiú, Mulungu, Capim de Raiz, Boa Vista e Sítio Novo); Lagoa Real (Comunidade de Queimada Grande); Palmas de Monte Alto (Comunidades de Mandacaru, Sambaíba, Vargem do Capim, Atoleiro, Campo de Baixo e Picadas); Riacho de Santana (Comunidades de Boca da Vereda, Araticum e Lagunas); Santa Maria da Vitória (Comunidades de Cana Brava dos Eugénios, Aldeia, Angico, Curralinho, Capão do Leandro, Coragina, Daniel, Lagoa do Foba, Nova Franca, Ponte Velha, São Francisco, Vau, Manga, Faz. Brás e Faz. Lapinha) e o município de São Desidério (Comunidades de Puba e Formoso)(COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011).

Quadro 11 - Conflitos associados à FIOLE 2010 - 2021

Ano	Município	Nº de comunidades em conflitos	Nº de famílias atingidas	Total de Conflitos por ano	Total de famílias afetadas por ano
2010	Brumado	8	*	8	*
2011	Bom Jesus da Lapa	3	45	53	1430
	Brumado	7	167		
	Caetité	3	170		
	Carinhanha	1	*		
	Guanambi	12	*		
	Lagoa Real	1	27		
	Palmas de Monte Alto	6	60		
	Riacho de Santana	3	*		
	Santa Maria da Vitória	15	954		
São Desidério	2	7			
2012	Caetité	1	27	3	60
	Ubaitaba	1	20		
	Santa Maria da Vitória	1	13		
2013	*	*	*	*	*
2014	*	*	*	*	*
2015	Caetité	3	170	7	377
	Bom Jesus da Lapa	4	207		
2016	*	*	*	*	*
2017	*	*	*	*	*
2018	Caetité	3	235	10	912
	Bom Jesus da Lapa	3	477		
	Carinhanha	4	200		
2019	Caetité	1	80	5	287
	Bom Jesus da Lapa	2	207		
	Guanambi	2	*		
2020	*	*	*	*	*
2021	Caetité	1	120	7	389
	Bom Jesus da Lapa	2	269		
	Santa Maria da Vitória	4	*		

Fonte: Elaboração própria com base no CPT

Quando somados os conflitos nos diferentes municípios, foram registrados 53, sendo atingidas no total 1430 famílias nesse ano. Os conflitos registrados em 2011 envolveram quilombolas, pequenos proprietários rurais, assentados, ribeirinhos e estavam associados ao cerceamento do acesso à água e pelo controle da terra. Ao todo foram impactadas 1.430 famílias neste ano, um número relativamente expressivo (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011).

No ano seguinte, 2012, foram registrados três conflitos nos municípios de Caetité (Comunidade Manoel Vicente); Santa Maria da Vitória (Comunidade de Coragina) e Ubaitaba (Fazenda São Pedro). Nos anos de 2013 e 2014 não foram registrados conflitos em função da construção da FIOLE, voltando a ter ocorrência em 2015 com conflitos em Caetité (Comunidades de Manoel Vicente, Serragem e Curral Velho) e em Bom Jesus da Lapa (Comunidades quilombolas de Lagoa do Peixe, Bebedouro e Araçá Volta).

Após mais dois anos sem registros nos dados da CPT, em 2018 houveram ocorrências em Caetité (Comunidades de Curral Velho, Serragem e a comunidade quilombola de Lagoa de Fora); em Bom Jesus da Lapa nas comunidades quilombolas mencionadas nos anos anteriores; e no município de Carinhanha (Comunidades PAE São Francisco, Capão Preto, Caldeirão, Boa Vista). Somados, chegam a um total de 10 conflitos nesse ano, envolvendo 912 famílias nesses três municípios.

Já em 2019 foram registradas ocorrências em Caetité, na comunidade de Curral Velho; Bom Jesus da Lapa (comunidades quilombolas de Araçá Volta e Bebedouro); e Guanambi (Comunidades de Rio Grande e Invernada). Esses cinco conflitos atingiram 287 famílias. No ano de 2020 não houveram conflitos identificados pela CPT relacionados a esse empreendimento. Em 2021 volta a se observar a ocorrência de conflitos no município de Bom Jesus da Lapa (comunidades de Araçá Volta e Quilombola de Barrinha), além de uma ocorrência em Caetité (comunidade de Serragem) e em Santa Maria da Vitória (comunidades de São Francisco, Coragina, Aldeia e Nova Franca), sendo que estes sete conflitos atingiram 389 famílias.

### iii) Complexo Porto Sul

O Complexo Porto Sul consiste numa iniciativa estruturante do projeto de integração logística aqui apresentado, sendo o último passo “rumo ao Atlântico”. Desde o anúncio do projeto, em 2008, alguns problemas circundam o processo de implementação desse complexo portuário, que colocam em questão o próprio interesse público envolvido nesta iniciativa. Conforme consta na Ação Civil Pública<sup>90</sup> apresentada pelo Ministério Público Federal em 2014, a qual continha um pedido de liminar que visava a suspensão da licença prévia emitida em favor do empreendimento, o processo inicial já apresentava inconsistências. Depois do anúncio do projeto, por parte do Governo do Estado, houve a publicação do Decreto nº 11.003/08<sup>91</sup>, no dia 09 de abril de 2008, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação a área prevista para instalação do complexo portuário. Pouco tempo depois, no dia 03 de julho do mesmo ano, a Bamin ingressou com pedido de licença prévia para a construção de um Terminal de Uso Privativo (TUP) na mesma área constante no referido decreto.

Diante desse elemento se instaurou um conflito de narrativa sobre as possíveis interferências da empresa nas ações do Governo do Estado, tendo este agido contra o interesse público, tendo em vista que a publicação do decreto veio antes mesmo dos primeiros resultados da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul, que fora contratado pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), executado pela parceria entre LIMA/COPPE/UFRJ<sup>92</sup>. A suspeição levantada a respeito do empreendimento fez com que, entre 2009 e 2011, tramitassem separadamente as solicitações de licença ambiental prévia para as duas iniciativas na mesma área, o Porto Público, de responsabilidade do Governo do Estado, e o do TUP pertencente à Bamin.

---

90 BRASIL. Ministério Público Federal. Ação Civil Pública ICP nº 1.14.001.000097/2011-61 e Anexos. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-sul-1\\_versao-final.pdf](http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-sul-1_versao-final.pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

91 BAHIA. Decreto nº 11.003, de 09 de abril de 2008. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências. 2008. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75113/decreto-11003-08>. Acesso em: 29 jul. 2022.

92 LIMA/PPE/COPPE/UFRJ. **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul**. Relatório Executivo. 2011. Disponível em: [http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/aae\\_sumario\\_executivo-porto-sul.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/aae_sumario_executivo-porto-sul.pdf). Acesso em: 20 mai. 2022.

O resultado, depois de diversas disputas, questionamentos e pressões, foi que, em 2011, se alterou o local de instalação do complexo portuário através do decreto nº 12.724/11<sup>93</sup>, que tornou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 48.333.024,72 m<sup>2</sup> na região de Aritaguá, também no município de Ilhéus. É válido salientar que essa nova área também foi indicada como inadequada no parecer emitido pelo IBAMA, devido aos possíveis impactos ambientais decorrentes da construção e operação do porto. A partir de então, os processos de solicitação de licença prévia do TUP da Bamin e do Porto Público pertencente ao Governo do Estado passaram a tramitar em conjunto, sendo apresentado um só Estudo de Impacto Ambiental para o conjunto do empreendimento. De acordo com o RIMA<sup>94</sup>, este complexo portuário será composto por um porto avançado, com cais em mar aberto, contando também com uma Zona de Apoio Logístico (ZAL) em terra, destinada ao armazenamento das mercadorias, atividades alfandegárias, entre outros (BAHIA, 2011).

A respeito da análise dos impactos ambientais presente no Relatório, se observa um significativo número de desdobramentos negativos que estão associados ao processo de implementação do empreendimento, mas também decorrentes do período de operação do mesmo. Destacam-se, no processo de implementação e operação, os desdobramentos no meio físico: alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais e das águas subterrâneas; risco de desenvolvimento de processos erosivos e deslizamento de terras; risco de assoreamento de mananciais; alteração da qualidade do ar; alteração do regime de transporte de sedimentos costeiros; compactação de solos com redução da permeabilidade, entre outros. No meio biótico: perda de cobertura vegetal; mortandade de comunidades bentônicas marinhas; criação de novo habitat de fundo consolidado para a biota aquática; destruição de habitats da fauna terrestre; interferências em Áreas de Preservação Permanente (APPs); interferências com o deslocamento da fauna e afugentamento da fauna do entorno; risco de interferências com a atividade reprodutiva de tartarugas (BAHIA, 2011).

Por fim, são apresentados os impactos no meio socioeconômico, sendo listados como positivos: geração de empregos diretos e indiretos; aumento na arrecadação municipal,

---

93 BAHIA. Decreto nº 12.724, de 11 de abril de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências. 2011. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027366/decreto-12724-11>. Acesso em: 20 mai. 2022.

94 COSÓRCIO HYDROS; ORIENTA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Porto Sul. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/19237108/porto-sul-ibama>. Acesso em: 29 mai. 2022.

estadual e federal. Já os negativos são: alteração da paisagem; aumento do desemprego com o fim das obras; alteração na capacidade de subsistência das famílias reassentadas; alteração nos vínculos das famílias reassentadas; aumento das demandas de infraestrutura e serviços nas comunidades do entorno do empreendimento; geração de fluxo migratório; interferência no tráfego viário; aumento na geração de resíduos sólidos na região; interferência na atividade pesqueira; perda de culturas; interferência na prática do turismo local; aumento da especulação imobiliária; risco de perda de patrimônio arqueológico (BAHIA, 2011).

O que se observa é um número relevante de impactos que, mesmo com a previsão de programas que buscam reduzir esses desdobramentos, alteram significativamente a dinâmica de vida nesta região. O próprio relatório aponta, por exemplo, que no caso dos impactos no meio socioeconômico, cerca de 29% dos impactos negativos oriundos da fase de implementação e operação do complexo portuário não são passíveis de mitigação, ou seja, não há mecanismo previsto para que se contorne esses impactos.

O levantamento feito junto aos dados da CPT identificou apenas duas ocorrências de conflito decorrente diretamente da construção do Porto, sendo a primeira delas registrada no ano de 2011. Esse conflito está associado à disputa pela terra, envolvendo 60 famílias na região de Aritaguá. A esse respeito, cabe destacar que o número reduzido de ocorrências de conflitos se deve ao fato de que as obras não estiveram em andamento ao longo desses anos, o que reduz os impactos desse processo. Apesar disso, como já foi mencionado inicialmente, desde o início, quando solicitados os licenciamentos, o empreendimento vem sofrendo questionamentos de diferentes segmentos da sociedade civil, notadamente pelo que se prevê de impacto no próprio EIA. Isso se desdobrou em embates no âmbito da justiça e mobilizações de grupos afetados com a possibilidade de avanço do projeto, que tende a deflagrar conflitos no próximo período.

Em 2021, quando foram retomadas as obras, é que foi observada a outra ocorrência relacionada ao complexo portuário, também na região de Aritaguá, nesse caso envolvendo 80 famílias, sendo o conflito relacionado à disputa pela terra e acesso à água.

### 5.3.2 Lipari Mineração - Diamantes - Nordeste

A exploração comercial de diamantes na mina Braúnas teve início em 2016, tornando-se, desde então, um dos projetos do portfólio propagandístico do Governo do Estado. Do mesmo modo que as iniciativas apresentadas anteriormente, o processo de instalação e início das operações da mineradora Lipari, responsável pela exploração, foi marcado por um conjunto de contradições, expressas em conflitos e violações de direitos. O RIMA<sup>95</sup> foi apresentado pela mineradora, para a obtenção da licença prévia, em 2013, no qual constam informações sobre as características gerais do projeto, bem como os diagnósticos e previsão de possíveis impactos decorrentes da implementação e operação da mina.

Segundo consta no Relatório, a mina utiliza o método de lavra a céu aberto, do tipo cava, com a utilização de explosivos para o “desmonte” do minério. Quando extraído, o minério se encaminha para a planta de beneficiamento na própria área da mina, processo pelo qual se separa os diamantes das rochas kimberlíticas. Essa separação dá origem a uma significativa quantidade de rejeitos, material não comercializável, que formam uma pilha de estéril também na área da mina que ocupa, no seu conjunto, aproximadamente 2 km<sup>2</sup>. A água utilizada no processo de exploração e beneficiamento tem como fonte de captação o Rio Itapicuru, que fica a aproximadamente 3 km do local de exploração.

Ao listar os impactos decorrentes da atividade da mina, o RIMA destaca os que são específicos ao meio físico: alteração da qualidade das águas; alteração da disponibilidade hídrica; alteração no escoamento superficial; risco de assoreamento de corpos d'água; risco de contaminação das águas; modificação no relevo e perfil topográfico; risco de formação de processos erosivos; compactação do solo; risco de contaminação do solo; risco de instabilidade de taludes; redução da permeabilidade do solo; perda da camada fértil do solo; emissão de gases e material particulado. No meio biótico são apresentados: afugentamento da fauna; aumento do risco de atropelamento de animais; alteração no ecossistema aquático; risco de aumento dos níveis de caça e captura de animais; indução de condições benéficas para a fauna; perda da cobertura vegetal e da biodiversidade; perda da conectividade de fragmentos de vegetação; intervenção em Áreas de Preservação Permanentes (APPs); indução de condições benéficas para a flora.

---

95 LIPARI. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Projeto Braúna 3. 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/180048225/RIMA-Proj-Brauna-Lipari>. Acesso em: 20 jul. 2022.



No que se refere aos impactos socioeconômicos, são apresentados: aumento demográfico; sobrecarga de serviços públicos; risco de incidências de novas doenças; risco de aumento da violência, uso de drogas e prostituição; intervenção em possíveis sítios arqueológicos; alteração na dinâmica de vida das comunidades quilombolas; interferência em atividades tradicionais. Além desses já listados, são apontados possíveis impactos positivos, tais como: qualificação da mão-de-obra; geração de emprego e renda; estímulo à economia; recolhimento de tributos.

Um aspecto de significativa relevância que consta no Relatório é a presença, na área de abrangência do empreendimento, de doze comunidades quilombolas, reconhecidas e certificadas pela Fundação Palmares. Esse elemento ganha ainda mais destaque quando observados os dados da CPT a respeito dos conflitos nessa região, decorrentes das atividades da mineradora (quadro 12).

Em 2016, ano em que se inicia o processo de exploração comercial da mina Braúna, são registradas as primeiras ocorrências de conflitos, os quais envolvem justamente as comunidades quilombolas que foram identificadas na área de impacto no Relatório, são estas as comunidades quilombolas de Bom Sucesso, Caldeirão do Sangue, Caldeirão dos Padres, Fumaça, Grotas, Lajes das Cabras, Lagoa da Cruz, Lagoa das Salinas, Lagoa dos Bois, Palha, Poço e Tanque Bonito. Em todos os casos o conflito tem como fator central a disputa pela terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

Quadro 12 - Conflitos associados à mina Braúnas 2016 - 2021

Ano	Município	Nº de comunidades em conflitos	Nº de famílias atingidas
2016	Nordestina	12	342
2017	*	*	*
2018	Nordestina	12	402
2019	Nordestina	12	455
2020	Nordestina	12	449
2021	Nordestina	1	43

Fonte: Elaboração própria com base no CPT

Em 2017 não foram registradas ocorrências de conflitos na região da mina, mas nos anos seguintes (2018, 2019 e 2020) foram registrados conflitos nessas mesmas comunidades, todos

eles também ligados à disputa pela terra. Segundo os dados da CPT, esses conflitos envolveram, no ano de 2016, 342 famílias, número que subiu, em 2018, para 402 e, nos anos de 2019 e 2020 foram, respectivamente, de 455 e 449 famílias. Em 2021 foi observado conflito em apenas uma dessas comunidades, no Quilombo da Fumaça, envolvendo 43 famílias, relacionado a diminuição do acesso a água.

Segundo relatos de moradores e moradoras dessas comunidades, apresentados no documentário curta-metragem “O pé de Mulungu e a mina de diamantes”<sup>96</sup>, os impactos negativos para a dinâmica de vida nesses territórios foram muito profundos após o início das operações da mineradora Lipari. São apontados por eles os problemas relacionados às explosões de dinamites, que ocorrem em todos os horários de maneira indiscriminada, inclusive durante a madrugada, gerando profundo incômodo. Além disso, as explosões também ocasionam rachaduras nas casas e nas cisternas de armazenamento da água, uma das principais estratégias de armazenamento de água nas áreas rurais do semiárido.

Outra questão levantada pelos moradores e moradoras das comunidades é a intensa circulação de veículos de grande porte, algo que não ocorria antes das atividades da mineradora, o que acaba gerando um aumento significativo da poeira, além de exposição ao perigo para a circulação da população em geral, principalmente crianças e idosos. Soma-se a isso o impacto sobre as estradas, pois devido à circulação desses veículos as estradas sempre estão em condições mais precárias, sem a devida manutenção por parte do poder público municipal e da própria empresa mineradora.

Os relatos apontam também um aumento significativo nos preços dos produtos no município, o que se deve a uma suposta melhoria do padrão de renda em decorrência da presença da mineradora. No entanto, como a geração de empregos é muito abaixo do anunciado inicialmente, principalmente o emprego da mão de obra local, essa elevação dos preços acaba motivando o deslocamento dos moradores para outros municípios, a fim encontrar preços mais acessíveis para a compra de produtos básicos.

---

96 Documentário produzido pelas Comunidades Quilombolas de Nordeste, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento pela Soberania na Mineração (MAM). MAM NACIONAL. O pé de mulungu e a mina de diamantes. **YouTube**. 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGn9DKQLxg4>. Acesso em: 20 jun. 2022.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir as considerações finais de um trabalho de pesquisa é um desafio relativamente complexo, mais até que o de iniciá-lo, talvez pelo motivo de que não se chegue, exatamente, ao “fim”. No decorrer desse trabalho foi possível observar isso. À medida que se resolvem algumas das questões estabelecidas inicialmente, emergem novas, em alguns casos até mais instigantes que as primeiras. Por esse motivo, as considerações que seguem tentam não só esboçar o que se encontrou de resposta durante essa trajetória, mas também o que se abriu de possibilidade para o avanço dos estudos a respeito do tema abordado. Portanto, com o intuito de dar maior encadeamento a essas reflexões, as considerações serão apresentadas tomando como referência os objetivos estabelecidos na pesquisa e, ao passo que se apresenta cada um deles, também serão apontadas as possíveis agendas de pesquisa que se abrem.

Do ponto de vista mais geral, o que se identificou foi o importante papel exercido pelo Estado Ampliado diante do processo de expansão da atividade de exploração mineral na Bahia. O estímulo a esse setor foi exercido tanto por agentes vinculados ao Estado restrito, quanto por representantes da sociedade civil. Este movimento se deu de diferentes formas, no campo discursivo, a partir da construção da ideia de que a atividade de exploração mineral seria o caminho para o desenvolvimento, reiterada em diferentes momentos e instâncias, em publicações, como tema de eventos organizados em conjunto, entre outros. Se processou também no âmbito da implementação de políticas que estão intimamente associadas a essa perspectiva, a exemplo da mudança de postura da CBPM, do destaque dado aos projetos estruturantes desse setor, como a FIOLE e o Porto Sul, o que corrobora a hipótese levantada quando iniciado o processo de pesquisa.

Desse modo, se fortalece o argumento sobre a escolha do referencial teórico que associa as formulações sobre o Estado, elaboradas por Antônio Gramsci, a uma perspectiva metodológica de análise de situações concretas, desenvolvida, principalmente, por Mendonça (2014). Ou seja, a utilização desse instrumental enquanto ferramenta metodológica permitiu a construção de uma interpretação que possibilita observar não apenas o crescimento em números dessa atividade, mas também uma parte do emaranhado de relações políticas que envolvem esse processo. Um segundo aspecto, que também reafirma a importância da escolha do referencial, se expressa na contribuição inspirada pelo arcabouço elaborado por Filgueiras (2017) a respeito do Modelo Liberal Periférico, que fortaleceu o potencial interpretativo ao

possibilitar a percepção articulada das movimentações no âmbito do bloco no poder a nível nacional, marcadas pelo fortalecimento da influência dos grupos ligados à produção primária para exportação, associados ao setor financeiro, com a dinâmica estadual, especialmente no tocante à política de exploração mineral.

Sendo assim, a leitura apresentada aqui, sobre a atuação do Estado Ampliado nesse processo, se soma a outras iniciativas importantes de pesquisa que se debruçaram sobre a dinâmica recente da atividade de exploração mineral na Bahia a partir de outros enfoques, a exemplo dos trabalhos de Rêgo (2019) e Antônio (2019).

Dando continuidade, agora adentrando nos aspectos mais pontuais dos objetivos específicos, algumas contribuições podem ser mencionadas. O caminho percorrido para a contextualização do crescimento dessa atividade na Bahia, exposto no primeiro capítulo, permitiu a estruturação de um conjunto de fontes de dados que permitem, além da visualização desse cenário em um momento específico, também um acompanhamento da trajetória no período histórico mais recente. Esse elemento possibilita o monitoramento desse crescimento, seja observando as mudanças na arrecadação da CFEM, ou através das informações sobre a PMBC. Além disso, é possível, através desse trabalho de monitoramento, uma leitura antecipada do cenário, considerando a análise do número dos diferentes requerimentos de licença, o que torna possível vislumbrar os possíveis territórios de expansão dessa atividade no estado.

O desenvolvimento do segundo objetivo, que teve como tarefa a caracterização e análise das maiores empresas de exploração mineral em atuação na Bahia, permitiu que se verificasse aspectos que são comuns à estrutura desse setor a nível mundial. Esse “perfil” pode ser sintetizado a partir de dois aspectos centrais, sendo o primeiro a concentração de grande parte das atividades de exploração mineral do estado em um conjunto reduzido de empresas mineradoras, como se observa na exposição feita no segundo capítulo. O segundo ponto se refere à relação dessas empresas mineradoras com *holdings*, as quais são controladas por investidores de outros países, em especial do Canadá. Essas constatações foram importantes para a compreensão de como se estrutura essa atividade na Bahia, a participação dessas empresas no conjunto da produção mineral do estado, bem como sua distribuição no território baiano.

Porém, como anunciado anteriormente, ao passo que avançou a compreensão sobre o perfil dessas empresas também se abriram caminhos para novos questionamentos ainda a serem respondidos, que podem ser organizados a partir de duas linhas de investigação a serem desenvolvidas. Uma primeira se refere a um olhar mais detalhado sobre a realidade de cada uma dessas empresas, com destaque especial para as relações de trabalho existentes nelas. Ao longo da pesquisa foram encontradas diferentes matérias jornalísticas que anunciavam acidentes de trabalho ligados à exploração mineral na Bahia, o que enseja uma investigação mais aprofundada e sistemática, principalmente por se tratar de um trabalho que submete as pessoas a condições de risco, seja pelo uso de explosivos, pela possibilidade de rompimento de barragens, do tráfego muito frequente de veículos de grande porte, entre outros. Ainda sobre esse aspecto, é importante que se avance para uma melhor compreensão sobre o tipo de vínculo empregatício que estas empresas mantêm com seus funcionários, se direto ou através de contratos terceirizados, o que altera sensivelmente o grau de estabilidade e acesso a direitos trabalhistas. A segunda vertente que se abre, dentro dessa agenda, passa por uma análise da outra “fatia” da produção mineral no estado, que não é feita por essas empresas analisadas, mas que está sob responsabilidade de empresas menores ou da lavra através do garimpo. O cumprimento dessa agenda permitiria uma visão mais totalizante sobre a estrutura de exploração mineral a partir de diferentes óticas de análise.

O desafio enfrentado com o terceiro objetivo específico foi o de identificação das agências e agentes com maior participação na dinâmica política ligada aos interesses do segmento de exploração mineral na Bahia. Nesse caminho foi possível perceber a articulação entre instâncias que são vinculadas à estrutura do Estado restrito, a exemplo da CBPM e SDE, bem como de algumas que atuam no âmbito da sociedade civil, como entidades representativas desses interesses, tais como IBRAM, SINDIMIBA e FIEB, além de outras com participação mais pontual ou de menor influência política. Além disso, o processo de elaboração de quadros que apresentam os principais dirigentes dessas entidades auxiliou na compreensão dessa atuação, e também de como se dá o trânsito desses agentes entre as diferentes instâncias do Estado Ampliado.

A partir dessa constatação é possível proceder, também, um monitoramento da atuação dessas entidades e de seus dirigentes, assim como observar a possível inserção de novas organizações nesse cenário, como se observou de maneira mais embrionária já nos últimos anos de análise com a presença de agentes ligados à revista *In The Mine* no processo de

articulação e organização de eventos, entre outros. Além disso, esse monitoramento também pode se dar a partir do acompanhamento desses eventos organizados em parceria por essas entidades, suas publicações, pronunciamentos desses dirigentes, posicionamentos e articulações em período eleitoral com representantes tanto do Legislativo quanto do Executivo. Ainda no campo de possíveis agendas de pesquisa, uma análise mais detalhada sobre a CBPM se faz necessária, destacando não apenas seu papel técnico, mas, principalmente, suas interações políticas.

Ao traçar, de maneira cronológica, a articulação entre essas agências e agentes, como proposto no quarto objetivo específico, foi possível observar o avanço dessa articulação, bem como o processo paulatino de definição de um discurso comum, reverberado por representantes do Estado restrito e da sociedade civil. Dessa forma, quando confrontada essa visão “positiva” sobre a atividade de exploração mineral, tão propagandeada, com a realidade de alguns dos projetos que estão em funcionamento ou em fase de implementação na Bahia, se observa o contrário. São muitas as contradições, expressas em conflitos e violações de direitos, decorrentes dessa expansão da exploração mineral na Bahia observada no período analisado.

Partindo dessa constatação, novas perspectivas de investigação também se abrem, que passam por um aprofundamento na análise sobre os movimentos de resistência a essa perspectiva de desenvolvimento, centralmente as iniciativas ligadas à defesa do território e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais atingidos por essa expansão. Apesar dessa questão não ter composto o escopo da análise aqui apresentada, que direciona o olhar mais para a organização dos setores dominantes ligados aos interesses do setor de exploração mineral, foi possível identificar a presença de organizações que cumprem um importante papel de denúncia e de articulação desses focos de resistência, podendo ser mencionadas a atuação do MAM e da CPT como exemplos disso. Portanto, o que caberia como tema a ser desenvolvido seria justamente uma sistematização dessas iniciativas, bem como uma análise de suas estratégias, com o intuito de compreender melhor essa construção contra hegemônica. O próprio aprofundamento da análise dos dados coletados e sistematizados pela CPT, expandindo para todos os casos das mineradoras estudadas, também se faz necessário, o que permitiria um panorama ainda maior dos impactos da perspectiva de desenvolvimento em curso na Bahia. Em síntese, a expansão da atividade de exploração mineral na Bahia apresenta uma significativa expansão a partir dos anos 2000, o que é potencializado a partir de 2007 a partir

de chegada de Jaques Wagner ao governo do estado. A política de estímulo a esse setor que se constituiu no âmbito das agências do Estado restrito, especialmente na CBPM, impulsionou a organização desse segmento na esfera da sociedade civil, possibilitando uma atuação em conjunto, nos termos do que foi denominado Estado Ampliado. Ao longo desse processo, cada vez mais essa articulação tem se mostrado efetiva, permitindo também a implementação de uma perspectiva de desenvolvimento que aprofunda as características históricas de inserção subordinada da Bahia na sua relação com a economia nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorge. A presença chinesa na América Latina. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevidéo. **Anais** [...] Montevidéo: Associação Latino-americana de Ciência Política – ALACIP, 2017. Disponível em: <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=+YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNT0>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23
- ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios extrativo-mineral na Bahia**: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ARCOVERDE CONSULTORIA E PROJETOS S/C. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**: lavra e beneficiamento de minério de níquel. Processo CRA Nº 2006-000986/TEC/LL-0013. Processo DNPM Nº 871.369/1989. Itagibá, 2006.
- BAHIA. Decreto nº 11.003, de 09 de abril de 2008. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências. 2008. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75113/decreto-11003-08>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 12.724, de 11 de abril de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências. 2011. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027366/decreto-12724-11>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.967, de 05 de setembro de 1990. Estabelece critérios para a distribuição dos recursos financeiros de que trata o artigo 204, da Constituição Estadual. 1990. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-5967-1990-bahia-estabelece-criterios-para-a-distribuicao-dos-recursos-financeiros-de-que-trata-o-artigo-204-da-constituicao-estadual>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.281, de 07 de outubro de 2004. Estabelece a distribuição dos recursos financeiros de que trata o art. 204 da Constituição Estadual, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85802/lei-9281-04>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Cadastro do Produtor Mineral da Bahia**. 4. ed. Salvador: SDE/SDP/DMIN/COMIN, 2018. Disponível em: [http://www.sde.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/CADASTRO-DO-PRODUTOR-MINERAL-DA-BAHIA\\_30\\_08\\_2018-1.pdf](http://www.sde.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/CADASTRO-DO-PRODUTOR-MINERAL-DA-BAHIA_30_08_2018-1.pdf). Acesso em: 21 fev. 2021.



\_\_\_\_\_. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **Avaliação da produção mineral da Bahia: 2002-2006**. Salvador: [S.I.], 2008.

BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração; Coordenação de Mineração. **Desempenho da mineração na Bahia: 1989 a 2000**. Salvador: SICM.COMIN; UFBA, 2002.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. *In*: \_\_\_\_\_. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68. v. 1.

VALEC. 2016. Disponível em: [http://www.valec.gov.br/acoes\\_programas/](http://www.valec.gov.br/acoes_programas/). Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Agência Nacional De Mineração. **Evolução dos direitos minerários 1988-2017**. 2018. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/planilhas/estatisticas/titulos-minerarios/evolucao-dos-titulos-minerarios-no-brasil-1988-a-2017>. Acesso em: 7 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.323, de 10 de janeiro de 1907. Cria o serviço geológico e mineralógico do Brasil. 1907. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6323-10-janeiro-1907-517453-republicacao-105019-pe.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Relatório Técnico 28**: perfil do ouro. Brasília, DF, 2009. 50 p. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/relatorios-de-apoio-ao-pnm-2030-projeto-estal-1-a-mineracao-brasileira/documentos/p19\\_rt28\\_perfil\\_do\\_ouro.pdf/view](https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/relatorios-de-apoio-ao-pnm-2030-projeto-estal-1-a-mineracao-brasileira/documentos/p19_rt28_perfil_do_ouro.pdf/view). Acesso em: 27 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Ação Civil Pública ICP nº 1.14.001.000097/2011-61 e Anexos. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-sul-1-versao-final.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CARVALHO, Beniézio Eduardo. O modelo de mineração se sustenta na violência e na negação da democracia para garantir o saque. **MAM Nacional**. 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2018/04/02/esse-modelo-de-mineracao-se-sustenta-na->

violencia-e-na-negacao-da-democracia-para-garantir-o-saque-alerta-dirigente-do-mam-na-bahia/. Acesso em: 21 jan. 2022.

CAVALCANTI, João Carlos de Castro. O farejador de descobertas. **Jornal Correio**. 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-farejador-de-descobertas/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston: Brill Academic Pub., 2016. 310 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011. 184 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/618-conflitos-no-campo-brasil-2010>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo no Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. 182 p. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads-2/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/274-conflitos-no-campo-brasil-2011>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo no Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013. 198 p. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo no Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo no Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo no Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021. 279 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 13 jul. 2022.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Conflitos da Mineração no Brasil 2020**. Relatório Anual. 2021. Disponível em: [http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/09/Conflitos-da-Minerac%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil\\_\\_2020-F.pdf](http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/09/Conflitos-da-Minerac%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil__2020-F.pdf). Acesso em: 13 jan. 2022.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **CBPM 40 anos de sucesso, 1972-2012: o ouro, o vanádio e o níquel**. Salvador: CBPM, 2012.

\_\_\_\_\_. **Minérios a Bahia tem: oportunidades de investimentos**. 2019a. Cartilha. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17vRhajC5dQodW9U5KIK6HXNfJhSo43FL/view>. Acesso em: 31 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ouro na Bahia: metalogênese e potencial exploratório**. Salvador: 2019b. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/book/ouro-na-bahia-metalogenese-e-potencial-exploratorio/>. Acesso em: 27 set. 2021.

COSÓRCIO HYDROS; ORIENTA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Porto Sul. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/19237108/porto-sul-ibama>. Acesso em: 29 mai. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **Pão nosso de cada dia**: opções econômicas para sair da crise. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. 202 p.

FARIAS, Sara Oliveira. **Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Silvia Batista. (org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

\_\_\_\_\_. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 179-206. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3476/347659220007/347659220007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. *et al.* As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 41-56, 2015. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3502/3539>. Acesso em: 25 set. 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: L&PM, 2010. 392 p.

GARCIA, Luís Rodrigues. *et al.* Magnesita. In: LUZ, Adão Benvindo da; LINS, Fernando Antônio Freitas. (ed.). **Rochas e minerais industriais**: usos e especificações. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008. p. 605-631.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora da UNB, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Poder, política e partido**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GREENPEACE. **Ciclo do perigo**: impactos da produção de combustível nuclear no Brasil. Denúncia: contaminação da água por urânio em Caetité, Bahia. 2008. Disponível em: [http://www.greenpeace.com.br/uranio/doc/relatorio\\_FINAL\\_13OUT\\_web.pdf](http://www.greenpeace.com.br/uranio/doc/relatorio_FINAL_13OUT_web.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA: desempenho da mineração baiana 2017. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2017. v. 5.

INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA: desempenho da mineração baiana 2018. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2018. v. 6.

INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA: desempenho da mineração baiana 2019. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2019. v. 7.

INFORMATIVO ANUAL DA MINERAÇÃO BAIANA: desempenho da mineração baiana 2021. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2021. v. 9.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Relatório anual de atividades 2018-2019**. 2019. Disponível: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2018-2019.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

JONHSON, Kenneth. Um empreendedor de minas de ouro e diamante. Entrevista concedida a Tébis Oliveira. **In The Mine**, v. 13, n. 75, set./out. 2018. Disponível em: <http://www.inthemine.com.br/site/wp-content/uploads/2018/11/ITM75personalidade.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Caderno CRH**, [s.l.], v. 31, n. 84, p. 451- 462, set./ dez. 2018. Dossiê: Teoria Marxista da Dependência hoje. DOI: 10.9771/ccrh.v31i84.26170. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26170>. Acesso em: 25 set. 2019.

KILSZTAJN, Samuel. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: o sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 88-100, out./dez. 1989. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/1629>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LIMA/PPE/COPPE/UFRJ. **Avaliação ambiental estratégica do programa intermodal e logístico Porto Sul**. Relatório Executivo. 2011. Disponível em: [http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/aae\\_sumario\\_executivo-porto-sul.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/aae_sumario_executivo-porto-sul.pdf). Acesso em: 20 mai. 2022.

LIPARI. **Relatório de impacto ambiental – RIMA**: Projeto Braúna 3. 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/180048225/RIMA-Proj-Brauna-Lipari>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MAM NACIONAL. O pé de mulungu e a mina de diamantes. **YouTube**. 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGn9DKQLxg4>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J.P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MENDONÇA, Sônia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**. [s.l.], v.2, n. 2, jan/jul. 2014. Disponível em: [http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON\\_A\\_\\_S\\_601963219.pdf](http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf). Acesso: 25 set. 2019.

MINSK, Paulo. O líder da nova rota de processo do vanádio. Entrevista concedida a Tébis Oliveira. **In The Mine**, v. 12, n. 67, maio/ jun. 2017. Disponível em: <http://inthemine.com.br/site/wp-content/uploads/2017/06/ITM76-minepersonalidade.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MOLLAN, Simon; KELSEY, David. An overview of the business history of the international mining industry. *In*: FINCH, Nigel. (ed.). **Contemporary issues in minning**: leading practice in Australia. [s.l.]: Palgrave Macmillan. p. 9-26

MORAES, Ana Carolina Reginatto. **A Ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Rio de Janeiro. 2019. 421 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://minerva.ufrrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000915560&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrrj.br/F/?func=direct&doc_number=000915560&local_base=UFR01). Acesso em: 13 abr. 2022.

MOREIRA, Sandrina. Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, v. 36, v. 38, n. 2, p. 25-50, maio/ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v38i2.29899>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/29899/19361>. Acesso em: 25 set. 2019.

OIKOS PESQUISA APLICADA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Ferrovia de Integração Oeste - Leste (EF-334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA). 2009. Disponível em: [https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/RIMA\\_\(FERROVIA\\_DE\\_INTEGRACAO\\_OESTE-LESTE\)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf](https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/RIMA_(FERROVIA_DE_INTEGRACAO_OESTE-LESTE)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf). Acesso em: 19 jun. 2022.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão; BRITO, Diego Henrique Santos. Conflito ambiental no sertão baiano: o projeto Pedra de Ferro em Caetitê e Pindaí. **Rev. Bra. Estud. Urbanos Reg.**, v. 22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202044>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/bTps9kS764BN8P8dNCjXfwC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04 dez. 2021.

OPORTUNIDADES. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Governo da Bahia. p. 2. set./ out. 2011.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do Poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000046189>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PONTES, Ivan Falcão; ALMEIDA, Salvador Luiz Matos de. Talco. *In*: LUZ, Adão Benvindo da; LINS, Fernando Antônio Freitas. (ed.). **Rochas e minerais industriais**: usos e especificações. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005. p. 607-628.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RÊGO, Juliana Freitas Guedes. **Expansão territorial do capital minerador estrangeiro**: conflitos, resistências e enfrentamentos em Jacobina-BA. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29054>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RIBEIRO, Daniela M. de Franco. O papel do CDES nas interações estratégicas para o desenvolvimento. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.6, n. 2, p.76-124, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/26322/15187>. Acesso: 04 dez. 2021.

RUSSELL, Ellen D. **New Deal banking reforms and Keynesian welfare state capitalism**. New York; London: Routledge, 2007.

SILVA, Diego Jesus da. **Capital estrangeiro e conflitos em torno das riquezas minerais no espaço sul-americano**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24726/1/CAPITAL%20ESTRANGEIRO%20E%20CONFLITOS%20EM%20TORNO%20DAS%20RIQUEZAS%20MINERA.pdf>. Acesso: 04 dez. 2021.

SOARES, Maria Clara Couto. **Setor mineral e dívida externa**. Brasília: CNPq, 1987.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução Lígia Azevedo. [s.l]: Editora Elefante, 2019.

TRASPADINI, R.; STÉDILE, J.P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROCARTE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2020.

VILLAS-BÔAS, A. L. **Mineração e desenvolvimento econômico**: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento do setor mineral (1930-1964). Rio de Janeiro: CNPq/CETEM, 1995a.

VILLAS-BÔAS, A. L. **Mineração e desenvolvimento econômico**: o projeto nacional no contexto da globalização (1964-1994). Rio de Janeiro: CNPq/CETEM, 1995b.